



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

**A LUTA POR DENTRO DA LUTA: DISPUTAS E TENSÕES SOBRE GÊNERO E
RAÇA NO PCB**

Discente: Qelli Viviane Dias Rocha

Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Oliveira Teixeira

BRASÍLIA - DF

2022



QELLI VIVIANE DIAS ROCHA

**A LUTA POR DENTRO DA LUTA: DISPUTAS E TENSÕES SOBRE
GÊNERO E RAÇA NO PCB**

Tese de doutorado apresentado à
Universidade de Brasília (UnB), como
parte das exigências do Programa de Pós-
Graduação em Política Social (PPGPS),
com requisito para defesa do título de
Doutora, sob orientação da Profa. Dra.
Sandra Oliveira Teixeira

Linha de pesquisa: Estado, Políticas
Sociais e Direitos

Brasília-DF
2022.

BANCA

Dra. Sandra Oliveira Teixeira
(Orientadora)

Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos
UFRN
(Membro titular externo)

Dra. Lucélia Luiz Pereira
(Membro titular)

Dra. Helga Maria Martins De Paula
UFJ
(Membro titular externo)

Dra. Raquel Sant'Ana
Unesp
(Membro suplente externo)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RQ11

ROCHA, QELLI VIVIANE DIAS

A LUTA POR DENTRO DA LUTA: "DISPUTAS E TENSÕES
SOBREGÊNERO E RAÇA NO PCB" / QELLI VIVIANE DIAS ROCHA;

orientador Sandra Oliveira Teixeira; co-orientador
LuisAcosta. -- Brasília, 2022.

282 p.

1. Gênero. 2. Raça. 3. Partido Comunista. 4. tesões e
disputas . I. Teixeira, Sandra Oliveira, orient. II.
Acosta,Luis , co-orient. III. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à pessoa que mais me inspira a continuar a viver e lutar pela autonomia e emancipação das Mulheres, Dra. Ana Erika, minha filha-irmã, e aos/às camaradas de Uberaba-MG, Priscila Santher, Moises Laerte, Luana Braga e Ana Paula Silveira, que sonharam comigo a construção de mulheres e homens verdadeiramente livres, combatentes das opressões de Gênero, Raça e sexualidade dentro e fora do PCB.

AGRADECIMENTOS

Como é difícil agradecer à soma de muitas “gentes” que vão nos constituindo em nossas caminhadas, gente do cotidiano, do exercício profissional, do fortalecimento e pertencimento de nossas identidades, subjetividades, do que somos e do que pretendemos Ser.

Então, comecemos por quem nos orienta, é bússola, rumo e travessia, quem me possibilitou erguer esta pesquisa, me aceitou mesmo sem me conhecer e de uma forma muito acolhedora e carinhosa: minha orientadora, profa. Dra. Sandra Teixeira, exemplo de profissional, de orientadora, de mulher negra. Não tenho palavras para descrever este percurso que muitos falam ser solitário. Com você, nunca foi assim!

Sempre me senti acolhida, amparada, instigada, provocada, quiçá eu possa, no caminho ainda a seguir, ser luz, como você foi para mim. Obrigada pela partilha de vida, nestes tempos nebulosos, de crise social, econômica e humanista, crise de valores, de solidariedade. Nossas vidas se cruzaram e dividimos perdas, dores e muitos sonhos, como por exemplo o exercício da maternagem. A minha ainda está por vir, mas a tua, acompanho pelas notícias, fotos...

Agradeço à professora Ivanete Boschetti, que para além de ter sido minha professora, foi a ponte entre mim e Sandra, minha orientadora.

Agradeço à minha família que, desde sempre, mesmo distante geograficamente, me apoiou, esperou e esperançou essa conquista, que jamais foi sonhada, imaginada, conquista que se avizinha e parece se concretizar. À minha mãe, que mesmo lendo de carreirinha, não vê a hora de este sonho se concretizar. Aos meus irmãos Valério, Néia, Lora e Fabinho, este sempre me presenteando com livros desde os meus 18 anos de idade, quando me tirou do analfabetismo funcional. À Mara, pelas aventuras que, com Valério, me tiraram algumas vezes do poço.

A minha doce, meiga, amiga, guerreira, “filha” e irmã Ana Erika, que é um mirante, um porto em minha vida, que me acolheu nestes dias tão difíceis que foram estes últimos dois anos. Sem você, nem estaria viva, sobretudo nesta reta final, aqui em sua casa, com nossa família canina (Bento, Bethania e Ayra)

Ao Yan Carlos, “minha cria”, meu querido, lindo camarada, com quem tive e tenho prazer de compartilhar a vida, os sonhos e muitas dores, que me ampara quando eu

padeço e me traz racionalidade quando tudo é tomado pela comoção, pela dor e pelo desespero.

Minhas amigas, com quem tenho o prazer de conviver e caminhar desde sempre em Cuiabá, Mércia, Gabriele, Márcia, minhas outras partes, minhas contradições, um eu, de mim, maior! Minha Minas Gerais em Cuiabá!

À prof. Ivna, minha parceira de luta, de caminhada, de compartilhamento das angústias de quem é “pau-rodado” numa terra tão hostil quanto Cuiabá, mulher com quem tenho tido o prazer de rir, tomar uns goles e dividir as fileiras... Mulher que busca a liberdade, mesmo onde parece não haver jeito.

Aos/às queridos/as companheiros/as da ADUFMAT, Reginaldo, Alair, Robertinho, Aldir, nossos conflitos jamais foram empecilhos para nossa amizade. A grandeza da vida é poder chamá-los de Amigos!

Ao Andes-SN por ter me feito o “couro engrossar”, embora minha vontade fosse de fazer uma militância sem perder a ternura.

Ao departamento de Serviço Social da UFMT, especialmente as professoras/e Liliane, Eva e Erivã (ambas sempre perto e acolhendo) e Josiley com as críticas contributivas, com o “socorro” no dia em que pensei em desistir, muito obrigado por estar em minha vida! E, aos/às discentes que me ensinam a aprender, para ensinar.

Ao Junior (patchuli) que foi em tão pouco tempo, um tempo bom, necessário, um frescor. Num dia de bolo doce com café amargo, nas tardes de choro e de dor que se transformavam em dança, em olhares e sabores, em colo, em cuidado. Pela leveza de ver o amanhecer, as séries, os filmes e tudo ainda que estar por vir... Obrigada!

Às pretas com quem tenho orgulho de me racializar, Elizabeth, Amanda, Rafaeli, Maria, Mayara, Fabiane e Amanda. Amo vocês! Somos grandes e nos fortalecemos quando estamos juntas.

Ao programa de doutorado interinstitucional da UnB com a UFMT.

À Capes pelos 6 meses de bolsa.

Aos e às camaradas de todo o partido comunista, sobretudo Helga, Jaqueline, Marcia, Ana Karen pelas partilhas, pelos sonhos, pela extensão, pela vida em camaradagem!

Às militantes do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM) e ao coletivo Minervino de Oliveira.

À minha terapeuta Elisa Gin, que me auxilia no processo de recuperação da saúde mental. É importante falar sobre esta condição humana que é invisibilizada e

marginalizada em todas as instâncias e dimensões de nossas vidas. Foram 5 anos muito duros. “Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro”.

Às professoras que compuseram a banca, professoras Helga, Jucelia, Silvana Mara e Raquel Sant’Ana, este ser sublime, respeitoso e amigo, amo-te, Raquel.

Aos camaradas do PCB de Uberaba e Mato-Grosso, que dividem as fileiras comigo!

Àquelas que vieram antes de mim, as que caminharam comigo e as que virão depois. Vale a pena, quando se é comunista!

RESUMO

Esta tese analisa o lugar das relações sociais de Gênero e Raça nas ações programáticas, táticas e estratégicas no Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre as décadas de 1990 e 2020. Considerando que tais relações são constitutivas do desenvolvimento capitalista na formação sócio-histórica brasileira, por meio da pesquisa bibliográfica, análise documental e de conteúdo dos cadernos de resoluções do partido (X aos XVI cadernos de resoluções), verificamos como nas últimas três décadas o PCB apreendeu a constituição da classe trabalhadora brasileira. Com base nos escritos de Marx e Engels sobre a formação da classe trabalhadora na França e na Inglaterra, buscamos ampliar as categorias proletariado e operariado para abarcar a classe trabalhadora brasileira que, desde a invasão portuguesa, e com a economia escravista-colonial, foi e é heterogênea. Compreendendo esta heterogeneidade da classe a partir de Linden, Badaró, Saffioti e Clovis Moura, percebemos como o PCB é conservador e retrógrado na atenção e adesão às lutas antimachista e antirracista. Mesmo com quadros intelectuais orgânicos que desde 1960 faziam a defesa da diversidade na composição da classe, seguindo as orientações de Lênin e da Internacional Comunista, só no início da segunda década deste século o partido, após as manifestações de junho de 2013, implementou no XV congresso, como frentes de massa, o coletivo feminista Ana Montenegro e o antirracista Minervino de Oliveira, o que demonstra como o partido teve uma conduta conservadora na análise e na prática. Esta tese nos possibilitou verificar ser assertiva a visão do PCB em relação à reestruturação produtiva, ao neoliberalismo e às refrações nas instituições tradicionais de representação e proteção da classe trabalhadora, mas que é incipiente, débil, espontânea e amadora a forma como o Partido Comunista Brasileiro tem se comprometido com as demandas reais de mulheres e negros/as na luta pela emancipação política e humana.

Palavras-Chaves: Gênero, Raça, Partido Comunista Brasileiro (PCB), heterogeneidade, classe.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the place of gender and race relations in programmatic, tactical, and strategical actions from the Partido Comunista Brasileiro (PCB – the Brazilian Communist Party) from 1990 to 2020. Considering that these relationships are an essential part of the capitalist development in the social and historical formation of the country, we resorted to a bibliographic research, analyzing documents and the content of the resolution logs of the party (from log X to XVI), to verify how, in the last three decades, PCB apprehended the constitution of the Brazilian working class. Based on the writings by Marx and Engels about the formation of the working class in France and England, we attempted to broaden the categories of proletariat and industrial proletariat to include the Brazilian working class who, since the Portuguese invasion and the inception of the slavery-based colonialist economy, has been heterogeneous. Analyzing this class heterogeneity from the perspectives of Linden, Badaró, Saffioti, and Clovis Moura, we found that the PCB is conservative and obsolete in its adherence and attention to the anti-sexist and anti-racist struggles. Even though its organic intellectual members defended the diversity in the composition of the working class since 1960, according with recommendations by Lenin and the Communist International, only in the beginning of the second decade of the current century the party, after the manifestations of June 2013, would implement, in its XV congress, the feminist collective Ana Montenegro and the anti-racist collective Minervino de Oliveira, showing how conservative the party had been

in its analysis and practice. This thesis allowed us to confirm that, though PCB asserts itself in regards to productive restructuration, neoliberalism, working class protection, and traditional institutional refraction, it has been incipient, feeble, spontaneous, and amateurish in the way it has been addressing the real demands of women and black people in their fight for political and human emancipation.

Keywords: Gender, Race, Partido Comunista Brasileiro (PCB), heterogeneity, class.

RESUMEN

Basada en las acciones programáticas, tácticas y estratégicas del Partido Comunista Brasileño (PCB), esta tesis analiza, en el período comprendido entre las décadas de 1990 y 2020, el debido lugar ocupado por las relaciones de género y raza, relaciones estas constitutivas del desarrollo capitalista en la formación socio-histórica brasileña. Así, y a través de investigación bibliográfica, análisis de documentos y investigación del contenido de los Cuadernos de Resolución del Partido (Cuadernos de Resolución X a XVI), verificamos como, en las últimas tres décadas, el PCB aprehendió la constitución de la clase obrera brasileña. Considerando la heterogeneidad actual de una clase obrera que, desde la invasión portuguesa, es dependiente de una economía esclavista y colonial, ampliamos las categorías del proletariado y de la clase obrera a partir de los escritos de Marx y Engels, quienes se dedicaron al análisis de los mismos en Francia y Inglaterra. Sobre la base de la heterogeneidad y de los estudios de LINDEN; BADARÓ; SAFFIOTI y CLÓVIS MOURA, nos dimos cuenta de lo conservador y retrógrado que es el PCB en relación a la atención y adhesión a las luchas contra el machismo y el racismo. Concluimos que, aunque partiendo de las orientaciones de Lenin y de la Internacional Comunista, incluso con la presencia de intelectuales orgánicos que, desde 1960, se afirmaron defensores de una diversidad en la composición de la clase obrera, sólo después de las protestas de Junio de 2013, se fue posible la implementación, en su XV Congreso, de los frentes de combate Colectivo Feminista Ana Montenegro y Minervino de Oliveira que, a su vez, reiteran la conducta analítica y práctica conservadora de este Partido en Brasil. Ciertamente demostramos ser asertiva la postura del PCB frente a la reestructuración productiva, al neoliberalismo y a las refracciones en relación a las instituciones tradicionales de representación y protección de la clase obrera. Sin embargo, concluimos que aún es incipiente; débil; espontáneo y aficionada la forma en que este Partido Comunista Brasileño se ha comprometido en la lucha por la emancipación política y humana en relación a las demandas reales de las mujeres y de los negros.

Palabras-clave: Género, Raza, Partido Comunista Brasileño (PCB), Heterogeneidad, Clase.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALCA Area de Livre Comércio Entre as Américas

Aliança Nacional Libertadora (ANL)

ANL Aliança Nacional Libertadora

BBB Bancada do boi, bíblia e bala

BIRD Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

BPC Benefício de Prestação Continuada

CC Comitê Central

CF Constituição Federal

CFCAM Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro

CNOP Comissão Nacional de Organização Provisória

CUT Central Única dos Trabalhadores

FEDIM Federação Democrática Internacional das Mulheres

FGV Fundação Getúlio Vargas

FMI Fundo Monetário Internacional

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IC Internacional Comunista

INAMPS Instituto de Assistência Médica da Previdência Social

IPEA Instituto de Pesquisa Sobre a População Economicamente Ativa

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBT Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais

MBL Movimento Brasil Livre

MDB Movimento democrático Brasileiro

MJ Ministério Justiça

MMFDH Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

MNU Movimento Negro Unificado

MST Movimento sem Terra

UNODC Nações Unidas sobre Crime e Drogas

ONG Organização não governamental

OPP Organizações provadas de interesse públicos
OSCIP Organização social civil de interesse público
OS Organizações sociais
PNM Partido Nacional das Mulheres
PC do B Partido Comunista do Brasil
PC Partido(s) Comunista(s)
PCB Partido Comunista Brasileiro
PCI Partido Comunista Italiano
PCUS Partido Comunista da União Soviética
PNAD Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PPS Partido Popular Socialista
PT Partido dos Trabalhadores
RGPS Regime geral da previdência social
UFRJ Universidade federal do Rio de Janeiro
UNE União Nacional dos Estudantes
Unesp Universidade Estadual de São Paulo
UFB União Feminina do Brasil
Unicamp Universidade Estadual de Campinas
URSS União Soviética
USP Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I- SOCIABILIDADE CAPITALISTA, CONSCIÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DE CLASSE.....	29
1.1 Trabalho: Estranhamento e Formação de Consciência de Classe.....	30
1.2 Patriarcado e Racismo, Proletariado e subordinado: mecanismos da exploração da força de trabalho.....	49
1.2.1.1 Consciência de classe e a organização da força de trabalho negro	70
1.2.1.1.1 Consciência de classe e a organização das mulheres.	79
CAPÍTULO II - RAÇA E GÊNERO, RELAÇÕES E TENSÕES NO PARTIDO COMUNITA BRASILEIRO.	89
2.1 Interpretações sobre nossas particularidades.	90
2.1.1 As influências das internacionais Comunista e as Questões de Raça e Gênero no PCB..	100
2.2 Pode o Subalterno Falar? Ampliando categoria proletário.....	116
2.3 A importância do pensamento feminista negro no Brasil.	129
2.4 Consustancia, nó, enovelamento, clivagens de um amalgama opressivo.....	139
CAPÍTULO III- O LIXO VAI FALAR, E NUMA BOA! Classe, Raça e Gênero: Relações e Tensões no PCB	147
3.1 sobre o partido comunista – breve historio.....	148
3.1.1 Tudo que é solido se desmancha no ar: o Neoliberalismo e sua face conservadora.	159
3.1.1.1 A organização política em tempos de neoliberalismo	175
3.2 O mundo do trabalho a reestruturação produtiva impactos sobre corpos generificados e racializados.....	176
3.2.1 um passo para a frente, dois para trás – (XI Caderno de Resoluções) - O movimento feminino.	190
CAPÍTULO IV- “COMUNISMO_ ANTI-RACISTA E ANTI-MACHISTA: CASAMENTO INFELIZ?”	200
4.1 Entrando no século XXI	201
4.1.1 Táticas e Estratégias do PCB para as questões de Gênero e Raça	212
4.2 Fomos e somos comunistas.	224
4.2.1 O feminismo classista – O movimento negro.	229
4.2.1.1 Conservadorismo e ideologia, antes e depois do golpe_ precisamos falar de Gênero e Raça.	241
CONCLUSÕES.....	258
REFERÊNCIAS	264

INTRODUÇÃO

“A Luta por dentro da Luta”. Tive contato pela primeira vez com esta categoria quando ainda elaborava meu projeto de mestrado em 2009. Na ocasião, pretendia compreender como as identidades de Gênero e o tornar-se mulher se processavam junto à luta pela Reforma Agrária. Naquele momento tive acesso às pesquisas de Antônio Tomaz Junior¹ e buscava compreender a identidade como uma construção social e, portanto, coletiva, determinada pela relação que as mulheres tinham com a reorganização da divisão sexual do trabalho a partir da metodologia do MST, que incluía a divisão em coletivos coordenados por duplas, e em relação à lida com capina, plantio, colheita, atuação política, afazeres domésticos, dentre outros. As mulheres subvertiam as identidades outrora lhes atribuídas.

Em 2012, demonstramos a grande contribuição do autor para os estudos das relações de Gênero na pesquisa que resultou na dissertação elaborada por mim, intitulada “*Levantadas do chão: a construção da identidade de Gênero no processo de implementação das políticas públicas agrárias para as mulheres*”. Buscamos, por meio das obras *Ontologia do Ser Social* (1979a) e *Reprodução* (2010b), demonstrar como a luta pela terra no Brasil, historicamente, era organizada com base num sistema patriarcal e paternalista, donde os traços coloniais subscreviam o espaço doméstico, em particular o lugar das mulheres. Investigamos em que medida a divisão social e sexual do trabalho no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) contribuía para o desenvolvimento da consciência de Gênero.

A defesa da relação com o trabalho enquanto categoria ontológica determinou as categorias analíticas e evidenciou que, numa organização social como o MST, havia um movimento duplo que se retroalimentava, ao mesmo tempo fazendo os sujeitos (homens e mulheres) expandirem sua consciência de Gênero e de pertencimento à classe trabalhadora que esse processo em si e para si significava, a partir da organização do MST da reconfiguração da divisão sexual do trabalho e do caráter imanente do desenvolvimento da consciência.

¹ O Papel Da Mulher Na Luta Pela Terra. Uma Questão De Gênero E/Ou Classe?. Disponível em <file:///C:/Users/qelli/Downloads/792-Texto%20do%20Artigo-1968-2222-10-20111116.pdf>, acessado em 11/03/2010

Nesta pesquisa, concluímos que o trabalho organizado fora do esquema binário e dicotômico entre os gêneros masculino e feminino possibilitava um salto qualitativo para o desenvolvimento da consciência de Gênero e de classe.

Sob uma constituição anticapitalista, as mulheres e os homens eram impulsionados significativamente ao desenvolvimento, fortalecimento e organização da consciência de classe, refletindo num movimento de massa com clara tática de emancipação política, sem perder de vista que a emancipação humana está estrategicamente circunscrita pela superação do modo de produção capitalista.

Na defesa da dissertação em 2012, pouco ainda se ouvia “falar” sobre a questão da identidade, exceto pela perspectiva *queer*, que na época era vista e compreendida como inovadora. Para nós, aquele momento fazia parte de um processo de transferência dos problemas de Gênero das estruturas e instituições patriarcais para as relações individuais, subjetivas e interpessoais.

Até a apresentação do projeto de doutoramento para a Universidade de Brasília (UnB) em 2017, percorri, por quase uma década, o caminho de pesquisar e reconstruir mediações sobre a luta contra as opressões, indissociável da luta contra a exploração.

A unidade diversa que é esta categoria e a luta pela superação da sociabilidade capitalista, compreendendo que somos seres apartados dos meios de produção, ao mesmo tempo gestados pela opressão-dominância proveniente desta ordem sociometabólica que determina as condições objetivas e subjetivas em que fazemos estas lutas, me levaram a buscar, a partir de nossa formação sócio-histórica, os nexos causais da opressão-dominância de Raça e Gênero em nossa particularidade (capitalismo periférico-dependente).

Partindo da hipótese de que patriarcado e racismo são fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica brasileira, buscamos, através da teoria crítica, demonstrar como as análises sobre nossa formação sócio-histórica na leitura e interpretação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), se abstiveram, marginalizaram, senão, contestaram e negaram esta perspectiva de análise da realidade.

Desta forma, coube-nos a seguinte pergunta sobre o campo da ação política: teria o PCB absorvido tardiamente essas particularidades que marcam nossa classe trabalhadora e, portanto, negligenciado as reivindicações das mulheres e dos/as negros/as?

Neste sentido, o estudo que ora apresentamos buscou caracterizar a relação entre a ação política do PCB e as opressões de Gênero e Raça, com vistas a apreender o lugar

e a direção da agenda de opressões nos programas, ações, estratégias e táticas da organização política partidária comunista brasileira. Para tanto, nossas sistematizações partiram da consideração de que a agenda de combate às opressões de Gênero e de Raça foi tardiamente “acolhida” pelo programa político deste partido, pois este se orientou apenas pelo legado da Revolução Russa, deixando de estabelecer mediações no Brasil quanto ao combate às opressões e à exploração da força de trabalho de homens e mulheres negros/as.

Acreditamos que o Partido Comunista Brasileiro, tenha assentado sua análises sobre a formação sócio-histórica brasileira, desconsiderando a centralidade dos movimentos de resistência dos/as negros/as e das mulheres como sujeitos constitutivos da classe trabalhadora. Isso, até o início deste século, impossibilitou o partido de compreender e atuar junto à heterogeneidade da classe trabalhadora, cooperando para a subalternização daqueles/as que vivem do trabalho, mas não se constituem como operário fabril tradicional.

A análise partiu da década de 1990, pois acreditamos ter sido nesta década que houve a maior explosão dos movimentos sociais no Brasil e buscamos compreender qual sua influência sobre a pauta de combate as opressões no PCB.

Este trabalho, longe de apenas defender as contribuições históricas do Partido Comunista Brasileiro à organização da classe trabalhadora no Brasil e à formação e formulação de nossa particularidade, justifica sua importância pelo fato de que contribuirá para o debate necessário para o entendimento de que as mediações estabelecidas entre as particularidades do modo de produção capitalista-periférico aqui implementado e sua capacidade sintética de erguer “um complexo de novas estruturas, cedendo lugar à expansão ‘racionalizada’ da sociedade civil” (GRAMSCI, 2011, p. 19) asseguraram a absorção de movimentos sociais feministas e antirracistas a partir da contradição capital/trabalho e dos processos não lineares da História, que nos aponta avanços e também retrocessos no que tange às condições revolucionárias da luta de classes.

A manutenção da perspectiva eurocentrada do partido comunista brasileiro sobre as categorias de proletariado, operariado, organização e consciência de classe, obliterava a compreensão de que, desde o século XVII, já havia movimentos de resistência no Brasil.

Assim, nosso trabalho buscou evidenciar que, para além de nossa formação conservadora, patriarcal, racista e sexista (que sustenta o capitalismo periférico e a sociabilidade burguesa), o próprio movimento do capital (antecedendo as lutas sociais nos países periféricos, dada a crise orgânica do capital), como sempre, solapou estas lutas

(mulheres e negros/as) sob o “*ethos* burguês” sustentado pela reprodutividade do capital, mas também ampliou o arco de possibilidades de reorganização da classe e sua compreensão não homogênea, uniforme e estanque, mas diversa e heterogênea.

Não obstante, temos a clareza de que toda conclusão a que chegarmos será sempre muito aproximativa e provisória. Por aqui, abrimos apenas uma janela, um mirante de análise, sobre o qual foi possível enxergar, ainda que parcamente, nosso objeto tão complexo, mutante e histórico, em parte graças aos obstáculos enfrentados pela pesquisadora que, atravessada e “apaixonada” pelo objeto de estudo, custou a dele se apartar, para mais racional e criticamente o perquirir.

Além disto, é preciso destacar que a produção sobre a questão racial e de Gênero, relacionada ao partido comunista, é muito pequena, quase inexistente entre a década de 1990 e o ano de 2022 — por isso, é importante o problema colocado e relevante esta pesquisa.

Neste momento, cabe uma breve consideração. Quando iniciamos esta pesquisa, eu era diretora do Andes-SN, e terminaria a gestão com a finalização dos créditos, ou seja, no final de 2019. Entretanto, não contávamos naquele momento que a pandemia de covid-19 prolongaria nosso mandato até metade de 2020, e que, ao invés de lutar para a não implementação da Emenda Constitucional 95, teríamos que lutar contra o fascismo, eclodido pela eleição de 2018 com a presidência de Jair Messias Bolsonaro e tudo o que ela posteriormente significou — como, por exemplo, o reacionarismo conservador e a falta de intervenções para conter e/ou controlar a pandemia da covid-19.

A pandemia de covid-19 impossibilitou a pesquisa de campo e a aplicação de entrevistas semiestruturadas, documentais e bibliográficas, considerando o fechamento das universidades e de quase todas as instituições brasileiras e mundiais graças ao isolamento social e às barreiras sanitárias, extremamente necessárias.

O início da pandemia coincidiu com um problema de saúde pessoal que se agravou e me fez entrar em sala de cirurgia no dia 18 de abril de 2020, me impossibilitando de dar continuidade à pesquisa por 4 meses. Logo após, passei pelo processo de contaminação com o vírus, e, de lá para cá, tenho lidado com as sequelas da doença, tais como a depressão.

Além da cirurgia, uma histerectomia em caráter de urgência, o contexto pandêmico teve refrações significativas em minha saúde física e mental. O comprometimento com o sistema urinário, por exemplo, exigiu e ainda exige cuidado,

pois, com a compressão da bexiga, passei a ter infecções urinárias de repetição e pielonefrite, o que me levou a algumas internações e intervenções.

Acredito que seja necessário apontar esses fatores porque, como pesquisadora, não deixo de ser humana, e como tal, sou e serei sempre atravessada por aquilo que afeta a existência da nossa espécie.

O sofrimento coletivo com as perdas diárias de pessoas próximas, conhecidas e desconhecidas, contabilizadas pelos números de óbitos que cresciam a cada dia, num total de quase 700 mil pessoas, expôs como o capital, por meio da privação do acesso aos bens e à riqueza socialmente produzidos, mostrava sua face mais bárbara. Era impossível o isolamento social nas favelas, comunidades, periferias e nas populações em situação de rua, e presenciávamos a morte de corpos generificados e racializados, pertencentes à classe trabalhadora, por falta de oxigênio.

O aumento do desemprego e de desalentados, evidenciava a cara, a cor, o Gênero e a Raça das pessoas que, com suas famílias inteiras, buscavam abrigo sob as marquises das grandes cidades. Ao mesmo tempo, disseminavam-se o ódio, o rancor e o ressentimento como práticas de governança. A “banalidade do mal” se alastrou e todos e todas nós adoecemos. O medo de falecer sozinha dentro de casa me assolou nos dias em que, contaminada pela covid-19, tive braquicardia. Foi a partir daí que se instalou o quadro depressivo mencionado acima.

O clima de desespero e desesperança no Brasil também foi estimulado à medida em que via e ouvia como o Estado se negava a prestar assistência às famílias mais empobrecidas e impossibilitadas de fazerem o isolamento social, negação articulada a um discurso antivacina e irracional.

Ainda assim, foi preciso continuar. Ser mulher, bissexual, negra e nordestina me impôs a condição de continuar convicta da necessidade deste trabalho. Desta maneira prossegui, como aqueles e aquelas que ousam fazer pesquisa num contexto de extremo desmonte do ensino público, com as propostas de parcerias público-privadas pelo FUTURE-SE.

A satanização do marxismo e a criminalização daqueles/as que denunciam o racismo e o patriarcado dentro e fora das universidades reforçaram a ideologia segundo a qual os estudos sobre Gênero e Raça ocupavam, nas ciências humanas e sociais, as ditas “áreas de perfumaria”, Saffioti (1987), ou seja, que eram estudos superficiais.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, um conjunto de ataques sobre as mulheres, negros/as, indígenas, quilombolas e outros sujeitos sociais, passou a dismantelar o pouco

que restava da Constituição Federal de 1988. As análises econômicas feitas pela esquerda brasileira consideravam estes ataques como uma “cortina de fumaça”, que “obliterava” a apreensão das reformas propostas pelo ministro da economia Paulo Guedes, quando na verdade, as mulheres e negros/as já denunciavam que as reformas trabalhistas, da previdência, além da tributária e da administrativa, iriam sobremaneira pesar sobre as pessoas generificadas e racializadas.

Do momento em que iniciamos a pesquisa até o presente, fomos atravessados por estas questões. Vivenciamos um período de retrocesso da conquista de direitos da classe trabalhadora, das reformas trabalhistas e da previdência, além da possibilidade da reforma administrativa, que, além de transferir para a iniciativa privada o acesso a bens e serviços produzidos pelo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, mercantiliza as vidas, determinando quais poderão usufruir, ainda que no mercado, o acesso as políticas públicas.

No campo ideo-político, o personalismo, por meio do populismo, atravessa as relações políticas, institucionais e interpessoais. A descrença na ciência, na arte, na filosofia, afirma o senso comum, orientado pelo conservadorismo que corrobora a divisão e a serialidade da classe trabalhadora. A xenofobia, o racismo, o sexismo e a LGTBfobia ocupam os espaços da vida cotidiana, além do processo de organização das relações produtivas, que se baseia, cada vez mais, na utilização do trabalho improdutivo e na substituição da força de trabalho humana pela inserção da biorrobótica na biomedicina.

A degradação ambiental, o desmatamento e a crise das fontes de energia elevam as disputas políticas a disputas bélicas. Conflitos na África e no oriente médio, como o conflito da Síria e a recente guerra entre a Rússia e a Ucrânia, polarizam o mundo entre as principais potências econômicas industriais.

Compreendendo esta conjuntura e os limites das lutas contra a opressão, que não consideram a luta contra a exploração e, por sua vez, as lutas contra a exploração, que não amalgamam a luta contra o combate à opressão/dominação, e, partindo das pesquisas já elaboradas aos longos destes 16 anos de profissão, consideramos que é urgente o tema para o campo da esquerda.

Partimos da premissa do Manifesto do Partido Comunista, de Karl Marx, segundo a qual o partido comunista não deve moldar o movimento operário. Por isso, deve se distinguir dos outros partidos em ações táticas e estratégicas, se inserindo nos movimentos nacionais dos proletariados, fazendo prevalecer os interesses destes e compreendendo as diferentes fases por que passa entre proletários e burgueses,

representando sempre os interesses do movimento em seu conjunto. É por isso que nós, neste trabalho, buscamos ampliar o conceito de proletariado e os interesses deste nestes últimos 30 anos no Brasil.

Quanto aos aspectos metodológicos, tomamos como pressuposto os estudos de Kosik (2010). O ponto de partida da investigação dialética da realidade social é a própria totalidade concreta. Entretanto, esta não é captável de modo imediato, pois, dadas as determinações sociais e históricas da realidade, *“esta não se apresenta aos Homens como objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo polo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo”* (KOSIK, 2010,13). A realidade é unidade da essência e do fenômeno em sua contradição e negação, portanto “apreendida” por meio da verdade aproximativa.

Ocorre que, no “mundo real”, o concreto toma a forma das representações fenomênicas, embora estas não sejam cindidas da representação da totalidade concreta (essência). Tem, no espaço da vida cotidiana (dada a imediaticidade desta forma de práxis utilitária), a expressão da pseudoconcreticidade.

Na perspectiva da teoria crítica histórico-dialética (marxiana), a apropriação do mundo real dado pela razão sensível conduz à reprodução do real por intermédio das faculdades intelectuais, ou, conforme Kosik (2010), por meio do concreto-pensado. Assim, “[...] o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto” (MARX, 2011, pp. 54-55).

Neste sentido, as categorias são formas de mapeamento das relações reais, portanto, também concretas e materialmente determinadas. De acordo com Carvalho (2012), eis um aspecto importante da oposição ao idealismo hegeliano. A afirmação do real em Marx se dá como concreticidade do mundo produzido e reproduzido material e espiritualmente pelos homens em seu processo de vida real. Marx (2011, p. 56) afirma que

[...] “as categorias simples são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter se realizado sem ainda ter posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas”. Isto porque o concreto, em sua forma mais complexa, mantém a própria categoria de modo subordinado em sua relação.

As categorias, por mais simples e universais que pareçam, só devem e podem ser compreendidas pela lógica interna de sua concreção histórica particular. Disto isto,

apontamos um problema nas relações sociais de Gênero e de Raça. Estas têm sido hegemonicamente apreendidas e analisadas a partir da sociabilidade burguesa heterossexual, racista e machista e, neste sentido, mediadas pela dicotomia e pelo binarismo próprios e particulares ao modo de produção e reprodução capitalista, o que, em nossa perspectiva, escamoteia toda diversificação histórica, fazendo com que este processo, que é síntese de todos os processos históricos pelos quais passamos até o presente momento, apareça como único, intransponível, imutável, e negando, portanto, todo processo contraditório, antagônico e transformador.

Os conflitos de classe, de Gênero e raciais tendem a ser concebidos, interpretados e enfrentados isoladamente. O modo de produção capitalista (por se constituir como um modo de reprodução social) tem, por meio da ideologia, construído práticas sociais e discursivas que nos fazem crer na existência de uma cisão entre ideologia e produção material da vida.

Esta cisão contribuiu, por muito tempo, para que teóricos das relações sociais de Gênero e Raça, que se orientam pela perspectiva crítica materialista-histórica, priorizassem sua apreensão em análises de cunho economicista.

Malgrado tais considerações, a perspectiva materialista histórico-dialética circunscreveu o método desta pesquisa, de modo que tomamos por referência dorsal os escritos de Marx e Lukács. Além disso, aprofundamos nossa pesquisa sobre Gênero e Raça a partir dos estudos e pesquisas desenvolvidas por autoras/es como Lobo, Saffioti, Toledo, Alves, Cisne, Santos, Moura, Ianni, Fernandes, Arruza, Stabile, Silva, Moura, Silva, Rodrigues, Carneiro, Nascimento, Neto etc. Nosso objetivo foi contribuir para a discussão sobre as relações sociais de Gênero e Raça para subsidiar o tema proposto e seu aprofundamento. Optamos por apreender as categorias Gênero e Raça como unidades coextensivas e consubstanciais, inscritas pelo modo de produção capitalista.

Consideramos que enovelamento e intersecção se complementam, pois nem sempre subordinação, opressão e dominação compõem-se de forma horizontal. Muitas vezes até se sobrepõem — porém isso não significa que essa sobreposição seja mediada no campo das relações interpessoais, e, portanto, não se refere ao indivíduo, mas às estruturas que criam experiências e barreiras sociais únicas.

As teóricas que defendem esta perspectiva afirmam e buscam evidenciar que nenhuma forma de opressão pode ser entendida ou superada isoladamente, e que a luta contra a opressão e a exploração deve contemplar e incluir todas as camadas de oprimidos/ subordinados.

A partir disso estabelecemos relação entre a teoria feminista e antirracista para analisar os documentos do PCB e verificar qual o lugar de combate e enfrentamento das opressões de Gênero e Raça nas táticas e estratégias do partido. Metodologicamente, já é comprovado que as relações sociais, seja de Gênero, Raça e/ou sexualidade, são co-produtoras e reprodutoras umas das outras, pois, ainda que uma delas aparentemente possa ser e alterar subjetivamente, efetivamente só se alteram, quando há mudança estrutural. Kergoat (2010).

Destarte, buscamos analisar qual lugar as questões dos movimentos de mulheres, negros/as e da população LGBT tem ocupado nas ações, táticas, programas e estratégias do PCB.

Desse modo, analisamos o conteúdo do X Caderno de Resoluções do PCB, elaborado em 1993, período que acreditamos ser de maior efervescência naquele século no que diz respeito às pautas relacionadas à questão de Gênero e Raça. A partir daí, continuamos com análises do XI Caderno de Resoluções, de 1996, e do XII Caderno de Resoluções, de 2000, seguindo posteriormente até o Caderno XVI.

Quadro 1. Ano, resoluções e categorias analíticas

CONGRESSO	ANO	RESOLUÇÃO	Nº	CATEGORIA
X Congresso	1993 - Rio de Janeiro	Não há nenhuma resolução que faça menção à questão de Gênero ou de Raça		Neoliberalismo Reestruturação produtiva Massa
XI Congresso	1996 - Rio de Janeiro	4.2 o movimento feminino	93 a 99	Reestruturação produtiva neoliberalismo Movimento feminino
XII Resoluções do PCB	2000 - Rio de Janeiro	Não há nada sobre a questão de Gênero ou de Raça	O documento não está digitalizado e só foram encontradas partes	Balanco sobre o fim do socialismo real, declínio do sindicalismo como forma de organização tradicional Reestruturação produtiva
XIII resoluções do PCB	2005 - Belo Horizonte	O caráter do capitalismo no Brasil	O documento não está numerado	Balanco histórico Reestruturação produtiva e impactos sobre as mulheres

<p>XIV Resoluções do PCB</p> <p>A Estratégia e a Tática da Revolução Socialista no Brasil</p>	<p>2009 - Rio de Janeiro</p>	<p>Desdobramentos táticos da estratégia socialista</p>	<p>5 e 46</p>	<p>Reforço construção movimento de mulheres táticas e estratégias</p>
<p>XV Resoluções do XV congresso do pcb</p> <p>O PCB e o Movimento de Massas</p> <p>Declaração Política do XV Congresso Nacional do PCB</p>	<p>2014</p>	<p>Conjuntura e referenciais programáticos</p> <p>O capitalismo contemporâneo e a hegemonia burguesa</p>	<p>86 a 100</p>	<p>Balanco Movimento negro (coletivo Minervino) Movimento de mulheres (CFCAM)</p>
<p>XVI Congresso São Paulo novembro de 2021</p>	<p>2021</p>	<p>Perfil do proletariado brasileiro</p>	<p>resoluções que apontam a questão de Gênero: 33, 36, 39, 40, 83,93, 98,99,110,115, 157</p>	<p>Desigualdade social, Raça e Gênero</p> <p>Trabalho improdutivo</p> <p>Patriarcado e racismo</p> <p>Escravidão, dominação</p>
		<p>Relações de produção e formas de atuação da classe trabalhadora no enfrentamento ao capital</p>	<p>Resoluções que apontam questões de Raça e Gênero: 15, 28,34, 39,40, 83, 99</p>	<p>Desigualdade social, Raça e Gênero</p> <p>Trabalho improdutivo</p> <p>Patriarcado e racismo</p>

<p>XVI Congresso nacional do PCB – resolução 2 Programa de Lutas para implementação da estratégia socialista no Brasil</p>	<p>2021</p>	<p>Programa de Lutas para implementação da estratégia socialista no Brasil</p>	<p>17, 41 (Gênero e Raça)</p>	<p>Política neoliberal, Bolsonarismo Negros e mulheres</p>
		<p>Movimentos de juventude, mulheres, negros e negras, LGBT e povos indígenas</p>	<p>68,69, 70,75</p>	<p>Precariedade das condições de trabalho Contrarreforma Violência</p>

Fonte: Elaboração própria. A partir dos cadernos de resoluções – Elaborado por Qelli Rocha, Milton Junior, 2022.

A escolha dos cadernos de resoluções do partido como fonte documental se deu porque este é o documento síntese do partido, que a cada quatro anos estabelece o programa tático e estratégico para a revolução socialista no Brasil. É ele quem orienta e norteia as ações dos dirigentes dos partidos eleitos no Congresso para compor o comitê central².

Podem ser eleitos quaisquer militantes que atuem de forma orgânica no partido, atuando nas células, nos núcleos e nos comitês locais, municipais e/ou regionais, não há documento para candidatura federativa, visto que a proposta para ser dirigente em qualquer instância é a participação orgânica. Os comitês têm função de dirigir a partir das resoluções, resguardadas a importância de cada espaço de participação e deliberação do partido, que não as células, os núcleos e os comitês.

² Embora haja períodos superiores e/ou inferiores a quatro anos, o estatuto do partido prevê a realização quadrienal dos congressos. Do X para o XI Congresso houve a necessidade de congresso extraordinário, pois, em 1992, o partido quase foi liquidado pelo PPS. Sobre o espaço de tempo entre 2009 e 2014 não conseguimos, através dos documentos, apreender o que aconteceu. Quanto ao período de 2014 e 2021, não ocorreu o congresso em 2018 por motivos organizativos e graças à pandemia.

Os cadernos de resolução, são elaborados a partir dos cadernos de teses, em que o Comitê Central (CC) tem função de sistematizar o movimento da realidade da sociedade brasileira a cada quatro anos. Geralmente as teses são organizadas a partir da análise de conjuntura internacional e nacional, definições táticas e estratégicas para o Brasil, o caráter do capitalismo no Brasil, a estrutura de classes no Brasil, a revolução socialista e a revolução brasileira, mas esta sistematização não é rígida e a organização sumária se alterou ao longo dos anos. Não verificamos alteração no conteúdo, mas na forma de apresentação.

As categorias analíticas foram erigidas a partir da própria realidade, à medida em que evidenciavam como, no campo real, as relações de produção inscreviam alterações na reprodução social. As mudanças no mundo do trabalho refletiam mudanças nas subjetividades e na concreção da vida das mulheres e pessoas negras. Buscamos, por meio delas, dispostas no quadro acima, apreender as mediações entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as relações de produção e reprodução, bem como sua objetivação na construção e implementação de táticas e estratégias que correspondam à realidade concreta da heterogeneidade da classe trabalhadora em sua diversidade.

A escolha dos cadernos de resoluções também se explica porque, após os congressos, as teses aprovadas viram resoluções orientativas. Como acreditamos ter havido uma mudança de paradigma entre o final do século XX e o início do século XXI, dividimos a análise de conteúdo dos documentos em duas partes — a primeira, conforme citamos, corresponde ao final do século XX, e a segunda, às primeiras décadas deste século.

É bom lembrar que o conteúdo, sobretudo da realidade brasileira, era denso, complexo e amplo. Desta forma, acreditamos que, sem as mediações com a realidade, seria impossível compreender a ausência de tática e estratégia do PCB, no que diz respeito às relações de Gênero e Raça, até o XV Congresso, quando os coletivos Minervino de Oliveira e o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro foram referendados.

Estavam previstas entrevistas semiestruturadas e a possibilidade de levantamento de dados não documentados através da história oral, pois esta técnica nos possibilitaria apreender melhor as lacunas de 1960, quando o partido participava organicamente do movimento de mulheres na FEDIM e inexistiam materiais e órgãos, após a década de 1970 até o início dos anos 2000. Mas, como os obstáculos se impuseram na forma das barreiras sanitárias e das questões pessoais que me atravessaram, não foi possível lançar mão destes instrumentos.

Para complementar os dados documentais, analisamos o jornal “O poder Popular³”, mas não conseguimos sistematizar tal análise para apresentá-la nesta tese. Também analisamos o que foi elaborado nos coletivos CFCAM e Minervino nos seus primeiros congressos. Porém, considerando que os congressos dos coletivos se orientam pelos cadernos de resoluções do partido, pois são os coletivos táticos na luta pelo socialismo, acreditamos que, por ora, isto não foi prejuízo para este trabalho.

As resoluções dos congressos XIV, XV e XVI foram analisadas da perspectiva do movimento de massa, o que significa compreender as ações do partido em relação às questões de Gênero e Raça a partir das alterações advindas das manifestações de rua em 2013, que refletiram no impeachment de Dilma Roussef e na eleição do fascista Jair Bolsonaro.

O cronograma e o sumário foram alterados após a banca de qualificação, realizada em dezembro de 2019, em parte graças às impossibilidades pessoais.

Assim, esperamos poder, com o trabalho que ora apresentamos, ousar lutar e ousar vencer!

Destarte, no primeiro capítulo: *Sociabilidade Capitalista, Consciência E Organização De Classe*, analisamos como a sociabilidade capitalista alterou as formas de regulação do trabalho e de organização da classe trabalhadora. Por isso, nos atemos às categorias proletariado, operariado, sob a ótica da teoria crítica. Refazendo mediações e a partir da perspectiva marxista, inscrevemos a categoria subalternidade, pois acreditamos que ela pode melhor nos auxiliar nas contribuições sobre a organização e consciência de classe no Brasil. Neste sentido, buscamos apontar nossa compreensão de que a classe trabalhadora é um todo universal diverso e, portanto, heterogêneo e com formações e necessidades particulares. Foram norteadores as obras de: Lukács (1918 - 1923), Musto (*online*) e Saffioti (1987/2013)

Buscando sistematizar o Trabalho enquanto categoria fundante de nossa espécie, *homo sapiens*, este foi nosso ponto de partida. Dada a complexidade das relações de produção e reprodução capitalista, o processo de separação dos Homens dos meios de produção e sua transformação em “mercadoria” (MARX, 2008; GRESPAN, 2021; IASI, 2015) a ser adquirida na disposição do mercado formal de trabalho para suprir

³ Segue em anexo um levantamento prévio sobre o levantamento da presença das categorias Gênero, Raça, feminismo, racismo, mulher e negros/as nesta publicação, que devido ao tempo e espaço desta pesquisa não será aqui aprofundado, o gráfico é ilustrativo para que possamos ter noção de quando o PCB volta mais atenção as questões relacionadas a opressão-subordinação atrelada a exploração.

necessidades humanas triviais, como comer, vestir e dormir, têm se desdobrado num assujeitamento “servil”, sobretudo para as pessoas racializadas e generificadas (LUPATINI, 2018; GRESPAN, 2021; IASI, 2015; VAN LINDEN, 2015).

No segundo capítulo, *Gênero e Raça: Relações e Tensões no PCB*, com o objetivo de afirmar nossa defesa de que as categorias Gênero e Raça são centrais em nossa formação sócio-histórica, buscamos aprofundar as análises da sociologia, evidenciando a heterogeneidade da classe trabalhadora (ATAÍDE LOBO; 2017; ABREU, 2008; ALVES 2017; ALMEIDA, 2018; MOURA, 2019,1983,1988b). Neste sentido, além de apresentar os limites de alguns trabalhos mais recentes que alocaram a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira como particular, reafirmaremos nossa posição de que opressão e subordinação “forjaram” primeiro os sujeitos sociais *negros e indígenas*, que, raptados, desterritorializados, colonizados e catequizados, passaram a ser explorados, expropriados.

Essa defesa aparentemente “perigosa” poderia ser de antemão rejeitada ou má interpretada, mas antes que se possa incorrer nisso, apontamos que este é nosso mirante de análise, e, sendo assim, não é único, acabado ou incontestado. Assentamos nossa posição nos inúmeros dossiês que têm sido publicados na atualidade, recompondo nossa formação sócio-histórica e recolocando as questões de Gênero e de Raça como centrais⁴;

Deste mirante de análise, tentamos seguir coerentes com o compromisso firmado na banca de qualificação, o de demonstrar a “relação entre trabalho e indivíduo social e a característica da diversidade pertinente ao processo de individuação”, sem perder a perspectiva de totalidade, compreendendo que subordinação de Gênero e de Raça são formas de opressão que se consolidam e só podem ser enfrentadas no universo exploração-opressão-dominação.

No terceiro capítulo: *O Lixo Vai Falar, E Numa Boa!* buscamos comprovar nossa hipótese de que as questões de Gênero e Raça só recentemente são tática e estrategicamente pautadas no partido comunista Brasileiro (PCB). Neste capítulo, verificamos a ausência de táticas e estratégias para o combate às opressões-subordinações de Gênero e Raça internas e externas ao partido.

⁴ <https://marxismo21.org/marxismo-sexualidade-e-genero/>; <https://marxismo21.org/heleieth-saffioti-marxismo-genero-e-feminismo/>; - <https://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/>; <https://marxismo21.org/nelson-werneck-sodre/>. <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/2110/showToc>. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal>.

Nele, realizamos uma análise profunda e rigorosa sobre a reestruturação produtiva e a implementação do neoliberalismo, mais uma surreal abstração sobre os sujeitos constitutivos da classe trabalhadora, ou seja, uma apreensão (des)generificada e (des)racializada sobre a realidade brasileira, condizente com uma “autofagia endógena”.

Considerando estes aspectos buscamos, partindo dos cadernos de resoluções n. X a XIII do Partido Comunista Brasileiro, fazer um breve histórico do PCB, determinando sua apreensão da formação sócio-histórica ao final do século XX e sua relação com o modo de produção capitalista, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Estas categorias possibilitaram entender os processos de dissidência, cisão e tensões entre as tendências que se afastavam do centralismo democrático, bem como o flerte com o stalinismo, processos estes que culminaram no surgimento do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Partido Popular Socialista (PPS).

Nada disso parece justificar a displicência com a realidade concreta que subordinava as mulheres e os/as negros/as, pois a compreensão era de que, no final do século XX, a luta de classe se acirrava, de forma a pesar sobremaneira para as mulheres e os/as negros/as, considerando o aumento do desemprego, das políticas de destituição de direitos (neoliberalismo), mercantilização da vida, aumento do desemprego estrutural e da reestruturação produtiva.

O avanço do neoliberalismo e da sua fase conservadora que objetificou e mercantilizou as mulheres, sobretudo as negras, ficou escamoteado no teorismo sobre o fim do socialismo real nas interpretações do PCB. Não havia um programa para articular o combate à exploração e às opressões decorrentes deste sistema sociometabólico, principalmente relacionado às relações sociais de Raça e Gênero. A falta ou precariedade no acesso à documentação sobre o surgimento dos coletivos Feminista Classista Ana Montenegro e Minervino de Oliveira nos impossibilitaram de, nestes três cadernos de resolução, estabelecer mediação com outros documentos (centrais).

No Quarto Capítulo *Comunismo Antirracista e Antimachista: Casamento Infeliz?* apresentamos o processo de autocrítica do Partido Comunista Brasileiro (PCB), buscando continuar a discussão e a análise das divergências internas do partido, bem como de sua posição contrária ao projeto democrático popular, como tática e estratégia possível para a classe trabalhadora.

Compreendendo o poderio ideológico tomado pela classe dominante através dos meios de comunicação, evidenciamos como a vertente conservadora do liberalismo objetificava homens e mulheres negras, e que as propostas para estes sujeitos sociais não

correspondiam a suas necessidades concretas, como trabalho, moradia, educação, segurança etc. Buscamos apresentar algumas mediações entre o projeto democrático-popular e o retrocesso na discussão da emancipação humana. Neste sentido, apontamos como o reacionarismo conservador colaborou com o impeachment de Dilma Rousseff, mas sob a ótica da apreensão de Gênero, evidenciando o quão forte é o sistema patriarcal em nossa sociabilidade.

Analisamos as tardias resoluções do (PCB) (cadernos de resoluções XV e XVI) em relação aos movimentos de mulheres e negros/as que. É possível afirmar desde já que tais resoluções ainda não se capilarizaram junto aos movimentos de mulheres e negros enquanto frentes de luta, de modo a possibilitar a perspectiva da revolução socialista.

É surpreendente constatar a ausência de tática e estratégia do partido para os/as subalternos/as da classe trabalhadora no Brasil, manifesta pela ausência de programa político de órgãos internos para estes segmentos, o que foi verdade até o meio da primeira década do século XXI. Também impressiona a falta de produção científica acadêmica sobre esta ausência, ou sobre a participação das mulheres e negros na reconstrução do Partido Comunista Brasileiro a partir de 1992, uma vez que, desde 1917, já havia sido apontada por Lênin, Rosa, Kollontai e Zetkin a importância tática, para o conjunto dos/as trabalhadores/as, o conjunto de políticas e instrumentos para desoneração das mulheres no campo da reprodução capitalista, tais como lavanderias, creches e restaurantes públicos, disponíveis 24 horas por dia, todos os dias da semana.

CAPÍTULO I- SOCIABILIDADE CAPITALISTA, CONSCIÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DE CLASSE.

“Para ir à procura da ilha desconhecida, Já não há ilhas desconhecidas, O mesmo me disse o rei, O que ele sabe de ilhas, aprendeu-o comigo, É estranho que tu, sendo homem do mar, me diz isso, que já não há ilhas desconhecidas, homem da terra sou eu, e não ignoro que todas as ilhas, mesmo as conhecidas, são desconhecidas enquanto não desembarcarmos nelas, Mas tu, se bem entendi, vais à procura de uma onde nunca ninguém tenha desembarcado, Sabê-lo-ei quando lá chegar, Se chegares, Sim, às vezes naufraga-se pelo caminho, mas, se tal me viesse a acontecer, deverias escrever nos anais do porto que o ponto a que cheguei foi esse, Queres dizer que chegar, sempre se chega, não serias quem és se não o soubesses já” (SARAMAGO, 1998, p. 7,8)

Considerando os aspectos da conjuntura, analisaremos neste primeiro capítulo algumas categorias que, ao longo dos últimos 30 anos, têm sido discutidas pela sociologia do trabalho, sobretudo pela vertente materialista histórica.

Partimos do trabalho enquanto categoria ontológica, e buscamos discuti-lo na sociabilidade capitalista dos últimos 30 anos, passando por análises realizadas por alguns autores/as da vertente marxista, especialmente alguns/algumas filiados/as ao partido comunista, para compreender nossa formação sócio-histórica.

Visto que a sociabilidade capitalista, sobretudo na última década do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, alterou as formas de regulação do trabalho e de organização da classe trabalhadora, nos ateremos às categorias proletariado e operariado, para, da ótica da sociologia, refazer estas categorias sob a luz da perspectiva marxista de subalternidade, pois acreditamos que esta categoria é a que melhor pode nos auxiliar nas contribuições sobre organização e consciência de classe. Neste sentido, desde já apontamos nossa compreensão de que a classe trabalhadora é um todo universal diverso, e, portanto, também heterogêneo e com formações e necessidades particulares.

Considerando o Trabalho enquanto categoria fundante de nossa espécie, analisaremos as táticas e estratégias do Partido Comunistas Brasileiro (PCB) em relação ao combate à exploração e opressão de Gênero e Raça. Temos, portanto, como premissa que, dada a complexidade das relações de produção e reprodução capitalista, o processo de separação dos Homens dos meios de produção e sua transformação em “mercadoria” a ser adquirida na disposição do mercado formal de trabalho para suprir suas necessidades mais triviais, como comer, vestir e dormir, tem se desdobrado num assujeitamento “servil”, sobretudo para as pessoas racializadas e generificadas. Ao tomarmos posição em

relação à nossa perspectiva, afirmamos o diálogo com Marx e os Marxistas, especialmente com György Lukács⁵.

1.1 Trabalho: Estranhamento e Formação de Consciência de Classe

Compreender o trabalho enquanto categoria fundante das relações de produção e reprodução das relações sociais de homens e mulheres é entender como, no processo histórico do desenvolvimento da sociedade, as diferenças biológicas foram transformadas em desigualdades sociais.

De acordo com Lukács (2010a, *online*), em termos ontológicos, o trabalho é a categoria fundante do ser social. Portanto, é uma categoria que não pode prescindir de toda complexidade que determina o ser humano e o desenvolvimento da sociabilidade. Neste sentido é uma categoria inextrincável e imbricada a outras categoriais, tais como linguagem, cooperação e divisão do trabalho.

No final do século XX, com mais um processo de reestruturação produtiva funcional à órbita do capital (flexibilização, terceirização, processos de círculos de qualidade, desmonte da regulamentação das leis trabalhistas), no contexto europeu ocorreu um amplo debate questionador da centralidade do trabalho. Os processos em questão, analisados por alguns autores como Claus Off (1984/1989), Billiard, (1997), Castel (1998) e Barel (1990) partiram da fundamentação de que as transformações no mundo do trabalho operaram também transformações sem eu papel de “grande integrador social”, levando-o a deixar de sê-lo, frente aos fenômenos de desemprego estrutural e das formas engendradas pela produção e gestão do trabalho.

Na medida em que as formas de trabalho formal e as relações de organização e pertencimento a estas formas foram se alterando, para os autores citados, o trabalho deixava de caracterizar as “potências integradoras” de projetos sociais e coletivos (Barel, 1990).

Para Billiard (1997, p. 186)

O trabalho anexou-se à escola, à família, à organização do espaço e do tempo, aos valores, aos códigos sociais, aos critérios de normalidade e de socialidade,

⁵ filósofo marxista, nascido em 1885 em Budapeste, autor dos livros: “As almas e as formas” (1910), A teoria do romance (1916), tática e Estratégia, (1918), História e Consciência de Classe (1923), Ontologia do Ser Social (1979a), dentre outros.

mas também ao que faz as gratificações e as esperanças: consumo, lazer, nível de vida, ascensão social (BILLIARD, 1997, p. 186).

A precarização, acentuada pelo modo de produção flexível, bem como a transmutação de direitos em produtos a serem consumidos, segundo estes autores, fizeram surgir novos sujeitos. Entretanto, para tais autores, esses novos sujeitos representaram uma emancipação individual, uma forma de integração conformista e por isso marginalizada, como, por exemplo, seria o caso da imersão da mulher no mundo do trabalho.

Ainda que se possa considerar as afirmações de Barel e Billiard sobre as dificuldades a serem encontradas com a fragmentação do trabalho e com os processos de guetização que a reestruturação produtiva, sobretudo com a introdução do Toyotismo, gerou, para a postulação marxista, como anunciaram Araújo e Tavares (2004, p. 2.), “[...] as transformações presentes na atualidade como produto de determinações histórico-concretas, que afirmam a centralidade do trabalho como eixo fundante da vida social, são inelimináveis à necessidade humana”

A práxis transformadora exercida pelo trabalho funda o ser social, dota-o de racionalidade, de liberdade, consciência, funda a sua sociabilidade e a sua historicidade. Esta relação dialética de transformação do meio condiciona sua autotransformação e possibilita a este, por meio da aquisição de novos conhecimentos, desenvolver novas habilidades, tendo como consequência uma tendência à universalização da sua ação transformadora, ou seja, da objetivação do seu trabalho.

Para Marx e Engels (2008), o primeiro pressuposto é a condição de existência humana. Em toda a História verifica-se esta condição, mas para fazer História é preciso, antes de tudo, comer, vestir, ter moradia, dormir etc. Satisfeitas essas primeiras necessidades, a ação de satisfazê-las e os instrumentos de sua satisfação, já adquiridos, conduzem às novas necessidades e à produção das novas necessidades, se constituindo portanto como primeiro ato histórico.

Há uma terceira relação que intervém no desenvolvimento histórico das relações sociais. Decorrentes da primeira relação (relação de intercâmbio para sobrevivência), novas e outras necessidades serão geradas. Quanto mais desenvolvidas as formas de supri-las, mais complexa e desenvolvida a sociedade. Deste processo, compreendemos que, quanto mais complexos os meios de produção, tanto mais complexos os meios de

reprodução da vida social. Porém, esta complexidade tende a criar uma falsa “consciência”.

Esta falsa consciência não é um mero conjunto de ideias, de visão de mundo, mas um processo de dominação, que constitui uma base material que interage entre o modo de produção e reprodução, ou seja, entre as formas e modos pelos quais buscamos suprir as necessidades das mais triviais às mais complexas, instituídas por uma falsa independência do “desejo”. Entretanto, envolve complexos sociais como as instituições jurídicas, políticas, religiosas, e os afetos, todos circunscritos pela sociabilidade capitalista, determinada pelo seu modo de produção.

Para Maria Aparecida Silva (1999), a categoria trabalho não deve ser apreendida a partir das expressões da pseudorealidade. Esta cumpre a função de apresentar as relações sociais de produção e reprodução numa construção de “*vazio social*” (grifo nosso). Não obstante, a autora afirma que a realidade da totalidade social não se inscreve num vazio social, ou seja, não é porque não apreendemos a totalidade de um fenômeno que ele não existe ou existiu. Não é a apreensão ou compreensão do objeto que o torna material, mas sim a própria essência material que possibilita sua apreensão objetiva.

Além de supor a sociabilidade e a universalidade, o trabalho implica um dado conhecimento da natureza e a valorização dos objetos necessários ao seu desenvolvimento. Entendemos que “[...] o pressuposto é o Homem, criatura natural, dotado de uma base orgânica, em que se encontram inscritas infinitas capacidades e possibilidades” e são essas capacidades e possibilidades infinitas que fazem com que o Homem, numa relação dialética, transforme a natureza e, ao transformá-la, volte a se transformar, suprimindo necessidades e criando outras.

Para Marx (1983, p. 149-150),

“[...] ao atuar por meio deste movimento sobre a Natureza Externa a ele e modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.” (MARX, 1983, p. 149-150)

Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, que, com efeito — mesmo que através de mediações às vezes muito complexas — sempre é transformada em posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais. A este processo de materialização da ideação, chamamos de objetivação – exteriorização. As

objetivações são atos que transformam a prévia ideação em produto objetivo. Pela objetivação, o que antes estava apenas nas ideias se consubstancia em objeto.

Segundo Musto (2022⁶)

Marx elencou quatro diferentes tipos de alienação que indicavam como na sociedade burguesa o trabalhador seria alienado: 1) do produto de seu trabalho, que se torna um “objeto estranho e possuidor de um domínio sobre ele”; 2) na atividade de trabalho, que é percebida como “voltada contra ele mesmo [...] e] a ele não pertencente”; 3) do Gênero humano, uma vez que a “essência específica do homem” é transformada em “uma essência estranha a ele”; e 4) dos outros homens, isto é, em relação “ao trabalho e ao objeto de trabalho” (MARX, [1844]1976, p. 301, 304/ apud Musto)

Para Musto, no *Grundrisse* Marx apresentou o argumento de que, por meio do intercâmbio geral de atividades e produtos, a condição de vida de cada indivíduo em particular também se transformou na condição de reciprocidade [com outros], neste sentido a categoria alienação apareceu como estranhamento, ou independência desta relação de intercâmbio. Assim, as coisas passaram a “aparecer” sem a mediação objetiva teleológica.

Para Lukács, a objetivação é a mediação que articula teleologia com a gênese de um novo objeto. Isto porque, ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma. Assim, toda objetivação resulta em novas habilidades (e novas necessidades) e, neste processo, não só é exteriorizado o objetivo, como também o homem, pois a transformação do real se dá a partir do desenvolvimento alcançado pela individualidade, esta historicamente determinada, ou seja, a exteriorização da individualidade é também uma exteriorização de um determinado desenvolvimento social.

Para Musto (*online*⁷), devemos a Georg Lukács a redescoberta da categoria alienação. Em “História e consciência de classe (1923)” Lukács introduziu o termo “reificação” (Versachlichung) para descrever o fenômeno do trabalho que opõe o ser humano como algo independente e objetivo e que o domina mediante leis externas e autônomas. No âmbito do trabalho, a categoria alienação refere-se ao fenômeno pelo qual o produto do trabalho se opõe ao trabalho como algo estranho, como um poder independente do produtor.

⁶ Disponível in: [Revisitando a concepção de alienação em Marx - Marcello Musto](#), acessado em 11/08/2022

⁷ Disponível in: [O fascínio da teoria da alienação - Marcello Musto](#), acessado em 11/08/2022

Segundo Lukács (1979a), é por meio da exteriorização (*Entäusserung*) que o homem constrói o Ser Social. Esta construção “[...] *corresponde precisamente à afirmação prática da crescente capacidade de o homem modificar o real processo de sua reprodução.*” Entretanto, de acordo com Lukács (1979a) apud LESSA, 2007c, p. 126) esta exteriorização nem sempre possibilita ao Homem desenvolver suas capacidades plenamente, pois este desenvolvimento pode encontrar obstáculos, tais como o desenvolvido pela alienação (*Entäusserung*).

A alienação, na perspectiva de Lukács, não significa a negação do ser social, mas a negação da “[...] essência humana socialmente posta, é uma negação do Homem pelo próprio Homem”. Para Lukács, “[...] o que particulariza a sociedade capitalista é o fato de ela ser a primeira formação socialmente pura”.

A categoria estranhamento (*Entfremdung*), que decorre do modo particular como a força de trabalho é apropriada pelo modo de produção capitalista e transformada em mercadoria, acaba por designar nossas insuficiências para nossa autorrealização e realização sócio-histórica, ou seja, coletiva. É, também, a categoria alienação (*Entäusserung*) que, embora possua caráter positivo, e, portanto, seja uma dimensão ineliminável da vida é, pelo sistema capitalista, responsável pela cisão entre as mediações ontológicas existentes entre o Homem e a exteriorização/objetificação do seu trabalho.

A utilização neste trabalho do termo estranhamento corrobora a discussão feita pelo professor Sérgio Lessa acerca dos estudos que tem empreendido sobre o filósofo húngaro Lukács. De acordo com os estudos de Lessa, o termo estranhamento está diretamente relacionado às categorias Objetivação e Ideação, enquanto o termo alienação está relacionado apenas à Objetivação. Alienação, para Lessa, no contexto da ontologia lukácsiana, reconhece, na práxis humano-social, o fundamento ontológico do devir humano dos Homens. Implica tanto na concepção histórica e não teleológica do ser como na positividade do momento da alienação.

É, de fato, a ideação prévia, o momento predominante no movimento da objetivação. Que determina o porquê e o como da efetivação deste ou daquele ato. Tal o fundamento ontológico último para que a consciência não se resuma a um mero epifenômeno na processualidade social. Ela, ao contrário, é um momento fundamental na determinação da forma e do conteúdo da práxis humana e, nesse sentido, uma mediação essencial na conformação ontológica da substância social.

Em dadas circunstâncias históricas, e sem a universalidade e a necessidade presentes na alienação/objetivação, emerge a categoria do estranhamento. Em síntese, esta categoria é composta pelos momentos reais nos quais o objetivado, na sua ação de retorno sobre a subjetividade, exerce um papel negativo, no sentido de conter, impedir momentaneamente, o desenvolvimento do Gênero humano. Não se pretende agora discutir esta categoria lukácsiana, mas apenas chamar atenção para duas relações:

- 1) o estranhamento, para Lukács, se consubstancia no momento de negatividade em relação à positividade intrínseca à alienação/objetivação. Ser estranhado significa não ser humano, não humanidade. Está posto pela própria práxis humano-social;
- 2) a categoria lukácsiana do estranhamento apenas pode ser concebida numa constelação teórica na qual o movimento de objetivação/alienação seja reconhecido na sua positividade, e na qual o objetivado exerça o momento predominante na determinação reflexiva entre o real e a subjetividade.

Este processo que, na totalidade, é invisibilizado, extrai da/o trabalhadora/o, por meio da desapropriação da sua força vital de trabalho, o máximo de exploração, constitui-se como principal e preponderante obstáculo para o próprio desenvolvimento pleno das forças produtivas e da substancialidade do Gênero humano, ou seja, do ser genérico. Por outro lado, o trabalho também é um complexo social no qual o Homem desenvolve sua singularidade, subjetividade e formas mais “refinadas” de responder suas necessidades e gerar outras tantas mais complexas. É por meio do trabalho como complexo social de primeira ordem, que os complexos sociais como a família, linguagem e arte se desenvolveram de forma mais fruída, cabe salientar que em cada época econômica, é distinto o que se faz, como e com que meios de trabalho se faz.

A fome é fome, mas se satisfeita com carne preparada e cozida e se é ingerida com a ajuda do garfo e faca é diferente da fome que é satisfeita devorando a carne crua, destrozada com as mãos, as unhas e os dentes. Não se trata somente do objeto de consumo, mas também do modo de consumo, criado pela produção, tanto em sua forma objetiva como subjetiva. (MARX, 1996, t. 1, p. 31)

Diante disto, verifica-se que as relações sociais são constituídas pela base material dos homens entre si, quer dizer, condicionadas pelas necessidades e pelo modo de produção, variando tanto as necessidades quanto os meios e instrumentos de supri-las de acordo com a sociedade e vice-versa.

Isto significa que, por um lado, a produção material da vida coincide com a produção do próprio homem (sociedade) e é na compreensão desta relação que o trabalho se assenta como elemento fundante da sociabilidade⁸, pois na produção da vida, o trabalho exhibe sua real significação para além da relação homem/natureza, como nas relações sociais, para as quais estabelece a base. Revela-se, portanto, a forma de ser dos homens. Em sua forma negativa, o trabalho, em modos de produção determinados como o capitalismo, em que se sobrepõem a dicotomização das condições objetivas de produção e produtor, estabelece uma relação antagônica e de estranhamento em que, de um lado, estão os donos dos meios de produção, e, do outro, os trabalhadores que vendem sua força de trabalho numa relação de exploração do homem pelo homem, em que produção e fruição de riqueza não coincidem. O homem perde sua autoatividade e atrofia-se.

Para Marx:

As forças produtivas são resultado da energia prática dos homens, mas esta própria energia está determinada pelas condições em que se encontram os homens, pelas forças produtivas já adquiridas, pela formação social pré-existente que eles não criaram que é produto das gerações anteriores. O simples fato de cada geração posterior encontrar forças produtivas adquiridas pela geração precedente, utilizando-as como matéria-prima para nova produção, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história, que é tanto mais a história da humanidade, quanto mais desenvolvidas estiverem as forças produtivas dos homens, por consequência, as suas relações sociais. (MARX; ENGELS, 1987, p. 15).

Com isso, evidencia-se que a base do desenvolvimento humano está no desenvolvimento das forças produtivas e que o trabalho exercido pelas gerações precedentes é sempre imprescindível àqueles que ainda estão por vir. Nas palavras de Paulo Netto e Braz (2007, p. 43):

O desenvolvimento do Ser Social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações próprias. No Ser Social desenvolvido, o trabalho é uma das suas objetivações. Quanto mais rico o Ser Social, tanto mais diversificadas e complexas são as suas objetivações. O trabalho, porém, não só permanece como objetivação

⁸ De acordo com Netto e Braz, o desenvolvimento da sociabilidade humana se deu através do trabalho, e este significou um salto histórico no desenvolvimento do homem e nos meios de produção. O surgimento do Ser Social foi o resultado de um processo mensurável numa escala de milhões de anos (PAULO NETTO; BRAZ, 2007). O trabalho como mediação possibilitou a um ser natural, sem deixar de participar da natureza, que se transformasse em algo diverso da natureza. Tratando-se, portanto, de uma forma de se autoproduzir.

fundante e necessária, como ainda pressupõe as características constitutivas do trabalho a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada. (NETO; BRAZ, 2007, p. 43)

Diante disto, cabe ressaltar que é por meio do trabalho que o homem funda a sociabilidade e, quanto mais desenvolvido o trabalho, mais complexos os processos de sociabilidade. Ao referenciar Marx, Lessa (1999) afirma que a vida social se alicerça nos modos de produção que o homem historicamente desenvolveu para atender às suas necessidades. Assim, ao longo da história dos homens, o processo (re) produtivo das sociedades se complexifica à medida que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, proporcionando um complexo processo que termina dando origem a relações entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, ou seja, constituem a reprodução social.

Por ora, é preciso deixar evidente que o trabalho no sistema capitalista, embora denote e conote liberdade de compra e venda de força de trabalho, não passa de uma forma fetichizada que acaba por esconder a relação complexa (entre o homem, natureza, instrumentos de trabalho e exteriorização, necessidades e desejos), comparecendo a relação social como uma relação entre coisas.

Para Marx (2013), fetichismo nas relações de produção e reprodução consiste no caráter misterioso da forma-mercadoria. Ao invés de esta assumir seu caráter como propriedade da produção humana, ela aparece como propriedade social natural. Reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre objetos, e não entre possuidores dos meios de produção de um lado, e trabalhadores “livre-assalariados” do outro. Decorre desta relação a apreensão dos próprios homens como uma forma fantasmagórica de uma relação entre coisas

O movimento de produção e autoprodução humana, ou seja, a história da humanidade, deve ser estudado e compreendida em conexão com a história dos meios e dinâmicas de produção (vida). Neste caso específico da sociedade capitalista industrial à base de “troca”, em seu valor de uso e de troca e da substância do valor e do trabalho diferenciado que constitui cada um destes momentos (IASI, 2015).

Os dois fatores da mercadoria, fator de uso e de troca, são, em Marx, determinados pela necessidade da coisa em si e da necessidade da coisa para outrem. Portanto as mercadorias expressam um valor determinado pela quantidade e da qualidade. No valor em si da mercadoria está o “significado” dela para ela mesma. O

valor do trigo, do ferro e do diamante, por exemplo, depende da apropriação das suas propriedades ao uso do homem. “*Na consideração dos valores de uso pressupõe-se sempre a sua determinada [Bestimmtheit] quantitativa, como uma dúzia de relógios, um côvado de tecido de linho, uma tonelada de ferro, etc.*” (Marx, *online*⁹). Os valores de uso da mercadoria envolvem as propriedades para que ela possa ser transformada em algo que pode ser consumido.

Na sociedade capitalista burguesa, a mercadoria passou a ter um duplo valor, o de uso e o de troca, o valor de troca aparece na proporção e quantidade dos valores de uso de “uma coisa” em relação a “outra coisa”. Quando as mercadorias expressam a mesma “coisa” elas tendem a ter o mesmo valor, quando são diferentes entre si, tenderiam a um valor de troca diferenciado.

Mas, abstraídos desta condição “essencial”, do próprio valor de uso é retirada a condição de transformar a coisa em mercadoria, ou seja, do emprego da força de trabalho que transmudou a “coisa” em algo útil. Na própria relação de troca das mercadorias, o seu valor aparece como algo totalmente independente dos seus valores de uso. Portanto, nesta relação são abstraídos o valor de uso dos produtos de trabalho.

Um valor de uso ou bem, portanto, apenas tem um valor porque nele está objetivado ou materializado o trabalho humano em abstrato. Na sociedade capitalista, foi atribuído um valor destinado à transformação das coisas em mercadoria. Para atribuir o valor destinado ao trabalho gasto, foi auferido um valor, determinado pela quantidade de tempo.

E o tempo de trabalho, por seu turno, possui como padrão de medida determinadas frações de tempo, como hora, dia etc. Ocorre que, como o dispêndio de força de trabalho não é igual para a transformação de “coisas” em mercadorias, no sistema capitalista, é a força de trabalho coletiva, e não individual, que manifesta nos valores do mundo das mercadorias tanto a força de trabalho humana quanto sua atribuição de valor na consistência de inúmeras forças de trabalho individuais.

Essa admirável capacidade do sistema de produção capitalista em abstrair o trabalho humano coletivo e apresentá-lo como individual, livre e assalariado faz com que as relações provenientes do trabalho enquanto categoria ontológica, apareçam como relações fetichistas.

⁹ Karl, Marx. O Capital – Livro I O processo de produção do capital _ primeira seção: Mercadoria e Dinheiro, Primeiro Capítulo: A Mercadoria. Disponível in <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap01/01.htm>, cessado em 10/10/22.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 1983, p. 149-150).

É preciso destacar que, não somente na troca se estabelecem os complexos sociais, como a linguagem, a família, a filosofia, a arte, entre outros. Na “Contribuição à crítica à economia política” Marx (2008, p 244) afirma que a produção tem relação geral com a distribuição, a troca e o consumo. Trata-se de consumo duplo, objetivo e subjetivo, em que o indivíduo, ao produzir, desenvolve suas faculdades, mas as gasta também, consome-as no mesmo ato de produção, que ontologicamente poderíamos, assim como o autor, chamar de consumo produtivo. No duplo movimento de buscar suprir uma necessidade, a produção, a coisificação da saciedade desta necessidade immanentemente gera outra. Nas palavras do autor, “o consumo produz a produção”.

Se mudássemos o modo de produção que, nesta órbita, se transformou em instrumento de exploração do homem pelo homem, superaríamos imediatamente as opressões? A exploração não é particularidade do capitalismo. Outros modos de produção também tiveram a exploração. No capitalismo, diferente dos demais, há trabalho estranhado associado à exploração vinculada à obtenção de mais-valor.

Segundo nossa posição, em qualquer modo de produção em que a produção, a distribuição, a troca e o consumo não sejam pertencentes aos indivíduos em coletividade, ou seja, permaneçam como propriedades privadas, as esferas constituintes deste todo contraditório produzirão desigualdades, assim como a produção e o consumo, a distribuição também se afigura de dupla maneira.

De acordo com Marx (2008, p 251);

Na distribuição por exemplo, figuram a renda fundiária, o salário, o juro e o lucro, enquanto na produção, a terra, o trabalho e o capital, aparecem como agentes da produção. No que concerne ao capital, é evidente que, desde o primeiro momento, ele é estabelecido de dupla maneira: 1 como agente de produção, 2 como fonte de renda, os juros e o lucro [aparecem] como fatores determinantes e formas determinadas na distribuição, como tais, figuram ainda na produção enquanto são nas quais ainda aumenta o capital, isto é, enquanto são momentos de sua própria produção. (MARX, 2008, p. 251)

Apreendidos a par deste processo, os juros e o lucro comparecem como independentes da distribuição. No mesmo sentido, se fosse o trabalho independente da distribuição, não seria necessária sua composição assalariada. Como a produção

no sistema capitalista parte sempre da apropriação privada, dos meios de produção e da separação dos Homens dos instrumentos de trabalho, é, pois, o quê? Para quê? Como e para quem se produz? O que determina o emprego da força socialmente desempenhada para a produção das mercadorias?

Como afirma Marx (2008), se compreendemos que a distribuição tem relação direta com a produção e que ambas não são espontâneas, poderíamos supor que, com o emprego do maquinário, se modificaria a distribuição dos instrumentos de produção, tanto quanto dos produtos. Entretanto, tais transformações são determinadas por condições históricas gerais.

Ainda assim, afirmamos que, o modo de produção que gera a exploração do homem pelo homem também desenvolve determinações que constituem as opressões. Como afirmou Marx (2008, p. 255):

Quando se rouba o escravo, rouba-se diretamente o instrumento de produção. Mas também é preciso que a produção do país, para a qual tenha sido roubado se encontre organizada de maneira que possa admitir o trabalho de escravos, ou ainda (como na América do Sul etc.), necessário que crie um modo de produção que corresponda à escravidão. (MARX, 2008, p. 255)

Em síntese, na sociabilidade capitalista, produção, distribuição, troca e consumo não são idênticos. São totalidades, que numa unicidade são prenes de diferenças. Não obstante, tais diferenças se gestam porque nesta forma social o produto do trabalho assume forma mercantil, em que o produto é produzido de antemão para a troca.

A relação entre o valor de uso e de troca é relativa e casual, como aponta Lupatini (2018). Segundo o autor, traduzindo Carcanholo (2017, p.3)

Na sociedade capitalista, os seres humanos se veem obrigados, para existir nessa sociedade, a comprar e vender mercadorias. Com o desenvolvimento da divisão social do trabalho, estes indivíduos produzem apenas uma parte do que precisam para viver. Eles se veem obrigados, portanto, a obter as outras mercadorias em circulação, oferecendo para isto suas mercadorias em troca. Isto significa que i) o trabalho privado, no capitalismo, só é reconhecido, ou não, como parte do trabalho social, se o seu produto é reconhecido/validado na troca; ii) os indivíduos se relacionam entre si por meio da compra/venda de suas mercadorias, e não diretamente como seres sociais. Se trata de uma sociabilidade obrigatoriamente mercantil (LUPATINI, 2018, p 67)

Para o autor, a unidade de valor de uso e valor da mercadoria é uma unidade que, atrelada ao valor (útil) e abstrato (social) do trabalho, é, no capitalismo, abstraída da relação do duplo caráter do trabalho, concreto e abstrato. Sua funcionalidade é escamotear a relação de apropriação privada do trabalho.

Iamamoto (2001, p 9) afirma que a apropriação do trabalho fetichiza a relação ontológica entre o Homem e o produto do seu trabalho, pois torna o/a trabalhador/a, privado e alheio à ineliminável atividade humana (o próprio trabalho). Segundo a autora, o processo de produção capitalista é uma forma histórica determinada de produção social, e determina materialmente as condições de vida do/a trabalhador/a. A obscuridade desta relação desigual autonomiza as propriedades das coisas (fruto do trabalho), às quais estão submetidas as relações sociais, a humanidade.

Segundo Grespan (2021, p.41)

Marx multiplica exemplos históricos de comunidades nas quais não havia propriedade privada para mostrar que, nelas, a dimensão social do trabalho já aparecia diretamente na esfera da produção, sem a mediação da troca de mercadorias. No capitalismo, ao contrário, a mediação existe e avança à medida que a forma mercadoria se alastra por todos os segmentos da vida social. Assim, as relações sociais não se apresentam como vínculo entre pessoas, e sim como vínculo entre coisas, assumindo as qualidades objetivas das coisas, especialmente sua aparência de força externa ao mundo humano, de realidade natural e eterna. Essa força parece dividir o trabalho entre os produtores e criar as necessidades e os desejos dos consumidores, ao mesmo tempo em que mantém intocáveis instituições como a propriedade privada. A naturalidade intrínseca às coisas obscurece o caráter histórico do capitalismo e, assim, contribui muito para sua aceitação e manutenção. (GRASPAN, 2021, p. 41).

Contudo, o autor adverte que a palavra “fetichismo” é empregada por Marx para indicar precisamente o reverso dessa situação: não só as relações entre as pessoas adquirem características objetificadas, mas também as coisas passam a se revestir de qualidades subjetivas. “Fetiche” vem de “feitiço” e “designa algo enfeitado, algo inanimado que se move como se estivesse vivo e ao qual se atribui um poder misterioso”, (Graspan, 2021).

Para Lessa, a concepção do mundo burguês não corresponde à realidade, porque sua concepção é de existência em si, tendo suas determinações e finalidades em si, ou seja, nega a concepção dialética e histórica. Nesta concepção, o Homem é reduzido ao individualismo que o coloca como um Ser naturalmente competitivo e mesquinho. Ainda, nega-se as contradições próprias da sociedade capitalista, escamoteia-se estas contradições e recorre-se à dicotomizações do tipo:

(Estado versus sociedade civil, cidadão versus Estado, possibilidades de democratização do Estado através da superação do seu caráter de classe etc.) que apaixonam e seduzem a mentalidade burguesa porque tais quebra-cabeças são o único espaço em que esta pode vicejar. Por sua essência, a *Weltanschauung* burguesa “se detém na superfície dos fenômenos, se atola no imediato e monta ecleticamente pedaços de pensamentos contraditórios para formar um todo.” (LESSA, 1997, grifo nosso).

Este pensamento de dualidade e dicotomização na vida cotidiana é que impossibilita a percepção das possibilidades de “superação” da alienação. Porque, segundo Lukács, essa é uma dimensão que não se supera. Ainda que se supere o trabalho explorado, a alienação positiva, para ele, é a condição do Ser na relação com a coisa, teleologia, objetificação e exteriorização da coisa, faz parte do processo do trabalho enquanto categoria ontológica. Noutras palavras, é a saída do imediato para enxergar as contradições e antagonismos desta sociedade e, assim, criar possibilidades de transformação. De acordo com Marx e Engels (1987, p. 8):

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho e, que só encontram na medida em que este (burguês) aumenta o capital. Esses operários constrangidos a vender-se diariamente são também transformados em mercadoria, artigo de comércio como qualquer outra coisa; em consequência estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência e da flutuação de mercado. (MARX; ENGELS, 1987, p. 8)

Marx evidencia, na passagem abaixo dos Manuscritos, o desenvolvimento de uma nova relação social e de produção que se configura no surgimento da classe trabalhadora. Neste sentido, verifica-se que a relação do homem com o trabalho não é mais a que lhe dá sentido à vida. Agora, desprovido da própria relação metabólica com o trabalho (relação corpórea), o homem vê-se coisificado, vê-se como produto, não mais como produtor.

O objeto e o produto do trabalho do homem opõem-se a ele, tornam-se estranhos, com poderes independentes do produtor, pois [...] quanto maior é a atividade desenvolvida pelo Homem, mais ele fica diminuído. A alienação do operário do produto significa não só que o trabalho se transformou em objeto, como também que este assumiu uma existência externa, independente dele, fora dele e estranha a ele. O trabalho se tornou um poder autônomo que se opõe ao homem, “[...] a vida que deu a esse se volta contra ele como uma força hostil e antagonica” (MARX, 2004, p. 596).

De acordo com Antunes Alves (2004, p. 344), “Desde a sua origem, o modo capitalista de produção pressupõe um envolvimento operário, ou seja, formas de captura

da subjetividade operária pelo capital, ou, mais precisamente, da sua subsunção à lógica do capital.”

Quando, no Manifesto Comunista, Marx diz que a classe proletária é a única capaz de transformar a sociedade burguesa, diz isto porque acredita que o próprio acirramento dos antagonismos inerentes à sociedade burguesa é que cria as bases da revolução operária.

Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com os outros na concorrência. Por um lado, a classe atomiza-se, é isto mesmo de face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm assim sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe; tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que dá subsunção dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho estranhado (MARX; ENGELS, 1996, p. 84).

Destarte, a divisão do trabalho, a propriedade privada, os meios de produção e as condições objetivas da vida dos indivíduos fazem deles, ainda que não tenham consciência disto, membros de uma mesma classe social em oposição à outra. As classes sociais no sistema capitalista, portanto, caracterizam-se por cercearem a liberdade dos indivíduos pela própria divisão de classe, isto é, na sociedade capitalista os Seres Humanos se dividem entre os que detêm a força de trabalho e os que detêm os meios de produção, de acordo com as determinações históricas¹⁰.

Para que esta divisão não seja explicitada e apreendida de forma objetiva e subjetiva, a classe que detém os meios de produção (burguesia) e os elementos políticos, ideológicos e culturais, trata de reproduzir na vida social e nos indivíduos singulares os interesses particulares da classe burguesa como se estes fossem universais. De acordo com Marx, o Estado é um elemento histórico que nasce do próprio modo como os homens produzem sua vida, quer dizer, das condições objetivas e materiais determinadas por cada período histórico.

¹⁰ Em relação às classes sociais no modo de produção, é preciso notar a “interdependência” das classes, pois, como afirma Engels, neste modo de produção os donos dos meios de produção necessitam empregar o trabalhador, assim como este necessita vender tal força de trabalho para a produção social da sua existência. Os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Diferentemente das castas e estamentos, as classes unem grupos sociais não acentuados por questões hereditárias (sem desconhecer o fato de que nascer numa família de uma ou outra classe condiciona relativamente seu pertencimento futuro a ela), nem por leis ou regalias especiais que as definem (representando uma igualdade formal), remetendo a uma dimensão estritamente econômica, seja pelas diferenças no mercado ou na produção (ROCHA, 2012, p. 38).

Rocha (2012) afirma que Marx trata as classes sociais de forma diversificada e inacabada, pois apresenta diferentes determinações dependendo do contexto histórico. Ao partir da afirmação de Marx, Rocha (2012) coaduna com a existência de um elemento constante nas classes sociais¹¹: “[...] em seus estudos, Marx percebeu que, ao longo da história, as classes sociais se constituem pela bipolarização: produtores de riqueza e donos dos meios de produção.” Para Lessa (2006a, online):

Essa determinação ontológica das classes a partir da estrutura produtiva de cada sociedade é o critério decisivo para a distinção entre elas. É nesse terreno que ocorre a delimitação das potencialidades históricas e dos interesses materiais que esboçam o horizonte de cada uma das classes. É ainda neste terreno, que têm fundamentos as impossibilidades ontológicas de que cada classe é portadora. Determinar os nexos internos à reprodução econômica de cada função social é, portanto, imprescindível para a identificação das classes enquanto tais e nas suas interações¹².

¹¹ Marx e Engels (1977) apontam que a formação da classe em si independe da consciência individual ou coletiva, ou ainda da organização desta para a defesa ou luta por seus interesses. Montaño e Duriguetto (2011, p. 97), destacam que “[...] a classe em si não representa necessariamente um momento imaturo da formação das classes, pois esta caracteriza outra dimensão possível da constituição da análise da classe.” Desta forma, verifica-se que a classe em si conforma naturalmente a classe trabalhadora como sujeito autônomo, consciente de seus interesses e do seu antagonismo com o capital. É um momento de imersão do trabalhador que o prepara para a luta de classe

¹² Na contemporaneidade tem havido uma discussão teórica acerca do que sejam as classes sociais. Destacando Braverman (1987), os autores apontam que este, na esteira de Marx, declara haver uma proletarização dos setores da classe média. De acordo com Joyce (1994 apud MATTOS, 2007, p. 23): “Há uma tendência a anunciar a decadência da categoria classe social como categoria histórica. As razões para o anúncio da decadência desta categoria se devem ao fato da decadência econômica e a reestruturação do mundo do trabalho que desintegraram o emprego do trabalho manual que estava relacionado à classe operária tradicional”. A ascensão da direita a partir da década de 1970, o recuo da esquerda, bem como do afastamento dos sindicatos das reivindicações sociais, políticas e econômicas dos trabalhadores, ocasionaram o afrouxamento do domínio da classe e do trabalho baseado em categorias profissionais, não apenas na mente dos acadêmicos, mas também em um público mais amplo. Estas mudanças oriundas na Grã-Bretanha repetiram-se também em outros países, embora a maior mudança de todas tenha sido a desintegração do comunismo mundial e, com ela, a batida em retirada do marxismo intelectual. Destarte, afirmam Montaño e Duriguetto (2011), que o uso da categoria classe para designar o poder aquisitivo é equivocado, porque esconde a constituição das classes no modo de produção capitalista. Assim, classes alta, média ou baixa referem-se, portanto, ao setor socioeconômico (definido na esfera do mercado pelo poder aquisitivo) e à classe social (determinada na esfera produtiva o papel desempenhado no processo produto), donos dos meios de produção e donos da força de trabalho. Braverman e Mattos destacam que para alguns teóricos a discussão sobre classe se desenvolve a partir de argumentos que objetivam decretar

A determinação das classes sociais é o modo de produção da riqueza (da vida/produção e reprodução social). Como discutido amplamente por autores marxianos, a sociabilidade não se desenvolve num vazio social, mas em condições históricas determinadas. Na sociedade capitalista o modo de produção capitalista organiza as relações de produção e reprodução social. Neste sentido, através da determinação econômica, o grupo que detém a propriedade dos meios de produção e/ou a propriedade da terra¹³ explora, subjuga, oprime o grupo que detém apenas a propriedade da força de trabalho.

Esta exploração não se manifesta apenas de forma objetiva, mas também de formas subjetivas em que cada um, bem como o coletivo, desenvolve sua subjetividade.

Aparentemente cada indivíduo é um ser singular. Nesta sociabilidade, cada dor, sofrimento, violência e opressão é apreendida a partir da autoimagem que cada um faz de si, supostamente ser único. Iasi, em ensaios sobre a consciência de classe (2015), argumentou como o desenvolvimento de nossa consciência parte das determinações concretas e das formas de organização.

Retomando os escritos de Hegel para discutir as categorias, aqui já mencionadas, de externalização (*Entäußerung*), objetivação (*Vergegenständigung*) e estranhamento (*Entfremdung*), por nós analisadas a partir de Lukács, Iasi (2015) contribui com nosso percurso, pois não vacila em distinguir a consciência desenvolvida a partir do concreto pensado daquela desenvolvida pelo idealismo hegeliano da pseudoconcreticidade. Iasi retoma Lukács ao afirmar que “A consciência humana não pode ser a solução do problema, porque não foi ela que o criou. As representações que

o fim da centralidade do trabalho, utilizando-se, para tanto, da proletarianização das “classes médias” ou da pluralidade/ diversidade na composição das classes sociais. Na atualidade, as classes sociais estão inscritas ou são perpassadas por reivindicações e lutas próprias, como exemplo a organização das mulheres, negros ou homossexuais. Braverman e Mattos tentam, portanto, chamar atenção não para o surgimento de outras classes, mas para o fato de que no processo de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, há uma tendência do capital em absorver o conflito que é próprio e inalienável do modo de produção capitalista, ou seja, a exploração do homem pelo homem para extração da mais-valia é refletida como se tomasse lugar apenas através da segmentação dos trabalhadores, dando-lhes a condição e opção pela liberdade (lutar pela sua especificidade), isto é, objetivando escamotear a luta de classes

¹³ Montañó e Duriguetto (2011, p. 78) tomando por referência Marx, dizem que, neste processo, a cada uma dessas classes, dada sua propriedade específica no processo produtivo, corresponderá um tipo de remuneração ou renda particular. Assim, o salário, o lucro e a renda fundiária.

constituem nossa consciência são a expressão, no âmbito das ideias, das relações que estabelecemos entre nós para produzir socialmente nossa existência” (Iasi, 2015, p.4)

Se apoiando em Marx, (2007:93) Iasi (2015) alega que, em nossas representações, estão entrelaçadas a atividade material e a vida real, mas que esta, organizada a partir do Estado moderno, nos faz acreditar que, nossos pensamentos, desejos, vontades e direitos são vontades abstratas, metafísica, distantes e independentes das determinações políticas que se volatizam no pensamento abstrato.

Essa abstração das determinações sócio-históricas que projetam nossas representações para fora de nós mesmos se volta contra nós como uma força estranha que nos controla, que Mauro Iasi (2015, p. 6) conclui ser a alienação. Considerando que nem toda alienação é negativa, Iasi apresenta a síntese de Marx partindo da *Crítica à Filosofia do Direito em Hegel*, na qual afirma que “nossas representações são condicionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde”. (Marx, 2013)

Apreendendo a inversão que considera o “momento filosófico não ser a lógica da coisa, mas a coisa da lógica”, por não tratar a ideologia como conjunto de representações ideais, Iasi, amparado em Eagleton (1997: 15), e nós, em Kosik (2015), apontamos ser necessário um desvio. Para não confundir alienação e estranhamento, o caminho apontado por Iasi preserva-nos de chegarmos num beco sem saída. É preciso que, consideremos que a produção da vida dos seres humanos responde às contradições do real e da dinâmica das necessidades, da relação ontológica do homem com a natureza e com as relações sociais, donde decorrem nossas concepções de homem e de mundo e de pertencimento e identidade.

Entretanto, como nossos valores não partem da práxis consciente e operativa, nossa representação da vida não nos possibilita condições objetivas e subjetivas para nos desvencilharmos do domínio e da opressão.

A *gens* projeta no chefe gentílico, ou a tribo no patriarca, o poder combinado de seus membros, mas o chefe ainda é a tribo, a tribo é o patriarca e fora dela seu poder não existe. Trata-se de duas dimensões interligadas, mas distintas, do mesmo processo, a formação de valores ideais que representam a vida e suas relações, por um lado, e, por outro, a volta destas objetivações ideais como uma força hostil e estranha. Nesta diferença reside a substancial diferença entre os conceitos marxianos de “consciência social” e “ideologia” (Engels, 1979)

As relações patriarcais e racistas, além de serem estruturais e institucionais, são ideológicas, pois apresentam, para homens e mulheres racializados e não racializados,

uma condição de domínio baseada na subversão das representações de si, que foram e são ao longo da história tratadas como naturais. Se nas *gens* era necessária a figura do patriarca como chefe da tribo, com o desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo com o advento da sociabilidade capitalista, hoje ela já não é mais necessária. Também já não é mais necessária a segregação à que foram submetidas as pessoas negras no processo de desenvolvimento capitalista com o modo de produção escravista-colonial.

Entretanto, o capitalismo, como sistema de produção baseado na exploração da força de trabalho assalariada, tenta, por meio da heterogeneidade da classe trabalhadora, construir estratificações, na maioria das vezes utilizando como argumento as diferenças biológicas entre mulheres e homens, negros e brancos para justificar as desigualdades impetradas pela organização sociometabólica capitalista.

A família nuclear cumpriu papel fundamental neste processo, pois assegurou espaços de atuação entre homens e mulheres (patriarcado) e brancos e negros (racismo). Na sociedade brasileira, isto pode ser facilmente decodificado através da leitura crítica da obra de Gilberto Freire *Casa Grande e Senzala* — que inscreveu o mito da cordialidade —, e, posteriormente, de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, o homem cordial — ambos tentando apagar as marcas racistas, patriarcais, patrimonialistas e clientelistas da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, possibilitando às apreensões de hoje compreender como agiu e age a classe dominante para disseminar suas ideias. Na família é que foi, segundo Heleieth Saffioti, estabelecido o papel segundo o qual, para Ser Mulher, tinha-se que agir de forma a inibir toda e qualquer tendência agressiva, pois a mulher deveria ser dócil, cordata, passiva.

As mulheres relativamente mais autônomas e livres, consideradas “despachadas”, deveriam disfarçar esta qualidade, porquanto esses atributos só seriam considerados positivos quando presente nos homens, especialmente os brancos. Quanto aos negros, sua “natureza” passiva, dócil, de “bom selvagem”, se sujeitava, assim como as mulheres, às opressões-dominações.

A construção destas características criadas perduraria, sendo elas engessadas e mantidas socialmente na vida das mulheres e das pessoas racializadas como uma falsa consciência, que na vida cotidiana é naturalizada através dos pré-conceitos que vão construindo as bases para a subordinação destes sujeitos sociais.

o conceito é fruto de um processo de análise e de síntese, através do qual se dissecou o fenômeno na tentativa de compreendê-lo e dar-lhe um nome que

contenha qualidade e o grau desta compreensão. Enquanto o conceito pressupõe a utilização de um instrumental teórico que permita o entendimento do fenômeno, o pré-conceito nasce do jogo de interesses presente na vida social, da defesa de privilégios, da correlação de forças político-sociais (SAFFIOTI, 1987, p 25)

Como nossa sociedade foi erguida e forjada por negros/as e mulheres que sempre foram considerados inferiores, incapazes e subalternos, os pré-conceitos instituídos por meio de adjetivações pejorativas, como “a mulher é fraca”, “o homem negro é sujo”, ganham substância concreta e material como uma “autoprofecia”, inviabilizando que negros/as e mulheres tenham acesso a certos ambientes e espaços. Na verdade, se concretiza uma divisão racial e sexual do trabalho que concederá poder e domínio ao homem branco.

Cabe ainda salientar que esta “falsa consciência”, uma vez introjetada e internalizada, passa a ser concebida de maneira pessoal, e não como parte dos processos históricos, propositalmente desviada do centro da atenção à constituição de valores que são transmitidos para manter a classe dominante como classe dominante.

Iasi ajuda-nos a compreender o desenvolvimento da consciência, a qual está intimamente circunscrita por:

a produção dos meios necessários à produção social da existência, a relação com a natureza pela mediação do trabalho; b) a produção social de novas necessidades – o distanciamento das barreiras naturais em direção ao mundo da cultura; c) a reprodução da vida e de determinada forma de vida, a família e a reprodução social de uma determinada forma de existência; d) a relação entre um determinado modo de produção e uma forma determinada de intercâmbio, um “modo de cooperação” determinado que mantém os diferentes seres humanos associados numa determinada forma da divisão social do trabalho e da cooperação; e) a linguagem e a consciência, como forma de intercâmbio dos seres inseridos numa divisão do trabalho e forma de representação ideal destas relações materiais que constituem o ser associado na produção social da existência e, neste âmbito, uma complexificação da divisão do trabalho em “trabalho material” e “trabalho espiritual”. (MARX; ENGELS, 2007: 32-35 apud IASI, 2015, p. 8)

Para o autor, embora estes momentos constitutivos da singularidade humana permitam que a consciência se emancipe da pseudoconcreticidade e se eleve ao concreto pensado, no mundo da pseudoconcreticidade as objetivações ideais, como os valores morais, por exemplo, incidem sobre a vida dos seres humanos e, em grande medida, orientam suas ações no mundo em uma ou outra direção, mas é o conjunto de complexos sociais como o direito, a família, o estado, dentre outros, que cria as condições objetivas de exteriorização em que se desenvolvem os sistemas de valores, as regras morais, a filosofia, as normas jurídicas, etc.

Para Silvio Almeida (2018), a ideologia não opera apenas pela força dos argumentos, mas pelo acesso aos bens materiais de que dispõem as classes dominantes. Segundo Iasi (2015, p. 9) “O desafio é constituir os nexos e determinações que ligam estas representações às necessidades vinculadas ao processo de produção da vida, inclusive a ‘necessidade’ do ocultamento e da inversão”.

O modo de produção capitalista, além de apartar os homens dos meios e instrumentos de trabalho e aliená-los deste processo, tornando-os estranhos aos próprios produtos executados por meio do dispêndio da sua força física e intelectual, transforma o caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, transformando-o, diante dos indivíduos, em algo estranho, em coisa, não como conduta recíproca, mas como subordinação a relações que existem independente deles e que nascem do entrechoque de indivíduos indiferentes entre si (MARX, 2011).

O processo de industrialização e os complexos sociais que se ergueram junto com a sociedade capitalista burguesa, além de complexificar os meios de produção, as classes sociais, também ergueu ideologias que desequilibram o próprio sistema capitalista. Como nos alerta Fanon (1980), o racismo e o patriarcado, assumidos em sua forma biológica, são expressões brutais da ideologia burguesa.

1.2 Patriarcado e Racismo, Proletariado e Subordinado: Mecanismos da Exploração da Força de Trabalho.

Neste item abordaremos, de modo geral, como a força de trabalho é explorada no capitalismo e na forma de organização tradicional no Brasil, frente o desenvolvimento da consciência de classe para além destas formas tradicionais.

As formas de exploração na sociabilidade capitalista e sua correspondente forma de opressão sobre o Gênero feminino e as pessoas negras são determinadas pela forma de produção de vida. Mulheres e homens, pessoas brancas e não brancas são resultantes do modo de reprodução social e das relações sociais e, embora capazes de fazer suas próprias histórias, não as fazem livremente, apenas sob determinadas condições. Tais “condições se constituem em grandes obstáculos que limitam o desenvolvimento pleno e livre da individualidade” (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p 12).

Os processos de reificação são muito bem descritos por Lukács em *História e Consciência de Classe*, especialmente no capítulo sobre “A reificação e a consciência do proletariado”, onde o autor nos apresenta a possibilidade de aprofundamento sobre a formação sócio-histórica brasileira, pois nos possibilita pensar como o modo de produção capitalista aqui implementado, embora “tardio” e dependente, desde sempre objetivou relações mercantis. Converteu a força de trabalho dos negros/as em trabalho escravo, constituindo-a como instrumento de trabalho e mercadoria, pois podia ser espoliada e ao mesmo tempo alugada, tendo assim, em si, valor de uso e valor de troca.

Transformados em mercadoria, toda subjetividade desenvolvida em África, passou a ser desvalorizada. Isso ocorreu para que os valores ocidentais pudessem “forjar” comportamentos, fosse nos escravos ou, posteriormente, nos/as negros/os libertos/as assalariados/as, relevantes para a implementação do capitalismo mercantil no Brasil desde a invasão portuguesa. No caso do período escravista no Brasil, o/a próprio/a negro/a era assim transformado/a, e mesmo posteriormente à abolição, foi mantida sua condição de subalternidade.

Apesar de complexas as relações que inscrevem a exploração do homem pelo homem e o sistema de opressão que se ergue a partir disso para sua manutenção, ampliação e naturalização, é preciso destacar que, nesta complexa relação, há homens que oprimem mulheres, mas também mulheres que oprimem mulheres e homens que oprimem homens, de modo que “o tornar-se mulher e tornar-se homem constitui obra das relações de Gênero” (SAFFIOTI, 1992, p. 18). Acrescentamos também que o mesmo fenômeno se processa no transformar-se em negro.

Porém, dado que o sistema capitalista emerge no Brasil articulando patriarcado e racismo, salientando o processo de divisão sexual e racial do trabalho, temos o enovelamento destes processos. O sistema patriarcal:

é um processo que resulta em diferentes formas opressivas, submetendo as mulheres a relações de dominação, violência e violação dos seus direitos e, identifica-se uma maior apropriação pelos homens ¹⁴do poder político, do poder de escolha e de decisão sobre sua vida afetivo-sexual e da visibilidade social no exercício das atividades profissionais. (SANTOS; OLIVEIRA, 2012. P 12)

O Sistema Racista é um sistema estrutural que integra elementos econômicos, políticos e culturais. O conceito de Raça emerge num contexto de contradições entre a universalização da razão iluminista e a destruição do colonialismo na escravidão. Neste

¹⁴ Destacamos, Homem branco donos dos meios de produção

contexto, parte de um projeto eugenista, configurando-se como uma reação conservadora desenvolvida primeiro na Europa e depois nos Estados Unidos.

O Eugenismo tenta se consolidar na produção teórica e científica na biologia física e na antropologia social, o conceito de Raça não é linear e nem sempre foi usado para classificar e estabelecer hierarquias entre seres humanos. É com o advento da sociabilidade capitalista que o conceito de Raça extrapola a linguagem, a família, a religião, e ganha publicidade, se distinguindo da hereditariedade. Foi a partir do século XVIII que as teorias de Lenneo e Darwin começaram a ser transpostas para justificar as desigualdades emergentes deste século. No século XIX, os aspectos da cor da pele e, acrescentamos, do Gênero, categorias biológicas foram utilizadas para classificar temperamentos e comportamentos.

Considerando que o patriarcado se estabelece estruturalmente e, assim como o racismo, se torna indissociável do modo de exploração/dominação, concluímos que ambos: a) Não se tratam de relações privadas, mas civis, e, portanto, estruturais e institucionais; b) Dão direitos aos homens sobre as mulheres, aos brancos sobre os/as negros/as; c) Configuram um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; d) Têm uma base material; e) Corporificam-se; f) Representam uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia, quanto na violência (SAFFIOTI, 2004; ALMEIDA 2018).

Sendo assim, compreendemos: 1) que a violência é a prática usada para subjugar as mulheres, sobretudo as negras, seja quando direcionada a elas ou quando dirigida aos/as

ilhos, sobrinhos, companheiros, maridos¹⁵; 2) o controle sobre o corpo¹⁶; 3) que a desigualdade salarial mantém mulheres e negros/as em situação de dependência econômica; e 4) que há manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdições à participação política das mulheres.

Estes dois últimos componentes trataremos com maior acuidade, não por desmerecer a importância dos dois primeiros, mas porque acreditamos que constituem tendências do capitalismo na América Latina, sobretudo no Brasil que versam sobre como as questões racial e de Gênero são centrais em nossa formação sócio-histórica.

É a fortuna crítica de historiadores, sociólogos, economistas, antropólogos, cientistas sociais, assistentes sociais e outras categorias profissionais que produz conhecimento acerca dos fundamentos da desigualdade no Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE) o instituto de pesquisa sobre a população economicamente ativa (IPEA), as amostras da PNAD, dentre outros, têm tido fundamental relevância em evidenciar como o mundo do trabalho se alterou no Brasil e como, desde sempre, as mulheres e os negros/as têm sido tangencialmente contemplados pelos direitos econômicos e sociais.

¹⁵ “Em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras. (Atlas da Violência, IPEA, 2021). A intensa concentração de um viés racial entre as mortes violentas ocorridas no Brasil não constituiu uma novidade ou mesmo um fenômeno recente. Pelo menos desde a década de 1980, quando as taxas de homicídio começam a crescer no país, veem-se também crescer os homicídios entre a população negra, especialmente na sua parcela mais jovem. Embora o caráter racial da violência letal tenha demorado a ter presença constante nos estudos mais gerais da violência, as organizações que compõem o movimento negro há décadas tematizam essa questão, nomeando-a de diferentes modos, conforme apontado por Ramos (2021): discriminação racial (1978-1988), violência racial (1989-2006) e genocídio negro (2007-2018). Nesse sentido, a desigualdade racial se perpetua nos indicadores sociais da violência ao longo do tempo e parece não dar sinais de melhora, mesmo quando os números mais gerais apresentam queda. Os números deste Atlas, mais uma vez, comprovam essa realidade. Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras.” (IPEA, 2021)

¹⁶ . Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação à taxa de 2,5 para mulheres não negras (IPEA, 2021) O Brasil tem, segundo o Ministério da Saúde, 503 mil abortos inseguros ao ano. Um estudo de 2015 do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), apontou 772 mil abortos como ponto médio (entre 500 e 850 mil abortos inseguros ao ano). A legalização do aborto traria à tona todos os dados de abortos que são inseguros, clandestinos, que hoje não entram na conta. disponível in: [https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/principais-questoes-sobre-aborto-legal/#:~:text=O%20Brasil%20tem%2C%20segundo%20o,mil%20abortos%20inseguros%20ao%20ano\),](https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/principais-questoes-sobre-aborto-legal/#:~:text=O%20Brasil%20tem%2C%20segundo%20o,mil%20abortos%20inseguros%20ao%20ano),) acessado em 20/06/22.

Dados do IBGE apontam que o mercado de trabalho brasileiro é informal. São 41,1% da mão de obra ocupados em trabalhos sem proteção, chegando a mais de 50% em 11 estados e batendo recorde em todas as unidades da federação no ano passado.

Este fenômeno não é novo, tampouco recente na América Latina, como apontou Van Linden a Paula Varela numa entrevista cedida para a revista *Ideias de Esquerda - Revista de Política e Cultura* em 15 de novembro de 2015. Segundo Van Linden (2015, on-line), “La crisis internacional ha vuelto a poner en discusión qué es la clase trabajadora hoy, el papel de sus organizaciones y su posibilidad de encabezar la resistencia a los planes de ajuste y la pauperización”.

Van Linden, assim como Ricardo Antunes (2018) aqui no Brasil, analisou os reflexos das greves na Alemanha, Grã-Bretanha, Holanda e Escandinávia, evidenciando que os sindicatos, enquanto instrumentos de organização e combate dos/as trabalhadores/as, têm sido revitalizado na Europa, de modo bem diferente dos países na América do Sul, na África do Sul e na Índia. Embora, segundo ele, possamos verificar um crescimento de resistência mundial dos movimentos tradicionais trabalhistas, como os sindicatos, este movimento não tem tido sucesso, efetivamente, pois apenas 7% da classe trabalhadora está assim organizada segundo dados da confederação sindical internacional.

Para Paula Varela o autor de *Workers of the World* (trabalhadores do Mundo) critica o conceito de classe trabalhadora de Marx por ser “estrito” e propõe substituí-lo pelo de “trabalhadores subordinados”, que contemplaria outras formas de trabalho que não são estritamente assalariadas. No entanto, para Varela, nas análises de Marx há previsão das formas “híbridas de trabalho”, considerando que o capitalismo se desenvolve globalmente, mas de forma desigual.

Para Marx (2017, p. 830) a tendência histórica da acumulação capitalista resulta da “acumulação primitiva” e não apenas da acumulação originária, da transformação direta dos escravos e servos em trabalhadores assalariados, o que, para ele, seria apenas uma mudança de forma que incide sobre um conjunto de fatores, preponderante e determinante da nossa perspectiva, pois separa os trabalhadores dos meios de trabalho e impulsiona o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do/a trabalhador/a.

Entretanto, assemelhar o trabalho ou trabalhador livre ao Homem escravizado, dada a forma de expropriação proximal entre ambos, é tratar sem razoável racionalidade o que foi, o que significou a barbárie, a belicosidade e desumanidade do regime escravista aqui implementado que se prolongou até 1888.

Segundo Marx (2017), o trabalho livre-assalariado significou a transformação da velha sociedade, substancializada por um processo de expropriação cujas leis próprias representaram a transformação dos meios de trabalho em meios de produção e da instituição da propriedade privada em sua própria negação, sendo que a posse do produto do trabalho, se baseia na expropriação do trabalho alheio.

Para Van Linden (2015), o trabalho assalariado não é a única forma de expropriação de mais-valia da força de trabalho, dos/as trabalhadores/as que no capitalismo entram no mercado de trabalho na condição do trabalho assalariado “livre”. Segundo o autor, Marx via a escravidão como um modo de exploração historicamente atrasado que logo seria uma coisa do passado, enquanto o trabalho assalariado “livre” incorporaria o futuro capitalista. Ao comparar o trabalho escravo e o trabalho livre, Marx apresentou, em diversas de suas obras, que ambas produziam excedente, e também que, mesmo com as diferenças existentes entre os modos de produção escravocrata e capitalista, havia uma condição de subordinação/dominação. Não nos ateremos, assim como Val Linden, nas dessemelhanças, mas nas experiências comuns.

Nos dois sistemas, o escravo e o trabalhador “livre” assalariado são aqueles que, despossuídos dos instrumentos de trabalho, têm como mão de obra um conjunto de capacidades mentais e físicas que, postas em movimento, produzem valor de uso, sendo, portanto, esta própria capacidade uma fonte de valor.

Embora a criação de mais valor, em Marx, se relacione à geração do valor de troca, Van Linden (2015) questiona: “Nos canaviais onde se empregava a mão de obra escrava, não geravam eles [negros/as] lucros consideráveis, porque a mercadoria açúcar implicava mais valor do que o capital investido pelo dono do canavial (aluguel da terra, amortização dos escravos, amortização da cana-de-açúcar, imprensa, etc.)?” Ainda, então é realmente o caso que apenas o trabalhador assalariado produz o equivalente de seu próprio valor mais “um excesso, uma mais-valia”? Ou o escravo também é uma “fonte de valor”?

Para Van Linden (2015, *online*), a força de trabalho só pode “aparecer no mercado como uma mercadoria se seu proprietário, o indivíduo que possui a força de trabalho, puder oferecer ou vender como mercadoria. Entretanto, para que isso ocorra, é preciso que seu possuidor a tenha.” Mas Van Linden evidencia que não é simples o processo de mercantilização da força de trabalho, e que o assalariamento não é, em si, o que justifica esse processo.

Para ele, crianças sob o “domínio” dos responsáveis legais, quando empregadas nas indústrias, e escravos, quando alugados, fogem da condição estabelecida por Marx

em relação à geração de mais valor, apenas suposta por este no trabalho assalariado. Para explicar sua posição, vejamos o que nos aponta Van Liden (2015, *online*). O escravo é tanto capital fixo quanto capital variável, na medida em que, após a amortização do valor investido em sua compra, continua ininterruptamente no processo de produção, constituindo a unidade de valor.

Ninguém duvidará que os escravos que produzem açúcar, tabaco ou índigo estão produzindo mercadorias, assim como os trabalhadores assalariados. Se este for o caso, então eles também produzem valor. Marx nega isso, pois considera os escravos como parte do capital constante e sustenta que somente o capital variável cria valor. Quinto, o trabalhador assalariado sempre se despoja de sua força de trabalho "por um período limitado, pois se o fizesse totalmente, de uma vez por todas, estaria se transformando de homem livre em escravo, de possuidor de uma mercadoria em uma mercadoria". Normalmente se referiria a tal transação como um aluguel, e não uma venda. A distinção entre contrato de aluguel e contrato de venda pode parecer insignificante, mas não é. "Quando um contrato de venda é fechado, a substância da mercadoria é instituída na propriedade da outra parte, ao passo que, celebrado o contrato de locação, a outra parte simplesmente negocia o direito de uso da mercadoria; o vendedor disponibiliza sua mercadoria apenas temporariamente, sem questionar a propriedade dela –como bem apontou Franz Oppenheimer–. (VAN LINDEN, 2015, *online*)

Destarte, para Val Linden, quando o homem/mulher negro/a era vendido/a como mercadoria, se tornava efetivamente capital constante para o seu possuidor, mas quando este, de posse da mão de obra escravizada, a alugava, o usufruto dessa força de trabalho, a mais-valia ficava com o "locatário", daí que, para o autor, não é a forma que muda as relações de trabalho, mas o conteúdo, o escravo alugado, assim como o trabalhador assalariado, respondem por um tempo determinado no processo de produção. Para o autor, Marx não estabelece essa mediação, porque presume que o processo de criação de valor aparece em uma perspectiva diferente. "A substância do valor da força de trabalho é retida pelo trabalhador e não cedida ao capitalista".

Presumindo que o assalariamento não seja uma forma de aluguel e que o trabalhador assalariado não é em si instrumento de trabalho, Marx vislumbrou o desaparecimento do capital variável, mas, mesmo antes da revolução industrial, as plantações nas Américas nos séculos XVII e XVIII, o emprego da mão de obra escravizada consistia exclusivamente em capital constante.

O exemplo do trabalho escravo demonstra que Marx não forneceu uma justificativa consistente para a posição produtiva privilegiada que o trabalho assalariado tem em sua teoria do valor. Há muito a sugerir que escravos e trabalhadores assalariados são estruturalmente mais semelhantes do que Marx e o marxismo tradicional supunham. A realidade histórica do capitalismo caracterizou muitas formas híbridas e transitórias entre a escravidão e o trabalho assalariado "livre". Também, escravos e trabalhadores assalariados executaram repetidamente o mesmo trabalho nos mesmos tipos de empresas

Para Van Linden (2015), o trabalhador assalariado não é em si instrumento de trabalho, porque fora, pelo processo produtivo capitalista, apartado destes, mas a teoria do valor em Marx é imprecisa para explicar as semelhanças e dessemelhanças entre o trabalho livre-assalariado e o trabalho escravo. Por isso ele nos desafia a pensar a classe trabalhadora numa totalidade mais diversa e que cunhe o contingente daqueles/as que não são abarcados/as pela formalidade, pela proteção social, que ele denomina de trabalhador/a subordinado.

Paula Varela (2015) acredita que, tentando escapar às apreensões economicistas do marxismo, Van Linden, assim como outros autores, pode incorrer numa “espécie de autonomia política”.

No diálogo entre Varela e Van Linden, assim como em Ricardo Antunes (2018), é possível compreender a classe trabalhadora em sua heterogeneidade, e firmamos a posição de que é a própria divisão do trabalho que criou e cria as condições sociais para o aparecimento dos trabalhadores subalternos e estes, que, por sua vez, determinam suas lutas e organizações coletivas. Para o autor da tradição marxista, a determinação econômica é que organizava as lutas coletivas, mas dentro de cada classe a condição do/a trabalhador/a é determinada por sua condição social. Muitas vezes estas lutas não contemplavam as necessidades da classe que vive do trabalho.

Para Varela (2015), o surgimento substantivo da subalternização da classe trabalhadora precisa estar articulado à teoria do valor, pois, segundo ela, em Marx não há resguardo de algum tipo de equívoco que não contemple as formas híbridas do trabalho e da heterogeneidade da classe trabalhadora.

Segundo a autora (2015, *ibidem*), embora seja necessário o reconhecimento da heterogeneidade da classe trabalhadora, a questão, para ela, é quais os nexos causais entre a heterogeneidade, as novas formas de precariedade do trabalho e a permanência de formas híbridas que combinem o trabalho assalariado com os modos pré-capitalistas ou de autoemprego. Segundo a autora, podem ser estes nexos apenas uma contingência do proletariado.

Por ora, nesta tese, não aprofundaremos a questão do precarizado, mas coadunamos com a perspectiva da autora, que considera que a crise econômica internacional tenha acelerado o processo de precariedade em nível global, transformando o "trabalhador/a estável fordista" em uma mercadoria cada vez mais rara que decorre deste processo e

sofre “uma maior homogeneização pelo processo de assalariamento da força de trabalho e maior heterogeneização dentro dessa força de trabalho assalariada”.

A oposição de Paula Varela em relação à teoria do valor do trabalho dos escravos se desenvolve no contexto do emprego da mão de obra dos escravos em plantações (*plantations* nos Estados Unidos), o que, segundo ela, era algo muito específico e não comparável ao “trabalhado escravo em geral”.

As questões postas por Paula Varela, em nossa compreensão, não ultrapassa o sentido clássico atribuído à compreensão e constituição da classe trabalhadora.

[...] onde a especulação comercial está desde o início e a produção é direcionada para o mercado mundial, o modo de produção capitalista existe, ainda que apenas no sentido formal, pois a escravidão dos negros impede o trabalho assalariado livre, que é a base da produção capitalista. Mas o negócio em que os negros são empregados é dirigido por *capitalistas*. O modo de produção que eles introduzem não surgiu da escravidão, mas está enxertado nela¹⁷

A experiência norte-americana em que se baseia a posição de Varela não ultrapassa a perspectiva clássica e ortodoxa de que a classe trabalhadora é aquela constituída apenas pelos trabalhadores assalariados da agricultura, indústria, mineração e transporte como a classe trabalhadora "real".

Este é um tema polêmico e não consensual, quanto ao qual, por ora, não temos adensamento teórico para nos posicionar, mas nos leva a ponderar sobre a organização da classe trabalhadora na Inglaterra e na França, e nas distinções entre os trabalhadores mineiros, agricultores e industriais, que eram distintos em forma de exploração e de organização. Também, nos remete aos escritos de Clóvis Moura em relação à divisão do trabalho envolvendo a mão de obra escravizada no processo de formação da sociedade e economia brasileira.

Depreende-se desta perspectiva a dificuldade de apreensão da classe que vive do trabalho, ainda que excluída deste, ou mesmo daqueles inscritos à informalidade, como no caso das trabalhadoras domésticas. Não constituem estas, que não são assalariadas, parte da classe trabalhadora?

¹⁷ O argumento de Paula Varela é extraído de Daniel Gaido, *A Materialist Analysis of Slavery and Sharecropping in the American South*, publicado originalmente em *The Journal of Peasant Studies* 1, Vol. 28, outubro de 2000. Neste trabalho, Gaido observa que “*The rise and fall* da escravidão americana foi, portanto, um processo dialético, pelo qual o trabalho forçado, originalmente um estímulo ao desenvolvimento da produção de mercadorias e, portanto, do capitalismo no norte dos Estados Unidos e na Europa, tornou-se seu oposto e teve que ser removido para permitir o desenvolvimento posterior das relações sociais capitalistas” (p.7)

Quando Varela aponta não discordar da heterogeneidade da classe trabalhadora, mas afirma as distinções entre as táticas e estratégias para sublevação da classe trabalhadora, abstrai que antes mesmo do processo produtivo baseado na excedência na exploração do homem pelo homem, já havia homens e mulheres, sobretudo as negras, organizadas “subversivamente”, resistindo aos grilhões da dominação-opressão.

Desta forma, reafirmamos que a concepção de Ricardo Antunes (2018) sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora, assim como a concepção de Van Linden, ampliaram a possibilidade de descortinar outras formas de alianças interclasses que análises mais antigas negligenciaram.

Desde já, cabe lembrar que as questões das mulheres e dos negros não foram jamais aprofundadas pelo comunista, sendo apreendidas de forma marginal. Marxistas lukactianos e gramscianos sempre consideraram as particularidades e diversidade da classe trabalhadora em seus contextos. Clara Zetkin, Lenin, Trotsky, Kollontai, Rosa Luxemburgo e os diversos documentos produzidos pelas internacionais deixam isso evidente.

Antes mesmo das explosões dos movimentos europeus em maio de 1968, entre 1919-1943 a preocupação com a questão das mulheres e dos negros já era reconhecida pela terceira internacional. Segundo Garcia (2022, p. 34) mesmo de forma ampla a questão negra era tratada através dos documentos elaborados para a luta contra o racismo nos Estados Unidos¹⁸, contra o sistema de escravização na África do Sul, na luta na diáspora e nas colônias africanas, caribenhas e na América do Sul, sobretudo nas fileiras do próprio partido, no chamado Chauvinismo branco.

Também a questão da mulher fora tratada por Lênin em diálogo com Clara Zetkin, em relação a elaboração das teses para serem apresentadas na II Internacional Comunista, onde já apontava críticas à posição do Partidos Comunistas.

“Devemos criar necessariamente um poderoso movimento feminino internacional, fundado sobre uma base teórica clara e precisa” – começou ele, depois de haver-me saudado – “É claro que não pode haver uma boa prática sem teoria marxista. Nós, comunistas, devemos manter sobre tal questão nossos princípios, em toda sua pureza. Devemos distinguir-nos claramente de todos os outros partidos. Infelizmente, nosso II Congresso Internacional não teve tempo de tomar posição sobre esse ponto, embora a questão feminina tivesse sido ali levantada. A culpa é da comissão, que faz com que as coisas se

¹⁸ Lênin. V.I Teses para o II congresso da internacional comunista, 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/07/14.htm>

arrastem. Ela deve elaborar uma resolução, teses, uma linha precisa. Mas até agora seus trabalhos não avançaram muito. Deveis ajudá-la¹⁹.”

Adiante abordaremos de forma mais profunda como as formas de organização de mulheres e negros/as possibilitaram formas de organização e desenvolvimento de uma “consciência possível”, pois aqui conseguimos elaborar os nexos causais a partir da concepção mais ampla de proletário e de consciência de classe que subverte a concepção do estatuto do “Outro” na tradição da teoria crítica ocidental.

Ao discutir as categorias consciência e proletariado a partir da perspectiva de Val Linden, acreditamos poder contribuir na forma pela qual essa tradição marxista integra e exclui a *diversidade* e a heterogeneidade. Por fim, nos próximos itens, buscaremos ampliar a possibilidade ou impossibilidade de ruptura com o paradigma que se desdobra em uma forma determinada de integração ou não dos subalternos “*Um adentrar subordinado pela condição de colonizado/tutelado, dependente*” (Carneiro, 1995, p. 95).

1.2.1 Formação do Proletariado e Consciência de Classe.

Tomaremos, para discussão deste item, os escritos de Marx, segundo os quais a constituição do proletariado é a força motriz capaz de mudar a história, pois ele é o possuidor das esferas que constituem o caráter universal do sofrimento, instituído pela separação de si dos meios de produção, sendo, portanto, unidade diversa de um “mal geral que não é particular, mas universal” (MARX, 2005).

Destarte, assim como Linden (2013), buscamos, aqui, apontar as controvérsias e polêmicas acerca da categoria proletariado. Embora esta categoria tenha sido, nos séculos XIX e XX, designada para representar trabalhadores assalariados

Da *Crítica a Filosofia do Direito de Hegel*, passando pela *Ideologia Alemã*, a palavra (*Zusammensetzung*) foi adotada para descrever a situação dos plebeus e dos escravos na Itália, expressando a relação entre proletário e pauperismo. Marx e Engels, inicialmente, consideraram que:

A palavra *Lumpen* tem o significado original de “farrapo velho e sujo”, “pano de chão”, mas também é usada no sentido de “andrajo”. Figuradamente, *Lumpen* pode significar “vadio”, “vagabundo”, enquanto a derivação *Lump* é usada com o sentido fortemente pejorativo de “escória”, “mau-caráter”, “trapaceiro”. Marx utiliza *Lump* e *Lumpen* para designar o indivíduo vadio, que não se ocupa de nenhuma atividade socialmente produtiva. Portanto, traduzimos *Lump* e *Lumpen* por “vadio(s)”, acompanhando-as sempre do original entre colchetes. *Lumperei* foi traduzido por “vadiagem”, ao passo que

¹⁹ Lenin e o Movimento Feminino. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/lenin-e-o-movimento-feminino/>, acessado 11/05/2017

o termo *Lumpenproletariat* foi traduzido por “lumpemproletariado”, conceito já consagrado na literatura marxista. (N. T.) (MARX; ENGELS, 2007, p. 558-559).

Do *Manifesto do Partido Comunista* (1987) e na esteira da revolução purgante da burguesia, emergia o salto qualitativo da classe para si no texto *A Luta de Classes na França* (2012), que “vantajosamente utilizou o *lumpemproletariado* contra o proletariado industrial que sustentou o bonapartismo na França” (MARX, 1997, p. 17, 25, 26). Podemos verificar como Marx, no *Dezoito Brumário* (1997), continuou a partir da consideração das classes fundamentais — os meios de produção (burgueses) e os/as de trabalho (proletariado) — a designar como lumpemproletariado aquele que não podia ou não queria trabalhar.

Cabe salientar que, para Marx, a base constitutiva das classes fundamentais era o surgimento do processo de acumulação primitiva, ou seja, a capacidade que o novo meio de produção tinha de abstrair lucro por meio da criação de mercadorias, só possível no processo de apartamento dos “produtores” dos meios de produção. Eram considerados naquela época destituídos dos meios de produção o proletário industrial e suas frações.

A Inglaterra constitui o terreno clássico dessa revolução, que foi tanto mais grandiosa quanto mais silenciosamente se realizou. É por isso que a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal resultado dessa revolução: o proletariado. Somente na Inglaterra o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações (ENGELS, 2010, p. 45).

Para o autor, a introdução do maquinário e o processamento das matérias primas na tecelagem e fiação secundarizaram o trabalho familiar, implementando uma divisão social e sexual do trabalho. À nossa compreensão, a introdução do tempo dedicado à exteriorização do produto, transformando-o em mercadoria, lhe atribuiu um valor, e surgiu o proletariado. O “*proletariado industrial surgia com essa primeira máquina, ela também origina a formação do proletariado rural*” (ENGELS, 2010, p. 50). A conversão dos instrumentos de trabalho em máquinas, oficinas e fábricas também instituiu as condições do surgimento das classes fundamentais.

Assentadas nas análises de Engels sobre a situação da classe na Inglaterra e na França, é possível verificar, desde o início da sociabilidade capitalista, que o emprego da força de trabalho emergente como proletariado na Europa se constituía de forma heterogênea; a utilização da capacidade vigorosa da força de trabalho jovem e infantil compunha majoritariamente o contingente da população empregada na indústria mineradora, bem como a força de trabalho feminina.

Engels (2010) apresentou como o proletariado era hegemonicamente constituído por homens jovens e por mulheres. Também apontou o uso da força de trabalho infantil, desde a mais tenra infância, entre os cinco e sete anos de idade, evidenciando que naquele momento não havia distinção etária e sexual para a exploração da força de trabalho. Naquele contexto, as jornadas de 12/24 ou 16 horas diárias eram frequentes, assim como também não era raro que os mineiros mais fortes ficassem no subterrâneo por mais de 24 ou 36 horas.

Ainda que tenha, nos capítulos 23 e 24 do livro I do Capital, nos fornecido chaves exploratórias para investigarmos nossas formações sócio-históricas, que, até o presente momento, chamamos de particularidades, o próprio Marx, no capítulo 25 do livro I, já nos orientou a buscarmos as mediações, nexos causais das refrações do modo de produção capitalista que se mundanizou, esmiuçando a *pseudoconcretude*.

Também, na introdução ao método, confiou-nos a tarefa de não transpor o que analisara, determinando que, a partir do método, devemos, tal como apontou Lênin (2022), dar conta de como os sujeitos sociais e coletivos, ainda que determinados, fizeram nossa formação sócio-histórica.

Marx e Engels, além dos aspectos econômicos que categorizaram proletariado e lumpemproletariado na Inglaterra, Reino Unido e na França, também utilizaram os aspectos de organização e resistência para “designar” as classes fundamentais, sobretudo a classe trabalhadora. Considerando as dimensões de organização e resistência, objetivamos neste item contribuir para a análise do proletariado no Brasil e o processo de desenvolvimento de consciência de classe.

Como aponta Souza (2022), buscaremos interromper o “*memoricídio*” que impôs leituras e apreensões “branco-centradas” do trabalho e da classe trabalhadora, de forma que naturalizou e naturaliza a hierarquização do sexo masculino sobre o feminino e do branco sobre o negro.

A respeito disso, é importante observar que a reprodução da branquitude ocorre, até mesmo, nas produções teóricas e nas atuações políticas. Inclusive, nas que se reivindicam críticas, marxistas, entre outras. Expressão disso é a corrente transposição idealizada e abstrata da história das lutas de classes, desenvolvidas na Europa, desconsiderando, como chaves analíticas fundamentais, os complexos particulares que lançam contradições suplementares à constituição das classes sociais e aos antagonismos entre elas, como a questão étnico-racial e agrária. (SOUZA, 2022, p. 35)

Destarte, compreender os complexos processos que decorrem do modo de produção capitalista e sua reprodução, sem cair em anacronismos ou em análises que destituam o

trabalho enquanto fundante do ser social, ao mesmo tempo repondo o Gênero e a Raça à posição de dinâmicas internas da nossa formação sócio-histórica, e buscando por mediações que considerem o tempo histórico, as contradições e as lutas possíveis.

Seguindo Souza (2022), é relevante notar que, quanto aos quase 400 anos de escravidão colonial e à economia capitalista dependente assentada na superexploração da força de trabalho, cabe explicar que a categoria “superexploração”, aqui utilizada, não versa apenas sobre a questão da troca entre equivalentes, tampouco pela relação direta, mas um tanto abstrata, de central e periférico.

Coadunamos com a perspectiva apontada por Amaral (2018), de que esta é uma categoria polêmica e controversa, uma vez que parte do mais alto nível de abstração de Marx sobre exploração, que envolve a “intensificação da exploração do trabalho nos níveis de exploração do trabalho que desrespeite ou viole o valor lhe atribuído”.

Se fosse tão simples assim, concordaríamos que haveria superexploração onde quer que exista o capitalismo em sua ampliação. Assim como Amaral (2018, p. 4), acreditamos que a lei geral da acumulação já evidenciou que “*a exploração tende à ruptura da igualdade entre valor e preço da força de trabalho, isso é exploração e ponto*”. De acordo com o mesmo autor, para compreender a superexploração é necessário entender o capitalismo dependente. Segundo ele, a tendência de apropriação do mais valor pelos países industrializado é maior e, ainda assim, são estes países industrializados que usurpam a extração do mais valor das economias dependentes.

São as multinacionais e as transnacionais as responsáveis por não permitirem a circulação interna do capital extraído por meio da exploração da força de trabalho dos países dependentes, ou seja, o lucro auferido pela usurpação da força de trabalho de um país periférico é remetido para a matriz destas multinacionais.

“Defendemos, então, que aqui está a especificidade do capitalismo dependente: a transferência de valor internacional da periferia para o centro, ou seja, a diferença dialética entre a produção e a apropriação de valor por parte dos diferentes capitais” (AMARAL, 2018, p. 8).

Para a autora, a superexploração se constitui, portanto, no desdobramento da especificidade do capitalismo dependente, que é a remessa de lucros para fora, refletindo na cisão das fases do capital. Destarte, para além do aumento da intensidade e ampliação da jornada de trabalho, para nós, apoiadas nos argumentos de Amaral, recai sobre os/as trabalhadores/as na periferia (capitalismo dependente) a “responsabilidade por sua reprodução.”

Como os países periféricos são demarcados por processos sócio-históricos determinados pelas questões de Gênero, raciais e étnicas, defendemos que estas determinações também incidem sobre a ruptura do ciclo do capital. Aqui se produzem mercadorias suntuosas, mas, dada a economia e seu desdobramento político, mulheres e negros não acessam estes bens.

De acordo com Souza (2022), a superexploração não se dá apenas na intensificação da jornada de trabalho, tampouco na elevação da produtividade, “mas na apropriação de parte do trabalho necessário à reprodução do trabalhador”, excluindo os negros e as mulheres do acesso ao consumo.

O que implica, segundo a autora, em

relações de expropriação diretas e indiretas que colocam a remuneração (preço da mercadoria, força de trabalho, expresso no salário) abaixo do valor necessário para que os e as trabalhadores e trabalhadoras se reproduzam adequadamente. Os desdobramentos desse processo se refletem no desemprego estrutural, na inviabilidade da ampliação da participação da classe trabalhadora no processo de circulação do capital, sequer como consumidores. Devido a essa realidade, observam-se: baixos padrões de consumo e acesso a determinados bens e serviços, ofertados pelo mercado; restrições no acesso às políticas públicas que compensem, em alguma medida e de maneira indireta, a expropriação da mais-valia, imposta diretamente nas relações de trabalho e assalariamento. (SOUZA, 2022, p. 37).

Para nós, assim como para Souza, (2022) a América Latina tem o racismo e machismo como contradições suplementares na sua dialética, como também mostram Moura (2014;1983) e Mariátegui (2008). O racismo e o machismo enovelados são elementos organizadores da produção social, à medida em que a divisão social, sexual e racial do trabalho é pressuposto para estruturação do capitalismo dependente.

Considerando assertivamente a discussão de Souza (2022) e analisando nossa realidade “à luz” dos aspectos “políticos”, passemos analisar a constituição e formação da consciência de classe no Brasil a partir de Ricardo Antunes (2018) e Moura (2020).

Ricardo Antunes (*ibidem*), brilhantemente, nos alerta que o proletariado é produto do modo de produção capitalista, e que sua existência é mediada pela negação das condições objetivas das propriedades qualitativamente humanas, como apresentamos no item anterior. Segundo ele, a “consciência operária” coexiste, de forma conflitante, em dois momentos: de um lado, a coisificação ou a reificação; de outro, a insatisfação oriunda da sua posição de classe no processo de produção. A implementação do capitalismo no Brasil foi marcada pela exploração da força de trabalho escravizada, sendo, por isso, muitas

vezes caracterizada como uma forma não capitalista, mas feudal ou semifeudal. Como será apresentado a seguir

Para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma das entidades responsáveis para introdução do pensamento marxista no Brasil, o modo de produção aqui implementado era tardio e atrasado. Leandro Konder, quando militante do PCB, (1995, p. 19), apontava que a chegada das ideias socialistas no Brasil conformou-se a diferenças sociais e econômicas em relação a ideias socialistas na Europa. Se lá os problemas da industrialização agravavam a insatisfação dos trabalhadores explorados, fazendo surgir a questão social, aqui na América Latina, sobretudo no Brasil, as ideias socialistas se processaram por outros caminhos, já que, no Brasil, o trabalho não era baseado na exploração dos trabalhadores/operários “livres”.

Para o autor, a *questão social* (a questão do movimento operário), não era crucial no Brasil, pois se tratava aqui da *questão servil* (isto, é, a questão da escravidão). Mas, aponta o autor, as ideias de um movimento que estava se tornando importante nos países europeus não eram ignoradas pelos intelectuais e políticos no Brasil, pois estes “gravitavam em torno de referenciais da cultura europeia”.

Para Werneck Sodré (1980), embora o marxismo enquanto teoria revolucionária ingressasse no Brasil efetivamente no século XX, já no século XIX era possível verificar a disseminação das ideias socialistas nas organizações de resistência, como a abolição e/ou a luta pela implementação da República anunciava a liquidação das mazelas do regime colonial.

Ao contrário da leitura que o PCB fazia da formação sócio-histórica brasileira do emprego da força de trabalho negra escravizada e da economia, basicamente agrária, voltada para exportação de matérias-primas, Sodré (1980) afirma que o surgimento da classe operária brasileira não se origina da visão segundo a qual, por aqui, dever-se-ia “desenvolver os partidos políticos, do tipo social-democrata trabalhista, estruturando principalmente a base da associação profissional, beneficente ou de resistência” (ibidem, 76)

Considerando a questão racial e de Gênero como constitutiva da nossa formação sócio-histórica, verificaremos que as contribuições de Clóvis Moura sobre a participação dos negros no processo de formação da classe trabalhadora foram fundamentais, pois decorrem do processo de organização quilombola, um processo interno amplo e complexo, com relações externas, que podem nos ajudar a compreender a emergência do

proletariado/operariado no Brasil para além do modelo transplantando sobre estes sujeitos sociais que, para o Brasil, eram revolucionários.

Destarte, não se trata de comparar a questão social do operariado industrial europeu à situação brasileira, mas de analisar a questão sob a ótica da nossa forma própria de produção capitalista, que, por um lado, se utilizou da força de trabalho escravo para expropriação com vistas à manutenção da acumulação primitiva e, por outro, viu na resistência negra (e sua aproximação com as ideias socialistas) um grande risco.

É preciso considerar que o movimento quilombola se apresentou como forma política de organização. A história oficial nos conduz à elaboração de que o processo de independência foi “meramente um processo de revolução pacífica”, mas, dessa maneira, nega seu caráter revolucionário e, por sua vez, mascara o caráter contraditório e conservador desta feição da história, tentando apagar, diminuir e rebaixar a participação do movimento negro quilombola nesta fase.

O quilombo, enquanto espaço de proteção, resistência e luta do negro fugitivo, significou uma forma organizativa cujos aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e religiosos manifestavam um novo *projeto societário* articulados aos “marrons” das Guianas (conforme aponta Tavares Bastos); à campanha abolicionista do Haiti – “haitianismo”; e aos colonos aliados dos comunistas e aos marinheiros norte-americanos. Assim, internacionalmente, apresentava uma nova forma de organização de produção e reprodução social no Brasil e em alguns países da América Latina.

Estas relações internacionais nos apontam que o movimento quilombola se configurou como um movimento internacionalista. Isso, para o Estado e governo brasileiro à época, dada a perspectiva de reorganização social, se configurava como grande perigo, posto que: “As províncias do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, limitadas pelos países circunvizinhos (Guiana Francesa, Inglesa e Holandesa e Venezuela, Nova Granada, Peru, Bolívia, Paraguai, República Argentina e Uruguai) em nenhum dos quais se permite a escravidão, são, justamente por isto, perigos permanentes para a tranquilidade interna e para a defesa do Estado” (MOURA, 1987, p. 77).

Além de representar um perigo porque “pautavam” a abolição, também inspirado pela Revolução Francesa, que abolira a prática da escravidão, o movimento quilombola representava o “risco” do republicanismo, vista a recente “independência” do Brasil.

Com o fim do escravismo, há uma ruptura histórica envolvendo transformações econômicas, sociais e políticas ligadas à própria emergência do imperialismo, no plano internacional. Esta nova situação histórica faz emergir, nacionalmente, um “capitalismo competitivo” com um duplo aspecto: por um lado, trazia “um fator multiplicativo do poder de ação do agente econômico privilegiado”, e, por outro, “um fator destrutivo para o equilíbrio econômico global da sociedade” (CHAGAS, 2013, p. 09).

De acordo com Silva (2013, p. 266), as desqualificações do movimento abolicionista, por seu caráter liberal, não devem obliterar a “luta pela emancipação dos negros no Brasil”, visto terem denunciado o “descumprimento legal de uma série de direitos desconhecidos pelos escravos que, dessa forma, foram negados por uma elite oligárquica, monarquista e conservadora”. Embora não tenha, com a independência, havido ruptura do escravismo com a estrutura econômica, não havemos de negar que este fora momento de um importante salto qualitativo, ao que pese o desenvolvimento e o fortalecimento do Estado.

Para Konder (1995, p. 24), o Brasil só poderia ter um proletário significativo influente se a industrialização avançasse. Para que isso ocorresse, era necessário o fim da exploração da força de trabalho baseado na escravidão dos negros/as. Segundo o autor, na passagem do século XIX ao XX se formava no Brasil o proletariado, cuja experiência classista se baseava na experiência estrangeira. Migrantes provindos da Itália e da França, de forte tendência anarquista, influenciavam os trabalhadores. Nesta linha, surgiram os anarcossindicalistas.

Esta perspectiva, que orientou as análises do Partido Comunista Brasileiro até o final da década de 1990, restringiu a compreensão do PCB, sobre a constituição do proletariado no Brasil. Também a caracterização do sistema produtivo de forma periférica e dependente haveria de se desenvolver sob os mesmos moldes que se desenvolvera a classe trabalhadora em suas formas de organização e luta, tal como na Europa.

Ainda assim, na atualidade há interpretações e análises mais amplas sobre as categorias proletariado/operariado. Van Linden, numa concepção mais ampla, considera proletário/a todo aquele/a destituído/a dos meios de produção.

O escravismo brasileiro, em seus três séculos e meios, não foi igual, linear ou homogêneo. A contratação do escravo de ganho, a divisão sexual do trabalho das mulheres negras escravizadas, orientadas para diversas funções sociais, dentre outras características, nos fazem defender que a maioria do trabalho do Homem negro escravizado tinha função mercantil.

Desta forma, se acreditamos na premissa de que “a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual” (Antunes, 1982, p 21), como não compreender as resistências das mulheres e dos/as negros/as como um embrião do desenvolvimento da classe e da consciência de classe trabalhadora no Brasil?

Podemos inferir que toda a classe trabalhadora, onde quer que tenha se desenvolvido, o fez apartada dos meios de produção e dos meios de produção intelectual. Contudo, também por isso, construiu e desenvolveu formas e meios de organização na luta de classes, o que significou um salto qualitativo na forma de produção e reprodução de suas próprias vidas.

Diante desta premissa, e ampliando a análise sobre a participação das pessoas negras e das mulheres, vimos que, ainda que tenham sido apartadas dos meios de produção material ou subalternizadas no processo do acesso a estes, desenvolveram formas de organização e de “consciência de classe possível” (ANTUNES, 1982).

Esta “consciência possível” no processo de organização social, política e econômica no Brasil nos séculos XIX e início do século XX, se pautou não só pelos sujeitos sociais subalternizados, como também pela violência empregada para conter estes movimentos de resistência como nos apresenta Castelo (2018, p. 277),

As dores ao longo do parto são retratadas na forma da violência da expropriação realizada pelas classes dominantes dos meios de produção e subsistência de indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, seringueiros, parceiros, peões, vaqueiros, camaradas volantes e outros, sempre em conluio – direto e/ou indireto – com o Estado. Ao mesmo tempo que ocorreram tais ataques das classes proprietárias, também há múltiplas formas de resistência dos povos do campo contra a expropriação, a exploração e a degradação da vida humana e da natureza, como as resistências indígenas e quilombolas, os conflitos messiânicos (Canudos, Contestado), o banditismo social (o cangaço no Nordeste), as ligas camponesas, os sindicatos rurais e a luta armada (Porecatu, Trombas e Formoso, Araguaia). As lutas de classe têm múltiplos vetores e Ianni emprega-os todos em movimento, captando não só a contradição entre eles, mas apontando sua resultante. (CASTELO, 2018, p. 277)

O movimento Quilombola se apresentou desde o século XVIII como um movimento de resistência. Para nós, a partir de Clóvis Moura em *Dialética Racial do Negro* (2020), *Quilombagem* (1989) e *Os quilombos e a revolução negra* (1984), o desenvolvimento da organização racial foi acertado ao que determinava o processo produtivo. Ainda, não foi a soma ou a média do que os indivíduos resistentes singularmente compunham ou pensavam, pois não se tratava de uma consciência dada pela abstração do pensamento, tampouco pelo empirismo ou por um psiquismo. A organização política era determinada

principalmente pela consciência experimentada que os/as negras tinham por meio do aquilombamento.

Como acima apontamos, para que a classe se constitua em si, ela tende a estar apartada dos meios de produção, e é no salto qualitativo de organização social e coletiva, se opondo objetiva e subjetivamente ao domínio e à exploração, que ela, por meio da reação, se constitui em classe para si.

Decorrente deste processo, que não é mecânico, tampouco espontâneo, antes e sobretudo determinado pela luta econômica e pela luta política revolucionária, foi apreendida a perspectiva Leninista de “posição do proletariado no processo de produção” (ANTUNES, 1982, p. 32).

Ricardo Antunes, na época da escrita de sua tese *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil*, editada pela editora Cortez em 1982, afirmava que entender a forma de ser da classe operária — e sua consciência — implicaria, num primeiro momento, estudar a particularidade desta classe dentro do processo de constituição e consolidação do capital industrial no Brasil. Para isso, ele iniciou sua tarefa levantando alguns problemas que, ainda hoje, julgamos importantes, não resolvidos ou superados pela realidade concreta e pela teoria social, sendo o primeiro “Como apreender as formas de ser e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o classificar”.

Quanto à tese do “capitalismo tardio”, para o autor, esta expressou-se em duas vertentes e desde o início já apresentava equívocos, pois apresentava deformações no que diz respeito às particularidades brasileiras. A primeira vertente buscou compreender o caso brasileiro a partir dos enquadramentos nos casos clássicos. Neste campo se situam o Partido Comunista Brasileiro e alguns de seus intelectuais, tais como Astrogildo Octavio Brandão e Oliveira Vianna.

Na outra vertente, de acordo com Antunes (1982), a busca pela singularidade empreendeu descaminho ainda maior. Ao não articular as relações e mediações entre o particular, singular e o universal, nesta, para nós, também se inscreveram os equívocos do e no Partido Comunista Brasileiro. A perspectiva do agrarismo e do industrialismo eram antitéticas e, por se tratar de um passado colonial, não haveria aqui capitalismo, mas resquícios de uma sociedade feudal, um modo de produção capitalista com base no escravismo colonial. Tal tema, complexo e diverso, já foi amplamente debatido²⁰.

²⁰ Prado C. Jr. História Econômica do Brasil, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1969; Sodré, Nelson. W, Formação histórica do Brasil, São Paulo, ed. Brasiliense, 1973; Furtado, Celso, Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1970

Não obstante, antes de passarmos ao próximo item, é preciso salientar que as relações de produção e reprodução social no Brasil, marcado pelo capitalismo dependente, a construção ideológica das opressões de Gênero e Raça, ganham novo dinamismo. O machismo e o racismo atuam como barreiras para a possibilidades de construção de uma identidade de classe unitária entre dominados e explorados.

O reflexo deste dinamismo é o profundo domínio ideológico heteropatriarcal e racista que institui a existência da mulher e do/a negro/a como “Outro” que domina homens e mulheres e os reduz à categoria de “sub-cidadãos”. De acordo com Moura (2021) e Saffioti (2013), o racismo e o machismo atuam na criação de cisões, conscientes ou inconscientes, no conjunto da classe trabalhadora. Sob o modo de produção capitalista racismo e machismo se enovelam.

Segundo Souza (2022), a complexa divisão instituída pelo assalariamento, consolida a concorrência entre os/as trabalhadores/as, mulher e/ou homem, brancos/as e/ou não branco/as. *“Esse grupo da população se sente ameaçado pelo ‘outro’, que aparece como oferta de força de trabalho mais barata”*.

O racismo colonial (FANON, 2008) e o patriarcado (SAFFIOTI, 2013) engendram um processo de mistificação, de negação, ocultamento do ser, num processo de amoldamento do indivíduo à sociedade determinando seu modo de ser, sua subjetividade e sua condição psicológica.

Parafrazeando Souza (2022), ao negro, no processo colonial, é negada própria condição humana, e a mulher tem, na sociedade patriarcal capitalista, sua condição de Ser Social recusada. Ambos, entretanto, mesmo tendo sido relegados à não humanidade, buscaram afirmar sua existência para além dos papéis ou identidades lhe atribuídas. Como dissemos anteriormente, para o modo de produção capitalista, o Homem Branco é a referência, e este, ao se declarar como sujeito universal, recusa ao negro e à mulher a expressão da humanidade.

Com isso, se o negro quer ser humano, precisa ser branco, de modo que sua vida se reproduz permeada por complexos de inferioridade. O branco, para ser humano, nega o não-branco e, além disso, o complexo de superioridade permeia sua vida (FANON, 2008). Com o homem homossexual se processa a mesma coisa: para ser humano, nega qualquer coisa que o aproxime do ser feminino/mulher. Também aqui é acionado o complexo de superioridade/inferioridade.

A sociabilidade de ambos é mediada pela dialética da alienação, dimensão subjetiva simbiótica da alienação do trabalho, engendrada pela ordem do capital. A construção social, alienada do lugar de cada um na sociedade,

sucedem-se por profundos processos de construção de estereótipos para o qual as instituições muito contribuem. A subordinação, imbecilização, infantilização e desmoralização do indígena, do negro e da *mulher*, são formas de opressão, a partir das quais se definem os lugares e os comportamentos projetados sobre esses sujeitos. (SOUZA, 2022, p.42). (grifo nosso)

Para a autora, qualquer movimento para escapar deste constructo social se confronta com uma estrutura rígida e violenta. Como afirma Souza, a violência consiste na ininterrupta infantilização e desmoralização do negro e da mulher, que, como dissemos, lhes atribui muito rigidamente campos de atuação.

1.2.1.1 Consciência de classe e a organização da força de trabalho negro

De acordo com Moura (1987, p. 13), “*no Brasil, o quilombo marcou sua presença durante o período escravista e existiu praticamente em toda a extensão do território nacional*”. Entretanto, a história “oficial” não evidencia tais percepções. Neste sentido, o autor aponta ser necessária uma revisão na historiografia social do Brasil, no que pese a importância dos quilombos na dinâmica brasileira, sua forma de protesto e de marcação de posição de resistência individual e grupal, “[...] *saber até que ponto esse protesto, essa posição correspondiam à possibilidade de um projeto de nova ordenação social*”. Este é um dos pressupostos de que buscamos nos aproximar.

Ora, desde que a escravidão negra foi instituída no Brasil, houve resistência, ora pela fuga na busca dos quilombos, ora pelo suicídio. Da caracterização dos quilombos “banditistas” ao seu aspecto trágico de martírio, a formação da quilombagem significou resistência, luta e desgaste em diversos níveis de formação produtiva escravista, “...*quer pela ação militar, quer pelo rapto de escravos das fazendas... do ponto de vista econômico, subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial*” (Moura, 1987, p. 14). A sublevação quilombola contra o “aparelho repressor” significou a organização de um sistema de defesa e de organização produtiva. De acordo com Moura (1987, p. 24):

Ferrado como animal, torturado até a morte, combatido de todas as formas, em todos os níveis de tentativa de readquirir a liberdade, o escravo tinha de rebelar-se e de usar a violência contra o aparelho de dominação [...] os quilombos tinham, por isso, de organizar um sistema de defesa permanente. Para tal, como se constatou no quilombo de Ambrósio, em Minas Gerais, e na República de Palmares, os negros tiveram de entrar em contato com outros segmentos oprimidos nas regiões que atuavam. Precisavam de armas, pólvora, facas e outros objetos. (MOURA, 1987, p. 24)

Para Moura (1987), foi o intercâmbio que possibilitou a aquisição de poderio militar dos quilombos, principalmente Palmares. Fora a dupla atividade, mercantil e bélica, que desenvolvera as unidades populacionais e produtivas, permitindo a sobrevivência à sociedade escravista.

Buscando corroborar e ao mesmo tempo avançar nas reflexões de Silva (2013), apontamos que as “visões e análises que atribuem subalternidade ao movimento quilombola” deixam de considerar as expressões das relações macroscópicas do capitalismo periférico e dependente. Neste sentido, assim como Silva, reforçamos a denúncia da construção mítica e ilusória do famigerado ato “heroico emanado pelo imperador” acerca da independência do Brasil.

Afirmamos também que, no Movimento Quilombola, a “consciência possível” criou condições objetivas de sublevação e proteção aos/as negros/as fugitivos/as, pois a “abolição formal, da grande massa de homens, mulheres e crianças negras, não os excluiu da perpetuação do *processo de expropriação do seu próprio Ser*”, conforme Ianni (1991-grifo nosso).

Se, para Gramsci, o ser social só se “desenvolve” quando busca suprimir o reino das necessidades sob o reino da liberdade, e se compreendemos que a questão da liberdade para o movimento negro quilombola foi e ainda é a premissa de sua existência, e que, portanto, toda sua consciência e vontade aparecem como fatores decisivos para a transformação do real (naquela época determinada pelo cativo), compreendemos também que foram as condições históricas objetivas existentes, independentes da consciência e da vontade dos negros, que naquele momento lhes foram determinantes.

Assim, consideramos a correlação de forças sociais diante dos aspectos que, historiograficamente, nos conduzem à elaboração histórica de que o processo de independência fora meramente “um processo de revolução pacífica” e, dessa forma, negando-se o caráter revolucionário, negaremos também o caráter contraditório e conservador desta feição da história que tenta apagar, diminuir e rebaixar a participação do movimento negro quilombola nesta fase de nossa história.

Embora não tenha, com a independência, havido ruptura do escravismo com a estrutura econômica, não havemos de negar que este fora um momento de importante salto qualitativo para o desenvolvimento e fortalecimento do Estado. O “*avanço da democratização política é, ao mesmo tempo, condição e resultado de um processo de transformação também nas esferas econômica e social*” (GRAMSCI, 2000b, p. 19).

Evidenciamos com isto que a quilombagem possibilitou aos negros/as libertos/as, pelo processo de resistência, luta e organização em torno dos quilombos, a “*passagem do momento econômico ao ético-político*”, isto porquê, cremos ter havido efetiva elevação dos interesses particulares à identificação com os universais, além da continuidade histórica da quilombagem, sua expansão geográfica territorial e sua procedência anarco-espontânea, que impulsionou a “*deterioração nas relações entre senhores e escravos, contribuindo para a mudança social que desembocou no trabalho assalariado*”(MOURA, 1987, p. 31). Para o autor, esta não foi uma “*manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional e permanente*”.

Os processos de mediação da mudança de uma consciência econômico-corporativa para uma ético-política são explicitados por Gramsci quando este destaca três momentos do grau de homogeneidade, de organização e consciência ideopolítica alcançado pelos vários grupos sociais: o primeiro é o momento econômico-corporativo, no qual o grupo profissional toma consciência dos seus interesses e do dever de organizá-los, mas não desenvolveu ainda unidade com o grupo social mais amplo; o segundo é o momento sindicalista, "em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico"; finalmente, o terceiro momento é aquele em que se atinge a consciência de classe ou da fase hegemônica, "em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo [...] e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta fase [...] além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano 'universal' [...]" (GRAMSCI, 2000b, p. 41 apud ALONSO, 2009, p. 42).

Cabe salientar que, embora não se possa falar de consciência de classe em si ou para si nos pressupostos Luckatiano ou Gramsciano, e dada nossa configuração social e produtiva se organizar à base de estamento, consideramos que o movimento quilombola, em especial, não se constituiu apenas e tão somente pela vontade, até porque as relações estamentais também eram relações assimétricas e, portanto, desiguais e de dominação.

Ratificamos, no entanto, nossa posição de que, efetivamente, o Movimento Quilombola foi, sim, um embrião da organização política da classe trabalhadora no Brasil.

Para Sodré (1980, p 80), a classe operaria no Brasil surge do desenvolvimento capitalista a partir de 1890. Em 1907, segundo o autor, estatísticas já registravam a

presença, no país, de aproximadamente 200 mil pessoas integradas na classe operária urbana, das quais 150 mil trabalhavam em fábricas ou em outros estabelecimentos industriais.

No processo de transição entre escravidão e abolição, é possível notar que, no princípio do desenvolvimento da manufatura, no artesanato, no incipiente desenvolvimento da construção civil, na metalurgia, na carpintaria, na marcenaria e no processamento do minério do ouro, bem como nas atividades auxiliares da indústria, a força de trabalho escrava era utilizada.

Tabela 1. Ocupação, por ramos de atuação, pessoas negras livres e escravizadas – antes da abolição

Profissão	Livres	Escravos
Alfaiates	61	96
Caldeireiros	4	1
Carpinteiros	178	326
Entalhadores	96	42
Carpinteiros Navais	80	38
Serralheiros	5	-
Ferreiros (em São Luís)	37	23
Tanoeiros (em São Luís)	2	1
Marceneiros	30	27
Ourives	49	11
Pedreiros e britadores	404	608
Pintores e seriadores	10	5
Correeiros	4	1
Escravos auxiliares nas indústrias	-	1.800
Total	964	2.985
Total geral	3.949	

Fonte: Extraído de LIMA, Heitor Ferreira; apud. MOURA, Clóvis, p. 95, 2019.

Quando olhamos para a Tabela 1, elaborada por Lima e disposta no livro *A dialética do Negro* de Clóvis Moura, verificamos que, antes mesmo do processo de abolição, as

peças negras já se inscreviam no ramo da indústria, provando, portanto, a incoerência da disseminada ideia segundo a qual os/as negros/as não foram absorvidos/as pelo mercado formal de trabalho, por “incapacidade laborativa”. Também conseguimos, assim, refutar as análises sociológicas que, até a década de 1970, utilizavam este argumento para racionalizar a desigualdade racial e de Gênero desde o início de nossa formação sócio-histórica.

Para Sodré (1980), a classe operária nascia, assim, sob o peso do regime escravocrata, cuja extinção recente ou tardia não impedia a transmissão da sua herança de atraso social e cultural ao proletariado emergente. *“Antes da abolição, como é possível verificar através das tabelas, homens livres e escravos trabalhavam juntos, lado a lado nas fábricas, pouco se distinguem um dos outros”* (Ibidem)

Tabela 2. Ocupação, por ramos de atuação, de pessoas negras livres e escravizadas – após abolição.

Condição social	Escravo	Trabalhador livre	Total
Costureiras	67	583	650
Mineiros e cant. (sic)	1	41	42
Trab. Em metais	19	218	237
Trab. Em madeiras	33	260	293
Trab. Em edificações	25	130	155
Trab. Em tecidos	124	856	990
Trab. Em vestuários	2	102	104
Trab. Em couro e papel	30	189	219
Trab. Em calçados	5	58	63
Trab. Em agricultura	826	3.747	4.563
Criados e jornais	507	2.535	3.042
Serviços domésticos	1.304	3.506	4.810
Sem profissão	677	8.244	8.921

Fonte: COSTA, Emília Viotti da; *apud*. MOURA, Clóvis, p. 96, 2019.

Quando cruzamos os dados da Tabela 2 com aqueles da Tabela 3, que versa sobre áreas e/ou setores em que já havia sindicalização em 1934 no Brasil, verificamos que a construção civil, os marceneiros, metalúrgicos, pedreiros, tecelões e os trabalhos com couro eram setores mais desenvolvidos, portanto mais combativos. Era nestes ramos e

setores que estava ocupada a força de trabalho negra, fosse sob aspectos da mão de obra livre, ou ainda meramente livre no sentido formal. Estes dados evidenciam que a historiografia brasileira e a teoria crítica foram forjadas na ideia de superioridade branca.

Cabe ainda salientar que, de acordo com Sodré (1980), entre 1890 e 1907 os operários urbanos representavam apenas 3% da população economicamente ativa, e mais de dois terços viviam no campo, sujeitos a diferentes formas de opressão do sistema de exploração.

Talvez por isso, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tenha, por tanto tempo, defendido a tese do desenvolvimento agrário, presente, por exemplo, no livro de Octávio Brandão *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*. Considerada como a primeira tentativa de uso do arcabouço teórico marxista para a interpretação da realidade brasileira (Cf. BIANCHI, 2012: 141; BRANDÃO, 1978: 287; MORAES, 2007), sua obra tenta construir dados sobre economia, política, sociologia etc., tanto do Brasil quanto do exterior, em exercícios de interpretação das teorias de Marx, Engels e Lênin.

Para Lacerda (2014), quanto à situação nacional, Brandão demonstrava que, tanto econômica quanto politicamente, o Brasil era um país agrário, feudal, medieval, mas a falta de precisão conceitual quanto a esta questão foi e é muito polêmica, mesmo porque, como tática, ele apontava necessidade de articulação com a burguesia agrária, pois, ainda segundo Brandão, haveria interesses dos “agrários” contrários às grandes burguesias industrialistas – “e daí advém a tese central que dá nome ao livro”.

De acordo com Lacerda (ibidem), Brandão, ao proclamar a necessidade de a classe operária, por meio do PCB, fazer aliança com a pequena (e grande) burguesia, pautou sua visão sob a “realidade”, a concepção dualista “agrarismo-industrialismo” do Congresso do PCB. Esta visão perdurou no partido até 1960, quando Caio Prado apresentou novas perspectivas no V Congresso do PCB em 1960, com trabalhos como “Valorização do trabalho e sindicalismo rural”, “Alberto Passos Guimarães e a revolução agrária não-camponesa” e “Ivan Ribeiro: Via prussiana, democracia política e reforma agrária”.

Salientamos que nos basearemos nas análises de Caio Prado para analisar e discutir a perspectiva do PCB sobre a formação sócio-histórica brasileira.

Neste sentido, como no processo de manutenção de sua hegemonia (e por meio da história “oficial”), a classe detentora dos meios de produção, branca e eurocentrada, construiu e continua a construir e manter uma visão de mundo em que as classes subalternas são identificadas como marginais, *em relação à sua inclusão no cenário*

histórico, excluídas que sempre foram dos processos histórico-sociais, e acabam por também se identificarem com esta visão.

Queremos, com isso, enfatizar que, segundo nossa compreensão, o Partido Comunista Brasileiro, por quase um século, incorreu na equivocada interpretação das populações negras e das mulheres e sua participação na construção sócio-histórica brasileira. As análises das resoluções do partido entre 1992 e 2021 não nos permitem elações, muito pelo contrário.

Considerando desde a caracterização do que era o proletariado feita por Sodré (1980) até as análises de Ricardo Antunes, já no século XXI, não há sombra de dúvidas que, desde 1930, era factível a participação dos/as negros/as, no trabalho formal. Por regiões/ estados brasileiros é possível, com o cruzamento do ramo de atuação e da Raça, como nas Tabelas 2 e 3, afirmar que, com pouco mais de 10 anos de existência do partido comunista, havia “quadro”, análises que poderiam ter sido consideradas sobre nossa formação sócio-histórica, encarando-a não como uma transposição das realidades vivenciadas pelos países da Europa, mas por meio da utilização do método materialista histórico e dialético.

Tabela 4 -Sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho até outubro de 1934: Indústria.

Sindicato por profissões	ESTADOS															Totais	
	DF	SP	MG	RS	RJ	BA	PE	SC	ES	PA	SE	PR	AM	AL	MA		PI
Alfaiates	1	-	2	1	1	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	7
Chapeleiros	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Ceramistas	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Sapateiro	1	1	2	1	-	-	1	-	-	1	1	1	1	1	1	-	12
Construção civil	1	6	10	7	14	6	3	4	5	1	1	2	1	-	-	2	63
Construção Naval	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Calafates	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Confeiteiros	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Eletricistas	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	5
Gráficos	1	-	3	2	2	1	-	1	1	1	1	1	-	-	1	-	15
Ladrilheiros	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Marmoristas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Magarafes	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	4
Marceneiros	1	1	2	6	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	14

Metalúrgicos	1	6	1	4	4	2	1	2	-	1	1	-	-	-	-	-	25
Mineiros	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Madeireiros	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	4
Padeiro	1	3	1	3	3	2	1	1	1	-	-	-	-	-	1	-	17
Saboeiros	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tecelões	3	11	4	2	7	1	3	3	1	-	3	-	-	2	1	-	41
Tintureiros	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Vidreiros	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Refinação de Banha	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Fabricação de bebidas	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4
Curtumes	1	1	1	3	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	8
Frigoríficos	1	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Fabricação de Gás	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fabricação de Papel	1	-	-	-	4	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Petróleo	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Pedreiros	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Laticínios	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fabricação de Fósforos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2
Sabão e Vela	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Fumos e Cigarros	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	4
Barrigueiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Confecções	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Usinas e Refinação de Açúcar	1	-	1	-	3	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Farinha e Massa Alimentícias	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Moinhos	-	1	-	1	-	2	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	7
Fabricação de Carbonato de Cálcio	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Totais	27	43	33	41	44	20	13	15	9	9	8	8	7	4	4	3	288

Fonte: Arquivo do Ministério do Trabalho. Extraído de Viana, Luiz W., op. Cit., p. 143

A mitificação da história oficial que sonogou a participação dos processos revolucionários, quando muito apenas os reconhecendo como movimentos de resistência, o fez, como anteriormente já dissemos, não com o intuito de compreender a heterogeneidade da classe trabalhadora, mas de nos impingir um proletariado ou trabalhador universal. Se os negros eram a massa que constituía o contingente da metalurgia, da mineração e dos serviços, como poderiam ter ficado de fora da organização sindical se seus processos de organização e resistência eram anteriores à implementação do capitalismo monopolista no Brasil?

Porque estes movimentos não foram integrados aos movimentos considerados como tradicionais na luta de classe?

Ricardo Antunes (2020), naquele momento, não se ocupou da heterogeneidade da classe trabalhadora, mas têm, desde *Adeus ao Trabalho* (2018), tangenciado superficialmente a questão. Para Souza (2022), a construção ideológica do negro como incapaz de realizar as atividades necessárias para o desenvolvimento do trabalho e da economia assalariada está intimamente entrelaçada ao desenvolvimento de uma economia dependente

A dependência, como característica *sui generis* do desenvolvimento econômico, manifesta-se em todas as dimensões da vida social do país, ou seja, na cultura, na ideologia, nos processos educacionais etc. Diversos são os contextos que exigem uma consciência social alienada, são eles: a subordinação externa; a modernização conservadora e restringida; o mercado de trabalho e de consumo reduzidos; e a democracia burguesa restrita (FERNANDES, 2006). Tudo isso se desdobra na mistificação e na imposição de uma história oficial, apartada da realidade complexa e contraditória, conformada por séculos de dominação, mas, também de luta e de resistência. Neste ínterim, a própria história do trabalho e da classe trabalhadora é fragmentada (MOURA, 2014^a; SOUZA, 2022, p. 43)

Esta construção estrutural e ideológica foi funcional para a teoria do branqueamento, que, além de miscigenar a população, a estratificou a partir de uma aparência fenotípica, em que a “gradação de cor” estabelece o lugar de atuação de todas as pessoas racializadas. Neste espectro, salienta a autora, todas as lutas dos negros/as foram inferiorizadas e/ou deturpadas, o que faz parte do *memoricídio*²¹, acompanhado do processo de rapina econômica a destruição cultural dos povos originários, dos/as negros/as e das mulheres.

²¹ O *memoricídio* é a construção sistemática da impossibilidade de que os sujeitos reconheçam sua própria história. Transforma os vencidos em culpados; os assassinos em vencedores e heróis. Expressa a desnaturalização da memória histórica e a imposição de um processo de exclusão, por meios sutis de discriminação, desprezo e retrocesso cultural. (Souza, 2022, p. 45)

1.2.1.1.1 Consciência de classe e a organização das mulheres.

Desde o processo revolucionário no século XVIII, a questão da participação da mulher como força de trabalho passou a ser debatida. Na Europa, isso se deu a partir da revolução industrial e da subsequente inserção da mão de obra das mulheres na indústria têxtil ou na metalurgia e siderurgia. No Brasil, não há relatos oficiais, mas desde a invasão do território pelos portugueses, há mulheres cujos nomes aparecem junto aos de nativos e negros capturados da África, marcando presença na luta pela liberdade, autonomia e emancipação.

As duas mais conhecidas foram Dandara²², esposa de Zumbi, responsável pela organização e liderança de um dos maiores movimentos de resistência registrados pela história — o Quilombo de Palmares e Tereza de Benguela²³ —, viveu no século XVIII e foi casada com José Piolho, que chefiava o Quilombo do Piolho até ser assassinado por soldados do estado de Mato Grosso²⁴.

Mesmo tendo participado ativamente do desenvolvimento das forças produtivas, as mulheres, por força do patriarcado e hegemonia da sociedade burguesa, tiveram sua

²²Viveu no Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga (atualmente localizada em Alagoas) no século XVII e teve grande contribuição na resistência de homens e mulheres negras contra a opressão escravagista. Além de plantar e trabalhar na produção de farinha, Dandara também aprendeu a caçar e teve atuação relevante na posição de caçadora. Para defender o quilombo, pegava em armas liderando forças femininas e masculinas que atuavam na defesa do quilombo contra os ataques portugueses.

²³ O Quilombo do Piolho também era conhecido como Quilombo do Quariterê (local onde hoje é a fronteira entre Mato Grosso e Bolívia). Esse quilombo foi o maior do Mato Grosso. Com a morte de José Piolho, Tereza se tornou a líder do quilombo, e, sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas. O Quilombo do Quariterê abrigava mais de 100 pessoas, com destacada presença de negros e indígenas. Tereza navegava com barcos imponentes pelos rios do pantanal e todos a chamavam de “Rainha Tereza”. Tereza comandou a estrutura política, econômica e administrativa do quilombo, mantendo um sistema de defesa com armas trocadas com os brancos ou roubadas das vilas próximas. Os objetos de ferro utilizados contra a comunidade negra que lá se refugiava eram transformados em instrumentos de trabalho, visto que dominavam o uso da forja. Disponível in: <https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacecult/noticias/220-tereza-de-benguela-a-escrava-que-virou-rainha-e-liderou-um-quilombo-de-negros-e-indios>. Acessado em 11/09/2022

²⁴ A condição da mulher negra, mesmo no período colonial escravista, nunca a poupou de vender sua força de trabalho, sendo submetida a condições desumanas que acentuavam ainda mais sua expropriação. Buscamos levantar o número de mulheres que lideraram quilombos no Brasil, mas não obtivemos êxito, uma vez que o tempo restrito para elaboração desta tese não nos possibilitou encontrar estes dados. Gostaríamos de expô-los aqui, tal como fizemos no item anterior, para evidenciar a participação orgânica das mulheres neste que foi o maior movimento de resistência negra na história brasileira. A princípio, não queríamos levantar nomes, pois consideramos que a consciência de classe, tal como a Gênero e Raça é desenvolvida nas relações sociais de produção e reprodução, em que os movimentos de distâncias, sejam eles movimentos sociais, partidos políticos, associações e sindicatos se constituem enquanto espaço privilegiado para isto. Porém no decorrer desta escrita, nosso rumo foi mudando quando acessamos o artigo de (Souza, 2022) e fomos atravessadas pela categoria memoricídio. Assim, decidimos apontar as poucas mulheres que são lembradas pela história oficial.

participação relegada ao segundo plano. Em relação às mulheres negras, sobretudo as escravizadas, elas não eram utilizadas apenas para o trabalho produtivo, mas também como escravas de ganho e exploradas sexualmente

As mulheres brancas e/ ou não negras eram restritas ao trabalho doméstico, mas indispensáveis na produção e reprodução do Capital, sendo “invisibilizadas” na condição de não assalariadas. Por exercer trabalhos considerados inerentes à sua condição, dada sua condição biológica de reproduzir fisiologicamente a força de trabalho, foram relegadas a trabalhos relacionados ao cuidar, tais como alimentar, vestir, educar, alimentar a prole e aqueles/as considerados/as incapazes.

Uma vez que, no capitalismo, a divisão sexual do trabalho ganha novos contornos e funcionalidades, determinada pela mercadoria, que institui valores diferentes para trabalho produtivo e trabalho improdutivo, estes, segundo Kergoat (1987), passam a ser regidos por dois princípios: separação e hierarquização. De acordo com o primeiro há trabalhos que existem para homens e trabalhos que existem para mulheres; já o segundo princípio defenderia que, os trabalhos dos homens, independentemente de suas características, valem mais do que o trabalho das mulheres. *“Esses princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, que empurra o Gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuais, os quais remetem ao destino natural da espécie.”* (KERGOAT, 1987, p. 56).

Tais funções são importantes para o desenvolvimento do capital, uma vez que este, por meio delas, expropria duplamente as mulheres no mundo do trabalho. Em primeiro lugar, rebaixa a responsabilidade de sociabilização da prole a uma perspectiva reducionista e engessada da natureza feminina, assim destituindo de valor mercantil e moral o trabalho desenvolvido pelas mulheres; segundo, por meio deste trabalho que se dá no âmbito privado e, portanto, não remunerado, quando possibilitou que as mulheres se inscrevessem na divisão social do trabalho, o fez de forma à inseri-las em ofícios e profissões voltadas para interesses ditos privados; ou seja, as mulheres foram inseridas no assalariamento, mas direcionadas, sobretudo, para tarefas associadas à formação de homens e mulheres alheios a si próprios e aos outros.

Em ambas as funções, a extensão da função biológica de reprodução à função social de reposição da força de trabalho se deu por meio de um processo de transposição do caráter natural (da função biológica) à função doméstica²⁵.

Embora a divisão sexual não tenha surgido com o capitalismo, este, enquanto sistema político, econômico e ideológico, tira proveito das diferenças sexuais para originar e naturalizar desigualdades.

Lessa (2010), retomando os estudos de Engels, diz que as funções de cuidado de crianças, educação dos filhos e preparação dos alimentos foram destinadas às mulheres pois estas, diferentemente dos homens (que ocupavam os setores públicos, responsáveis pela produção da sociedade burguesa), estão alocadas na parte da vida privada, não coletiva, ou seja, se alocam na sociedade numa posição igual ou inferior aos servos, escravos e trabalhadores.

Cabe ressaltar que não são Marx ou os estudiosos que o autor toma como referência que colocam a mulher nesta posição. O propósito da própria divisão sexual e do trabalho é que rebaixa a condição e o trabalho feminino ao segundo plano²⁶.

Algumas análises sobre os estudos de Marx se deram de forma equivocada por alguns segmentos do movimento feminista em seus processos de constituição. Isso porque algumas feministas negaram o trabalho enquanto categoria fundante do Ser Social, negando, portanto, sua ontologia. Embora Marx não tenha tratado especificamente das relações de Gênero em seus estudos críticos ao capitalismo, este empregou sua visão de homem e de mundo, ou seja, uma teoria social que pôde ser (e ainda é) utilizada para a compreensão da realidade social.

Prova disto são os estudos de Engels em *Origem da Propriedade Privada, do Estado e da Família*. “[...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino” (ENGELS, 2019, p. 68)

De acordo com Lukács (1979a), “[...] do ponto de vista externo, as categorias por nós usadas nas nossas teorias são cópias da objetividade do mundo real objetivo.” Desta forma, de acordo com Marx, a objetividade dos objetos não é separável do seu ser

25 Para uma análise sobre esta transposição ver Maria Aparecida de Moraes Silva: *Errantes do Fim do Século*.

26 Para uma maior compreensão do tema, sugere-se a leitura de Safiotti: *O Poder do Macho; Gênero, Violência e Patriarcado*; de Lobo: *A Classe Operária tem Dois Sexos*, e de D’Atri: *Pão e Rosas: Identidade de Gênero e Antagonismos de Classe no Capitalismo*.

material. A opressão/subordinação/exploração na sociedade capitalista compõem a corporalidade da mulher. Assim, compreender a importância da reprodução biológica na qual o sujeito ativo/passivo é a mulher é compreender a reprodução enquanto mediação da totalidade sob a qual se inscrevem as relações de Gênero (femininas).

Maria Aparecida de Moraes Silva, em *Errantes do Fim do Século* (1999), faz uma profunda análise sobre os trabalhadores do corte de cana-de-açúcar e colheita de laranja das regiões do Vale do Jequitinhonha (MG) e Ribeirão Preto (SP), partindo da centralidade do nó²⁷ oriundo da relação Gênero, classe e etnia na sociedade capitalista, algo amplamente analisado por Saffioti. Quando em sua obra ela analisa a situação de Gênero (questão do trabalho feminino na cana), evidencia a brutalidade invisível do capital sobre as mulheres.

Analisando as trabalhadoras do Descarte²⁸, Silva (1999) demonstra como o capital usou e usa as relações binaristas e dicotômicas de Gênero, que atribuem a minuciosidade e meticulosidade ao trabalho das mulheres, o que faria delas ideias para “cuidar” da cana. Assim, de modo invisível, mas intrinsecamente ligado, atrela-se uma condição biológica/social (natural/maternidade) a uma condição social/cultural (cuidar). Assim, as mulheres viram na função que desempenhavam no trabalho uma função biológica que as “ligava” afetivamente às canas. Este processo evidencia que:

Há uma identificação entre o valor da força de trabalho e o valor da pessoa que a possui. O trabalhador não existe só como força de trabalho, portador de uma mercadoria que possui certo valor. Sendo inimaginável a força de trabalho sem a pessoa do trabalhador, deduz-se que não se pode desvincular o valor da pessoa da força de trabalho. (SILVA, 1999, p. 187).

Na obra de Moraes Silva (1999), fica evidente que os donos dos meios de produção, mesmo que de modo não racional, ou seja, de modo imediato, não pensado e pouco

27 A relação de enovelamento e simbiose foi por mim discutida a partir da análise da construção da identidade de Gênero no processo de implementação de políticas públicas para mulheres assentadas. Tal análise fora apresentada na dissertação “Levantadas do Chão”, defendida no programa de pós-graduação em Serviço Social na Universidade Júlio de Mesquita Filho, (Unesp-Franca/SP) em 2012. Decorridos 10 anos, os aspectos deste enovelamento foram por mim aprofundados, e serão mais bem evidenciados no próximo capítulo.

28 De acordo com Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), o Descarte é ato ou efeito de descartar. A cana, antes de ser plantada definitivamente, é observada nos experimentos que são verdadeiros laboratórios na área rural. Logo após o plantio, nestes experimentos, passam a serem observadas as variedades e as possíveis doenças da cana. A tarefa do descarte refere-se ao reconhecimento das doenças, classificação e recuperação da planta mediante a retirada das partes afetadas (descarte) e da aplicação de agrotóxicos.

organizado, lançam mão dos diversos aparelhos de reprodução social para manter o trabalhador alheio do processo de produção. A autora se utiliza das análises de Bourdieu sobre a ação simbólica que, no caso específico das trabalhadoras do Descarte, caracteriza-se pela violência invisível do modo de dominação assentado sobre os atributos femininos (assiduidade, responsabilidade, boa conduta, dentre outros).

Para Carlato (2001), a produção da existência humana tem por base biológica implicações da intervenção conjunta dos dois sexos (machos e fêmeas). A produção social da existência em todas as sociedades implica a conjunta atenção dos gêneros masculino e feminino. Cada Gênero representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência que, de acordo com Marx, é determinada historicamente, independente da vontade de cada Gênero.

Ainda assim, a constituição das mulheres enquanto categoria de Gênero²⁹ não reduz as opressões e dominações a que estão expostas como sujeitos desta categoria. O modo de produção capitalista, que tem por base a sociedade burguesa, determina de modo desigual a responsabilidade na produção e reprodução social da existência, e esta distribuição ou divisão tem por base o sexismo, o racismo e a classe.

Destarte, Souza-Lobo (1991) coloca que a naturalização da reprodução biológica é algo de grande importância para a análise das relações de Gênero com o trabalho. Para a autora, ao naturalizar a reprodução biológica e imbricá-la à reprodução social, está-se imbricando público e privado, esferas antes dicotomizadas.

Esta dicotomização existia apenas para forjar e/ou naturalizar as bases superestruturais e estruturalistas da sociedade burguesa, dividindo em partes uma totalidade que não se pode dividir. Isto, para a sociedade burguesa, apenas serve para tornar tanto os homens quanto as mulheres estranhos e alienados de si e entre si.

O privado ou o pessoal e o público ou político são sustentados como separados e irrelevantes um em relação ao outro; a experiência cotidiana das mulheres ainda confirma esta separação e, simultaneamente, a nega e afirma a conexão integral entre as duas esferas. A separação entre o privado e o público é, ao mesmo tempo, parte de nossas vidas atuais e uma mistificação ideológica da realidade liberal-patriarcal. A separação entre a vida doméstica privada das mulheres e o mundo público dos homens tem sido constitutiva do liberalismo patriarcal desde a sua gênese e, desde meados do século XIX, a esposa

29 De acordo com Carlato (2001, online), na contemporaneidade, a categoria Gênero tem sido utilizada a fim de responder parâmetros acadêmicos, culturais e sociais, pois a categoria sexo não representava na totalidade as situações particulares vivenciadas pelo conjunto de mulheres. “Assim a noção de Gênero adquire duplo caráter, de um lado funciona como categoria descritiva da realidade social, conferindo visibilidade às mulheres e referindo-se às diversas formas de opressão e discriminação (tanto material, quanto simbólica) e, de outro, como categoria analítica favorece a interpretação e a leitura dos fenômenos sociais.”

economicamente dependente tem estado presente como ideal de todas as classes sociais da sociedade (SAFFIOTI, 2015, p.146-147):

De acordo com Lessa (2010), por terem sido excluídas da participação na vida social, as mulheres tiveram por horizonte o lar patriarcal. Sua condição foi reduzida a uma identidade feminina, compreendida como débil, frágil, dependente, pouco inteligente, bonita, dócil, compreensiva etc. Nas palavras de Lessa (2010, online, grifo nosso): “[...] *individualidades moldadas para a vida submissa e subalterna que lhe cabe na sociedade de classes.*”

Em relação aos homens, Lessa afirma que os atributos requeridos foram inversos: dedicados ao poder, bravos, inteligentes, destemidos, aptos ao exercício da violência... etc. “Filhos, maridos e esposas estão agora encerrados em uma teia de relações familiares que apenas pode se manter pela violência.” (LESSA, 2010). Destarte, é na família que o sistema social e econômico regulará a reprodução física e social dos indivíduos, sob todas as formas, através de um conjunto de instruções.

Ao dominar a reprodução pela mobilização ordenada dos meios de reprodução humana, isto é, a mulher, toda família é dominada. Para Branca Moreira Alves, tomando por referência Engels, “[...] na família o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (1980, grifo nosso).

Esta afirmativa, segundo a autora, é mais que uma analogia ou alegoria. Esta referência aponta para a existência de uma categoria social cuja exploração não se esgota em sua inserção nas relações de produção, mas que tem como condicionamento básico o seu papel na família. Neste sentido, verifica-se que a discriminação de sexo na sociedade capitalista se concretiza por meio da apropriação do corpo da mulher.

Apropriação proposital e objetivamente direcionada, buscava abstrair do valor do salário pago ao “homem livre” o tempo dedicado à recomposição de sua força física, considerando que, para vender sua força de trabalho, todo ser humano deve comer, vestir e dormir. A supressão destas necessidades irreversíveis, porque fundamentais, passa, graças à divisão sexual do trabalho, a não ser considerada como tal, por não produzir diretamente mercadoria, embora seja vital e necessário no contexto em que a classe trabalhadora vendia sua força de trabalho diária, entre 12 e 16 horas, e no contexto da revolução industrial. As mulheres, tal como os negros no período colonial escravista, foram “lançadas à sorte” e submetidas à vontade de quem tivesse maior e mais profundamente condições de expropriá-las.

A realidade descrita acima versa sobre a vida da maioria das mulheres não racializadas. Antes do processo de abolição, as desigualdades do processo histórico de colonização, colaboraram para construções sociais que mantiveram o *status quo* das elites brancas. Mesmo com o fim da colonização portuguesa, continuaram reproduzindo-se as relações coloniais, expressas pela dominação ideológica baseada na ideia de superioridade da “Raça branca”³⁰

Para Hooks (2015) desde o período escravocrata, o trabalho já era um demarcador das contradições de Gênero e Raça³¹, entre escravizados e não escravizados. Em relação ao Gênero, os homens negros escravizados podiam exercer atividades consideradas mais nobres, como cocheiros ou capatazes; já para as mulheres negras eram designados outros cargos, como de amas, cozinheiras, costureiras, lavadeiras e criadas.

Segundo Lélia Gonzalez (1984), a construção histórica da mulher negra e a interpretação de algumas ações no Brasil ainda hoje forjam três estereótipos da mulher negra: o da mulata, da doméstica e da “mãe-preta”. O estereótipo da mulata se realiza no carnaval, espaço onde o mito da democracia racial impera, transformando a mulher negra em um objeto de desejo dos brancos. A outra face dessa mulata é doméstica, cotidiana, comparecendo no emprego dos serviços domésticos prestados aos brancos, “como quase da família”, visto que, desde a construção deste imaginário no período colonial, eram

³⁰ A ideia de Raça branca é uma crítica à supremacia definida como dominação. Esta dominação resulta de um sistema que, graças a seu próprio modo de funcionamento, atribui vantagens e privilégios políticos, econômicos e afetivos às pessoas brancas. Almeida (2018) adverte que o conceito é problemático quando retirado do contexto, pois não diz respeito a uma “essência branca”. Portanto, esse conceito deve ser utilizado para denunciar o racismo e as críticas da branquitude. [...] branquitude compreendida como uma posição em que o sujeito que ocupa posições de poder o fez através de um sistema de privilégios (Almeida, 2018, p.58)

³¹ A pesquisadora e professora Lucimar Felisberto dos Santos, apresentou, na revista Z Cultural, sob o título de *Feminismo negro e ativismo de mulheres negras – 1870-1888*, dados sobre o processo de participação das mulheres negras escravizadas na compra e aquisição de alforrias. Ao “levantar” a memória de “algumas personagens” fundamentais nesse processo sobretudo no Rio de Janeiro, saltou-lhe aos olhos o caso de Marcelina. “Marcelina era uma sobrevivente do regime de opressão do escravismo. Vivía com sua mãe, era responsável pelo pagamento de seu próprio aluguel e remetia mensalmente ao senhor José um jornal de R\$ 60\$000 (sessenta mil-réis)”.

Como anteriormente mencionado, como não apreender esta mulher como trabalhadora, como operária, como apontou Van Linden (2013)? Como escrava de ganho, era disponibilizada como “prostituta” pelo escravocrata, seu dono.

Chegou mesmo a ser citada em autos como “chefe de família”. De acordo com os argumentos do advogado de defesa da mulher negra escravizada, a condição de vida da cativa poderia se “*nivelada*” aos livros da cidade. E para viver como se livre fosse, tinha que se submeter, a contragosto, a uma atividade que classificou como “torpe indústria”, entretanto, o círculo do trajeto percorrido pela informação sobre a decisão do delegado de polícia e do juiz da Segunda Vara de promover as ações de liberdade envolvendo as escravas submetidas à prostituição por seus senhores, iniciado pelo menos dois anos antes da abertura do processo em seu favor, chegou a Marcelina. Como a liberdade estava no horizonte de suas expectativas, a estratégia utilizada por aquela mulher negra naquela conjuntura foi a de também recorrer, em seu próprio favor, “à humanitária providência tomada por esse juiz para arrancar do cativo algumas escravas.

retiradas das senzalas e levadas para as casas grandes. A mãe-preta, por sua vez, se caracteriza como uma figura de resistência que passou para frente os ensinamentos, o “pretuguês” e incitou a cultura afro-brasileira (GONZALEZ, 1984) — embora, também confinada, serviria aos filhos das mulheres brancas enquanto estas podiam se dedicar ao patriarca.

Segundo a autora, nestes três estereótipos, a servidão da mulher negra é caracterizada de uma dupla perspectiva, servil e sexual, sendo assim naturalizado. Além disso, mulheres ainda eram “subutilizadas” no processo industrial, e construiu-se uma ideologia segundo a qual os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres eram inferiores, pois elas não detinham as condições físicas e intelectuais para determinadas tarefas. “*A força de trabalho reproduzida nos lares e entregue ao capital por um valor menor do que de fato vale oculta, assim, uma enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres, que passa a formar parte da acumulação contínua de capital*”. (BENGOA, 2018, p. 36-37).

Além da dimensão material determinada pelo tempo direcionado às tarefas domésticas, também há o dispêndio emocional e psíquico.

Bhattacharya (2019) tem contribuído, sob uma perspectiva marxista, com o debate sobre a reprodução social, ao questionar: qual é o impacto na saúde pública quando as mulheres trabalhadoras, mesmo doentes, têm que cuidar das crianças? Quem está em casa para preparar o jantar e ajudar na lição de casa? Quem pode dedicar tempo para o cuidado de um ente adoecido? Como se espera que as mulheres equilibrem o fardo do trabalho não pago em casa com um trabalho remunerado de tempo integral? A verdadeira resposta é que elas não conseguem (BHATTACHARYA, 2019, p. 106).

Justamente por tomar consciência de que estes problemas não são individuais, particulares, mas que fazem parte de um sistema que as empurrou para a margem da sociedade e da inserção no mercado de trabalho, que as mulheres passaram a se organizar no Brasil.

Na atualidade são retomadas as contribuições de Lélia Gonzales e Sueli Carneiro, pois é incontestável sua relevância para a epistemologia dos movimentos de mulheres negras. Para, Sueli Carneiro (1985) e Lélia Gonzales (1984, 2018), a privação doméstica nunca foi uma condição para as mulheres negras. Antes o contrário: a nós sempre foi imputada uma jornada contínua de trabalho, condições precárias e baixas remunerações, sem contar a violência sexual, graças à qual, desde o rapto de nossas ancestrais de África para o Brasil até os dias de hoje, somos vistas como abjetas, “lascivas”, promíscuas e suscetíveis ao sexo violento.

Assim, como na sociedade capitalista brasileira o racismo e o sexismo são componentes intrínsecos da subalternidade. A situação desvantajosa das mulheres negras dificilmente será revertida sem políticas públicas que ataquem as duas formas imbricadas de discriminação (CARNEIRO, 2019, p. 45).

Segundo a autora, se as mulheres brancas são afetadas por um tipo de divisão sexual do trabalho que as penaliza, as mulheres negras são afetadas pela divisão sexual e pela divisão racial do trabalho. Se os homens negros são afetados pela divisão *racial* do trabalho, costumam se beneficiar, com relação às mulheres negras, da divisão *sexual* do trabalho; ainda assim estão em desvantagem com relação às mulheres e aos homens brancos.

Para Saffioti (1987) no sistema capitalista, há homens que oprimem homens, homens que oprimem mulheres, mulheres que oprimem homens e mulheres que oprimem mulheres. Nesta hierarquia social, as mulheres negras ocupam a base, seguidas dos homens negros, das mulheres brancas e, finalmente, dos homens brancos. A hierarquia social indica, portanto, que o combate ao racismo deve ser prioritário, ao mesmo tempo que o combate ao sexismo, afinal “*a distância entre homens e mulheres negras expressa o resultado do machismo e do sexismo presentes nos mecanismos de seleção social*” (CARNEIRO, 2019, p. 57).

Finalizamos este capítulo com a certeza de que há lacunas a serem preenchidas pelas análises que virão após este trabalho, cientes de que tais lacunas não são apenas pessoais, mas resultam da realidade concreta que, ainda hoje, impossibilita “revisitar” nossa história com olhos próprios e não com olhar do Outro (europeu). Com esta firmeza, buscamos aqui traçar algumas possibilidades de compreensão de nossa história, aproximando-nos e distanciando-nos de categorias fundamentais para a teoria crítica, tais como: classe, proletário, operário, consciência, alienação, ideologia e estranhamento sob a perspectiva de Gênero e de Raça.

Comprometidas com a teoria crítica que se desdobra em uma práxis política, buscamos compreender nossa formação sócio-histórica mostrando como os traços racistas e patriarcais se enovelaram, construindo uma simbiose única na forma de produção aqui desenvolvida, além disso, tentamos evidenciar a complexidade que inscreve os movimentos negros/as e de mulheres, pois acreditamos a partir da literatura utilizada, que são estes sujeitos sociais que, no processo de dominação-subordinação, nos ajudam a compreender as opressões e desigualdades que perduram até hoje.

Neste intuito, continuaremos a demonstrar como, conforme Carneiro, a “displacência com que a cor tem sido tratada na produção teórica feminista” (2019, p. 16) e a tendência de padronizar experiências diversas generalizando uma “identidade feminina” (2019, p. 48) se revelam na ausência de produção científica, política e acadêmica a respeito dos temas, principalmente numa das principais organizações que se pretendem revolucionárias, como o Partido Comunista Brasileiro.

Cientes de que esta organização não é uma bolha e de que os sujeitos que nela militam são seres inscritos e determinados por sua época, buscamos as razões do seu “silenciamento ou negligência” em relação às lutas das mulheres e negros/as, bem como, por meio das tensões, extrair quais táticas e estratégias foram utilizadas ao longo dos últimos 30 anos para enfrentar e combater interna e extremamente as opressões e explorações de Gênero e Raça.

As generalizações a respeito da formação e desenvolvimento da consciência de classe uniformizaram e ainda uniformizam as experiências e apagam a *diversidade*, tomando o Homem branco e operário fabril como paradigma da identidade proletária. Isso, evidentemente, tem um efeito colonizador, na medida em que aqueles e aquelas que, pela própria organização capitalista, portam problemáticas distintas, tendem a ajustar suas complexidades ao campo explicativo fornecido por essa hipotética identidade proletária.

Para qualquer grupo social, independentemente de seu tamanho, a subsunção de sua particularidade a uma suposta identidade proletária/operária produzida pela universalização das experiências específicas do grupo hegemônico é experimentada como uma forma de violência.

Não obstante, articulando esta *diversidade* que constitui a *heterogeneidade* da classe trabalhadora no Brasil, é que tomamos como central a “negligência” do PCB em considerar as especificidades das mulheres e dos/as negros/as no partido. Não seria o caso de as tensões de Raça e Gênero se tornarem centrais no interior do Partido Comunista Brasileiro?

CAPÍTULO II - RAÇA E GÊNERO, RELAÇÕES E TENSÕES NO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO.

“ser forte diante da opressão não é o mesmo que superá-la”
(Bell Hooks)

Nossa argumentação no primeiro capítulo evidenciou nossa defesa de algumas categorias que, na atualidade, têm contribuído para a reconstrução de fundamentações teóricas, tais como alienação, estranhamento, consciência de classe e organização. Além disso, buscamos ampliar a compreensão de proletariado e problematizar sua adjetivação substantiva, atrelando a ela a categoria subordinação.

A fim de evitarmos ilações abstratas, defendemos nossa posição de que sim!, as questões de Gênero e Raça são centrais para nossa formação sócio-histórica. Neste sentido, além de apresentar limites em alguns trabalhos mais recentes que alocaram a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira como particular, reafirmaremos nossa posição de que a opressão e a subordinação “forjaram” primeiro os sujeitos sociais, *negros e indígenas*, que raptados, desterritorializados, colonizados e catequizados, passaram a ser explorados, expropriados.

Essa defesa aparentemente “perigosa” poderia ser de antemão rejeitada, ou má interpretada, mas antes que se possa incorrer nisso, apontamos que este é nosso mirante de análise, e portanto, não é único, acabado ou inconteste; 2) assentamos nossa posição a partir dos inúmeros dossiês que têm sido publicados na atualidade, recompondo nossa formação sócio-histórica e recolocando as questões de Gênero e de Raça como centrais³².

Deste mirante de análise, tentamos seguir coerentes com o compromisso firmado na banca de qualificação, de demonstrar, como colocamos, a “relação entre trabalho e indivíduo social e a característica da diversidade pertinente ao processo de individuação”, sem perder a perspectiva de totalidade e compreendendo que subordinação de Gênero e de Raça são formas de opressão que se consolidam e só podem ser enfrentadas no universo exploração-opressão-dominação.

³² MARXISMO 21. Disponível em: <https://marxismo21.org/marxismo-sexualidade-e-genero/>; <https://marxismo21.org/heleieth-saffioti-marxismo-genero-e-feminismo/>; - <https://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/>; <https://marxismo21.org/nelson-werneck-sodre/>.

2.1 Interpretações sobre nossas particularidades.

Compreendemos que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) luta pela transformação radical da sociedade atual e busca a substituição do sistema capitalista pelo socialismo, na perspectiva da construção da sociedade comunista. Esta intensa luta política e ideológica envolve a participação ativa das massas trabalhadoras, e é nesse contexto que buscamos analisar qual o lugar da luta das mulheres e dos/as negros/as na agenda do partido comunista entre 1990 e 2021.

Para tanto, neste item, partimos do pressuposto de que o Partido Comunista Brasileiro tenha se engajado tardiamente na luta contra as opressões. Esta perspectiva de análise ganha corpo e robustez através leitura analítica das contribuições de Caio Prado e Clóvis Moura (militantes do PCB), e de Heleieth Saffioti, que embora não tenha sido militante do partido, tem tradição no pensamento marxista, sendo a expoente das questões de Gênero, Raça e classe no Brasil. Acreditamos que a análise que segue da contribuição destes três teóricos nos ajudará a avançar na discussão sobre as características da formação sócio-histórica brasileira e sobre o projeto do partido comunista brasileiro para o enfrentamento de desigualdades de Gênero e Raça.

Considerando que nosso recorte temporal são as últimas trintas décadas, vimos que, neste período, implementa-se no Brasil o neoliberalismo, que reflete nas políticas públicas de modo geral e no reordenamento do Estado, reorganizando forças sociais, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos.

Desde o surgimento do PCB, é estabelecida a apreensão teórica, política e metodológica segundo a qual a raiz do *nosso* capitalismo tardio é nossa base agrária, que, portanto, deve ser superada em etapas no processo de desenvolvimento interno. Nessa perspectiva etapista, nossa compreensão, por muito tempo, obliterou o programa político do partido, em que pese a nossa formação sócio-histórica, no que diz respeito ao reconhecimento das características da burguesia interna e das formas de organização da classe trabalhadora.

A burguesia brasileira, subordinada à dinâmica externa do capital, dada nossa produção estar voltada às necessidades do mercado externo, foi incapaz de impulsionar internamente a ruptura com os países imperialistas e, portanto, também incapaz de constituir um capitalismo nacional. Ao mesmo tempo, apresentava forte traço conservador e reacionário; a dominação interna não se dava apenas na perspectiva econômica, mas, sobretudo, na dominação política (IANNI, 1978: 12).

Essa dominação era exercida pelo hibridismo da burguesia nacional, que, subserviente aos interesses do capital externo, instaurou a hiperacumulação do poder político por meio do Estado, ou seja, de uma autocracia burguesa, demarcando uma característica de “governos demagógicos populares” (FERNANDES, 1975 *apud* MOISÉS, 1978, p. 13).

Esse tipo de governo, segundo Chagas (2013), é caracterizado por Fernandes como aquele que busca identificação com as massas populares, mas não se vincula às suas necessidades reais, e, portanto, corresponde aos “perfis” de Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Goulart. Chagas destaca que, embora estes governos tenham sido astuciosos na manutenção de seu poder e domínio sobre a população, o processo de desenvolvimento industrial, impulsionou a emergência e a difusão de movimentos de massas antiburgueses.

Tais movimentos, mesmo sem representar perigo imediato, “acabaram repercutindo e fermentando, de modo quase incontrolável, no próprio radicalismo burguês: ‘contaminaram’ estudantes, intelectuais, sacerdotes, militares, vários setores da pequena-burguesia etc.” e, desta forma, “infiltraram influências especificamente antiburguesas e revolucionárias nas massas populares” – ainda que “refreadas pela ‘demagogia populista’, o que estabelecia um perigoso elo entre miséria e pobreza, ‘pressão dentro da ordem’ e convulsão social” (FERNANDES, 1975, p. 324 *apud* CHAGAS, 2013, p. 10-11)

Neste contexto, a fase de transição do capitalismo concorrencial ao monopolista subscreveu as bases necessárias que forjaram, na autocracia burguesa, a justificativa para o golpe militar. Antecipa-se a possibilidade de ampliação da participação popular e democrática e concentra-se o poder estatal a fim de tornar possível a “transição à modernidade - acrescentamos conversadora”. O que se efetiva, segundo nossa perspectiva, é uma “nova forma de exploração da periferia, mais cruel e completa que as anteriores, nascidas da dominação colonial direta e do *indirect rule*” (FERNANDES, 1980, p. 25).

Como a economia brasileira passava por um processo de internalização, considerando a crise econômica mundial de 1929, que refletiu sobre a exportação do café, foi necessária, para reequilibrar a economia, a elevação do consumo interno. Esta elevação, entretanto, não significou o desenvolvimento de um modo de “produção autônomo”.

Isto evidencia que a base oferecida pelo nosso antigo sistema, voltado precipuamente para o exterior, se torna progressivamente mais estreita e incapaz por isso de sustentar a vida do país. E vindo de tão longa data como vem, este declínio mostra que é independente de conjunturas momentâneas e representa qualquer coisa de permanente e profundo em nossa evolução. (PRADO JÚNIOR., 1974, p. 296).

Com a finalidade de tornar-se um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos materiais do país, a fim de responder às necessidades da população, buscou-se romper com o passado colonial. Entretanto, conforme nos aponta Caio Prado Jr, a indústria, por si só, não gera autonomia a um país, mas, comumente, tem como resultado apenas uma nova forma de dependência, mantendo a essência anterior.

Caio Prado Junior, incorporando a sociologia e o materialismo histórico e dialético ao estudo historiográfico no Brasil, restaurou o pensamento crítico sobre nossa formação sócio-histórica. Filado ao PCB em 1931, trouxe no livro *Formação do Brasil Contemporâneo* grandes contribuições para o entendimento das particularidades da questão social no Brasil. Entretanto, face a entrada marginal do marxismo na esquerda e na intelectualidade brasileira, dado o economicismo e o estruturalismo impregnado nas interpretações e traduções, sobretudo graças a uma visão e apreensão eurocêntricas, suas contribuições à nossa compreensão foram escamoteadas no historicismo, desconsiderando, segundo nosso entendimento, sua maior compreensão no que diz respeito à análise marxista do que fora a colonização.

Ao publicar em 1941 *A Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Jr, já nos apresentava mirantes analíticos que apontavam o escravismo como determinante da nossa organização social. O trabalho servil, não apenas em sentido econômico, mas principalmente no de “padrões materiais e morais” (2004, p. 269) determinava a formação socioeconômica brasileira. O autor lança-nos à cara a peculiaridade do nosso caso ao afirmar que isso ocorre “Porque a escravidão Brasileira tem características próprias; aliás as mais salientes” (2004, p. 269).

Na década de 1940, o autor já nos apontava, sem titubear, a propensão da implementação particular daquela forma servil, utilizada funcionalmente no desenvolvimento do capitalismo, como processo transitório da civilização ocidental no século XV.

Sem sombra de dúvidas, assim, ele lança luz sobre nossa “cegueira branca”, e tardiamente, quase um século depois, passamos a enxergar nalguma penumbra a função exercida pelo sistema escravista no desenvolvimento do modo de produção capitalista. “Com o descobrimento da América ele renasce das cinzas com vigor extraordinário”. Caio Prado nos apresenta como esta instituição que parecia ter sido abolida pelo ocidente é revitalizada, e a isso se filia um conjunto de instituições e processos.

Coisa muito diferente se passará com a escravidão moderna, que é a nossa. Ela nasce de chofre, não se liga a passado ou tradição alguma, restaura apenas uma instituição justamente quando ela já perdera inteiramente sua razão de ser, e

fora substituída por outras formas de trabalho mais evoluídas. Surge assim como um corpo estranho que se insinua na estrutura da civilização ocidental e que já não cabia. (PRADO, p 270. 1990).

Para o autor, as análises e críticas ao sistema escravista aqui implementado não devem ser balizadas por juízos de valor morais — considerando a devastação provocada sobre a terra, populações indígenas, e os roubos e raptos dos povos africanos, traficados para cá —, mas sim pelo próprio fundamento do sistema em si, que foi desacompanhado de qualquer “elemento construtivo”, exceto, restritamente, o proveito material das empresas e comércio do negócio unilateral da civilização e cultura da Europa.

Apesar disso, embora o autor considere deletéria a estrutura que amalgama o trabalho servil e suas bases estruturantes no processo de nossa formação sócio-histórica, o mesmo também apresenta limitações e juízos de valor morais e culturais que endossam, quando não reforçam, o “olhar” sobre as características das populações originárias e do povo africano aqui trazido à força.

Mesmo Prado afirmando não “cabem comparação entre a escravidão antiga e a moderna”, Caio Prado, o faz [...] Segundo ele, a escravidão antiga contribuiu para o fortalecimento dos povos e raças, na superação de valores culturais e na elevação do seu teor, “Roma não teria sido o que foi se não contasse com o que lhe trouxeram seus escravos” (1990, p. 272), por outro lado, “o nível *cultural ínfimo*” (grifo nosso) dos povos africanos e indígenas na América apresentou a “*barbaridade ou a semibarbaridade dos povos arrancados do seu habitat natural*” (1990, p. 271/272), transformando-os em “*força brutal e material em esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor, excluído de qualquer outro elemento ou concurso moral. A ‘animalidade’ do Homem, não sua humanidade*”.

Prado Junior (1969) afirma ainda, de modo controverso, que na “economia colonial-escravista” a dominação colonial impunha um processo de desenvolvimento por cima. A controvérsia é que, embora ele reconheça a dominação da monarquia e depois da elite republicana, que estabelecem relações assimétricas com o povo (negros e indígenas), atribui a esse mesmo povo e a sua “ausência de consciência de classe” a própria submissão.

Afirmando a posição de Marelheiro, Caio Prado, embora busque não objetificar e/ou diminuir a participação dos povos negros e indígenas na nossa cultura, acaba por fazê-lo, ora empobrecendo o cabedal cultural destes povos, ora atribuindo a superioridade da cultura branca à passividade das culturas indígenas e negras. Ainda que tenha

reconhecido o “peso do açoite” que subjugou os povos colonizados, Caio Prado, responsabiliza os negros e indígenas pela “posição unilateral” de sua própria desumanização.

Quando Clóvis Moura começou a escrever seu *Rebeliões da Senzala*, em 1949, o historiador Caio Prado Jr., então considerado o principal historiador marxista do Brasil, aconselhou-o a desistir da empreitada. Ele dizia que a passividade teria sido o elemento característico do comportamento do escravo no Brasil e que, em consequência, não teria havido aqui um processo de luta de classes digno de nota entre senhores e escravos. Caio Prado endossava, assim, um dos mitos mais caros da historiografia tradicional brasileira, o da passividade do escravo e da benignidade da escravidão em nosso País. E ilustrava, assim, a influência e persistência dessas ideias tradicionais, presentes mesmo no pensamento historiográfico avançado de um teórico do seu porte. (RUY, 1994, p. 62).

Para nós, a partir daí, o autor, inscrito num tempo e contexto histórico circunscritos por uma visão de homem e de mundo ainda não mediada pela complexidade da realidade histórica e social, cai vítima da parcialidade apresentada pela pseudoconcreticidade e declina às análises morais e fenomênicas de que tentou escapar. Sem muito êxito, invoca como subproduto da escravidão o processo de miscigenação, chegando a mencionar “*as fáceis carícias da escrava para a satisfação das necessidades sexuais do colono privado de mulheres de sua Raça e categoria*” (Caio Prado, 1990, p. 273).

Para Davis, (2016) não há maior equívoco do que interpretar o estupro instituído na escravidão como impulso ou permissividade. A visão de Caio Prado, além de simplista, naturaliza o estupro como arma de dominação.

A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão. (DAVIS, 2016, p.180)

O processo de apagamento e a naturalização do estupro-colonial sofrido pelas mulheres negras no processo de colonização e, posteriormente, no de miscigenação, apontam como as estruturas de dominação isentam, até os dias de hoje, a violência sexual cometida pelos homens Brancos. A naturalização de tal violência, feita por Caio Prado, é assombrosa.

[...]a facilidade dos cruzamentos com mulheres de outras raças, de posição social inferior e, portanto, submissas, estimulou fortemente e mesmo forçou o

colono a ir procurar aí a satisfação de suas necessidades sexuais. Aliás, particularmente no caso da Índia, é notória a facilidade com que se entregava, e a indiferença e passividade com que se submetia ao ato sexual. A impetuosidade característica do português e a ausência total de freios morais completam o quadro: as uniões mistas se tornaram a regra. (PRADO JUNIOR, 1987, p. 108)

Caio Prado Jr., amparado pela sociologia da época, acabava, além de cometer o memoricídio, por amparar-se em visões euro-eugenistas. Ainda que reconhecesse os movimentos da abolição e da constituição da república como relativamente emancipatórios, o autor invisibilizava a participação das mulheres e das pessoas radicalizadas/os.

A violência cultural da desterritorialização e da expatriação não é considerada por Caio Prado, tampouco a situação de violência sexual, econômica e social, no que diz respeito à organização e “revolta” dos povos indígenas e negros. Neste ponto creio que Heleieth Saffioti e Clóvis Moura podem nos fazer avançar além da limitada e patriarcal visão de Prado Jr.

Para Heleieth Saffioti (2013, p. 230), “as relações entre os sexos e, a posição da mulher na família e na sociedade em geral, constituem parte de um sistema de dominação mais amplo”, que no período colonial se baseou num tipo patrimonialista cuja finalidade era responder às necessidades dos mercados externos. Ainda que a autora tenha recorrido a uma perspectiva weberiana para conceituar tal domínio, não se isenta de estabelecer mediação com as relações econômicas e apontar os limites do autor, desvinculando-se também de qualquer pretensa interpretação que a fizesse aproximar suas análises de uma “tipificação da sociedade brasileira”.

Assim, mesmo não utilizando os escritos de Marx e Engels (*A Origem da Propriedade Privada, do Estado e da Família*), Saffioti (2013) afirma que os interesses mercantis e industriais dos países europeus, influenciaram a “Coroa”, que empenhava seu poder, cada vez mais, na apropriação das terras brasileiras e na sua exploração para fins de extração de lucros. Além de constituir estruturas estatais civis e militares que davam forma ao que a autora chamou de patrimonialismo patriarcal.

Este, diferente do patrimonialismo estamental, não se oporia ao desenvolvimento do capitalismo. Para Saffioti, justamente por estar voltado às demandas do mercado externo, o desenvolvimento do capitalismo aqui se processava por meio da estrutura agrária pequeno-burguesa, a fim de manter seus privilégios plutocráticos e fixar seu modo de produção na exploração da força de trabalho escravizada.

Quanto à alocação da mulher negra naquele sistema “híbrido”, “cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas” (SAFFIOTI, 2013, p. 236).

Sobre esta condição, a autora nos chama atenção para o duplo movimento em que se encontravam as mulheres negras no sistema produtivo brasileiro. Como escravizadas, eram, em si, instrumento de trabalho, e como mulheres, sexualmente falando, eram coisificadas, pois tinham que prestar serviços sexuais ao senhor.

Neste ponto, nos chama atenção a clareza e contundência com que, magistralmente, Heleieth Saffioti (2013) apresenta o “lugar” da mulher negra na formação sócio-histórica brasileira. De maneira completamente distinta daquela de Caio Prado, que, como vimos, afirmou que essas mulheres eram “fáceis sexualmente”, Saffioti aponta a usurpação e expropriação sexual das mulheres negras como uma clivagem que acentuou a solapagem das mesmas.

“por serem negras eram utilizadas como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de força de trabalho”, “através do sexo, se constituíam no instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida quer na dimensão econômica, quer na dimensão familiar. (SAFFIOTI, 2013, p. 238)”

Mesmo hoje o processo de violência exercido estruturalmente sobre as mulheres negras, de sua dominação a sua expropriação, do subjugo à exploração sexual, não é reconhecido pela historiografia. O livro de Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* é ainda um dos poucos na área da sociologia que aborda as relações de sexo no processo de formação sócio-histórica, esmiuçando-as e apontando como as mulheres negras foram utilizadas não só no sistema produtivo, como também na forma de colonização que adotou um modelo de família branca, no qual cabia à mulher, precipuamente, reproduzir o papel de reprodutora da prole. A autora também apresenta a constituição da maternidade compulsoriamente designadas às mulheres/mães, cabendo às mulheres negras ser ainda o instrumento de satisfação sadista da mulheres brancas, visto que, algumas delas, recalcadas pelo desregramento sexual dos maridos, “lhes arrancavam os olhos” após serem abusadas sexualmente pelos senhores. (SAFFIOTI, 2013, p. 242).

A questão racial e o uso do branqueamento das populações negras através da mestiçagem foram utilizados por Caio Prado e Saffioti para evidenciar como, ao mesmo tempo em que se ratificava e naturalizava o racismo estrutural e institucional, a apreensão

binarista e dicotômica sobre o uso da força de trabalho negra escravizada e, posteriormente, assalariada, se constituiu num falso paradoxo que levou diversos autores e matizes marxistas a incorrerem no equívoco de que a questão racial era uma barreira ao desenvolvimento de consciência e pertencimento de classe.

Cabe destacar que, ao utilizar Perdígão Malheiro, ainda que alertando-nos sobre suas limitações, Caio Prado estreita sua visão e apreensão sobre o poderio de dominação dos donos dos meios de produção (os senhores) e a população negra escravizada. Primeiro, atribui algum “privilégio” aos/as negros/as “menos” retintos/as; depois, desconsidera a violência do processo de escravidão, que tratou de coisificar o/a população negra, e continua atribuindo às populações negras um suposto baixo nível, que se deveria “à mistura das raças que pesou sobre a formação brasileira” (PRADO, 1994, p. 276).

Para Heleieth Saffioti (2013) a organização patrimonialista gestada por meio de um sistema de castas, mesmo com alteração do status jurídico, pós abolição, impingiu à união entre pessoas negras e brancas uma formação de “*prole híbrida*”, (Saffioti, 2013, p. 241) que buscava, por meio da mestiçagem, repugnar qualquer traço que exaltasse a negritude da população brasileira.

Saffioti (2013) explicitou a condição de dominação/subordinação da mulher, fosse ela branca ou negra, visto que o casamento era compulsórios a partir dos 15 anos de idade. Sair de casa só era possível com algum/a acompanhante, o acesso à educação era parco ou inexistente, e, quando se dava, ocorria sob a égide das instituições religiosas e era consentido apenas para as mulheres brancas. O trabalho refletia os cuidados domésticos, ainda que ultrapassasse o âmbito do lar (tecelagem, cozinha, direção da escravaria da cozinha) (SAFFIOTI, 2013, p. 244-245). Além de tudo, como já mencionamos, a mulher negra era coisificada, isto é, nem sequer era considerada como humana.

Foi por cindir objetividade e subjetivação que o modo de produção capitalista e seu correspondente modo de reprodução social tratou de organizar os seres humanos com base em características fisiológicas específicas, como a cor da pele e o sexo. Ideologicamente, o racismo e o machismo se utilizam da categorização biológica para reduzir e escamotear a diversidade humana e suas culturas plurais.

Clóvis Moura, analisando a dialética do negro no Brasil, afirmou que o sistema de dominação/subordinação que foi estrategicamente montado aqui se utilizou de um aparelho repressor/organizador que delimitou rigidamente papéis e funções para as diversas etnias que compunham a estrutura sócio-racial brasileira. Tal delimitação, além, de dar *status* para algumas funções, baseava-se na redistribuição populacional de forma

hierarquizada e verticalizada, e contribuiu para o enraizamento das desigualdades econômicas, sociais e culturais.

A dominação/subordinação, como já nos apontaram Caio Prado (1994) e Saffioti (2013), é identificada, por Moura (2020), no conjunto estruturado de instituições militares e religiosas que reproduzia, em grupos etnodominados, os valores e a ideologia dos colonizadores. Entretanto, diferente de Caio Pardo, Moura (2020, p.180), atribui a estas instituições e aos mecanismos de dominação “o imobilismo ou semi-imobilismo social, cultural e político das vastas camadas miscigenadas”

[...] isto porque os espaços sociais que davam status econômico ou prestígio social ou cultural lhes eram vedados, pois esses mecanismos de seleção étnico compulsórios reproduziam os níveis de poder econômico, social e cultural das estruturas de poder dominadoras que representavam os interesses da classe senhorial local e da corte (MOURA, 2020, p. 180)

Como é possível notar, a estrutura de poder em nossa formação sócio-histórica, sempre foi estruturalmente organizada para excluir as mulheres e negros/as. Para Moura (2020), a miscigenação da população brasileira estabeleceu matrizes cromáticas que criaram escalas de classificação, segundo as quais apenas os brancos e aqueles que os próprios reconheciam como tal eram considerados “seres”. De acordo com o autor, “o governo português estabeleceu por meio de onze denominações usadas na linguagem comum, a classificação geral da nação brasileira e seu grau de civilização” (MOURA, 2020, p. 203). Esse sistema classificatório valorativo numa sociedade poliétnica como a nossa, ainda hoje estrutura social e economicamente o ordenamento hierárquico que ratifica a estratificação social.

Para Moura (2020), esse sistema classificatório pode ser apreendido em dois estágios: 1) funcionou durante o sistema escravista, criando barreiras jurídicas e simbólicas que retiravam dos homens e das mulheres negras o direito de “ser”, que lhes imputavam um imobilismo total e vitalício, sendo apenas possível romper com ele através da fuga, dos quilombos, insurreições ou do bandoleirismo quilombola, mediante alforria comprada ou cedida, sendo que mesmo quando libertos/alforriados persistia o imobilismo social e a coerção extraeconômica - “*tornar-se liberto não era o mesmo que tornar-se livre*”; 2) no segundo estágio após a abolição, a dinamização das barreiras e hierarquias étnicas foram refinadas. O *status* jurídico de que “todos são iguais” não alterou o acesso às oportunidades, sobretudo no mercado de trabalho, na circulação e na ocupação territorial, espacial e geográfica, ou na interação social. Com o refinamento das barreiras étnicas, também se sofisticaram as formas de marginalização, de achatamento social,

econômico e cultural que redundaram na reinterpretação de insuficiências de oportunidade como insuficiências individuais e grupais.

Acreditamos também que foram a estrutura rígida estamental e o sistema classificatório que contribuíram para a “fragmentação” cromática no processo de constituição da classe trabalhadora brasileira, pois, subordinada economicamente, social e culturalmente à ideologia e ao código de valores impostos pela elite branca dominadora, a população negra e não branca internalizou o *ethos* do dominador, a condição semianômica lhes impôs a condição de não “ser”.

Não obstante, acreditar que as questões de Raça e Gênero no Brasil se reduzem a um problema de classe social é simplificá-las demasiadamente, com o risco de obscurecer a inelegibilidade das relações entre negros e brancos, homens e mulheres, e cair no truísmo segundo o qual a estrutura de classe condiciona de algum modo o estigma étnico/racial e o patriarcado. Por outro lado, achar que a especificidade da situação dos negros e das mulheres ou de qualquer outra população não abarcada pelos restritos marcos da cidadania burguesa/capitalista seja de tal ordem que dispense a consideração de classe, é estabelecer a cordialidade e a sororidade que disseminam a superação das opressões e dominações gestas e reproduzidas de formas únicas e particulares por este sistema em ações individuais, quando não grupais.

Se as análises balizadas pelo método materialista-histórico, utilizadas pelas vertentes do partido comunista (PCB) tivessem, como Gramsci, escrutinado nossa particularidade, haveríamos agora de não estar correndo atrás do prejuízo ideopolítico do Marxismo-Leninista, que desde o início do século passado apresentava as questões de Raça e de Gênero como questões centrais para a organização da classe trabalhadora.

De fato, para a apreensão do capitalismo em âmbito mundial não faltaram análises consistentes, como apontou Netto (2010);

Mas, marginalmente ao *marxismo-leninismo* e após a denúncia do “culto à personalidade” (1956), outras vertentes marxistas se desenvolveram (ou continuaram se desenvolvendo) e constituíram um acúmulo ideoteórico capaz de propiciar um conhecimento social adequado. Um exame cuidadoso da documentação produzida por marxistas de diferentes matizes, a partir dos anos 1950, revela a emersão de um estoque crítico que, depois dos anos 1970, só fez crescer. Ao contrário do que sustenta o senso comum das ciências sociais acadêmicas e do que é veiculado pelos meios de comunicação social, a elaboração teórica de extração marxista tem se revelado capaz de análises extremamente corretas (ou seja: validadas pela dinâmica social real) dos processos histórico-sociais dos últimos trinta anos. Não é este o lugar para oferecer provas bibliográficas desta afirmação, mas basta cotejar, por exemplo, a visão da dinâmica econômico-social do sistema capitalista nos últimos vinte e cinco anos oferecida por diferentes teóricos marxistas (Mandel, Mészáros, Chesnais, Husson *et alii*) com aquela traçada pelos apologistas do capital para

aquilatar da atualidade e da atualização da capacidade heurística do referencial analítico elaborado originalmente por Marx

Não é possível afirmarmos o mesmo sobre as interpretações e mediações da realidade brasileira. Segundo Garcia (2022) “os equívocos do partido foram determinados, principalmente por uma análise errada sobre a realidade, brasileira”. A questão seria, primeiro, liquidar os restos feudais pela revolução burguesa e, em segundo lugar, promover a organização da classe trabalhadora abstrata.

2.1.1 As Influências das Internacionais Comunistas e as Questões de Raça e Gênero no PCB

Além do erro de análise sobre a realidade e a formação do capitalismo em suas particularidades no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) sofreu influência da vertente do marxismo economicista. Como sujeitos inseridos em sua época, seus membros não estavam isentos de naturalizar preconceitos e privilégios de serem homens, resistindo assim às concepções do feminismo.

Segundo Arruzza (2019), as tensões e ligações entre o feminismo e o Marxismo, são próprias das contradições dos processos antagônicos e conflituosos da revolução burguesa. Quando esta excluiu de suas fileiras as mulheres, estas surgiram com o movimento feminista, representando resquícios da revolução burguesa. Por isso encontra, ao mesmo tempo, adesão e rejeição às suas ideias na tradição marxista.

Se Engels e Marx demonstravam a importância da mulher no trabalho produtivo e reprodutivo, Proudhon inviabilizava sua participação e atuação política na primeira internacional, pois considerava “imorais” as questões que levantavam sobre liberdade sexual. Arruzza (2019, p 70) aponta como Jeanne Derooin, fundadora do Jornal *A Voz F*, “atuou ativamente na construção de uma associação de organização operária baseada na igualdade de direitos entre homens e mulheres, para o qual escreveu o documento programático em 1848”.

Uma análise antiquada e superficial compreendia que a adesão das mulheres ao nascente mercado de trabalho causaria uma ameaça aos homens, aumentaria o exército industrial de reserva e baratearia a mão-de-obra masculina. A articulação ao sistema patriarcal disseminava a ideia de que cabia aos homens serem os únicos provedores da família.

Como antes mencionamos, para o Capital, pouco interessava a “identidade” da força de trabalho a ser vendida, a situação da classe trabalhadora na Inglaterra e na França, como já nos evidenciaram Marx e Engels, ou a exploração industrial das famílias, vidas e corpos. O Capital não fazia distinção de sexo; na verdade, se o fazia, era para pesar ainda mais sobre as mulheres e crianças.

Mas as clivagens do patriarcado e do racismo na sociedade capitalista burguesa emergente criavam obstáculos para a participação política das mulheres. A crença na incapacidade e inferioridade das mulheres operárias, bem como das mulheres negras, fazia com que os movimentos revolucionários — como o abolicionista, nos Estados Unidos — excluíssem as mulheres, bem como sua participação no sufrágio universal. Davis (2016) e Arruzza (2019) não deixam sombras de dúvidas sobre estes processos.

No Brasil, estas apreensões chegam, tal como chegaram para o resto do mundo; entretanto, aqui, a influência do Stalinismo fez com que o Partido Comunista Brasileiro, como já mencionou Jefferson Garcia (2022), cometesse equívocos.

De acordo com Konder (1995), a referência ao partido comunista soviético fizera com que parte dos teóricos comunistas buscasse encontrar semelhanças entre a *Rússia Proletária* e o *Agrarismo Industrial*³³ em desenvolvimento no Brasil. Para o autor (1995, p. 35), Brandão considerava o Brasil “*um país estapafúrdio, onde os extremos se chocam diariamente, onde as coisas mais incríveis são realizáveis*”. Entretanto, buscava de forma mecânica transpor os esquemas interpretativos de Marx e, posteriormente, de Lenin.

Já não se trata, de modo algum, da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre empresas tecnicamente atrasadas e estabelecimentos de técnica avançada. Encontramo-nos perante a asfixia, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade. (LENIN, 2011, p, 132-133).

Essa transposição se justificava na leitura limitada que Brandão fazia em relação aos escritos de Lenin, sobretudo quanto à questão do imperialismo, pois, para este, tratava-se de tomar posição entre os polos imperialistas – agentes do imperialismo norte-americano e agentes do imperialismo inglês. Neste sentido, toda transformação se assentava na questão da implementação do desenvolvimento urbano e industrial no Brasil.

As questões que geraram e reproduziram as condições da formação histórica e econômica brasileira expressavam a dependência do PCB ao Movimento internacional Comunista (IC). Essa dependência ficou ainda mais latente no seu VI congresso (1929),

³³ Em referências as obras produzidas por Octavio Brandão. (*Rússia proletária e Agrarismo e industrialismo*)

em que a Internacional passou a interferir nos assuntos da América Latina, impondo à organização nacional brasileira sua proletarização.

De acordo com Vianna (2007, p. 336), essa intervenção foi desastrosa, pois, organicamente, o PCB fora desmantelado. Já influenciada pelo Stalinismo, a II Internacional, tomando como referência a realidade do desenvolvimento dos países da Europa, impôs uma mecânica de desenvolvimento homogêneo da classe trabalhadora. Neste sentido, foram constituídos partidos operários, cuja proletarização deveria ser a regra, todos com a característica de ser em si revolucionários (BRAZ, 2006, p. 74).

Essa direção dos rumos da proletarização dos partidos comunistas, sobretudo no Brasil, objetivava superar as questões de organização do partido, sejam revolucionárias ou reformistas, sem considerar as particularidades das formações sócio-históricas em que o proletariado e os partidos nasciam e se desenvolviam.

A influência da IC no partido comunista brasileiro partiu de uma premissa de Engels segundo a qual era importante, à época, “a unidade entre a luta política e econômica”. Desta feita, a emergência da “revolução da maioria” pode nos fazer compreender a relação entre o PCB e a Aliança Liberal — que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas — para além da irrefletida proletarização, momento autodestrutivo em que o partido buscou “o operário autêntico” num anacronismo impensável.

Também é possível considerar que o momento transitório do Estado brasileiro, que exigiu uma redefinição de sua natureza, tenha feito o PCB apreender a possibilidade sufragista como atualização tática, tendo em vista que o movimento internacional comunista apreendia o sucesso eleitoral da socialdemocracia alemã com entusiasmo, pois esta possibilitava maior adesão dos trabalhadores em detrimento da insurreição.

Novamente influenciado pelo Movimento Internacional Comunista, em 1932 o PCB iniciou um processo de mudança de direção, dado o crescimento das ideias fascistas, cujo discurso nacional revanchista e *pseudo* anticapitalista atraía grandes setores sociais angustiados pela crise econômica. Neste sentido, a Liga dos Comunistas, a fim de construir uma frente única antifascista, incidiu organicamente sobre o PCB, que relutava em participar da mesma.

Por um lado, influenciado pela realidade brasileira de ebulição social e econômica, via-se nas greves operárias uma situação revolucionária, sendo o cangaço percebido como atividade de guerrilha e os descontentamentos nos quartéis como hegemonia dos comunistas nos meios militares (VIANNA, 2007, p. 340); por outro lado, a influência do stalinismo e trotskismo hipervalorizavam tais movimentos, levando o PCB a acreditar

que a revolução proletária estava em curso no Brasil e a assinalar, assim, os anos de 1930 à 1937, como o Obrerismo, Prestismo e Revolução de 30.

A configuração do Estado Novo evidenciou a implementação do estado de exceção. À outorga da constituição de 1937, seguiram o fechamento do congresso nacional, a extinção de todos os partidos políticos, a implementação rigorosa da censura e a perseguição política voltada majoritariamente aos comunistas.

A prisão dos dirigentes do partido comunista brasileiro fez este se desarticular. De acordo com Konder (1995, p. 43), a “utilização” da ANL para realização da “autêntica” revolução falhou. A Intentona Comunista fora habilidosamente usurpada e instrumentalizada pelo governo, que tratou de desencadear uma onda de repressão, colocando na cadeia não só os militares sublevados, mas também intelectuais e políticos de oposição.

No campo internacional, a invasão da União Soviética pela Alemanha contribuiu para a ruptura da IC com o partido brasileiro. Tais processos significaram internamente uma mudança tática no PCB, que teve que se organizar de forma descentralizada por meio de comitês regionais. Contudo, a extensão territorial brasileira se apresentava como obstáculo à reorganização do partido. Somente em 1942 o PCB reinicia sua reorganização, com a comissão nacional de organização provisória (CNOP).

Ainda assim, o partido comunista brasileiro foi mais uma vez envolto pelo movimento comunista internacional, pois a vitória dos Aliados, que impunha a derrota aos nazifascistas, fez com que setores da burguesia nacional se preocupassem com a redemocratização do país e, neste sentido, as respostas de Getúlio Vargas também passaram a ser de cunho populista, donde sua maior expressão foi a consolidação das leis trabalhistas.

De acordo com Konder (1995, p. 44), *“Getúlio e seus auxiliares sabiam que não bastava reprimir: era preciso também, fazer concessão à massa trabalhadora, oferecer-lhe alguma coisa para desviá-la da tentativa dos caminhos considerados ‘subversivos’”*.

Neste contexto, a frágil reorganização do PCB, iniciada em 1942, é mais uma vez rompida. Influenciadas pelo conflito mundial, três correntes são formadas no partido:

A primeira delas, liderada pelo comitê de São Paulo, tendo à frente Caio Prado Júnior e outros intelectuais como Mário Schemberg, Vítor Konder, Zacarias de Sá Carvalho e Davi Lerner, formou o comitê de ação, que defendia uma posição de luta contra o fascismo tanto externo como interno. A segunda corrente, liderada por Fernando Lacerda e pelos irmãos Paulo e Pedro Mota Lima, defendia a união nacional com o apoio ao governo Vargas e a extinção

do PCB. A terceira posição, por fim, era a da CNOP, que defendia a união nacional como um esforço de guerra e como tal apoiava Vargas, mas sem a dissolução do PCB. O argumento dessa posição era de que, se o Brasil se colocava ao lado dos que lutavam contra os países do Eixo, estava lutando ao lado da URSS. (Partido Comunista Brasileiro – PCB³⁴)

A terceira posição saiu vitoriosa na II conferência nacional do partido e a aliança feita com Vargas foi consagrada por Luiz Carlos Prestes. Este, por sua vez, eleito à coordenação geral política do partido, foi feito senador em 1945. Cabe destacar, que todos esses processos, que têm início com o nascimento do partido comunista em 1922 e seguem até 1945, se inscreveram por uma formação material, política e social que apreenderam estas contradições fundamentais, prioritariamente, como contradições da formação política nacional, e não da formação econômica.

Assim, queremos apontar que também este processo de inscrição do partido comunista brasileiro no movimento comunista internacional é permeado por disputas que influenciarão em sua estratégia “Democrática-Popular”, enquanto projeto classista para o Brasil.

Segundo de Paula (2014), é importante abordar a identidade política do PCB em disputa, pois de um lado havia militantes influenciados pelos partidos comunistas da Itália e da França, que defendiam o afastamento do PCB da União Soviética e, do outro, os que também desejavam o afastamento do PCB dos partidos Italiano e Francês, por considerá-los liberais: uma disputa interna dual no partido, que oscilou entre a centralidade da classe operária, enquanto sujeito da luta social, e o viés reformista pluriclassista, DE PAULA aponta que,

As teses do PCB, descoladas da realidade, não captavam os efeitos do intenso desenvolvimento do capitalismo brasileiro, em especial entre os anos de 1968 e 1973, e a nova composição e desenvolvimento das classes no Brasil. Somava-se a isso seu vínculo com as ideias e políticas internacionais cada vez mais burocratizadas e autoritárias da União Soviética, o impacto de anos e anos de uma experiência socialista que passava a adotar cada vez mais políticas econômicas liberais, práticas de conciliação de classes e a ideia de coexistência pacífica entre capitalistas e socialistas. (DE PAULA, 2014, p. 11),

Conjugavam-se o caldo conjuntural a crise do socialismo real na Europa, a influência da II Internacional e do partido soviético sobre o PCB, que absorvendo sem mediações as ideias dos “renovadores eurocomunistas” estabelecia uma política

³⁴ PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb-> acessado em 10/05/2019.

pluriclassista, envolvendo interesses inconciliáveis como se fossem comuns, ou seja, interesses de capitalistas e trabalhadores.

Contraditoriamente, mesmo a América Latina passando por regimes fechados ditatoriais, o exemplo do Chile foi tomado como experiência revolucionária (ALLENDE, 1973, p. 70), servindo para pensar novas formas de transição ao socialismo e ao partido revolucionário. Tendo o partido aderido aos partidos comunistas italiano, francês e espanhol, buscou-se priorizar o “*momento histórico nacional como o terreno onde se edificaria a estratégia e sobre o qual se desenrolariam as ações políticas e as lutas concretas*” (BRAZ, 2006, p. 181).

Como no Partido Comunista Italiano (PCI), no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro, aderiu a propostas institucionalizadoras de cunho reformista, “*afastando da centralidade política os trabalhadores, ao optar pela aliança preferencial com burguesia*” (DE PAULA, 2014, p 11), e “saudou” a política de colaboração de classes.

Na Itália o PCI buscava se expandir através das alianças para além dos setores revolucionários, inclinando sua “ampliação em busca de legitimidade política no conjunto da vida nacional”, conformando uma estratégia política que “concebia a *questão eleitoral e parlamentar como momentos privilegiados* – tático-políticos – para tal expansão. E, portanto, que estes momentos forjariam gradualmente o acúmulo das forças sociais, necessárias a construção do processo revolucionário” (BRAZ, 2006, p. 182). No Brasil, a adoção desta política foi deletéria ao PCB.

O enfraquecimento do PCB entre 1980 e 1985, analisado por De Paula (2014), aponta que a disputa interna e o deslocamento da ação nacional democrática em torno da perspectiva democrática nacional influenciam tanto a identidade do partido quanto sua direção política.

Nesse sentido, é importante abordar a identidade política do PCB em disputa através do jornal partidário: os militantes com ideias próximas às defendidas pelos partidos comunistas da Itália e da França, que queriam um PCB afastado da União Soviética e próximo dos liberais; os sindicalistas que se empenharam pela construção da CUT – Central Única dos Trabalhadores, ao lado do sindicalismo mais combativo, e que apostavam em uma maior radicalização das lutas sociais, e a maioria da direção nacional que ia até as últimas consequências para afirmar o compromisso do PCB com a “nação e a democracia” (DE PAULA, 2014, p. 14).

Embora pareça paradoxal que o momento em que o PCB ganhava lastro, mesmo na clandestinidade, ao apontar a via pacífica para a saída da ditadura nacional rumo ao processo de redemocratização, também tenha sido o momento em que este tenha se “dissolvido”. Mas se olharmos atentamente para este processo, como dissemos, a

influência do PCI perpassou a compreensão do PCB no que diz respeito ao caráter “modernizador autoritário” da ditadura e à “revolução passiva”, que, a partir dos escritos de Gramsci, orienta a “*possibilidade de uma sociedade passar a um novo estágio de organização sem uma revolução aberta. Tal fenômeno se daria de uma maneira processual e em certos aspectos incompleta, a partir de um grande equilíbrio na luta de classes*”. (SILVA, 2008, p. 219).

Para além disso, internamente, algumas figuras como Carlos Nelson Coutinho apostavam na democracia como princípio. Por considerar o acirramento das lutas sociais no mundo, argumentava que era impossível menosprezar os procedimentos formais de representação, decisão e criação da vontade política universal.

Incapaz de unificar as frações internas, polarizadas sobretudo nas concepções antidemocráticas e nas práticas burocráticas centralizadas, ou, ainda, combinando-as, o PCB se viu enfraquecido e reduziu-se sua inserção entre os setores mais organizados e modernos da classe trabalhadora. Esse enfraquecimento e redução, aliados à crise do socialismo real, possibilitou indiretamente o fortalecimento e a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) como força hegemônica na esquerda e no movimento sindical.

A resolução do VI em 1967, de derrotar a ditadura e não a derrubar, concretizou as diferenças táticas em disputa no partido. Se de um lado, camaradas exilados/as viam na luta armada a possibilidade de superação da ditadura, no Brasil a decisão foi, acertadamente, a defesa da construção da política de frente democrática, da Anistia, da Constituinte, e de se trabalhar através da sociedade para “derrotar” politicamente a ditadura. (SILVA, 2008, p. 221).

Cabe salientar que a ilegalidade do partido, mantida pela ditadura, deixou profundas marcas neste. Assim, a discussão e disputa sobre a Democracia, que pareciam conjunturais, passaram a ser estruturais no interior do partido. A defesa desta não mais deveria ser um objetivo tático, mas estratégico.

A tomada desta posição custou-nos nosso desmonte e a crítica contundente de Prestes, que em 1980 nos apresentou sua³⁵ *Carta aos Comunistas*: “um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar de seu papel revolucionário e assumir o freio do movimento popular, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores.”

³⁵ PRESTES, Luiz Carlos. Carta aos comunistas. Apud PANDOLFI, Dulce, op. cit., p. 220.

A influência enviesada do marxismo-leninista fizera com que alguns militantes, que formulavam a teoria que direcionava/dirigia o partido, não estabelecessem conexões entre nossa realidade agrária e as questões de Gênero e Raça. Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, por exemplo, publicaram, em 1926, o livro *Agrarismo e Industrialismo* e, em 1929, *Sociologia ou Apologética*, e fizeram críticas ao livro *Populações Meridionais do Brasil*, escrito por Oliveira Vianna em 1918. Contudo, em nenhuma destas reflexões, sequer mencionaram a questão racial. (RODRIGUES, 2015).

De acordo com (RODRIGUES, 2015, p. 89), na década de 1930, é pelas mãos de Leôncio Basbaum, sob o pseudônimo de Augusto Machado, e através do livro *A caminho da Revolução*, de 1933, a questão racial é inicialmente formulada no pensamento marxista na esfera do partido. Segundo o autor, “seu mérito está em perceber a importância da questão racial no Brasil para além da clássica luta de classes”.

A originalidade da obra está na sua maneira de desmascarar o racismo existente no país, incomum naquela época, mesmo entre as correntes de esquerda. Ele, de maneira pioneira e contra a opinião da maioria dos comunistas brasileiros, descobriu que o racismo não poderia ser extinto “com um decreto nem mesmo que este seja do governo Soviético do Brasil”. (Buonicore, 2009/apud RODRIGUES, 2015, p. 89).

Para Gonçalves de Abreu (2008), a “questão da mulher” dentro do “espectro” socialista aparece, de forma periférica, nas obras de diversos autores e em programas de organizações políticas desde o século XIX. Influenciado pela I, II e III internacional, o PCB não foi indiferente à questão:

[R]esulta a tarefa imediata dos Partidos Comunistas: estender a influência do partido e do comunismo às vastas camadas da população feminina de seu país, através de um órgão especial do Partido e de métodos particulares, permitindo abordar mais facilmente as mulheres para livrá-las da influência das concepções burguesas e da ação dos partidos coalizacionistas, para fazer delas verdadeiros combatentes pela libertação total da mulher³⁶ (ABREU, 2008, p. 200)

Embora seja pontuada a necessidade de construção de órgãos especiais e métodos particulares no Partido para o atendimento das camadas da população feminina, as questões particulares (como sexualidade, aborto, trabalho, dominação patriarcal, dentre outras), isso é são subsumido às concepções burguesas, instituindo-se uma essência à libertação das mulheres que, no fundo, era (e ainda é) obstáculo na luta por emancipação política das mulheres.

³⁶ Documentos da III Internacional

Importante salientar que as questões relacionadas à sexualidade, que apenas recentemente têm ganhado destaque no âmbito social, político, científico e acadêmico, também se expressam no interior do partido, ainda que, de modo geral, as questões mais amplas já tenham sido abordadas por Kollontai³⁷ no processo de desnaturalização dos papéis de Gênero, do amor romântico e da monogamia.

Já pensando no movimento de mulheres como movimento de massa revolucionário, Lenin estabeleceu uma política organizativa interna para os partidos comunistas. Em diálogo com Zetkin, apontou para a contradição interna no partido, demonstrando a necessidade de implementação de métodos de agitação e de formas organizativas específicas para mulheres, sempre ponderando que tais métodos poderiam ser recepcionados como defesa burguesa sobre os direitos da mulher e que, portanto, poderiam ser recepcionados como oportunistas e traidores, pois apartados dos princípios comunistas.

Foram ambos, Lenin e Zetkin, cientes de que a luta das mulheres precisava ser orientada por uma prática revolucionária pautada na racionalidade, e tomando como princípio a igualdade de direitos da mulher como parte dos direitos universais, os que apresentaram um amplo programa sobre a temática na III Internacional.

Ao destacar à Zetkin não se tratar de um programa mínimo, nem de um programa de reformas no espírito daquelas apresentadas pelos socialdemocratas da II Internacional, tampouco de tentativa de apaziguamento por meio de reformas (para não desviar as mulheres da via das lutas revolucionárias), Lenin apontou que as teses a serem apresentadas na III Internacional sublinhavam que:

[...] a verdadeira libertação da mulher só é possível com o comunismo. É preciso analisar a fundo a questão da *ligação indissociável entre a situação da mulher, enquanto ser humano e enquanto membro da sociedade, e a propriedade privada dos meios de produção* [grifo nosso]. Deste modo, demarcamo-nos com segurança do movimento burguês pela “emancipação da mulher”. Isso também nos dá fundamento para *examinar a questão feminina como parte da questão social, operária, e desse modo, permite-nos ligá-la solidamente à luta de classe do proletariado e à revolução*. O movimento comunista feminino deve ser de massas, deve ser parte do movimento geral das massas, e não só do movimento dos proletários, mas de todos os explorados e oprimidos, de todas as vítimas do capitalismo. É nisto que consiste a importância do movimento feminino para a luta de classe do proletariado e para a sua missão histórica criadora: a criação da sociedade comunista. (ZETKIN, 2015, p. 10)

³⁷ CRUZ., A. C. borto legalizado – casamento religioso abolido – divórcio livre – libertação do trabalho doméstico – implementação de lavanderias, escolas e restaurantes públicos estatais. 2012

A relação da causa das mulheres com a luta de classe era compreendida por Lenin como uma luta no campo geral. Além de universalizar, internacionalizando a causa das mulheres, ele estabeleceu mediações com a totalidade, se antecipando à possível “cooptação desta luta” pela burguesia, apontando a necessidade de o partido estar preparado para a causa, se preparando internamente para ela. *“O partido deve ter órgãos, grupos de trabalho, comissões, comités, secções, ou como lhe queiram chamar, cuja tarefa específica consistirá em despertar as amplas massas de mulheres, ligá-las ao partido e mantê-las sob a sua influência”.* (ZETKIN, 2015, p 11).

Na contemporaneidade é possível verificar que tais contradições foram superadas, ainda que recorrendo às reflexões realizadas por Kollontai? Mesmo com as preocupações lançadas por Lenin e Zetkin, o que explica a adesão tardia do partido comunista brasileiro ao combate às opressões de Gênero, Raça e sexualidade?

É certo que destacamos o vanguardismo das mobilizações das mulheres operárias no processo revolucionário de 1917 como fator de risco à expansão capitalista. A conquista das mulheres soviéticas do direito ao aborto, ao divórcio, à eliminação do poderio matrimonial, à igualdade entre o matrimônio legal e o concubinato, etc., além da participação efetiva da mulher na ocupação de cargos no governo socialista, antes mesmo de tais medidas serem implementadas por países capitalistas, evidenciam a importância da luta das mulheres “por dentro da luta classista”.

Também foi a experiência de organização das mulheres soviéticas que contribuiu para a organização das mulheres no processo de sindicalização de luta classista. Clara Zetkin, na II Internacional, já havia apresentado a sublevação dos trabalhadores/as num dia em específico para demarcar a situação das mulheres trabalhadoras. A luta por “pães e rosas”, no 8 de março de 1917, ou 23 de fevereiro no calendário Russo, demarcou a contundência das mulheres contrárias à guerra e aos czares.

A “degeneração” da revolução Russa que prescindia relações mais igualitárias e horizontais entre homens e mulheres, também representava um risco ao modo de produção capitalista burguês, pois apontava o fim do matrimônio monogâmico, o que abalava as estruturas simbólicas que transformavam as relações sociais que forjaram a nascente do projeto burguês de produção e sociabilidade. Como não se poderia apenas lançar mão sempre de mecanismos coercitivos para dirimir os conflitos agudos insurgentes daquele período, tomou lugar este processo, que não se desenvolve de forma linear, de uma hora para outra, ou consecutivamente.

Para Konder (1995, p. 24), o Brasil só poderia ter um proletariado significativo e influente se a industrialização avançasse. Para que isso ocorresse, era necessário o fim da exploração da força de trabalho baseada na escravidão dos/as negros/as. Entretanto, mesmo tendo este processo ocorrido em 1888, e a república proclamada em 1889, o processo de industrialização só veio acontecer no início do século XX.

Segundo o autor, na passagem do século XIX ao XX se formava no Brasil o proletariado, cuja experiência classista se baseava na experiência estrangeira. Migrantes provindos da Itália e da França, de forte influência anarquista, influenciavam os trabalhadores. Nesta linha, surgiram os anarco-sindicalistas.

Nas duas primeiras décadas do século XX, os anarco-sindicalistas assumiram a hegemonia dos setores mais combativos do incipiente movimento operário brasileiro. Em 1903, começaram a aumentar as reivindicações dos trabalhadores, que fizeram várias greves. Nos anos seguintes, até 1910, o número de greves passou de cem; foram fundadas várias uniões operárias, cooperativas e associações de auxílio e socorro mútuo. Em 1906, realizou-se um congresso operário (e em 1913 um segundo congresso operário). (KONDER. 1995, p. 28)

Essas mobilizações se processavam de forma bastante incipiente, mesmo com a organização dos congressos operários que, sob as consequências da primeira guerra mundial (1914), faziam a economia agrária brasileira estagnar por causa do embargo da Áustria e da Alemanha ao café brasileiro, refletindo no desemprego da população brasileira. Isso exigiu, por sua vez, ações mais efetivas.

Contrariando as especulações dos conservadores brasileiros, que acreditaram que este cenário tornaria os trabalhadores mais “dóceis”, o que se seguiu foi um período bastante tumultuado. De 1917 a 1920 houve mais de duzentas greves no Rio de Janeiro e em São Paulo.

De acordo com Konder (1995, p. 31),

a questão do partido volta a estar na ordem do dia: os proletários deveriam se organizar num partido? Deveriam participar da vida político-partidária? Ou seria melhor repelir as imposições organizativas da atividade partidária como embustes e artimanhas da burguesia, incompatíveis com a liberdade dos homens livres?

De acordo com Lôbo

Frederico José Falcão nos alerta ao desconhecimento da realidade brasileira como uma defasagem não restrita apenas ao PCB: não havia até aquele momento um conjunto de análises de fôlego sobre a economia brasileira, a sua estrutura de classes, a sua própria História. Pensar o Brasil, como totalidade, era uma tarefa não iniciada (sempre lembrando tratar-se de um país

continental), e a falta de detalhadas estatísticas confiáveis só agravava esse quadro. (FALCÃO, 2010, P. 112 apud LÔBO, 2017, p 48)

Aqui, é possível notar que a concepção de organização do partido, das formas de organização dos trabalhadores e a própria concepção de proletário, ainda eram desafios ao Partido Comunista Brasileiro. E o proletário — naquela época caracterizado como o camponês, trabalhador da indústria —, se não era branco, conforme mencionamos no capítulo anterior, não tinha as mesmas condições objetivas e materiais de se organizar e se desenvolver que o proletariado europeu.

Ainda que houvesse orientações em relação à questão racial e à questão da mulher, elaboradas por Lênin, Zetkin, Jannes Cannon, dentre outros, o partido comunista brasileiro, como aponta Garcia (2022, p. 77), ignorou as orientações da internacional comunista deliberadamente: “*o movimento comunista brasileiro, caiu por vezes no erro de ignorar as determinações de Raça, teimou em separar Raça e classe*”, considerando a questão racial exclusivamente como questão de classe.

De acordo com Garcia (2022), o PCB, ao longo de sua história, deu dois tratamentos à questão racial: de 1922-33, ignorou-a por completo; e a partir de 1934, passou por uma inflexão teórica cuja crítica foi direcionada aos negros e indígenas.

Camarada secretário

Nós recebemos a sua circular sobre a conferência dos negros, mas nós não recebemos a primeira circular sobre a qual se referiam:

Nós lhe enviaremos um relatório sobre os negros no Brasil e a comissão central executiva do nosso partido irá pensar sobre a possibilidade de enviar um delegado à conferência. Existem negros no Brasil. Mas não há no Brasil uma Questão Negra.

Fraternalmente

Octavio Brandão (GARCIA, 2022, p. 79)

Foi a Internacional Comunista quem centralizou o PCB, apontando o distanciamento dos comunistas brasileiros do movimento negro internacional, advertindo-os também sobre sua incapacidade organizativa de construir pontes, vinculando o partido com as camadas negras da população.

Em relação à questão da participação da mulher, não encontramos elementos que se diferenciem. Segundo Alves (2017), existe um lugar ou um não lugar das mulheres na história do PCB, que grande parte dos memorialistas esqueceram ou silenciaram. Ela afirma isso através do estudo analítico e comunofenista que fez em relação as discussões da “política geral” do partido, através das resoluções e do estabelecimento do programa político. Segundo a autora, autores como Leôncio Basbaum (1976), Ellias Chaves Neto

(1977), Agildo Barata (1978), Moisés Vinhas (1982), Jacob Gorender (1987) e João Falcão (1988) deram pouca ou nenhuma atenção à atuação das mulheres no partido.

Ao narrar a experiência de Mirna Prestes, Alves demonstra como havia tensões no interior do partido e evidencia como o machismo era naturalizado, inclusive na subserviência a que os camaradas submetiam as mulheres comunistas na divisão “tradicional” das tarefas.

Quando saí da clínica [após ter tido um filho], fiquei alguns dias no Rio, no aparelho do Partido em Jacarepaguá, onde morava o Arruda Câmara, um dos mais importantes dirigentes do PCB naquela época. [...] Durante esses dias tive um sério conflito com o Arruda. Ele maltratava todo mundo em sua volta. A companheira que cozinhava para o aparelho esqueceu que o Arruda não comia cebola. O Arruda quase que virou a mesa, teve uma reação terrível. A pobre companheira em pânico ficou aos prantos. Eu disse que não era através de gritos e murros na mesa que a ordem deveria ser mantida, o Arruda ficou furioso, disse que eu estava com pretensões de ser dirigente. Mandou-me me comportar, pois ele sim, um comunista, sabia das coisas. (PRESTES, 1993, p. 74-75 apud ALVES, 2017, p 2).

Ao mesmo tempo que nos choca a forma patriarcal como as tarefas eram distribuídas, o mesmo vale para a naturalização da violência psicológica, política e moral com que os comunistas tratavam as mulheres que com eles dividiam as fileiras. Alves (2017) nos provoca a pensar qual intencionalidade do memoricídio ocorrido no PCB até agora.

há um quase absoluto esquecimento (ou silêncio?) acerca das experiências femininas no partido, que tem deixado marcas nos trabalhos historiográficos. Silêncio e esquecimento são coisas distintas. O que não é dito não significa, necessariamente, que foi esquecido. No caso específico das memórias produzidas pelos homens do partido, os silêncios e/ou esquecimentos sobre as mulheres podem ter relação com a ideia de que suas práticas não foram politicamente relevantes para o partido, ou representam uma tentativa de apagar da memória oficial do partido episódios que contrariam o ideal revolucionário que incluía o debate sobre a libertação feminina. (ALVES, 2017, p.2)

Em que pese a autocrítica feita pelo partido em 1975, reconhecendo que tinha negligenciado prática e teoricamente o trabalho das mulheres — mesmo os escritos de Ana Montenegro³⁸, não reconhecidos pelo conjunto da militância, exceto pelas mulheres que fazem parte do coletivo feminista classista que leva o nome da autora — é preciso destacar que o primeiro caderno nacional de formação feminista foi publicado apenas em 2019, e, ainda assim, não parte da realidade das mulheres brasileiras em sua diversidade. Os textos são antigos, estando desta forma indexado o primeiro volume de formação:

³⁸ Ser ou não ser feminista, editora Guararapes, 1981 PE; Mulheres, participação nas lutas populares, M&S gráfica editora Ltda, 1985

Alexandra Kollontai (1873-1952) - *As Relações entre os Sexos e a Luta de Classes* – Clara Zetkin (1857-1933) - *Lênin e o movimento feminino*, Samora Machel (1933-1986) - *Questões Estratégicas e Táticas*, Amílcar Cabral (1924-1973) - *Aplicar na prática os princípios do Partido*, Angela Davis (1944) - *O Significado de Emancipação para as Mulheres Negras*, Olga Maranhão - *Ganhar Milhões de Mulheres Para o Programa do Partido* e Iracema Ribeiro - *O Trabalho Feminino Dever de Todo o Partido*.

Análises como a de Heleieth Saffioti sobre nossa formação sócio-histórica e contribuições de Sueli Carneiro para entender a questão racial e a questão de classe, bem como aquelas feitas por Beatriz Nascimento, foram excluídas. É notória, na literatura sugerida, a perspectiva europeia e a utilização do referencial masculino negro, embora a indicação não seja a mais adequada. Machel (1973) elaborou um belíssimo trabalho sobre a realidade da mulher Moçambicana, intitulado *A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da Sua Continuidade, Condição do Seu Triunfo*³⁹. Nesta obra, o autor se debruça sobre a realidade de Moçambique. No entanto, os termos usados para designar o papel da mulher no processo de transformação revolucionária também o fazem de modo a assujeitá-la.

Para poder funcionar, *levar a cabo a sua tarefa de enquadrar e conduzir a mulher na luta pela sua emancipação e engajá-la cada vez mais nas tarefas da Revolução, a Organização da Mulher Moçambicana* necessita de estruturas adequadas. Estamos seguros de que a participação de muitas camaradas engajadas nos diferentes sectores da luta, a experiência que elas acumularam e que aqui sintetizarão, o conhecimento que têm das dificuldades e necessidades existentes, permitirão a esta Conferência definir as bases das estruturas a serem criadas e o seu funcionamento. (MACHEL, 1973 – grifo nosso).

O dirigente atribui, em seu trabalho, a participação das mulheres de modo subalterno, colocando como tarefas o “enquadramento”, “condução” e “engajamento” das mulheres na sua própria luta. Essas indicações são próximas e relacionam-se às orientações que se encontram no Código Filipino⁴⁰, no direito criminal do período da

³⁹ Samora Machel. *A Libertação da Mulher é uma Necessidade da Revolução, Garantia da sua Continuidade, Condição do seu Triunfo*; Disponível in:

<https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/index.htm>. Acessado 02/03/2022.

⁴⁰ Durante a maior parte dos 322 anos em que o Brasil viveu sob o domínio português, nossa sociedade foi regida pelo Código Filipino, que foi precedido pelas Ordenações Afonsinas e as Manuelinas. A história do Direito Civil brasileiro é marcada pela vigência dessas Ordenações, que foram impressas em 1603. Portugal abandonou o Código em 1867 com a instauração de seu Código Civil, deixando o Brasil, sua ex-colônia, como o último baluarte dos preceitos filipinos (Colling, 2015, p 5). COLLING. M. O lastro jurídico e cultural da violência contra a mulher no Brasil. Disponível in: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427675369_ARQUIVO_anpuh2015.pdf. Acessado em 02/03/22.

colonização, que perdurou até 1960. Fica patente a concepção de *tutela*, de *incapacidade* das mulheres na sua auto-organização e no engajamento por si, na luta revolucionária.

As orientações filipinas, que ocupavam o lugar de código criminal e civil, eram extremamente despóticas e misóginas, se constituindo num conjunto de normas que indicavam a intervenção do Estado e da Igreja na vida das mulheres. Tais orientações respaldavam até mesmo castigos físicos ou execução da mulher em caso de adultério. Em 1962, o código foi substituído pelo Estatuto da Mulher Casada, mas a mentalidade que o subjazia foi mantida, como é possível perceber através dos dados sobre a violência contra mulher.

De acordo com (BOGO, 2012, p 296). A experiência internacional demonstra o enfraquecimento da natureza de classe de um partido, que é acompanhado inseparavelmente pelo afastamento do marxismo-leninismo.

Quando o partido falha nesta tarefa, como evidencia o mesmo autor, a adoção de mecanismos e objetivos reformistas ocupa um lugar na cena política. Na atualidade, é um grande desafio aos partidos de esquerda, sobretudo ao PCB, se colocar para a classe trabalhadora como verdadeira, autêntica e concreta alternativa socialista/comunista, pois a composição social e orgânica de nossa classe trabalhadora decompõe-se entre uma massa de operários/proletário e lumpemproletários. Isso prova que existe aqui uma forma particular de capitalismo dependente e periférico que pesa sobre a classe operária.

A absorção da realidade brasileira representa um desafio para as ações táticas e estratégicas do PCB, e também é necessária a assimilação concreta das reivindicações das massas. Nossa realidade evidencia que, na atualidade, as determinações das massas ultrapassaram as avaliações do partido. Prova disso foi a eclosão dos movimentos espontâneos de 2013, que perenemente se expressam na luta travada pelas mulheres e negros/as na denúncia ao ultraconservadorismo e fascismo, que culminou na eleição presidencial de 2018.

Considerando que a “luta dos comunistas é o elemento motor da luta de classe e das massas”, (BOGO, 2012, p 305), elevar as massas ao plano da classe e a classe ao plano da vanguarda é o salto qualitativo que pode assegurar a defesa dos interesses da libertação da classe trabalhadora.

A condição de opressão-dominação e exploração a que está submetida a classe trabalhadora revela como, nos processos de desenvolvimento da sociedade capitalista, os complexos sociais como a fala, educação e leis cumprem papel fundamental.

A dicotomização da vida e dos complexos sociais que constituem as bases que forjam e conformam afirmação/negação, identidade/alteridade e naturalização/banalização permeia a vida, as relações de produção e reprodução sociais, donde são inscritas e circunscritas as relações patriarcais de Gênero, assim como a Raça.

A divisão sexual do trabalho, que confinou a mulher ao espaço doméstico, fez com que o que antes era responsabilidade de todos, como exemplo a educação das crianças, a preparação dos alimentos, a moradia e o cuidado com idosos, se transformasse em atividade individual ou privada. Estabelecia-se, assim, a família como núcleo privado, “[...] os indivíduos também passam a ter uma vida privada que se desloca da sua vida social.” (LESSA, 1996). Cabe destacar que a opressão das mulheres extrapola a dimensão puramente econômica.

As relações entre os sexos não são a simples expressão do jogo entre economia sexual e necessidades físicas. Não seria marxismo, mas racionalismo, tratar de reduzir diretamente à base econômica da sociedade a mudanças destas relações por si mesmas, desligadas de sua conexão geral com toda ideologia (Lênin in: MARX; ENGELS; LÊNIN, 1994, p. 14)

E foi justamente por compreender as relações de Gênero como consubstanciais a relações de classe que o projeto leninista vislumbrou a libertação da mulher em todo os âmbitos, pois “(de) pouco teria servido o direito ao voto se as mulheres – escravas, domésticas, continuassem sendo as únicas a arcar com as obrigações do ambiente familiar e continuassem a ser alijadas do acesso à educação e à produção” (D’ATRI, 2008, p. 92).

Audre Lorde (*online*⁴¹), uma das mais instigantes pensadoras do feminismo negro, afirmou em um texto importantíssimo que não há hierarquia de opressão. A luta contra a opressão deve ser de todos. E se é de todos ninguém deve ser apagado dessa luta. A própria ideia de luta implicaria a de solidariedade contra a opressão. Atualmente, no entanto, acontece algo curioso: é como se as lutas tivessem entrado em conflito e cada um tratasse a opressão sob a qual padece como se fosse única, esquecendo, de algum modo, a opressão do outro.

Compreender essas relações como históricas e determinadas, apreendidas a partir das categorias Gênero, Raça e sexualidade, nos ajuda a vislumbrar a realidade social de uma nova perspectiva.

⁴¹ LORDE, Audre. Textos Escolhidos. Disponível em https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/obras_digitalizadas/audre_lorde_-_textos_escolhidos_portu.pdf. Acessado em 20/08/2019

2.2 Pode o Subalterno Falar? Ampliando a Categoria "Proletário".

Van Linden (2013⁴²) demonstrou que o proletariado é uma categoria que foi utilizada de modo universal e transplantada sem as devidas mediações. Considerando o diálogo entre ele e Paula Varela, fica evidente que a dominação e a opressão foram utilizadas como mola propulsora do modo de produção aqui implementado. Sem perder de vista a perspectiva de classe, o autor nos ajuda, na atualidade, a utilizar a categoria “subalterno”, para compreender a heterogeneidade da classe trabalhadora no Brasil.

Tomando como fundamentos de nossa argumentação o livro: “A Classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo”, editado em 2019 pela Editora Boitempo, bem como o artigo “Gramsci e a Emancipação do Subalterno”, de Marcos Del Roio, publicado em 2007, vimos que, a questão que se coloca à compreensão da heterogeneidade da classe trabalhadora, está para além de uma renomeação, ou uma adjetivação simples, partindo da própria realidade, dado o esgotamento das formas tradicionais de proteção aos/as trabalhadores/as como os partidos políticos de esquerda e da sindicatos. Este movimento não é endógeno e voluntário destas organizações, mas do processo de reestruturação produtiva iniciado na década de 1970, no Brasil, ou, segundo Josiane Soares, nos anos 80 ou 90. Em outras palavras, ocorreu ao mesmo tempo em que eclodiam as necessidades particulares daqueles/as que não tinham, em sua maioria, acesso à bens e serviços, como era o caso dos/as negros/as, das mulheres, da juventude e da população LGBT.

Considerando a diversidade da categorização do proletariado, agora concebido como precariado, Badaró, apresenta algumas matrizes que fizeram uso do termo, destacando o trabalho de Guy Standing⁴³, que o emprega para designar:

um conjunto de inseguranças — em relação a mercado de trabalho, emprego, carreira, condições de trabalho, rendimentos, aprimoramento profissional representação coletiva — que constituiriam uma “classe em formação “ainda que carente de uma consciência coletiva que lhe permitisse atuar como classe em si (BADARÓ, 2021, p 113)

Em contraste com a posição defendida por Guy, Badaró (ibidem, p 113) apresenta o uso do termo que faz Gorz, para quem o “precariado tem características de classe, mas não é o contingente abrangido pelo assalariamento, pois não tem nenhuma ‘relação com o contrato social do proletariado, em que seguranças trabalhistas foram fornecidas em troca de subordinação e lealdade contingente.’

⁴² Disponível em: <https://www.laizquerdadiario.com/Ideas-de-Izquierda-y-armas-de-la-critica>, acessado 03/07/2022

⁴³ O precariado: A nova classe perigosa. São Paulo, (2013)

Para este autor, não é a condição de assalariamento que determina sua posição na estrutura social; portanto, tampouco o fazem as “velhas noções de classe”.

Resgatando Van Linden, Badaró apresenta os limites destas matrizes, derivados do fato de que tomam como exemplo a realidade europeia na fase do desenvolvimento do Estado de Bem-estar social, usando os termos de Van Linden considera uma “anomalia histórica”, restringir a um período de menos de trinta anos, em que as respostas as demandas as necessidades da classe trabalhadora, só foram daquela forma respondidas, em *“função de lutas sociais de altíssimo impacto sobre a classe trabalhadora”*. [...] *A revolução Russa, a derrota do fascismo e as bem-sucedidas lutas libertação nacional, foram algumas delas*” (Badaró, 2021, p114). Van Linden já demonstrara o predomínio da relação precária no emprego da força de trabalho feminina, na Europa, nos “anos gloriosos”

Destarte, ao contrário do que fora disseminado no final do século passado e no início deste século, o emprego do termo “precário”, objetiva qualificar a representação de um padrão do capitalismo que era, desde o século XIX, vivido e estudado por Marx, em parte para demonstrar a situação excepcional de alguns países em desenvolvimento, no pós-guerra. Como contratendência da lei geral de acumulação capitalista, estes países em sua fase imperialistas, buscavam sair da crise através da expansão mundial do capitalismo, desenvolvendo a neocolonização.

Lucia Parella, ao analisar os textos de Marx, nos atenta para esta dinâmica de mundialização do capital. À luz dos estudos de Marx, Parella, questiona sua crença anterior na “lei de ferro dos salários”, e como a onda de greves na Inglaterra em 1853 provocou a expansão imperialista, “cobrando sua fatia” da propriedade e “impactando na experiência da classe trabalhadora em condições sócio-históricas específicas, sob as quais a dinâmica desigual e combinada do capital teve peso significativo” (BADARÓ, 2021, p. 114).

Desta forma, a categoria “subordinado” envolve, segundo o autor, as relações de propriedade no Brasil, que se baseiam em dois elementos centrais:

por um lado, a separação entre agentes econômicos e os meios de prover sua subsistência (ainda que possam ter algum tipo de habilidade e ferramentas/meios de produção, não podem possuir a totalidade de seus meios de subsistência); por outro, esses agentes não têm meios de extrair sobretrabalho de produtores diretos. (BADARÓ, 2021, p. 115)

Não intencionamos reorientar o olhar sobre a classe trabalhadora aqui no Brasil sob o signo da modificação linguística ou discursiva, pois compreendemos, assim como

Badaró, que isto só contribui para destituir trabalho e luta de classes de seu lugar. Pelo contrário, pretendemos contribuir para a reconstrução categorial a partir da compreensão de que, assim como na Inglaterra, no Brasil a formação de nossa classe não foi ou é linear, tampouco homogênea. Partindo desta assertiva é que corroboramos a perspectiva do autor. É possível uma apreensão de classe marxista para além do eurocentrismo?

Na perspectiva que até agora evidenciamos, a discussão do proletariado permitiu-nos apontar que o ponto de partida, e quase sempre de chegada, sobre o tema, tem sido aquele oriundo de uma concepção “eurocentrada”. Badaró (2021), no caminho desta denúncia, amplia nosso mirante de análise, apontando a possibilidade de nos “envolver” na análise do subalterno para compreender os e as trabalhadoras subalternizados e sua constituição na totalidade da classe trabalhadora.

Desde o início, o autor nos conduz a pensar se, na expansão do capitalismo no século XV, era possível verificar o subjuço de diferentes grupos sociais de formas distintas, transcendendo qualquer implicação parcial e singular da categoria, posto que o capitalismo se internacionalizava e, com ele, as diferentes formações de classe de trabalhadores/as.

Comparando formações pré-capitalistas, capitalistas e colonial-escravistas, verificamos que há distintas configurações, formas do processo de acumulação implicando outras combinações. O patriarcado e o racismo, como já apontamos, foram algumas destas formas de subordinação utilizadas na implementação do capitalismo-dependente.

Partindo da realidade norte-americana (Haiti, Cuba, Guatemala), da América do sul (Brasil, Uruguai) e do Caribe (Porto Rico), temos que a “escravidão” se integrou ao desenvolvimento do capitalista industrial europeu já num momento de “fragilidade” da dominação europeia. Segundo Badaró (2021) por se tratar de um período distinto das relações escravistas e do processo de acumulação capitalista, “*a escravidão não era mais um pressuposto da produção capitalista*”, mas parte constitutiva da sua reprodução ampliada, que não prescindia a exclusividade do trabalho livre-assalariado.

Segundo Badaró (2021), em Marx é possível verificar a ampliação da questão dos outros grupos sociais explorados, sobretudo nos escritos políticos. Torna-se evidente que tanto Marx quanto Engels não apreendiam o proletariado ocidental como sujeito universal da transformação. Sem diminuir ou superestimar as particularidades, defendiam a internacionalização da luta revolucionária.

Ao antever as lutas de classe nas colônias, incluindo China, Índia, e em especial, nos Estados Unidos, Marx dedicou especial atenção à libertação dos povos escravizados; “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro⁴⁴”.

Foi Mariátegui quem propôs uma defesa política da potencialidade revolucionária dos indígenas nas lutas socialistas. À nossa compreensão, também Clóvis Moura o fez por aqui, com os escritos *Rebeliões e Senzala* (1979) e *Quilombagem* (1988). Em ambos autores militantes é possível verificar que as reivindicações dos indígenas, bem como as dos/as negros/as permaneciam isoladas ou manipuladas. Assim como Mariátegui rejeitou as análises do eurocentrismo, também de forma profunda e radical se posicionou Clóvis Moura (como adiante veremos).

Badaró, bem como nós, defende a teoria de Marini (1973), segundo a qual as trocas desiguais são atributo de uma economia dependente, além de rebaixar os salários e criar condições para a superexploração da força de trabalho. Isso impossibilita o desenvolvimento da economia interna e da mercadoria em suas mais variantes dimensões (produção, circulação, distribuição, consumo e troca), constituindo três formas de extração de mais-valor:

o aumento da intensidade do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores para patamares inferiores ao padrão necessário à adequada reprodução dessa força de trabalho mediante a redução do valor salário, “normalmente” equivalente aos valores médios necessários, numa dada circunstância histórica social, à reprodução da força de trabalho (BADARÓ, 2021, p 139)

O hibridismo da escravidão-colonial analisado por Marini, pautado pelas determinações imperialistas que impõem até hoje um padrão de produção, reforça a ampliação da concepção e das formas de organização da classe trabalhadora. A mercantilização compulsória da força de trabalho é a base que organiza sua concepção estritamente econômica à concepção de *trabalhadores subalternos*, e, portanto, evidencia como a força de trabalho, transformada em mercadoria subordinada ao capital, apresenta dimensões políticas, subjetivas, e acrescenta elementos culturais da classe como sujeito social.

Para fugir ao esquematismo econômico e ir além da homogeneidade abstrata da exploração da força de trabalho enquanto mercadoria é que Badaró se aferrou a Van Linden, assim como nós.

⁴⁴ MARK. apud Badaró 2021,p 136

Entretanto, para perquirir os chamados estudos subalternos, Van Linden recorreu a Rajajit Guha, historiador indiano que buscou superar os limites da visão colonialista e que, mesmo com alguns limites, colaborou muito para a ampliação da categoria das classes subalternas (BADARÓ, 2021, p 140)

Os grupos e elementos sociais incluídos nessa categoria representam a diferença demográfica entre a população total da Índia e aqueles que foram descritos como elite. Algumas dessas classes e grupos, como as camadas mais baixas da aristocracia rural, os latifúndios empobrecidos e os camponeses médios e ricos, que “naturalmente” figuravam na categoria do “povo” e “subalternos”, poderiam, em certas circunstâncias, agir a favor da elite, como já explicitado, e ser classificados como tal em algumas situações locais ou regionais – uma ambiguidade que depende do historiador para resolver com base em uma leitura fiel e sensível da evidência⁴⁵.

Assim como Ranajit Guha e Asok Sen, Chakravorty Spivak, uma expoente do movimento pós-colonial, também se debruçou sobre a categoria subalternidade, sobretudo a partir da ótica das mulheres indianas. Em *Pode o subalterno falar?*, publicado em 1985, a indiana Spivak questiona a perspectiva da referência, do sujeito e sua relação objetiva. Radicada nos Estados Unidos, a autora constrói uma profunda crítica a Foucault e Deleuze, no que diz respeito à sua construção do “Outro”.

É impossível para os intelectuais franceses contemporâneos imaginar o tipo de Poder e Desejo que habitaria o sujeito inominado do Outro da Europa. Não é apenas o fato de que tudo o que leem — crítico ou não — esteja aprisionado no debate sobre a produção desse Outro, apoiando ou criticando a constituição do Sujeito como sendo a Europa (SPIVAK 2010 p.45-46).

Embora não deixe evidente que é a exploração no modo de produção capitalista o único universal a ser combatido, a autora não deixa sobra de dúvidas sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora e as particularidades em que ela se inscreve, ao afirmar que “*o sujeito subalterno colonizado é irremediavelmente heterogêneo*”. Independentemente das aproximações e distanciamentos que o marxismo economicista possa ter feito em relação aos estudos de Spivak, não se pode desconsiderar sua enorme contribuição nos estudos sobre a subalternidade, das mulheres.

Neste sentido, é preciso perguntar por que Badaró não a considerou em seu estudo? Por que o uso apenas dos estudos dos homens indianos?

É claro que isso não diminui as contribuições de Badaró, tampouco se trata de estabelecer aqui qualquer implicância com o autor. Apenas pretendemos evidenciar que as escolhas epistemológicas que buscam superar o eurocentrismo também devem buscar

⁴⁵ Ranajit Guha, “Algunos aspectos de la historiografía de la Índia colonial” (Barcelona, crítica, 2002) Apud Badaró (2021, p 140)

superar o patriarcado e o racismo. Nunca é demais reforçar que estas escolhas não são neutras e, portanto, pretendemos mais uma vez não incorrer no memoricídio.

Acreditamos, portanto, assim como Badaró fez no caminho que traçou, também buscamos chegar na categoria “subalterno” através de Gramsci. Talvez por isso tenha o autor selecionado o trabalho de Guha, pois fora através deste que Van Linden apresentou o potencial emancipatório do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras submetidos à exploração pelo capital.

O conceito de classe ou grupos subalternos em Gramsci, permite mais de uma linha de leitura. De um lado, ao se referir aos “subalternos” quando abordando as complexas sociedades capitalistas do século XX, introduz uma reflexão sobre o momento em que as “massas populares”, abandonam a passividade e assumem o papel de “pessoa histórica”, protagonista. Trata-se de uma análise sobre o processo por meio do qual a consciência de classe se “eleva” a partir do senso comum, quando os limites de uma visão de mundo messiânica, alimentada pelas leituras deterministas, são superadas pela filosofia da práxis (o materialismo histórico) em sua manifestação mais elaborada. Nessa acepção, as “classes subalternas” correspondem àquelas que, na luta revolucionária, podem constituir-se em uma “frente única” anticapitalista. (BADARÓ, 2021, p 141)

Na riqueza das contribuições de Gramsci é que Del Roio (2007) demonstra como a perspectiva do autor pode ser analisada de diversas perspectivas, mas adverte-nos, desde o princípio, para o cuidado com as distorções e abstrações que levaram grande parte dos autores/as anglo-americanos/as ao *culturalismo* que aparta o movimento político e cultural⁴⁶ da crítica da economia política do capitalismo.

Não se apegando a tal perspectiva, mas avançando na categoria “subordinado” conforme definida por Guha e Spivak, Del Roio (2007) apresenta-nos os estudos de Gramsci para ampliar e diversificar o conceito de “subalterno”. Seu trabalho questiona, a princípio, se para Gramsci esta categoria seria universal, e, ao longo do artigo, o autor vai determiná-lo a partir da dinâmica do capitalismo e de cada particularidade de seu desenvolvimento sócio-histórico exige mediações.

Del Roio (2007) inicia seu argumento apontando a origem etimológica do termo “subalterno”, que seria de “outro inferior ou inferiorizado”, mas cuja inferiorização não deriva apenas da separação entre cultura e economia-política, mas da simbiose que estas ganham no entrelaçamento do estado moderno e das determinações oriundas do conflito

⁴⁶ Nesta perspectiva, a ideia de cultura ganha contorno de superação da sociedade moderna. Por meio da disputa política, teórica e discursiva, além de declarar o fim do trabalho, declara o fim da história, das metanarrativas, das classes sociais e de qualquer forma de organização coletiva. Terry Eagleton, nos livros *A Ideia de Cultura e Depois da Teoria: Um Olhar Sobre os Estudos Culturais e o Pós-Modernismo*, analisa vários autores, de Kant a Lacan, e apresenta seus limites e incongruências.

de classe. O autor não nega, entretanto, que estes conflitos são complexos e prenes de determinações que compõem sua totalidade. “A vida fragmentada das classes subalternas era vista por Gramsci como uma característica da própria situação social em que se encontravam esses agrupamentos, submetidos à exploração e à opressão” (DEL ROIO, 2007, p 64).

Segundo o autor, o culturalismo, ao apartar as condições objetivas em que se desenvolvem o Ser e sua particularidade, institui identidades cuja realização máxima possível é o acesso restrito aos direitos particulares e, acrescentamos, individuais.

Assim, é preciso destacar que o sujeito subordinado de que tratam Gramsci, Spivak, Guah e Van Linden, é o sujeito social e coletivo, e não o indivíduo liberal ou os movimentos dos quais fazem parte que instituíram sobretudo no Brasil, lugar de fala e lugar de dor.⁴⁷ Trata-se uma análise profunda e complexa para pensar, organizar e responder às especificidades dos sujeitos constitutivos da classe trabalhadora em sua heterogeneidade, buscando, estrategicamente, a “mais alta complexidade e generalidade para responder a materialidade da esfera subjetiva antagônica no desenvolver da história” (DEL ROIO, 2007, p 64).

É importante notar que o chão sobre o qual se debruça Gramsci é a realidade vivida através dos conselhos de fábrica, bem como a experiência da guerra e da Revolução Russa de 1917 e o avanço do Fascismo na Itália. A relação conflituosa com Bordiga dentro do PCI sobre as construções táticas da elevação do campesinato à condição de proletariado não convencia Gramsci, que, apenas a partir de sua relação com Lenin, e de seu acesso às elaborações sobre o imperialismo, conseguiu compreender que, para se desenvolver

⁴⁷ Para Tiburi, o lugar de fala é o lugar da ocupação dos corpos políticos “marginalizados”, negligenciados e subalternizados, é o atravessamento das amplas maiorias que, destituídas do poder, rompem as barreiras instituídas pela dominação, mas que são, pelos dominadores, tratados como minorias. Implica, portanto, a “subversão” das mulheres em relação aos homens, dos negros em relação aos brancos, dos homossexuais em relação aos heterossexuais, do trabalhador em relação ao capitalista. “Só se entra na esfera política quando se quebra a blindagem do poder. Essa entrada é ela mesma já parte da luta política, seu momento originário a ser sempre reafirmado”. Entretanto, dado o alto poder das lutas da classe trabalhadoras em sua heterogeneidade, tratou o capitalismo, através das agências de fomento, de capturar as pautas e as lutas das mulheres, lésbicas, negras quilombolas, ribeirinhas e assim sucessivamente, transformando toda heterogeneidade em fragmentação, isolamento e individualismo. O lugar de fala, que representa a coletividade e a heterogeneidade, foi assim se transformando no lugar do “eu”, do *self*, e neste lugar, importa a dor, o individual e não o singular. A relação de reconhecimento com o outro não é mais estabelecida pela igualdade, mas pela diferença. Neste lugar em que a fala passa a representar a dor, há interrupção do diálogo e uma regressão nas lutas coletivas. Não é por acaso essa “confusão”, pois na diferença se estabelece a ideia de privilégios e de hierarquias, considerando que não há privilégio em ser explorado, oprimido e subordinado, toda luta coletiva passa a ser desmanchada em nome de um campeonato (das opressões) em que todos da classe trabalhadora, já partem da largada como perdedores. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/lugar-de-fala-e-etico-politica-da-luta/>. Acessado 13/03/2021.

naquela época a luta contra o fascismo e capitalismo, era necessária uma frente ampla. O que levou

A reflexão de Gramsci, na mesma medida que particulariza/nacionaliza a questão meridional italiana, a internacionaliza. A unificação das classes subalternas da Itália, contudo, deve unificar a classe operária dentro de uma perspectiva política e cultural que reconheça a necessidade da aliança com o campesinato, num contexto internacional de atualidade da revolução socialista (Del Roio, 2007, p 66)

Da aliança operária-camponesa às classes subalternas, na prisão, Gramsci aprofundou seu estudo sobre o tema, articulando cultura, folclore e antropologia linguística para organizar uma política capaz de levar os diversos grupos subalternizados à elevação cultural e a um nível superior de consciência crítica. Neste sentido, era preciso conhecer a Itália. Desta forma, começam a aparecer em seus escritos a classe dominante e a história das classes subalternas.

Para Del Roio (2007, p. 68), as seguintes observações são decisivas para se elucidar o raciocínio de Gramsci:

1) “a história das classes subalternas é necessariamente desagregada e episódica”; 2) “há na atividade dessas classes uma tendência à unificação, ainda que em planos provisórios, mas essa é a parte menos visível e que se demonstra somente com a obtenção da vitória”

A primeira observação estabelece relação entre os conflitos da classe dominante e da subalterna, tocando nos mecanismos que a primeira tem para dominar e nos mecanismos possíveis para superar a subalternidade. “As classes subalternas unificadas em torno de uma perspectiva autônoma propõem uma nova hegemonia, uma nova ordem social”. Na segunda observação, Gramsci aponta, não é possível a emancipação do subalterno “que não seja pela unificação tática ou seja, pela emancipação cultural, pela percepção de que o econômico e o político (e o filosófico) são expressões de uma mesma realidade em movimento.” (DEL ROIO, 2007, p 69). Esta passagem é possível na construção do bloco histórico.

Para Del Roio (2007), essa categoria de classes ou grupos subalternos permite ainda que o campo analítico se amplie para zonas coloniais, como já foi sugerido. Segundo o autor, no terceiro Caderno do Cárcere é possível verificar que, para Gramsci, a “generalidade do termo ‘classes subalternas’ ou ‘grupos subalternos’ possibilita a análise apurada de particularidades as mais diversas dentro de uma tendência geral à unificação do Gênero humano”, ancoradas nessa perspectiva, buscamos evidenciar que nossa realidade, erguida no que chamamos até agora de particularidade, talvez não seja

suficiente para traçar táticas e estratégias que possam superar a condição de subordinação e opressão de homens e mulheres, sobretudo as/os negras/os.

As condições de subordinação e opressão são, da nossa perspectiva, mecanismos e ferramentas concretas sobre as quais se ergueu o sistema capitalista na periferia. Os estudos econômicos se demonstraram insuficientes até agora para explicar a manutenção do patriarcado e do racismo, como nos evidenciam Carijo e Costa (2021, p 88), ao afirmar que “O processo de incorporação diferente dos sujeitos, utilizando Raça/etnia e sexo/Gênero para determinar o exército industrial de reserva e os diferentes padrões salariais, é um elemento estrutural do processo de acumulação de capital no Brasil”, sem o qual as características de dependência do capitalismo no Brasil aqui não podem ser explicadas.

Consideramos assim, que a defesa que ora apresentamos da centralidade da questão de Raça e Gênero em nossa formação sócio-histórica, não rebaixa a questão da concepção de proletariado de Marx, predominante na Europa ocidental, nem aquela do trabalhador livre-assalariado. Tampouco desconsideramos a centralidade da classe trabalhadora, aquela destituída dos meios de produção, como sujeito de transformação social. Desta forma, nossa tarefa, assim como a de muitos pesquisadores/as negros/as, mulheres e LGBTs, é de tentar esmiuçar o potencial da diversidade humana para organizar a classe revolucionária.

Na atualidade, a experiência nos evidenciou que a perspectiva democrático-popular assumida pelo governo de conciliação de classes pouco fez avançar as pautas dos movimentos de mulheres e negros/as no Brasil. Os programas e projetos para estas populações não se materializaram em políticas públicas efetivas que significassem qualitativamente a inscrição destes como sujeitos de direito, ou cidadãos/ãs.

O aumento significativo da violência estrutural sobre estas populações evidencia como o patriarcado, o machismo e o racismo não só consubstancializam a condição de pobreza, expropriação e exploração destes sujeitos, como também, sobretudo, se servem destas condições para acentuar ainda mais a subordinação, dominação e opressão.

As transmutações das necessidades concretas, materiais e subjetivas das mulheres e negros/as em necessidades discursivas demonstraram a sobreposição do jurídico sobre o político e o político abstrato para a manutenção do *status quo*, escamoteando estas lutas do campo geral para o campo identitário. Tais deslocamentos nos impõem reorganizar a classe trabalhadora frente os acirramentos da luta de classe e apreender as mediações

paradoxais impostas por esta sobreposição, tal qual fizera Marx⁴⁸ ao analisar os limites da emancipação política.

Para nós, assim como para Stabile (1999), o argumento dos movimentos sociais, de mulheres negros/as na atualidade foi capturado pela perspectiva pós-moderna. Esta perspectiva apela aos valores para reinstalar vantagens e privilégios, como, por exemplo, a distorção do discurso do acesso ao trabalho precarizado e espoliado como um “privilégio”, desconsiderando sua máxima potencialidade de desumanizar o homem e alienar sua força de trabalho e constituindo-se num processo de servidão.

A morfologia do trabalho, apresentada por Antunes (2018) com forte incremento da indústria 4G, processos de digitalização, terceirização, desregulamentação dentre outros, é uma das principais razões pelas quais estes “servis privilegiados” adoecem. Do outro lado, o aumento dos/as subordinados/as e do desemprego estrutural no contexto de mais uma crise orgânica e cíclica do capital impingem a estes/as trabalhadores/as a necessidade de aceitarem salários mais baixos, num movimento dual, mas dialético, que também aumenta o “exército industrial de reserva”.

Para Santos (2005), a esquerda democrática definiu vínculos estanques e a-históricos, binarizando as lutas gerais e específicas e estabelecendo um caráter antidialético que separou classe social, indivíduo, economia, política e cultura. Desta perspectiva, em que imperou o politicismo e o culturalismo, o trabalho enquanto categoria ontológica foi escamoteado, tal como as mudanças nas condições de produção da vida material mediante a crise orgânica e estrutural do capital, a vida cotidiana e a subjetividade dos indivíduos foram suplantadas ao aqui e agora.

A fixação na vida eleitoral como ferramenta para a conquista do poder do Estado e suas instituições em detrimento das lutas sociais, sobretudo no período de conciliação de classes, deslocou as lutas sociais para as disputas parlamentares, consagrando e ratificando a ideia de igualdade de oportunidade e da judicialização das reivindicações como principal meta a ser alcançada pelos movimentos sociais. A adesão à centralidade da linguagem na vida social pavimentou a disseminação do politicamente correto, como principal estratégia de combate às opressões, deslocando do real para o discursivo o combate às opressões. (STABILE, 1999, p. 158).

A defesa da diversidade constitutiva que compõe a classe trabalhadora em sua heterogeneidade requer que descortinemos a instituição do “lugar de fala”, para dar

⁴⁸ MARX, K. A questão judaica. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

visibilidade à condição de flagelo e pobreza não como um demérito individual, mas como resultado da omissão do Estado, que marginaliza grande parte da população de mulheres e negros/as, negando a ela o acesso à proteção social e à cidadania.

Os índices de desigualdade no Brasil continuam altos e, depois de 2016, só fazem aumentar com ainda mais intensidade. Então, já se demonstrava que, da população adulta no Brasil que tinha acesso à educação, no máximo 51% tinha completado o ensino fundamental, enquanto apenas 8,8% dos pretos ou pardos tinha ensino superior, ainda que, segundo dados do IBGE (2017), estes representem 57,4% da população total do país.

Concomitante a estes dados, o Atlas da Violência de 2018 apontava como “alvos” as pessoas negras e pardas, vítimas de 71,5% dos assassinatos no Brasil. No que tange à condição de Gênero, segundo o Escritório das Nações Unidas para Crime e Drogas – UNODC, a taxa de feminicídios global foi de 2,3 mortes para cada 100 mil mulheres em 2017. No Brasil, em 2018, a taxa era de 4 mulheres mortas para cada 100 mil mulheres, ou seja, 74% superior à média mundial.

Quando articulamos esses dados à sexualidade, verificamos que, embora sejam recentes os dados sobre feminicídio gerado por lesbofobia, de 2014 a 2017 o aumento de assassinatos de mulheres lésbicas foi de 150%. Quando a mulher é travesti, transexual, negra ou pobre, a exposição à violência é ainda maior. Enquanto a expectativa de vida do brasileiro em geral é de 75,5 anos, segundo dados do IBGE, entre os transgêneros, transexuais e travestis, a expectativa é de 35 anos.

A desigualdade no Brasil retrocedeu aos marcos iniciais de nosso processo de reabertura política, ou seja, a desigualdade social e a concentração de renda registradas nos últimos anos são superiores às registradas em 1989 (dados da PNAD contínua do IBGE, analisados pela FGV10). De acordo com essa pesquisa, de 2014 a 2019 a renda oriunda do trabalho da metade mais pobre da população caiu 17,1%. Já a renda dos 1% mais ricos subiu 10,11% nesse período. A renda da fatia da população considerada de classe média (posicionada entre os 40% intermediários) teve queda de 4,16%.

Nossas heranças coloniais, patriarcais, machistas, racistas e sexistas se reatualizam, pois a mesma pesquisa aponta que a queda da renda média atingiu com mais intensidade jovens com idade entre 20 e 24 anos (-17,16%), analfabetos (-15,16%), moradores das regiões Norte (-13,08%) e Nordeste (-7,55%) e pessoas de cor preta (-8,35%). Desse modo, evidencia-se que a desigualdade “escolhe” regiões e categorias sociais racializadas.

Se o cenário não era bom antes do golpe em 2016, a ruptura com o projeto de conciliação de classes tem nos evidenciado que a questão social tem sido objeto de um violento processo de criminalização, atingindo de forma acentuada, como aqui apresentamos, os trabalhadores, sobretudo os/as subalternizados/as (IANNI, 2004). Isso, de modo geral, nos mostra que, além de grande parcela não ter acesso a bens e serviços, tais traços não são de hoje, mas históricos, e, portanto, devem ser lidos e analisados a partir da compreensão da heterogeneidade e diversidade da classe trabalhado. Tal diversidade deve ser compreendida em termos ontológicos, ou seja, em relação à capacidade de o Ser histórico fazer sua própria história, ainda que sob condições determinadas.

Dessa maneira, o conjunto daqueles apartados dos meios de produção têm, ainda que limitadamente, a possibilidade de se apropriar de forma particular do processo de trabalho — ou seja, de apropriar-se da própria existência num determinado tempo e espaço históricos. O Ser, modo singular, mesmo apresentando diferenças nas formas de apropriação do mundo em seu tempo histórico, possui condições de posicionamento de classe, pessoal e profissional.

Independentemente, o Ser inteiro e não fragmentado, não recortado, marcado e demarcado socialmente, é capaz de, por meio da relação solidária e recíproca com o “Outro”, dar sentido objetivo e subjetivo à vida. Contudo, a violência estrutural, a supressão e a retirada de direitos evidenciam que tem-se buscado a extinção de certos sujeitos sociais. Neste sentido, nosso intuito é colaborar para evidenciar a invisibilidade a que estes sujeitos subordinados estão submetidos enquanto classe trabalhadora.

A condição de existência materializada pela violência social, econômica e estrutural, um *modus operandi* que, quando não mata, corrobora para extinguir, tem na desigualdade de acesso e distribuição de bens e serviços um instrumento que, na vida cotidiana, vai barbarizando as vidas de homens e mulheres, sobretudo as de negras/os. O índice Gini, que mede a concentração de renda, passou de 0,6003 no 4º trimestre de 2014 para 0,6291 no 2º trimestre de 2019 (quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade), segundo dados apresentados pela FGV em agosto de 2019.

Programaticamente, verificamos que se desenraiza a os/as trabalhadores/as, fazendo-os/as crer que o processo de exclusão é um período transitório e não um modo de vida. Ao criar paralelismo social (inclusão x exclusão), do ponto de vista moral e econômico e moral e político, busca-se criar material e ideologicamente uma sociedade de consumo, fantasias, realizações e desejos pasteurizados e inócuos do mercado

(IAMAMOTO, 2008, p. 166), desfigurando a classe trabalhadora, figurando-a como excluída, donde nossa “integração social” se resolve por meio do protesto.

Conforme nos aponta Iamamoto (2008), tornamo-nos resíduos crescentes de um desenvolvimento econômico considerado anômalo, resultando em uma luta conformista e num capitalismo “humanizado”. Faz-se urgente e indispensável, portanto, que reconheçamos que toda desvalorização, subjugo, invisibilidade e exploração só são apreendidas quando materializadas em nossos corpos mutilados, desfigurados e estuprados recorrentemente.

No mundo do trabalho, embora presenciemos relativos ganhos, as mulheres continuam a somar o contingente de 28,2% em ocupações por tempo parcial e, mesmo sendo maioria com ensino superior, seu rendimento equivale a cerca de $\frac{3}{4}$ dos salários dos homens. Mesmo entre as mulheres, a exploração da classe se racializa, evidenciando que a desigualdade sobre as mulheres negras se intensifica e apenas 10,4% dessas, completam o ensino superior, quando 23,5% das mulheres brancas completam este nível de ensino.

Se considerarmos o trabalho remunerado e o não remunerado, ou seja, o trabalho doméstico, dadas nossas raízes patriarcais, verificamos que as mulheres dedicam 73% mais horas aos afazeres domésticos e/ou cuidados dos filhos do que os homens (IBGE, 2018).

Evidenciar essa realidade que oprime, violenta e subordina as mulheres e a população negra faz parte do processo que busca analisar a realidade de exploração do capital sobre a força de trabalho de modo geral, ainda que se particularize na acentuação da exploração do trabalho da mulher em relação à exploração do homem (CISNE, 2012), assim como a do negro em relação ao branco.

A constituição da sociabilidade burguesa significou um salto fundamental no desenvolvimento do Gênero humano. Se, de um lado, significou a possibilidade de, em escala social, o Gênero humano fazer e compreender sua própria história, tomando para si a possibilidade de mudança de rumo, por outro, inaugurou um período histórico, em que essa condição de “fazer sua própria história” passou a ser ainda mais determinada pelas condições objetivas e materiais — neste caso, pelas condições de alienação e estranhamento do próprio Gênero humano.

Assim, a relação de opressão de Gênero e Raça tende a ser apreendida como autônoma e incongruentes à exploração do trabalho. Entretanto, ambas categorias só ganham sentido concreto, político, social e econômico quando analisadas de forma

conjunta. Ora, a apropriação de Marx em relação à exploração, que nos conduz à análise particular das relações sociais de Gênero e de Raça, nos aponta que, partindo de seu ponto de análise, ou seja, do Capital, o sucesso de sua implementação e da sociabilidade de seu modo de produção correspondente, dependeu do encadeamento do conjunto das atividades que asseguravam a reprodução da existência objetiva e subjetiva dos/as trabalhadores/as.

Neste sentido, a dominação da mulher pelo homem, do negro pelo branco, bem como a divisão sexual e social do trabalho resultam na desproporcionalidade salarial, social e política entre mulheres/homens, negros/brancos, homossexuais/ heterossexuais. A decomposição desta desproporcionalidade na reivindicação e acesso à parte insignificante de direitos sociais, políticos e econômicos lima parte da produção do/a trabalhador/a, indo diretamente para os bolsos dos patrões. Justamente por serem social, cultural e economicamente construídas, as relações de Gênero, de sexualidade e de Raça são estruturadas e determinadas pela dinâmica socioestrutural.

As conquistas das mulheres e dos/as negros/as, representam uma temporalidade histórica e social que se materializa e se particulariza mediante as formas como se organizam, absorvem e reproduzem valores, poder e direitos nos mais diferenciados ambientes, como trabalho, família, política e relações afetivo-sexuais. Cabe ressaltar a importância do fato de que a apreensão de nossa formação sócio-histórica, a partir da constituição das classes (orientada pela leitura europeia), é grande obstáculo na apreensão de nossas particularidades.

2.3 A Importância do Pensamento Feminista Negro no Brasil.

Nesta seção, buscaremos trazer o debate do feminismo negro a partir de uma análise interseccional, que dê conta de pensar as categorias Gênero, Raça e classe de forma indissociável, uma vez que estas agem de forma interligada e combinada. Essa análise será realizada a partir de contribuições das feministas negras brasileiras Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro, que possibilitam o debate para o rompimento com um pensamento eurocêntrico e branco, pois apresentam a importância da trajetória histórica das lutas das mulheres negras. Embora as mulheres brancas lutassem para ter acesso ao voto direto e à educação, as mulheres negras trabalhavam para poderem existir. É de extrema importância considerar a produção negra, pois sabemos que, dentro dos espaços acadêmicos, ela não é conhecida.

Cabe reconhecer que também há essa outra forma de conhecimento, que ressignifica as produções ao formular a sua própria história, diante da cultura e das representações do povo negro. Nesse sentido, as mulheres negras foram as primeiras a questionarem esse modelo universal de mulher.

Em sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, Angela Davis nos relata um desses questionamentos, feito por uma mulher negra em uma convenção de mulheres realizada em Akron, Ohio, em 1851. Ao ser alvo das zombarias promovidas pelos homens que participavam da convenção, Sojourner Truth questionou: “Não sou eu uma mulher?”

Enquanto única mulher negra que participava da convenção, ela questionou a falta de interesse no que diz respeito à questão racial e de classe dentro do universo da mulher. Nesse contexto, em que se coloca em xeque a questão do racismo dentro de um momento histórico importante para as mulheres no contexto norte-americano, compreendemos que devemos repensar a nossa realidade no Brasil e evidenciar o quanto as falas das mulheres negras são importantes, bem como suas escritas e, principalmente, suas vidas.

Feminismo negro é uma definição utilizada para a identificação do movimento de mulheres que trazem para o debate a discussão de Gênero e Raça por mulheres negras que são oprimidas nessa sociedade patriarcal e racista. Seu foco e argumento central é a elaboração de um pensamento próprio: saberes, práticas e experiências históricas próprias de resistência às opressões de Gênero, Raça e classe. Conforme Sebastião (2000),

O feminismo negro em construção tem sido a base das práticas discursivas das organizações de mulheres negras e do movimento. Fazem ainda parte dessa dinâmica os desafios para superação dos estereótipos criados e/ou recriados, no processo histórico brasileiro e diaspórico, em torno da imagem da mulher negra. Por feminismo negro no Brasil, considerei o movimento político, intelectual e de construção teórica de mulheres negras comprometido com a mudança social e atuante num campo ideológico no qual estão inseridas. O feminismo negro é um conceito que vem sendo forjado na luta do movimento de mulheres negras pelo reconhecimento das especificidades do grupo no contexto da luta feminista e do combate ao racismo (SEBASTIÃO, 2010, p. 66).

Para Cardoso (2008), a construção do movimento feminista se dá a partir de uma agenda política e de um legado histórico que, em sua maior parte, representa e identifica a mulher branca, de classe média, urbana, heterossexual e acadêmica, ressaltando que as produções feministas, de modo geral, são evasivas no que diz respeito ao trato teórico da relação entre Gênero e Raça no Brasil e à importância das diferenças raciais na constituição de Gênero e das identidades das mulheres. É por esta razão que entendemos que mudanças no que tange às relações de Raça e Gênero na realidade das mulheres negras exigem a apreensão do pensamento de feministas negras, cujas teorias dão

importância às experiências de vida e ao cotidiano das mulheres negras. Santos (2009) afirma que:

[...] análise acurada sobre a história contemporânea do movimento de mulheres negras brasileiras nos permite identificar a complexidade desses objetos de lutas, originados a partir de questões sociais, políticas e econômicas. São também esses objetos de lutas os motivos que levariam na década de 1970 uma grande parte das mulheres negras a emancipar-se dos movimentos feminista e negro, fundando o feminismo negro no país (SANTOS, 2009, p.276).

Segundo Moreira (2007), a constituição e organização das mulheres negras nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, no período entre 1985 e 1995, devem ser analisadas enquanto categoria teórica fomentada por ações coletivas coordenadas por organizações institucionais e autônomas, que requereram uma identidade direcionada através das lutas sociais. Para a autora (2007), muitas foram as militantes que participavam de experiências políticas no feminismo tradicional, caracterizadas como espaço de lutas por igualdade de direitos mas comandadas por mulheres brancas, de classe média alta e intelectualizadas, e que participavam também do movimento negro, marcado também pela aproximação com as instâncias do Estado:

Em 1985 a presença de mulheres negras como Sueli Carneiro Teresa Santos no Conselho Estadual de Condição Feminina/SP, teve como principal função o impulso ao debate sobre a realidade das mulheres negras, contribuindo para que a opressão racial fosse incorporada ao conjunto de ações desse Conselho. A partir dessa atuação estruturou-se a Comissão da Mulher Negra do CECF/SP, que contou com a participação de várias outras mulheres e produziu importantes trabalhos denunciando a condição das mulheres negras (OLIVEIRA; CARNEIRO; SILVA, 1995, p. 16).

Outros grupos autônomos e institucionais foram criados no estado de São Paulo. Segundo Moreira (2007), são eles o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo; o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, o grupo de mulheres negras do Movimento Negro Unificado (MNU); a Comissão de Mulheres Negras do Conselho Estadual da Comissão Feminina de São Paulo e o Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Todas estas organizações marcaram presença nos encontros nacionais de mulheres negras realizados entre meados da década de 1980 e a primeira metade de 1990.

Já no Rio de Janeiro, segundo Lemos (1997), nossa atenção se volta para a fundação do grupo Nzinga, em 16 de junho de 1983, que integrava mulheres negras, pobres e de classe média e objetivava articular discussões de Gênero e Raça, um grande desafio em seu contexto de fundação. Porém, ativistas como Lélia Gonzalez, Jurema

Batista, Ivonete, Miramar Corrêa, Elizabeth Vieira, Ana Garcia e outras companheiras contribuíram para que o Nzinga alcançasse relevante expressão em outras regiões do país, permanecendo na ativa até o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe.

Saffioti (2004) ratifica que existe uma estrutura de poder que une as três categorias – de Gênero, Raça/etnia e de classe social, embora algumas análises tendam a separá-las. Como já analisaremos, o patriarcado influencia diretamente em todas as esferas da vida social, e não somente no âmbito econômico doméstico. O capitalismo mercantiliza as relações sociais, especificamente as de Gênero, e do mesmo modo, perpassa as relações étnico-raciais, se expressando nas formas de discriminação e estruturando o poder, que imprime sua marca no corpo social por inteiro. Sendo assim, a compreensão das relações de Gênero e de Raça não podem ter precedência uma sobre a outra.

Destarte, Lélia González, que sabia disso, através de suas produções se revela uma mulher à frente do seu tempo. Conforme Santos (2013), na década de 1980, Lélia Gonzalez já questionava a falta de representação do/a negro/a nos livros escolares, a ausência da população negra e dos indígenas nos anais da História, e a questão da perpetuação do privilégio de explicar, cuja característica ainda é marcante na sociedade brasileira. Em uma publicação feita no *Jornal Mulherio*, no ano de 1982, Lélia Gonzalez já evidenciava esses questionamentos:

[...] estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né? (*Mulherio*, ano II, n° 5, janeiro/fevereiro de 1982, p.3)

Todos esses questionamentos trazidos por uma das intelectuais negras mais importantes do Brasil elucidam o quanto essa mulher, negra, historiadora, filósofa e antropóloga, enriqueceu o debate com temas que eram poucos debatidos no interior do movimento feminista. Lélia Gonzalez, ao problematizar questões fundamentais sobre as mulheres negras, conseguiu imprimir por intermédio de seus textos uma nova perspectiva que buscava a pluralidade do movimento de mulheres na luta pela inclusão feminina na sociedade, que muitas vezes excluiu ou tratou a questão da mulher negra como um ser invisível em suas reivindicações.

Em sua participação no *Jornal Mulherio*, Lélia buscou, cada vez mais, o seu compromisso com os estudos relacionados à questão da mulher, e demonstrou o seu conhecimento nas questões por ela discutidas e sua luta por uma efetiva democracia racial, e, sobretudo, pelo protagonismo e valorização da mulher negra. Todo esse contexto faz-nos compreender que o movimento feminista, apesar de lutar contra toda forma de opressão e invisibilidade das mulheres, ao longo de sua construção não abordou especificamente a condição da mulher negra na sociedade brasileira.

Sendo assim, a história do movimento feminista é seletiva, pois quem a conta, ou pelo menos quem conta, tem um padrão escolhido. Muitas mulheres que lutaram e começaram a exigir seus direitos eram acadêmicas, burguesas, ou seja, já tinham um espaço minimamente garantido socialmente, pois tinham em mãos inúmeras teorias, dados e livros que diziam respeito à subordinação social da mulher.

Entretanto, enquanto essas mulheres tinham um espaço minimamente conquistado, cabe questionar onde estavam as mulheres negras nesse processo? Davis (2016) responde que, a partir da ascensão que a emancipação transmitiu aos escravos/as, havia igualdade em relação às mulheres brancas, uma vez que ambos os grupos lutavam por direito ao voto para a garantia de igualdade na sociedade. No entanto, as mulheres brancas ignoravam a precariedade em que viviam as pessoas negras após serem “libertadas” durante a era pós-guerra civil. Enquanto as algemas da escravatura não foram quebradas, as pessoas negras continuaram a sofrer a dor da privação econômica e a violência das multidões racistas, numa forma tão intensa quanto a vivenciada na escravatura.

Davis (2016) traz o debate segundo o qual as mulheres brancas que lutavam pelo sufrágio feminino não aceitavam que o homem negro pudesse ter direito ao voto e através dos seus argumentos evocavam os privilégios da supremacia branca, demonstrando que após anos de luta e envolvimento com as causas progressistas (contra a influência ideológica do racismo), elas ainda permaneciam indefesas.

Nesse sentido, indagamos se realmente as mulheres brancas estavam pensando na liberdade e autonomia das mulheres negras? Será que iriam renunciar àquela que organiza sua casa e filhos/as enquanto saíam às ruas pelo direito intrínseco de igualdade das mulheres? Para compreender a seguinte questão que norteia os questionamentos acima, é necessário entendermos que o mito da democracia racial faz com que a população não reconheça o racismo. Explicações para desigualdades sociais são geralmente pautadas em relações de classe.

No entanto, a pauperização dos negros é uma das consequências do racismo. Alforriados e abandonados à própria sorte após a abolição, mantidos fora do mercado formal de trabalho por mais de um século, os negros compõem a maior parte da população que se encontra abaixo da linha de pobreza no Brasil (OLIVEIRA, 2006, p. 44). Conforme defendido por Freyre (2003), o mito da democracia racial incutiu no imaginário a ideia de que a miscigenação foi o fruto de uma boa convivência existente entre negros, brancos e indígenas. Carneiro (2013), porém, salienta que no Brasil e na América Latina, a violação colonial feita pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas através do estupro originou a miscigenação, que é o fruto de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando assim, o mito da democracia racial latino-americana.

Sabemos que a miscigenação racial é apresentada em múltiplas formas, políticas e ideológicas. Como aponta Carneiro (2011), existem dois argumentos importantes que explicam como a miscigenação se apresenta. O primeiro deles trata a miscigenação de forma a dar suporte ao mito da democracia racial ao destacar a relação sexual entre brancos, indígenas e negros, corroborando, através dessa relação, o principal indicativo da tolerância racial. Tal argumento acaba omitindo o que realmente ocorria com as mulheres negras e indígenas, ou seja, o estupro que era praticado pelo colonizador. Em segundo lugar, a miscigenação se constituía como instrumento eficaz de embranquecimento do país, determinando uma hierarquia cromática e de fenótipos que tem na sua base o/a negro/a retinto/a e no topo o branco/a da terra.

Nesse contexto, essas definições estabelecidas têm um impacto na vida dos/as negros/as brasileiros/as, em função de um imaginário social construído sob o suporte do racismo. Hasenbalg (2005), também faz uma análise da democracia social, apontando que esta mascara a dura realidade da discriminação e as desigualdades raciais no Brasil. Inclusive, argumenta que a “democracia racial” se tornou um “mito”, oferecendo perigo ao ocultar o racismo e impedir que os/as negros/as sejam solidários/as uns com os outros.

Gonzalez (1984) contribui para essa perspectiva dizendo que as pessoas naturalizam o racismo e atribuem ao/a negro/a um lugar de miséria, ou seja, delimitam que o/a negro/a deve mesmo viver em condições precárias. Porém, cabe a nós uma pergunta: Por que a pessoa negra sempre tem que estar em situação de miserabilidade? Ora, ainda de acordo com Gonzalez (1984), aos/as negros/as são delimitados os lugares em que devem estar, e, assim, também lhe são atribuídas características como, por exemplo: irresponsáveis, incapazes intelectualmente ou até mesmo considerado/as como crianças etc.

Retomando a questão do estupro naturalizado pelo mito da democracia racial, temos a seguinte afirmação: realmente, a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares muito simples.

(...) A outra função do escravo, ou antes da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassara também o nível primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem (JUNIOR apud GONZALEZ, 1984, p. 231)

Diante do exposto, nota-se o quanto o estupro foi e ainda é naturalizado pela sociedade, como nos evidenciou o autor supracitado, ao afirmar que os senhores e dominadores não violavam os corpos das mulheres negras, mas cometiam ato sexual satisfazendo suas necessidades sexuais. Todo esse contexto do estupro relacionado à escravidão demarca um passado histórico em que se origina a miscigenação. Davis (2016) aponta que essa violência que marcava os corpos das mulheres negras não era exploração sexual, mas “miscigenação”. Já Carneiro (2013) analisa essa violência sexual colonial como o “cimento” de todas as hierarquias de Gênero e Raça presentes em nossas sociedades.

Isso significa dizer que o Brasil é fruto do estupro. Carneiro (2013) reflete que a luta das mulheres em nossa sociedade não quer somente superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas também superar as ideologias desse sistema de opressão, que se materializa no racismo. O racismo estabelece uma relação de inferioridade social dos negros com a população em geral e especificamente as mulheres negras, operacionalizando uma divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Dentro dessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de Gênero e de Raça vem ganhando um novo aspecto que vai ao encontro da ação política feminista e antirracista, contribuindo para o enriquecimento tanto da discussão racial, quanto para a questão de Gênero na sociedade brasileira.

Essa perspectiva contribui para um novo pensamento feminista que articula as categorias Gênero, Raça e classe, tendo como principal objetivo trazer para o movimento feminista a discussão sobre o racismo realizado por intelectuais negras. Carneiro (2013) faz a seguinte afirmação: “é preciso enegrecer o feminismo!” Outra importante autora que colabora com discussão do feminismo negro é Beatriz Nascimento. Mulher, negra,

historiadora, militante do movimento negro e quilombola, que tem como um de seus principais trabalhos o filme *Ori* (1989), dirigido pela socióloga e cineasta Raquel Beger.

O filme traz um debate sobre o movimento negro nas décadas de 1970 e 1980, passando pela relação Brasil e África, tendo o quilombo como ideia central e apresentando, dentre seus fios condutores, parte da história pessoal de Beatriz Nascimento. De acordo com Ratts (2006), Beatriz Nascimento, assim como Lélia Gonzalez, denunciou a situação da mulher negra na sociedade brasileira. Tornou-se uma grande estudiosa nos debates sobre as temáticas do racismo e dos quilombos.

Outra situação que Beatriz Nascimento questiona é a invisibilidade da mulher negra no âmbito acadêmico, que está atrelada ao fato de que homens brancos, mulheres brancas ou até mesmo homens negros, negaram-lhe o acesso no espaço acadêmico, desconsiderando assim a sua trajetória intelectual.

Ao recorrermos à análise de *Lélia Gonzalez*⁴⁹, *Beatriz Nascimento*⁵⁰ e *Sueli Carneiro*⁵¹, podemos evidenciar a importância das contribuições das feministas negras brasileiras para o debate sobre Raça, Gênero e classe, subsidiando apropriações mais concretas sobre a realidade das mulheres brasileiras e tornando-nos mais autônomas frente ao pensamento branco eurocêntrico, pois entendemos essas relações como consubstanciais, já que o sistema capitalista institui formas de marginalização particulares, dicotomizando nossas lutas, e porque acreditamos que, neste processo de “marginalização”, enquanto as mulheres brancas lutam por representação, por acesso ao voto direto e por educação, nós mulheres negras, lutamos pelo *direito de existir*.

Assim, tomando como pressuposto a ideia de que não há revolução sem teoria revolucionária, e considerando que a universidade pública pode ser um espaço de invenção conceitual capaz de impulsionar a luta contra o racismo, a segregação e o

⁴⁹ Militante negra e feminista, atuou como desencadeadora das mais importantes propostas de atuação do Movimento Negro Brasileiro. Participou da criação do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU), em nível nacional, do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras-RJ, do Olodum-BA, dentre outros. Livros e textos de Lélia Gonzalez, disponível in: <https://www.geledes.org.br/livros-e-textos-de-elia-gonzalez/> acesso 21/04/2016.

⁵⁰ Mulher, negra, nordestina, quilombola urbana contemporânea, historiadora, poeta, ativista, pensadora. Ativista e autora, Beatriz destacou-se, sobretudo, entre 1968 e 1971, quando cursou História na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No mesmo período, fez estágio em Pesquisa no Arquivo Nacional, com orientação do historiador José Honório Rodrigues. Posteriormente, tornou-se professora de História da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Disponível in: <https://www.geledes.org.br/> acesso 10/09/2017

⁵¹ É doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra – primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Teórica da questão da mulher negra criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde física e mental específico para mulheres negras, onde mais de trinta mulheres são atendidas semanalmente por psicólogos e assistentes sociais. Disponível in: <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro/> acesso 10/09/2017

preconceito, buscamos evidenciar a importância da produção do conhecimento da mulher negra que, sabemos, não é conhecida dentro dos espaços acadêmicos, já que, como aponta Carneiro (2003), em consonância com outros movimentos sociais progressistas, o movimento feminista brasileiro, por mais progressista que tenha se mostrado, esteve, ao longo do tempo, prisioneiro de uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres.

De acordo com Moreira (2007), o movimento feminista não pode ser pensado sem que se pautem a questão racial como primordial. A não incorporação da questão racial dentro do movimento feminista brasileiro é vista como uma prática racista fortemente exercida em nossa sociedade.

Para Saffioti (2013), é necessário que o movimento feminista amplie o debate acerca de seus problemas e não se deixe contentar somente com os meros avanços conquistados até agora, como direitos civis e políticos, já que existe (SAFFIOTI, 2004) uma estrutura de poder que une as categorias de Gênero, Raça/etnia e de classe social, embora algumas análises tendam a separá-las. O patriarcado influencia diretamente em todas as esferas da vida social, não somente no âmbito econômico doméstico, e o capitalismo mercantiliza as relações sociais, especificamente as de Gênero, perpassando relações étnico-raciais e se expressando nas formas de discriminação.

Ao problematizar questões fundamentais sobre as mulheres negras, Lélia Gonzalez, como vimos acima, conseguiu imprimir nova perspectiva no que tange à luta por uma efetiva democracia racial, pelo protagonismo e valorização da mulher negra e pela pluralidade do movimento de mulheres em sua luta por inclusão feminina numa sociedade que tratou a questão da mulher negra como algo invisível em suas reivindicações. Para Gonzáles (1982, p. 98):

De modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata. A profissão de “mulata” é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico, no sentido de um tipo especial de “mercado de trabalho”. Atualmente, o significado não nos remete apenas ao significado tradicional aceito (filho ou mestiço de preto/a com branco), mas a um outro, mais moderno: produto de exportação.

Neste sentido, percebemos a apropriação e “coisificação” do corpo da mulher negra, que, ao ser associado à lascívia, constitui, desde o pacto colonial, o estereótipo do “diferente”, ora hiperssexualizado, ora bestializado, porém, sempre animalizado.

Para Carneiro (2013), a luta das mulheres em nossa sociedade não é somente para superação das desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas

também para superação das ideologias desse sistema de opressão. O racismo instaura uma relação de inferioridade social dos negros, especificamente das mulheres negras, para com a população em geral, operacionalizando uma divisão na luta das mulheres por privilégios instituídos às mulheres brancas.

Nesta perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de Gênero e de Raça vem ganhando um novo aspecto que vai ao encontro da ação política feminista e antirracista, colaborando tanto para o enriquecimento da discussão racial, quanto para a questão de Gênero na sociedade brasileira, o que contribui para um novo pensamento intelectual feminista capaz de articular as categorias Gênero, Raça e classe, reiterando, como nos afirma Carneiro (2013), que “é preciso enegrecer o feminismo!⁵²”.

Também para Beatriz Nascimento (2006), historiadora e militante do movimento negro e quilombola, a epistemologia é branca e eurocêntrica, e as particularidades constitutivas da mulher negra sempre foram, de modo geral, escamoteadas em relação a outros processos categoriais, tais como os étnicos, regionais e/ ou culturais, que corroboraram para que a Raça fosse compreendida como elemento mítico, uma categoria alegórica onde a miscigenação cumprira a função de naturalizar o mito da democracia racial. Segundo a autora:

[...] A Ciência atualmente é considerada a “Mater Mundi”. Não podemos ir de encontro aos seus dogmas. Entretanto a História nasceu com o Homem, a Ciência só foi possível graças à História, graças ao Homem. Reflexões simplistas? Retomando o problema da História do negro no Brasil: Que somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos? Como expressão artística da sociedade brasileira? Como classe social, confundida com todos os outros componentes da classe economicamente rebaixada, como querem muitos? Pergunto em termos de estudo. Podemos, ao ser estudados, ser confundidos com os nordestinos pobres? Com os brancos pobres? Com os índios? (NASCIMENTO, 2006, p. 94).

As relações interraciais no Brasil, como verificamos em Nascimento (2006, p. 94), “são amenas, se considerarmos o comportamento aparente dessas relações entre todas as raças e povos. (...), com o preto elas tomam um aspecto diferente. Sentimos (...) que a tolerância conosco camufla um profundo preconceito racial, que aflora nas mínimas manifestações (...)”.

Para Nascimento (2006), portanto, a questão racial exige seu debate a partir da

⁵² A autora Sueli Carneiro, em seus estudos sobre o feminino negro utiliza a expressão “enegrecendo o feminismo” para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro.

condição atual e da participação histórica das negras e negros brasileiros. Isto significa que, mesmo no Brasil, embora não se tenha registros de regimes constitucionalmente legais de segregação racial (como nos Estados Unidos ou na África do Sul), o mito da democracia entre as raças, além de ilusório, tem sua história escrita com base em formas dissimuladas de preconceito e discriminação econômica, cultural e política contra a população negra, bem como a sobreposição do branqueamento que colaborou e colabora para com a fragmentação de nossa identidade.

2.4 Consubstanciação, Nó, Enovelamento, Clivagens de um Amálgama Opressivo.

A consubstancialidade pode nos oferecer chaves explicativas e aproximativas para compreendermos, como apesar da nossa inserção no mercado formal de trabalho, ainda continuamos subvalorizadas e invisibilizadas. Neste ponto é preciso elucidar que a categoria consubstancialidade não é um consenso entre os movimentos de mulheres e feministas, tampouco entre as pesquisadoras que discutem o feminismo na produção do conhecimento.

Em torno da categoria há muitas polêmicas, e aqui defendemos pois acreditamos ser a que melhor apreende o método materialista histórico-dialético (método marxista) que, desde o ponto de partida da investigação dialética da realidade social, por meio de sucessivas aproximações, apresenta a própria totalidade concreta. Entretanto, esta não é captável de modo imediato, pois dadas as determinações sociais e históricas da realidade “não se apresenta aos Homens como objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo polo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo” (KOSIK, 2010,13).

Marx (2011) afirma que “[...] as categorias simples são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter se realizado sem ainda ter posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas” (p. 56). Isto, porque o concreto, em sua forma mais complexa, mantém a própria categoria de modo subordinado em sua relação.

Na perspectiva da teoria crítica histórico-dialética (marxiana), a apropriação do mundo real dada pela razão sensível, conduz à reprodução do real por intermédio das faculdades do intelecto, conforme Kosik (2010), por meio do concreto-pensado. Assim, “[...] o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de

apropriar-se do concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto” (MARX, 2011. p. 54-5).

Neste sentido, as categorias são “formas” de “mapeamento” das relações reais, portanto, também concretas e materialmente determinadas. De acordo com Carvalho (2012), eis um aspecto importante da oposição ao idealismo hegeliano. A afirmação do real em Marx se dá como concreticidade do mundo produzido e reproduzido material e espiritualmente pelos homens em seu processo de vida real.

[...] as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal. (MARX, 2011 p. 58-9)

Os conflitos de classe, de Gênero, raciais e (acrescentamos) de sexualidade, tendem a ser concebidos, interpretados e enfrentados isoladamente. O modo de produção capitalista (por se constituir como um modo de reprodução social) tem, por meio da ideologia, construído práticas discursivas que nos fazem crer na existência de uma cisão entre ideologia e produção material da vida.

Esta cisão contribuiu, por muito tempo, para que teóricos das relações sociais de Gênero, que se orientam pela perspectiva crítica materialista-histórica, priorizassem sua apreensão em análises de cunho economicista. A partir da década de 1990, tomada pela política e ideologia neoliberal, boa parte do movimento feminista, sobretudo o movimento de mulheres brancas e o movimento de mulheres negras acadêmicas, negligenciaram a luta anticapitalista.

Ao defenderem, apoiarem e alimentarem a ideia de emancipação por meio do empoderamento e empreendedorismo. Tornaram líquida a luta classes, desvinculando-a da luta feminista e antirracista. Josefina Martinez, no capítulo do livro *Mulheres Negras e Marxismo* intitulado *Feminismo, Interseccionalidade e Marxismo*, nos apresenta como a categoria surgida em 1977, no manifesto Coletivo Rio Combahee, foi apropriado por Kimberly Crenshaw, que buscava complexar as relações de classe nas quais se alocavam mulheres e homens negros. Assim como os escritos de Ângela Davis e Lélia Gonzales, árduas combatentes do feminismo radical liberal, foram e tem sido usurpados pela reatualização das teorias liberais que, indecorosamente, tentam rebaixar a teoria marxista revolucionária.

As autoras Akotirene e Djamila Ribeiro são as principais disseminadoras da degenerada apreensão da categoria intersecção. Segundo as mesmas, a interseccionalidade seria “sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros”, e por isso “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica” (MARTINEZ, 2021.p, 255).

A apreensão parcial de que a realidade de exploração e dominação das mulheres, sobretudo das mulheres negras, se dá primordialmente pela nossa invisibilidade intelectual, apreende o *modus operandi* do capitalismo não como uma realidade concreta, que deva ser estrutural e institucionalmente derrotada. Antes o contrário, deve, na perspectiva de Ribeiro e Akotirene, ser disputado, entretanto, tal disputa não ultrapassa os limites dos muros institucionais científicos, visto se tratar apenas de uma disputa teórica e discursiva.

É claro que sabemos e defendemos a necessidade da construção de narrativas e discursos que não naturalizem a violência, a falta de acesso a bens e serviços, que denunciem a ausência de acesso aos direitos sociais, econômicos de sexualidade e saúde reprodutiva, dentre outros, mas compreendemos que, instrumentalmente, diante do poderio dos donos dos meios de produção, como aqui já foi dito, é preciso compreendermos os mecanismos que mantêm as estruturas de produção e reprodução do capitalismo, sua exploração e correspondente forma de opressão.

Trata-se de avançar na “guerra de posições”, com as estratégias e táticas que criem condições para implementação do poder do povo. O maior equívoco daqueles que, de forma deturpada, defendem a interseccionalidade, é a distorção segundo a qual a classe é mais uma forma de opressão, inconciliável com a noção de que a exploração alicerça as opressões. Destituir a relação capital x trabalho da centralidade das relações sociais e, ainda pior, tratá-la apenas como grupo de relações interpessoais, é descaracterizar o que ganha a burguesia com a apropriação privada do produto excedente da classe trabalhadora e da extração de sua força de trabalho para acumulação da riqueza individual concentrada nos 1% da população mundial, prioritariamente homens, brancos, heterossexuais de origem europeia.

A disposição de Kimberly Crenshaw, ao conceituar a interseccionalidade como forma de “reconhecer que as mulheres negras podem vivenciar a discriminação e a Luta Política e Guerra Militar contidas em Maquiavel, a Política e o Estado Moderno (1988), estas tem formas complexas e que a estrutura conceitual unilateral não permite abordá-

las”, possibilitou a Hills “definir a interseccionalidade como um “conjunto específico de práticas sociais que acompanham nossa história particular no interior de uma matriz de dominação exclusiva caracterizada por opressões interseccionais” (Martinez, 2021), cuja superação se daria pela busca da justiça social, emparelhando-se e confluindo-se à outros projetos de “justiça social”.

Além de não considerarem que não é apenas no âmbito da reprodução social, tampouco das relações interpessoais que as discriminações são utilizadas para gerar, naturalizar e manter as desigualdades sociais, econômicas, políticas, educacionais culturais dentre outras, também desconsideram ou negligenciam o poder ofensivo do modo de produção capitalista.

Na primeira parte deste capítulo, percorremos o caminho de algumas categorias marxistas como alienação, estranhamento, consciência de classe e ideologia, justamente para podermos aprofundar a crítica às degenerações que atravessam as disputas pelas categorias interseccionalidade, consubstancialidade, nó e envelhecimento, que, à nossa apreciação, não se distinguem em conteúdo, mas em forma.

Nesse sentido, nossa crítica centra-se no uso instrumental da categoria por aqueles e aquelas cuja condição individual projeta seu reflexo sobre o coletivo, destituindo da questão racial e de Gênero o complexo entrelaçamento estrutural e institucional que se ergueu sobre a estrutura de classes, em que a expropriação dos corpos generificados e racializados está para além da dominação política fisiológica, mas é erguida, sustentada e naturalizada através dos mecanismos de superexploração das mulheres, sobretudo as negras.

Para nós o pensamento disseminado no Brasil por Djamila Ribeiro e Carla Akotirene apreende a questão da Raça e de Gênero a partir da teoria idealista, em que a vontade geral e sua substância se constituem pelas vontades particulares, desconsiderando que essas particularidades inscritas num Estado organizado a partir da contradição capital/trabalho, do domínio de uma classe sobre a outra, respondem impreterivelmente às particularidades da classe hegemônica, ou seja, da classe dominante.

Dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovar, constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional (contingente este que pode efetivamente variar segundo as condições socioculturais de cada concreção singular da sociedade de classes)

“[...] do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas, ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva” (SAFFIOTI, 2013, 59).

A condição das mulheres nas sociedades de classe tem sido “vista” por numerosos estudiosos como o resultado da injunção de fatores de duas ordens diversas: de ordem natural e de ordem social.

[...] Os homens entram na luta com diferenças de Raça, de educação, de poder político, de religião, enfim, com diferenças naturais e sociais (de classe) bastante marcadas e de difícil superação. As mulheres, entretanto, contam não somente com as determinações que situam contingentes formados de homens e mulheres numa posição estrutural antagônica à de outros igualmente constituídos por homens e mulheres; arcam também com o peso de uma outra determinação: o sexo. (SAFFIOTI, 2013, p 96).

Acreditamos que a perspectiva defendida pelos teóricos marxistas e feministas que tomam como aporte a interseccionalidade incorre na mesma problemática. Ocorre que na sociabilidade capitalista, essas duas injunções se amalgamam numa unidade, que, enovelando as opressões de Raça e de Gênero, cuja gênese é anterior ao capitalismo, nestas se fundem, sendo impossível à nossa compreensão enfrentar tais problemas separadamente.

Neste sentido é que acreditamos que as análises conceituais — consubstancialidade, interseccionalidade, enovelamento e nó, não são dicotômicas, mas complementares. Chegamos nesta defesa partindo da compreensão de que “nenhum indivíduo é uma ilha”, como afirmou Saramago (1998). Se nos desenvolvemos enquanto “*homo politicus*” é porque nossa genericidade é desenvolvida através do trabalho que, ao mesmo tempo, desenvolve e fortalece nossas identidades, sobretudo política e jurídica, mas tal desenvolvimento comparece, como já dissemos anteriormente, com a aparência de um desejo, uma vontade individual.

A compreensão de que as relações de Gênero apenas atravessam as relações de classe, mas não são, em si, estruturantes desta, é que apresenta a intersecção como Hirata, segundo quem

A Interseccionalidade é uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade” (Idem, ibidem). Crenshaw propõe a subdivisão em duas categorias: a “Interseccionalidade estrutural” (a posição das mulheres de cor na intersecção da Raça e do Gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências) e a “interseccionalidade política” (as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor) (cf. Idem, ibidem) (HIRATA, 2014, p. 63).

A problemática desta posição é que, ao levar em conta as múltiplas fontes das identidades, não fica evidente se se trata de pluralismo e diversidade. Na sequência, o que não chega ser um equívoco, é traçada uma distinção entre intersecção “na formação da identidade”. Em seguida, trata-se a questão da Raça e do Gênero como intersecções estruturais, subsumindo a questão da violência a uma intersecção política.

A cisão entre a estrutura e a política secciona, à nossa compreensão, produção e reprodução social, e tende a nos levar para um caminho nebuloso. As identidades poderiam se “forjar” de formas autônomas e independentes, estabelecendo indiretamente um problema fundamental, pois a construção e a instituição de identidades não são fixas, rígidas e/ou imutáveis. As identidades femininas e masculinas são construídas através de atribuições de distintos papéis que a sociedade impõe desde o nascimento a homens e mulheres, delimitando, assim, os campos de atuação com bastante precisão. Essa divisão não é ao acaso e tampouco sem intencionalidade. Além disso, na dimensão política, apartada da dimensão estrutural, bastaria alargar a concepção da pessoa como sujeito de direito, o que, nesta sociabilidade, nos levaria ao extremo do individualismo.

A Raça e o Gênero cumprem função primordial na divisão social do trabalho e, por isso, estas categorias foram, desde o surgimento da sociedade moderna, relegadas à condição de subalternidade, inclusive estando à margem das instituições e entidades que entre as décadas de 1940 e 1970 representavam os interesses da classe trabalhadora, como os sindicatos. Portanto, desde sempre constituíram contingente desprovido de atenção e proteção social, e não bastaria receber reconhecimento e uma reparação superficial.

Entretanto, se compreendermos a interseccionalidade como uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado, ela colaborará para refutarmos o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social, que são as categorias de sexo/Gênero, classe, Raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual.

Destarte, o enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 apud HIRATA, 2014, p. 64). Em nossa opinião, para esta perspectiva, as relações de Gênero, mais do que determinadas pela produção e reprodução da vida subjetiva e material que divide e hierarquiza essas relações, são apreendidas a partir das

determinações das relações de poder microssociais apartadas de uma relação com a totalidade na qual o sexo se constituiria também como uma relação social de produção.

Apontamos assim, que o modo de produção capitalista é, pois, o fundador e mantenedor do racismo e do heteropatriarcado, portanto é necessário desviar de qualquer apreensão que estabeleça assimetria entre exploração e opressão. Cabe destacar que de acordo com Hirata (2014), as relações de Gênero, Raça e classe, apreendidas a partir da perspectiva interseccional, embora importantes, mantêm certa assimetria, uma vez que são influenciadas em sua constituição por uma epistemologia imanentemente opressora.

O nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + Gênero + classe social, mas de perceber a realidade composta e nova que resulta desta fusão. “(...) Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa.” (SAFFIOTI, 2004).

Por que é importante pensar a opressão de Gênero/sexo e Raça como simbióticos, consubstanciais, enovelados, constituindo uma forma particular de capitalismo? Para Bebel, de acordo com Saffioti (2004), a inferioridade social da mulher, acrescentamos também da mulher negra, é insuficiente para levá-las à organização de um movimento feminista único. Habitualmente, a questão do feminismo é encarada como um “problema das mulheres”, assim como o racismo seria um “problema dos negros”, o que acaba impedindo o avanço da consciência de classe, que precisa ser uma consciência feminista e antirracista. “Essa perspectiva permite, ainda, que as discriminações não sejam mais atribuídas aos sujeitos específicos [mulheres, negro(as)], mas sejam consideradas problemas de toda a classe.” (CISNE 2014) De acordo com Cisne (2014, p. 60), “as discriminações do sexo no trabalho não são uma especificidade das mulheres, mas elementos fundamentais que estão na base da dominação da classe operária”.

A concepção da consubstancialidade é outra:

“O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou entrelaçadas em um nó [...] não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica espacial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas

contradições no seio da nova realidade – novo patriarcado racismo-capitalismo-historicamente constituída” (SAFFIOTTI, 2004, p. 125).

A consubstancialidade tem esse sentido, as opressões não se acumulam, mas se realizam umas nas outras, dando substância e formando o tecido social que homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes chamam de realidade material. Esse tecido precisa ser entendido na sua totalidade, sendo que seccioná-lo, mesmo com fins analíticos, pode atrapalhar nosso entendimento sobre o dinamismo dos fenômenos. Acreditar e defender que podemos entender a situação das empregadas domésticas primeiro como um assunto de classe, para depois falar do assunto de Raça (ou vice-versa), torna o objeto sociológico (no caso, as empregadas) um quebra-cabeça que nunca conta com todas as suas peças.

Em suma, acreditamos que a diferença fundamental seja que a interseccionalidade possibilite a afirmação de que existam eixos de opressão que possuem funcionamento, origem e sentido próprios, que se acumulam para incidir em sujeitos específicos, pois parte da compreensão da inscrição e instituição das identidades como únicas formadoras de delimitação de espaços, formas de ser, agir e estar no mundo, demonstrando que a construção da identidade se dá a partir da diferença.

Destarte, as identidades sociais não são simplesmente definidas, mas construídas por meio de uma imposição hierárquica. Esta imposição não se dá de modo “harmonioso”, ao contrário, se dá através de disputas conflituosas. Estas disputas envolvem aspectos simbólicos e materiais da sociedade. De acordo com Tomaz Tadeu Silva (2000, grifo nosso), “[...] a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.” Para o autor, a identidade e a diferença estabelecem conexões com relação ao poder, pois este é capaz de definir a identidade e marcar a diferença.

**CAPÍTULO III- O LIXO VAI FALAR, E NUMA BOA! Classe, Raça e Gênero:
Relações e Tensões no PCB**

Vozes-mulheres

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.*

*Ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e*

fome.

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.*

O ontem – o hoje – o agora.

*Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

(Conceição Evaristo)

3.1 Sobre o Partido Comunista – Breve Histórico⁵³

Para a formulação desta biografia do partido comunista brasileiro, utilizamos exclusivamente as fontes citadas, a recuperação do partido sobre sua história nos cadernos de resolução X, XI, XII e XIII, além dos documentos listados nas notas de rodapé, o site do partido e as contribuições de Sodré.

O PCB foi fundado em 25 de março de 1922, sob forte influência da Revolução Russa, que mostra ser possível a tomada do poder pelo proletariado. Sua fundação respondeu a uma exigência do movimento operário, que já mostrava, nas primeiras décadas do século XX, a carência de um partido operário revolucionário.

A estratégia do partido foi definida de acordo com as condições estabelecidas pela Internacional Comunista (Komintern), tendo como objetivo conquistar o poder pelo proletariado e lutar pela transformação política e econômica da sociedade capitalista em comunista, tendo, como primeira grande tarefa, a construção do partido sobre uma firme base operária.

Para Sodré (1980, p. 80) “O PCB, nasceu e cresceu como consequência necessária, do processo de formação da classe operária brasileira e do desenvolvimento de suas lutas. Suas funções responderam às exigências do movimento operário”. A tática adotada era participar ativamente dos sindicatos, das lutas operárias e das ações de massa. Em julho de 1922, o PCB é jogado na clandestinidade.

Em 1925, o PCB realizou seu II Congresso em que analisou a situação nacional baseado na concepção dualista “agrarismo-industrialismo” - a contraposição entre capitalismo agrário semifeudal e capitalismo industrial moderno. O imperialismo britânico apoiava o capital agrário brasileiro, enquanto o imperialismo norte-americano apoiava o capital industrial nacional.

Segundo Sodré esta foi uma das fases que contribuiu para a formação do proletariado brasileiro, pois o tipo de capitalismo dependente aqui desenvolvido levava à instalação de fabricas que perdurou por várias décadas através da “manipulação alfandegária com a qual os governos tentavam atender os gastos internos com ampliação da dívida externa” (Sodré, 1980, p. 82). A tendência em responder às demandas internas

⁵³ Texto produzido neste item foi baseado no histórico das resoluções do Partido – Resolução XI e XIII, do site do PCB <https://pcb.org.br/portal2> e na revista Novos Tempos: Contribuições para o PCB (1980). Disponível In: <https://marxismo21.org/nelson-werneck-sodre/>. Acessado em 23/11/2021. As produções acadêmicas sobre o partido o historizam a partir destes escritos, entretanto, nas décadas analisadas, de 1990 à 2020, não há elaboração de teses ou dissertações sobre o partido.

com a importação de produtos manufaturados estimulavam o desenvolvimento de alguns tipos de indústrias no país, mas nenhuma que desenvolvesse máquinas e equipamentos capazes de se emancipar da dependência tecnológica e econômica da Inglaterra.

Direta ou indiretamente, o imperialismo inglês impôs ao Brasil um modo de capitalismo particular, pois sem a presença de unidades fabris de indústria pesada, como siderurgia e metalúrgica, foi implementada uma indústria leve como a têxtil. Essas características, segundo Sodré (1980), estabeleceram dificuldades para o desenvolvimento da luta operária. O Estado repressivo e com caráter reacionário, graduado pela perspectiva escravista ainda vigente na classe dominante, combatia fortemente o surgimento dos movimentos de massa.

Para o Partido Comunista Brasileiro, a revolução brasileira deveria comportar duas etapas: a tomada do poder pela burguesia, apenas apoiada pelo proletariado e, em seguida, a revolução proletária. Entre 1910 e 1920 houve expansão expressiva do processo de formação da classe operária brasileira.

Nesta concepção estratégica, o proletariado deveria participar da primeira etapa em uma posição secundária, compondo uma frente. Como tática, se criaria uma frente única eleitoral que possibilitasse unidade à classe operária, baseada num programa também unitário. A formação do Bloco Operário, transformado a seguir (1928) em Bloco Operário e Camponês (BOC), foi uma decorrência direta desta resolução.

Em fins de 1928 e início de 1929, reúne-se o III congresso, onde foi definida a economia brasileira como de tipo agrária, semifeudal e semicolonial. É feita uma análise de que a transição da dependência do país do imperialismo britânico com ligações com a burguesia agrária e conservadora, para o imperialismo norte-americano, com acordos com a burguesia industrial, pretensamente liberal, aumentava a pressão dos antagonismos das forças sociais internas e a opressão e exploração dos trabalhadores.

As resoluções do III e IV Congresso antevêm uma “terceira explosão revolucionária”, mais ampla e radical do que os movimentos anteriores, como a Coluna Prestes⁵⁴. Toda a tática do Partido Comunista deveria, portanto, subordinar-se a esta etapa

⁵⁴ De acordo com Anita Leocádia Prestes, a Coluna Prestes foi o processo que por mais de dois anos juntou militares e civis na luta contra o domínio do poder de Estado pelas oligarquias. Em sua tese de doutoramento, publicada posteriormente em livro, reeditado em quatro edições, a autora pôde demonstrar, através de pesquisa realizada em numerosas fontes documentais, que a formação da Coluna Prestes teve lugar no noroeste do estado do Rio Grande do Sul no final de 1924, em manobra que inaugurou a original estratégia da chamada *guerra de movimento*, sob o comando de Luiz Carlos Prestes, então jovem capitão do Exército. Tinha início a Marcha da Coluna Invicta, à qual, por escolha dos seus participantes, Prestes emprestaria seu nome. Vencendo toda sorte de dificuldades e sob o fogo constante das forças militares mobilizadas pelo governo de Artur Bernardes, a Coluna Prestes atravessou o estado do Rio Grande do Sul.

estratégica da mobilização das massas, a fim de conquistar não só a direção da fração proletária, mas a hegemonia de todo o movimento.

Em 1929, o PCB participa da Primeira Conferência Latino-Americana dos Partidos Comunistas, convocados pelo Komintern, onde é afirmada a linha do VI Congresso da Internacional Comunista.

Há, na década de 30, uma mudança radical na linha política do PCB, coerentemente com a linha da Internacional Comunista, com destaque para o rompimento definitivo da política frentista e a proletarização do Partido. Inicia-se, então, a fase “obreirista” do PCB — a supervalorização dos elementos efetivamente operários. Para Sodré (1980), “após a revolução de outubro de 1917 e pela pressão das necessidades, começam a aparecer novas organizações operárias”.

Com a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha e o avanço do fascismo no mundo, a política da Frente Ampla volta a ser a política oficial da Internacional Comunista, dando origem, no Brasil, à Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, visando unir todos os que se opunham ao fascismo e ao integralismo. A ANL, em sua primeira fase, transforma-se em um amplo movimento de massas. Dada a possibilidade de um assalto ao poder, a Aliança, que, tornada ilegal, estava reduzida quase que somente ao PCB, começa a organizar uma insurreição através dos quartéis, que eclodiria em 23 de novembro de 1935 e terminaria em completo fracasso e derrota.

De acordo com os documentos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), essa derrota desarticula momentaneamente o PCB. O novo Comitê Central (CC) é transferido para Salvador e entre 1936/37 são reorganizados os Comitês Estaduais. O Partido desenvolve então uma campanha de denúncias contra o golpe de Estado que estava sendo preparado para pôr fim às liberdades democráticas que ainda restavam. Após a instalação do Estado Novo, as perseguições aos comunistas recrudescem. De 1938 a 1942, o PCB quase desaparece. O que subsiste são indivíduos comunistas, presos e soltos, e poucas organizações locais, mas não o PCB enquanto organização.

Enquanto isso, acossados pelas tropas federais comandadas pelo general Cândido Mariano Rondon, os rebeldes paulistas que haviam se levantado na capital de São Paulo em julho de 1924, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes e do major da Força Pública desse estado Miguel Costa, encontravam-se nessa região desde agosto daquele ano. Em contraste com a estratégia que fora inaugurada pela Coluna Prestes, era adotada por eles a chamada *guerra de posição*, tradicionalmente empregada pelo Exército brasileiro. Para Anita Leocadia Prestes, na medida em que Prestes aderiu ao comunismo e, a partir dos anos trinta, tornou-se a liderança comunista mais destacada no Brasil. disponível in: <https://pcb.org.br/porta12/18248>. Acessado em 11/01/2021.

A partir de 1942, aproveitando o aparecimento de uma incipiente opinião pública favorável à entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, os comunistas começam a ressurgir lentamente, trabalhando no reforço desta tendência de caráter democrático e antifascista. Têm início as primeiras tentativas de rearticulação dos diversos grupos comunistas regionais e de reconstrução da estrutura nacional do PCB.

Três grupos sobressaíam-se, neste momento: o grupo de São Paulo, liderado por Caio Prado Jr.; o grupo carioca, da Comissão Nacional de Organização Provisória; e o grupo baiano. Os grupos carioca e baiano conseguem se articular, tendo como ponto básico de convergência que a liderança do Partido deveria ser entregue a Luíz Carlos Prestes. Já o grupo paulista queria que fosse realizado um Congresso Partidário o mais rápido possível.

Em agosto de 1943, foi convocada a Conferência da Mantiqueira, na qual foi eleito o novo Comitê Central, com Prestes, mesmo preso, como Secretário Geral. A posição política definida na Conferência é de “União Nacional”, com total apoio ao governo, que neste momento inicia o processo de redemocratização, ao mesmo tempo em que é desenvolvida uma intensa política de reerguimento do Partido.

Sob as duras condições do Estado Novo, o Partido manteve seu alinhamento político com o Partido Comunista da União Soviética, manifestando apoio incondicional aos governos que lutavam do lado dos aliados na Segunda Guerra, acelerando o processo de redemocratização do país. Em abril de 1945, Vargas decreta a anistia aos prisioneiros políticos e no mês seguinte a legalização do PCB. O golpe de outubro de 1945 afasta Vargas do poder antes da concretização do novo regime democrático, e são convocadas eleições gerais.

O PCB, com mais de 200 mil militantes no país, lança Iedo Fiúza como candidato à Presidência da República, conquistando nacionalmente 10% dos votos em seus candidatos. Elege Luiz Carlos Prestes para o Senado e 14 Deputados Federais. Eleitoralmente, o PCB aparece como o terceiro partido brasileiro.

A estratégia do partido continua apontando para a revolução democrático-burguesa e, do ponto de vista tático, o programa do PCB aponta para a eleição de um Parlamento democrático, livremente eleito, para chegar de forma pacífica e ordeira à Assembleia Constituinte e à reconstitucionalização democrática. É proposta a construção de um “Partido de Novo Tipo”, de um grande partido ligado às massas.

Tendo seu registro cassado em 1947, o PCB faz uma autocrítica da tática empregada no período anterior pela sistemática contenção da luta das massas proletárias

em nome da colaboração operário-patronal e da aliança com a burguesia progressista, criticando a excessiva preocupação com a ordem e a tranquilidade e a não oposição sistemática ao Governo Dutra, grande aliado do imperialismo norte-americano. O objetivo estratégico do Partido passava a ser a revolução agrária e anti-imperialista.

Com a criação, em 1947, do Cominform, a Agência de Informação dos Partidos Comunistas, retomava-se a política de centro dirigente da já extinta Internacional Comunista, com a sua prática fortemente influenciada pelo Partido Comunista da URSS e pelo dogmatismo stalinista.

A nova tática do PCB é reelaborada para o combate ao Governo Dutra, visto como responsável por traição nacional. O Partido propõe a organização de uma Frente Democrática de Libertação Nacional para a ação e para a luta e, enquanto programa, apresenta a formulação de um Governo democrático e popular. Já sob o governo Vargas, o PCB desenvolveu grandes campanhas de massa com resultados bastante positivos, como “O Petróleo é Nosso” e contra o envio de soldados brasileiros à guerra da Coréia.

As resoluções do IV Congresso viam a revolução brasileira em duas etapas, sendo a primeira de caráter anti-imperialista e antifeudal e vendo-se a burguesia nacional como não inimiga – pois poderia, por determinado período, apoiar o movimento revolucionário contra o latifúndio e os restos de feudalismo.

A partir de 1958, o PCB começou a elaborar uma nova política, como fruto dos desdobramentos do XX Congresso do PCUS, realizado em 1956. Fazendo autocrítica sobre as deformações provocadas pelo stalinismo, como o dogmatismo – a repetição mecânica de fórmulas teóricas dentro das quais pretendia-se enquadrar a realidade brasileira – o Partido reconhece que havia abdicado da capacidade de pensar independentemente e que copiava literalmente o PCUS, apesar das enormes diferenças das condições dos dois países.

A autocrítica provoca diversas reações internas, desde aqueles que pediam a dissolução do Partido, como Agildo Barata, Osvaldo Peralva e outros, àqueles que se recusavam a qualquer autocrítica substancial, como Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros. A tática apresentada difere muito daquela que tinha prevalecido nos anos anteriores, com o entendimento de que o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no país favorecia a luta pela democracia. A burguesia nacionalista continua a ser vista como um aliado estratégico na luta anti-imperialista e contra o latifúndio que conservava vestígios do feudalismo mesmo com a crescente industrialização do campo.

A Declaração de Março de 58⁵⁵ formula uma plataforma de luta que apontava para uma política exterior independente e de paz; o desenvolvimento progressista da economia nacional; medidas de reforma agrária, a elevação do nível de vida do povo e a consolidação e ampliação da legalidade democrática, por uma via pacífica, considerada possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, a ascensão do movimento operário e o desenvolvimento da frente única e democrática em nosso país.

Em setembro de 1960, foi realizado o V Congresso do PCB, cuja resolução política confirma as linhas gerais da Declaração de Março. A luta pelo socialismo não poderia ser, ainda, direta e imediata, e teria que haver, primeiramente, a passagem do poder estatal às mãos das forças anti-imperialistas e antifeudais – a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais. A realização das tarefas desta etapa da Revolução Brasileira passava pela organização de uma Frente Única Nacionalista e Democrática, que deveria adotar um caminho pacífico para as transformações necessárias da sociedade brasileira.

As Resoluções do V Congresso derrotam definitivamente as concepções políticas do grupo que, responsável pela linha política do IV Congresso, dirigiu o PCB de 1948 até o início da autocrítica de 1956, composto por Arruda Câmara, João Amazonas, Ângelo Arroio, Pedro Pomar, Maurício Grabois e outros.

Em 1961, o PCB realizou uma Conferência Nacional onde foi aprovado o novo estatuto e alteração do nome do Partido para Partido Comunista Brasileiro – PCB. Em fevereiro de 1962, o grupo dissidente (derrotado no V Congresso), que havia intensificado suas críticas à direção do Partido realiza uma “Conferência Extraordinária” e decide pela eleição de um novo Comitê Central; pela manutenção do nome Partido Comunista do Brasil e por um programa político bastante semelhante ao do IV Congresso do PCB. É criado, por eles, um novo partido – o PC do B – que tem por objetivo a implantação de um “governo popular”, através da luta armada.

A linha política adotada pelo PCB, a partir de 1958, facilitou a mobilização da classe operária para a luta reivindicatória e a realização de avanços importantes no caminho de sua unidade sindical e política.

⁵⁵ A partir da aprovação da Declaração de Março de 1958 pela direção do PCB, os comunistas brasileiros adotam uma nova orientação política. O objetivo tático do partido passa a ser a conquista de um governo nacionalista e democrático através do processo eleitoral e da pressão de massas, excluída a via armada prevista anteriormente nos documentos do PCB. Para ter acesso ao documento na íntegra. disponível In: <https://pcb.org.br/portal2/1525>, acessado em 21/08/2019

Em setembro de 1962, foi deflagrada uma greve geral contra o parlamentarismo, que lutava pela revogação da Lei de Segurança Nacional, a extensão do direito de voto a todos os cidadãos, um aumento salarial de 100%, reforma agrária radical, imediato congelamento de preços, aplicação rigorosa da Lei sobre Remessa de Lucros e pelo direito de organização sindical dos camponeses. Paralelamente ao avanço do PCB e demais forças nacional-populares, as forças reacionárias começam a sentir-se ameaçadas e atemorizadas com o crescimento do movimento popular, e põem-se a organizar a reação, que culminaria com o golpe de 1º de abril de 1964.

De acordo com o PCB, após o golpe, desencadeou-se no interior do Partido uma grande luta interna em torno da avaliação das causas da derrocada. A crítica pela esquerda afirmava que a derrota era fruto das posições reboquistas do Partido, em relação à burguesia e, no outro extremo, atribuía-se a derrota à má apreciação da correlação de forças e à subestimação da capacidade de reação da burguesia.

Somente em maio de 1965 pôde ser realizada, na clandestinidade, a primeira reunião do Comitê Central após o golpe, que aprovou uma Resolução Política na qual era apontado, como tática, que só através do movimento de massas era possível isolar e derrotar a ditadura e conquistar um governo amplamente representativo das forças antiditadura.

Nesse momento, as divergências se acirram e alguns grupos preconizam a criação de um foco guerrilheiro e a adoção de uma plataforma socialista revolucionária. Em 1967, vários grupos são expulsos ou saem do partido e vão organizar vários pequenos partidos para pôr em prática suas concepções políticas, levando-os à luta armada.

Em dezembro de 1967, o VI Congresso reafirma e desenvolve a linha política do V Congresso. As Resoluções aprovadas ressaltam que a tarefa tática mais imediata é a luta contra a ditadura, a fim de derrotá-la e conquistar as liberdades democráticas, unindo, para isso, a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas. Do ponto de vista estratégico, as Resoluções assinalam que a Revolução Brasileira, em sua presente etapa, deverá liquidar os dois obstáculos históricos que se opõem ao processo da nação: o domínio imperialista e o monopólio da terra.

A partir de 1968, o PCB põe em prática as Resoluções do seu VI Congresso, objetivando a formação de uma ampla frente democrática que una todos os setores de oposição à ditadura. Nesse período, apesar da repressão policial, os comunistas se dedicam a um lento, paciente e duro trabalho de massa nas empresas, nos sindicatos, nas universidades, nos bairros.

Em 1974, o PCB participa de uma campanha eleitoral com o MDB, tendo papel destacado, mas sofre novos e duros golpes por parte dos órgãos de repressão, com muitos militantes e dirigentes presos, torturados e assassinados. Vários membros do Comitê Central são sequestrados e mortos e a Direção foi obrigada a se deslocar para o exílio. Em 1978, em meio à “distensão democrática” promovida por Geisel, as forças antiditatoriais têm bom resultado eleitoral através do MDB, e o movimento democrático consegue provocar um amplo debate em torno dos problemas nacionais.

Em 1979, após a anistia, a direção do PCB volta do exílio trazendo consigo uma série de divergências que haviam surgido na Europa. Em 1980, Luiz Carlos Prestes lança-se ao confronto direto com a direção, através da “Carta aos Comunistas”, onde propõe uma mudança na linha do PCB, que, em sua opinião, já revelava uma tendência conciliadora. O Comitê Central, respondendo às críticas de Prestes, reafirma a linha política do VI Congresso e, dado o não comparecimento de Prestes às reuniões do CC marcadas para a discussão das divergências, declara vaga a Secretaria Geral, sendo eleito Giocondo Dias, então, como o novo Secretário Geral do PCB.

No processo de preparação para o VII Congresso, o Partido vai envolver-se numa acirrada luta interna. O grupo liderado por Prestes rompe definitivamente com o PCB. Com a volta do exílio, vários dirigentes trazem as concepções do eurocomunismo, que vão permear as formulações das teses do VII Congresso.

Em 1982, o VII Congresso do PCB é invadido pelas forças da repressão, logo no início do primeiro dia do encontro, com a prisão de todos os delegados. Somente em 84, depois de um limitado processo de consultas aos delegados ao Congresso, o Comitê Central consegue publicar o documento com as resoluções congressuais (intitulado *Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira*), que afirma que a principal tarefa dos comunistas continuava sendo a luta pelas liberdades democráticas, levando à formação de alianças no campo conservador, sob a ótica da frente democrática para a disputa das eleições. Aprofundando a linha do VI Congresso, o PCB pretendia tornar-se um grande partido nacional de massas, legalizado, vinculando a democracia a ser alcançada, com respeito ao pluralismo e aos valores fundamentais, ao objetivo de construção do socialismo. Neste Congresso prevaleceram as teses social-democratas que farão parte das concepções partidárias ao longo da década de 80. Embora o PCB cresça no cenário político nacional, sua inserção no movimento de massas será muito débil, particularmente no movimento sindical.

De acordo com a III e IV resoluções do PCB, em 1985, o PCB volta à legalidade. A tática de construção de um grande partido de massas é deduzida da análise de que, tanto no Brasil quanto no mundo, o capitalismo atravessa uma profunda crise, que provoca desemprego, mergulha o planeta na corrida armamentista e provoca a fome e a miséria em vários países.

O Partido propôs que a luta pelo socialismo se desse, em primeiro lugar, pela remoção do poder do imperialismo, dos monopólios e do latifúndio. Como contraposição ao imperialismo, julgava necessária uma aliança entre os operários, trabalhadores, camadas médias e parcelas da burguesia não monopolista, e continuava a privilegiar o caminho institucional em detrimento da organização do movimento de massas. O partido manteve o leque de alianças no campo conservador, balizado pela política de frente democrática.

O VIII Congresso, realizado em 1987, não acrescentou muito à linha política do PCB. As resoluções apontam “para a atuação de um bloco de forças sociais e políticas, democrático e nacional, capaz de, sob a hegemonia do proletariado, realizar a transição para o socialismo, pela via da democracia de massas e do desenvolvimento independente e democrático”. Uma grave crise começa a se abater sobre o Partido em consequência da perda de inserção no movimento sindical e da não legitimação, pela militância, das publicações partidárias, como o jornal *Voz da Unidade*.

A candidatura de Roberto Freire à Presidência da República aconteceu em meio ao advento da Glasnost e da Perestroika, na União Soviética, processo que afetaria diretamente as formulações do PCB. A candidatura foi vista como importante instrumento na construção de um novo bloco político, democrático e progressista, para a construção de uma democracia moderna, pluralista e socialmente ampliada.

Em 1991, o PCB realizou o seu IX Congresso em meio à onda hegemônica neoliberal – de âmbito mundial, tendo, no Brasil, o governo Collor como fiel escudeiro – e à crise da queda dos governos comunistas no Leste Europeu e na URSS. O Partido já se encontrava, então, dividido entre os que haviam aderido à onda de dissolução dos Partidos Comunistas, que se convertiam em agremiações social-democratas, e aqueles que propugnaram a reconstrução revolucionária do Partido.

A convocação do IX Congresso afirmava que o PCB criaria uma cultura, uma nova política e uma nova organização, edificadas sobre a crítica dura e inflexível às causas essenciais das deformações e da crise do socialismo e do movimento comunista internacional. Nesse Congresso, os partidários dessa concepção, defendendo o “partido

laico”, para atuar em um “mundo íntegro”, propunham como eixo de ação a “radicalidade democrática” e pretendiam mudar o nome, o símbolo e o caráter revolucionário do Partido, sendo impedidos de fazê-lo pela enorme resistência de alguns dirigentes e da maioria das bases partidárias.

Aproveitando-se do auge da crise do socialismo na União Soviética, a maioria do Comitê Central convocou um Congresso Extraordinário do Partido, tendo como único ponto de deliberação a criação de “uma nova formação política”. Convocado o Congresso Extraordinário, foi deflagrado pela então minoria do Comitê Central, em todo o país, o *Movimento Nacional em Defesa do PCB*.

Em janeiro de 1992 realiza-se, em São Paulo, o Congresso Extraordinário, convocado com o objetivo explícito de liquidar o PCB. Os militantes que defendiam a continuidade do Partido, não reconhecendo a legitimidade do Congresso - que teve não militantes como delegados eleitos em fóruns abertos - se retiram do Congresso e realizam, em outro local (também em São Paulo), a Conferência Extraordinária de Reorganização do PCB, mantendo o nome e a sigla históricos e elegendo um novo Comitê Central, que teria como tarefa comandar a reconstrução do Partido. Paralelamente, o grupo liquidacionista cria o Partido Popular Socialista – PPS.

Em relação ao caráter do capitalismo no Brasil, foi abandonada de vez a perspectiva etapista-desenvolvimentista, a compreensão era de que existia um setor de produção de mercadorias de capital constante – bens de produção – integrado com um setor de produção de mercadorias de capital variável – bens de consumo – com um setor financeiro que serve de arcabouço para a reprodução e circulação de capital. Esta caracterização independe da origem dos capitais presentes na economia brasileira, se nacionais ou internacionais.

Para o PCB, foi com a expansão do capitalismo em sua fase monopolista que a burguesia nacional passou a uma maior concentração de capital, e, por consequência, a uma maior concentração de renda, refletindo na redução salarial e na intensificação da jornada de trabalho.

Para o PCB, a concentração e a centralização do capital são uma constante da dinâmica da acumulação de capital no Brasil. A maioria dos setores da economia é controlada pelo grande capital. Essa tendência se manifesta nas ondas periódicas de fusões e aquisições de empresas. Desta maneira, depreende-se que a burguesia brasileira tem, como principal característica, o movimento em direção ao controle dos grandes

setores da economia – grandes bancos, empresas industriais, comerciais e agrícolas, e sua ligação orgânica com o capital internacional.

Na década de 80, o capital procurou superar a grave crise que afetou todo o sistema produtivo na década de 70 e intensificou as transformações no processo produtivo através do avanço tecnológico, pelas formas de acumulação flexíveis e pela implementação de modelos produtivos que substituíam o binômio fordismo-taylorismo, tais como o modelo “toyotista”, que mais se destacou nesse período.

Essas transformações, da perspectiva do Partido Comunista Brasileiro, são resultantes da própria concorrência intercapitalista e das necessidades de controle sobre o movimento operário e a luta de classes, e afetaram profundamente a subjetividade dos trabalhadores e o próprio movimento sindical. A reestruturação produtiva procurou preparar a indústria brasileira para a concorrência no mercado mundial, assim como aumentar a aquisição de reservas para saldar compromissos com os credores internacionais e garantir uma maior lucratividade às empresas transnacionais.

Como em todo o mundo, em função da chamada reestruturação produtiva, decorrente do novo padrão de acumulação capitalista vigente, que diminui o número de postos de trabalho industriais, o movimento sindical, no Brasil, tem perdido, nos últimos anos, o caráter operário. Estão presentes, em escala crescente, a concepção liberal de sindicato – que o vê como uma agência que luta pelos seus representados em concorrência com outros sindicatos de trabalhadores —, e a concepção socialdemocrata — que tem no pacto capital-trabalho, mesmo em condições cada vez piores para os trabalhadores, o seu objetivo final.

A redução do contingente de operários industriais e o processo de fragmentação da classe operária, na sua composição e na sua feição, são contínuos. Vem se fortalecendo, ao mesmo tempo, o movimento de trabalhadores não-produtores de mais-valia, com destaque para os servidores públicos. A extensão deste segmento tem sido crescente, no âmbito das diversas instâncias da Central Única dos Trabalhadores. Tendo sofrido uma dura derrota com o recente processo de reforma da previdência, o movimento dos servidores públicos mantém sua acuidade, mas, conquanto possa proporcionar uma grande radicalidade, tende a ser imediatista no seu conteúdo.

Segundo o PCB, os sindicatos ligados ao setor de serviços - o de maior participação na economia, atualmente – ainda carecem de maior representatividade. Alguns segmentos, como o de serviços financeiros, vêm tendo uma perda significativa em suas bases devido ao processo acelerado de substituição de trabalho vivo por trabalho

morto e a precarização do trabalho, largamente utilizada nestes setores. Outros segmentos, como o de comerciários, ainda não obtiveram êxito na tarefa de organizar os trabalhadores, enfrentando dificuldades derivadas do padrão de organização do trabalho e do perfil das empresas. Muitos sindicatos desta área mantêm-se sob hegemonia conservadora e, em muitos casos, são tipicamente “conciliatórios”.

A Central Única dos Trabalhadores, sob hegemonia da social-democracia, vinha apresentando dificuldades e limitações na condução das lutas dos trabalhadores. Outra limitação recente encontrada no movimento sindical brasileiro tem sido seu afastamento da condição de construtor e condutor das grandes lutas do conjunto da classe trabalhadora, com a apresentação de propostas abrangentes voltadas para o desenvolvimento da sociedade e para a solução de problemas de fundo.

Dada a transformação na composição da classe trabalhadora e o acirramento das contradições geradas pelo capitalismo e particularmente pelas políticas liberais, vêm ganhando importância os grandes movimentos de mobilização popular através de lutas unificadoras. Exemplos recentes vêm da Argentina, onde a população, nas ruas, vem obtendo avanços políticos e saltos em sua organização.

Para o PCB, as amplas lutas unificadoras poderiam ter caráter estratégico ou tático, estando no campo estratégico as lutas classistas — que assinalavam para a transformação da estrutura da propriedade e do poder político — e, no campo tático, as lutas de características policlassistas. Embora esta divisão nem sempre se apresentasse de forma clara, no primeiro grupo podem ser citadas as lutas pelo pleno emprego, pela redução da jornada de trabalho, pelo controle de capital e pela construção do poder popular; no segundo, alinham-se lutas como, no passado, “O Petróleo é nosso”, Anistia, Eleições Diretas, “Impeachment” de Collor e outras.

3.1.1 Tudo o que é Sólido se Desmancha no Ar: o Neoliberalismo e sua Face Conservadora.

O período que recortamos para iniciar as análises dos documentos do Partido Comunista Brasileiro é o final do século XX, período marcado por profundas transformações na realidade brasileira, tanto no aspecto econômico, quanto nos aspectos políticos, sociais e culturais.

A saída de um regime autoritário, a questão da democracia não só permitia a volta do PCB à legalidade, mas impunha-lhe a tarefa de se reorganizar diante da crise do socialismo real, impulsionada pela reestruturação produtiva e pela mundialização do

capital que na América Latina se espalhava através do neoliberalismo. Período em que, internamente, a própria democracia se colocava como possibilidade e limite para a atuação dos partidos de esquerda, em especial para o PCB.

A questão posta pelos limites da democracia burguesa, reforçada pelo sufrágio universal, antagonicamente também apresentava condições de ampliação da participação popular, para além de uma perspectiva reformista.

Carlos Nelson Coutinho, um dos intelectuais mais atuantes no PCB e fundador do partido dos trabalhadores (PT), foi quem melhor desenvolveu argumentos sobre este espaço político a ser disputado. Muitas vezes, talvez até por isso mesmo, foi mal interpretado.

Para ele, o socialismo e a democracia sempre estiveram presentes no processo de formação do pensamento marxista, mesmo com inúmeras controvérsias. O próprio Marx na *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*, apontou que não haveria cisão entre Estado e Sociedade Civil, mas contradições inscritas pela subordinação da sociedade civil em relação ao Estado, especificamente dentro do Estado moderno, e que, portanto, são as formas de Estado, republicano, aristocrático ou monárquico, estabelecem formas democráticas que lhes são correspondentes. Na sociedade moderna capitalista

Não estamos falando sobre a democracia *real* que a Europa inteira apressa-se em adotar e que consiste em uma democracia bastante especial, diferente de todas as democracias anteriores. Estamos falando sobre uma democracia bastante diferente que representa o meio-termo entre as democracias grega, romana, americana e francesa; em resumo, estamos falando sobre o *conceito* de democracia. Não estamos falando sobre as *coisas* que pertencem ao século XIX, e que são ruins e efêmeras, mas sobre categorias que são eternas e que existiam antes de "as montanhas terem sido criadas". Em suma, não estamos discutindo aquilo sobre o que se tem falado, mas uma coisa bastante diferente (ENGELS, 1845, p. 3).

É neste sentido que Coutinho (1979) aponta a necessidade de compreender os limites sobre os quais se ergueu a democracia moderna. Àquela época, para a sociedade brasileira que saía de um projeto autoritário e ditatorial que ceifou milhares de vidas não só no Brasil, era necessário, apesar das polêmicas aceras, que as forças progressistas brasileiras se envolvessem na luta pela democracia no Brasil. Para o autor, as questões colocadas por Marx, sobre a democracia, continuavam sendo válidas, apesar da capitulação burguesa. “A pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos do massa (da sociedade civil) em relação ao Estado, a liberdade de organização, a legitimação da hegemonia através da obtenção do consenso majoritário” (COUTINHO, 1979), só fora possível no processo iniciado pelo estado moderno e a revolução burguesa, ainda que a própria burguesia empenhe suas forças para destituir da democracia seu

caráter universal, esta, objetiva e subjetivamente, é uma potência para o desenvolvimento do valor universal de inúmeras objetivações ou formas de relacionamento social. É neste processo transitório do regime autoritário que ressurge o PCB, com as discordâncias internas que, inclusive, quase liquidaram o partido.

Para Coutinho, (1979) foram presentes as diferentes e até mesmo contraditórias concepções de democracia que se propunham a representar os interesses populares e, em particular, os das massas trabalhadoras. Até certo ponto, tratava-se de um fato saudável, até que se perdeu de vista a necessidade imperiosa de acentuar — naquela conjuntura — aquilo que unia a todos os opositoristas, ou seja, a luta pela conquista de um regime de liberdades político-formais que colocasse definitivamente termo ao regime de exceção. Acreditamos que, a ortodoxia por parte de alguns militantes do PCB, não enxergava as possibilidades estratégicas abertas com o novo regime e, portanto, apenas o via como;

[...] embora útil à luta das massas populares por sua organização e em defesa dos seus interesses econômico-corporativos — não seria mais, em última instância e *por sua própria natureza*, do que uma nova forma de dominação da burguesia, ou, mais concretamente, no caso brasileiro, dos monopólios nacionais e internacionais (COUTINHO, 1979)

Esta visão, estreita à nossa percepção, foi um entrave, apenas superado pelo partido em 2004, no caderno XIII de resoluções. Cabe salientar que se baseia, inicialmente, numa errada concepção da teoria marxista do Estado, numa falsa e mecânica identificação entre democracia política e dominação burguesa.

Isso nos faz crer que este equívoco se dá pela concepção persistente de um capitalismo tardio, terceiro-mundista, cuja classe trabalhadora era apreendida de modo abstrato, o que implicou em concepções equivocadas sobre as tarefas que se colocavam, naquele momento, diante do conjunto das forças populares brasileiras, que não poderiam ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas com um árduo combate para a criação dos *pressupostos* políticos, econômicos e ideológicos que tornariam possível a redemocratização brasileira.

Quando, em polêmica com Kautsky, Lênin afirmou que não existia "democracia pura", que a democracia era sempre ou burguesa ou proletária, e não colocou em discussão o que Berlinguer chama hoje de valor universal da democracia política. O que Lênin tinha em vista, contra o formalismo oportunista de Kautsky, não era negar a validade do substantivo democracia, mas lembrar que — no plano do conteúdo concreto — ele aparece sempre adjetivado. Em outras palavras: fiel ao ensinamento de Marx e Engels, Lênin afirmava não poder existir — *salvo em breves períodos de transição — regime estatal sem conteúdo de classe determinado, sem que uma classe fundamental no modo de produção determinante exerça através desse regime (não importa por meio de quantas mediações) sua dominação sobre o conjunto da sociedade.* (COUTINHO, 1979, grifo nosso)

Se é inegável que o conjunto de liberdades, jurídica, política, social e econômica prescindiu da revolução burguesa, foram os movimentos operários e sociais que, mais precisamente empregaram substantivo à democracia, na medida em que adquirem, ampliam conquistas ao mesmo tempo em que evidenciam que mesmo a democracia burguesa e seus limites são antitéticos à produção e reprodução do sistema capitalista

De acordo com Netto (2012, p 77), a crise do Estado de bem-estar-social expressou uma crise no rearranjo sócio-político do modo de produção capitalista, sobretudo na sua “reprodução, na medida em que tendeu a requisitar progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos do capital”. Ao mesmo tempo em que o *welfare state* significou o acesso de bens e serviços a um grande contingente de seres humanos, também significou o limite do capital para manutenção e ampliação deste acesso ao conjunto global da classe trabalhadora.

Para Netto (2012), o liberalismo clássico, enquanto sistema de concepção econômico e político, havia derruído no século XIX, a sua dimensão ideo-cultural foi realinhada à perspectiva de Marshall (1967), que a partir da ampliação dos direitos civis, abriu caminho para a clarificação dos *direitos individuais*. Horkheimer e Adorno (1971) acompanhavam o desenvolvimento da indústria cultural na Europa e teceram críticas as “confusões ideológicas que reduzem liberdade(s) a liberalismo e a identificação com democracia”.

A crise do modelo fordista-taylorista, do Estado de bem-estar-social nos países europeus, a queda do socialismo real e a perseguição ao marxismo, amalgamam um conjunto de fatores que possibilita, a “argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposta política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia” (NETTO, 2021, p 64)

No Brasil, logo após o processo de redemocratização e da constituição federal de 1988, com a eleição do governo de Fernando Collor de Mello, passou a ser o projeto neoliberal implementado.

Após o fim do Plano Cruzado, e com a ampliação da crise do padrão de financiamento da economia baseado no endividamento externo, o modelo de substituição de importações estava esgotado. Sem ter sido capaz de criar projetos nacionais para dar respostas às crises permanentes de financiamento do Estado, das dívidas interna e externa, da Previdência, da saúde pública, da educação etc., e sem quadros políticos de expressão nacional, a burguesia brasileira aderiu ao aventureiro Collor, *já em plena vigência, no mundo capitalista desenvolvido, de uma nova tendência - o neoliberalismo - então em fase de absorção pelos países periféricos.* (XI Caderno de Resoluções PCB, grifo nosso)

Na primeira fase de implementação do neoliberalismo na América Latina, seguiram-se as orientações do Banco Mundial, do Fundo monetário internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que impuseram para os países em processo de redemocratização ações econômicas e ideológicas para implementação do controle no investimento em “gastos” públicos, estagnação dos salários, abertura comercial ao capitalismo financeirizado, amplo processo de privatização e combate e erosão das organizações e entidades dos trabalhadores.

Segundo Castelo⁵⁶ (2008, p. 23), a severidade e o rigor para a estabilização da macroeconomia não foram suficientes para garantir os resultados esperados: “as contas públicas continuaram deficitárias, as atividades econômicas não foram retomadas, a inflação não foi controlada e os índices de pobreza e desigualdade se deterioraram”.

Para o autor, assim como afirmam as resoluções do partido, este primeiro momento do neoliberalismo no Brasil não foi suficiente para a usura dos cofres públicos e o saque à vida dos/as trabalhadores/as, de modo que o governo passou a adotar uma nova direção. Ao renegociar as dívidas externas com o FMI e o BIRD, estes propuseram medidas corretivas de reformas estruturais.

No caderno de resolução XII de 1996, o partido comunista evidencia com maior acuidade como o FMI, o Banco Mundial e a União Europeia impõem ao mundo reorganização de áreas para escoamento dos produtos industrializados. Na América Latina, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), defendida pelos Estados Unidos, visava controlar os mercados da região. “O capital transforma organismos internacionais em instrumentos de sua política” (XII caderno de Resoluções PCB).

A partir das reformas do Estado neoliberal, este ganhou nova configuração, passando a ocupar papel central nas atividades econômicas, e a operacionalizar, em parceria com o setor privado, políticas sociais residuais, focalistas, fragmentadas e assistencialistas.

[...] aprofundamento do neoliberalismo, que gera recessão, brutal arrocho salarial, desemprego estrutural, o que aumenta a miséria de milhões de trabalhadores e *agrava ainda mais a situação da mulher brasileira. Com o agravamento da crise social e econômica, já se forma um exército de milhares de meninas que são obrigadas a se prostituir, como única forma de sobrevivência possível, pelo abandono da família e do Estado, que não cumpre suas funções.* (XI Caderno de Resoluções PCB, 1993, grifo nosso)

⁵⁶ A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. Disponível in: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/112/110>- Acessado 23/02/22

Pela primeira vez na resolução, demonstra-se preocupação com as mulheres da classe trabalhadora. Embora não pareça no conjunto das análises, especificamente na parte que trata sobre o movimento de massa, no qual está incluído o movimento de mulheres, são perceptíveis o desemprego, o arrocho salarial e a prostituição infantil.

Importante notar que, com a precarização das condições de trabalho e a diminuição do Estado nas políticas públicas, a vida das mulheres, que já eram dominadas, exploradas, passou a ser espoliada na esfera da reprodução do trabalho. Elas passaram a atuar ainda mais no âmbito doméstico com a redistribuição dos cuidados com a casa, com os filhos e outros tipos de dependentes, com o trabalho *part time*, e estavam “livres” para jornadas contínuas de trabalho.

Nessa época, os direitos conquistados pela Constituição sofriam grandes ataques com a proposta de reforma de Estado, promovida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso através do Plano Diretor, cujo argumento era de que Estado deve veria estar fora do setor produtivo. Usando deste argumento a respeito de um suposto “excesso do Estado” na esfera produtiva, afirmava-se que deveria haver privatização, pois caso contrário, haveria deterioração dos serviços públicos.

Com base neste plano, o Estado teria que “cuidar” da área social, do bem comum, e para tanto era necessário desregular a economia nas áreas de desenvolvimento social, contudo;

O baixo nível de investimento do governo na área social e a perversidade das políticas liberalizantes e privatizantes sobre a geração de empregos, aliadas às altas taxas de juros, vistas como atrativo para o capital financeiro externo, bem como a incapacidade de melhorar as contas públicas, mostraram exatamente o contrário. O Governo, ao retirar-se da regulação econômica, agrava o quadro social e enfraquece os mecanismos de distribuição de renda, quando edita medidas que criam desemprego e favorecem a desregulamentação do mercado de trabalho. O Estado não é um elemento neutro dentro de uma sociedade dividida em classes, suas decisões surtem efeitos diferenciados sobre os interesses em jogo em cada conjuntura histórica. (COSTA, 200. P 66)

Ganha relevo no neoliberalismo a esfera da reprodução social. A divisão sexual do trabalho improdutivo passa a ser transferida para o âmbito doméstico. As esferas da educação infantil, do cuidado com as pessoas idosas e enfermas são desresponsabilizadas do Estado, acarretando a perspectiva defendida por parte de alguns movimentos de mulheres, segundo a qual este trabalho deveria ser remunerado. Considerando a experiência com o assalariamento das empregadas domésticas, não acreditamos que tal posição resolveria o problema, muito pelo contrário.

Como a taxa de contribuição para seguridade social no Brasil é regressiva, acreditamos que o peso deste assalariamento recairia para os/as próprios/as

trabalhadores/as. Já temos experiências exitosas, como na revolução de outubro de 1917, que estatizava grande parte da reprodução social, em se implementaram serviços relacionados ao cuidar 24 horas, ofertados pelo Estado.

Segundo Bhattacharya (2019) a força de trabalho é reproduzida por três processos interconectados; 1 – Por atividades que *regeneram* a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem regressar a ele; 2 – Por atividades que mantêm e regeneram aos *não trabalhadores* fora do processo de produção; 3 – Reproduzindo *novos trabalhadores*, através do parto. Estas atividades, que formam a base mesma do capitalismo no sentido de que reproduzem o trabalhador, são feitas completamente grátis para o sistema por homens e principalmente por mulheres dentro dos lares e da comunidade.

Em 1990, a participação das mulheres na força de trabalho foi de 74%, o que coloca os Estados Unidos no sexto lugar nesta medição entre 22 países desenvolvidos. Graças às políticas neoliberais das duas décadas seguintes, a participação das mulheres aumentou somente uma fração, para 75,2%, enquanto em outros países industrializados, aumentou de 67% para cerca de 80%. Não só as mulheres são obrigadas a trabalhar em tempo parcial, mas a hostilidade do local de trabalho com a natureza de Gênero do trabalho doméstico é também o porquê de somente 9% das mães trabalharem mais de 50 horas por semana. (BHATTACHARYA, 2019)

No Brasil, não era ou é diferente, em 1991, a renda média das brasileiras correspondia a 63% do rendimento masculino e 18% das famílias eram chefiadas por mulheres. Segundo o Censo IGBE (IPEA-2021), essa parcela subiu para 25%. Das 10,1 milhões de vagas de trabalho abertas entre 1989 e 1999, quase 7 milhões acabaram preenchidas por mulheres.

Segundo o Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), houve crescimento da taxa de atividade para as mulheres em todas as faixas etárias. A pesquisa, de 2021, revela ainda que não ocorreu mudança no perfil etário da População Economicamente Ativa (PEA) feminina. As pesquisas revelam que quase 30% das mulheres apresentam em seus currículos mais de dez anos de escolaridade, contra 20% dos profissionais masculinos.

Ainda assim, como não se desvincularam dos trabalhos informais, precarizados, em tempos parciais, que poderiam ser feitos no espaço doméstico, à exemplo das mulheres da indústria calçadista no interior de Franca/SP⁵⁷, que foram submetidas a uma maior pauperização.

⁵⁷ VANNUCHI, T. V. M. A mulher na fábrica de sapatos: trabalho e Gênero na indústria calçadista de Franca (SP) disponível in: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106299>. Acessado 14/07/2021.

A tendência do neoliberalismo à mercantilização de direitos conquistados pela classe trabalhadora, convertidos agora em “bens” ou “serviços” adquiríveis no mercado — saúde, educação e a seguridade social, fez com que estes deixassem de ser direitos inalienáveis dos cidadãos e se transformassem em simples mercadorias intercambiadas entre fornecedores e compradores à margem de toda definição política.

Às mulheres, sobretudo às negras, até o direito de se cuidarem quando estavam doentes foi impossibilitado, visto que, sem acesso a bens e serviços para si mesmas e seus filhos, tinham que, mesmo sem condições, manterem-se de pé.

É preciso destacar que, com o processo de reabertura política, com a redemocratização do Brasil, uma série de conquistas foram asseguradas pela Constituição Federal de 1988. Os direitos da seguridade social, formados pelo subsistema Saúde, Previdência e Assistência Social, se constituíram no mais significativo avanço da sociedade brasileira. Ao desvincular a saúde da contribuição direta via Instituto de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), tornando-a de acesso público, universal e gratuito, tornou-se possível que aqueles/as que não eram assegurados e, portanto, que não contribuía diretamente para a previdência, usufruíssem da saúde e da assistência.

A assistência social passou a operar para aqueles/as que não conseguissem manter sua condição de existência, através do benefício de prestação continuada (BPC). No art. 203 da CF 88 estabeleceu um direito de cidadania, garantindo um salário mínimo para as pessoas com algum tipo de deficiência, física, mental ou cognitiva, bem como aos/as idosos que não possuíssem meios de subsistência. A Previdência Social tornou-se a única modalidade de proteção social que exige contribuição dos segurados.

Mal transcorridos quatro anos estes direitos começaram a ser atacados, com o discurso de equilíbrio da economia e da estabilidade da inflação. Foi solidificado o Plano Real através da abertura ao capital estrangeiro. Data deste período a implementação dos polos das montadoras de carro no Brasil, tais como Peugeot, Renault, Citroën, Audi, Mitsubishi, Nissan, Land Rover e Toyota. Ainda, no setor de caminhões, uma a fábrica da Volkswagen foi implantada em Resende-RJ, e uma da Iveco em Minas. Entretanto, foi neste período que houve as principais privatizações, como das telecomunicações, distribuição de energia e mineração.

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) conseguiu implementar o neoliberalismo no seu conjunto, ampliando as privatizações e a ofensa contra a classe trabalhadora, não só através de profundas e significativas mudanças na Constituição e na legislação ordinária, mas também pela

perseguição e do desmonte orquestrado dos movimentos sociais e de suas entidades representativas. (XII Caderno de Resoluções do PCB)

Do discurso de que o sistema tributário onerava as exportações fez-se uma reforma regressiva para os/as trabalhadores/as, pois pesava sobremaneira para os pequenos comerciantes, pequenos e médios produtores, além dos consumidores, neste sentido, o primeiro governo de FHC, de 1994 a 1998, foi marcado por tentativas de consolidar a recente redemocratização do país, mas, ao mesmo tempo, pela abertura das reservas do país para o capital financeiro.

Desde início explicitando a orientação política econômica para implementação do neoliberalismo. O governo de Fernando Henrique Cardoso assumiu verdadeiramente uma feição estratégica mais definida, com a adesão do governo ao conjunto de orientações advindas do chamado Consenso de Washington, referendado pelos organismos financeiros multilaterais, colocando definitivamente o Brasil entre os países a adotar medidas com explícitas recomendações liberais.

De acordo com Carbonari (*online*), ainda que no governo de Fernando Henrique Cardoso os direitos humanos tenham ganhado lugar político, a conduta de seguir a prescrição dos organismos multilaterais internacionais restringia efetivamente o acesso da população, aos bens e serviços, e até buscou criminalizar os movimentos sociais que lutavam pela efetivação concreta dos direitos constitucionais. Saúde, Moradia e Educação ganharam instrumentos normativos e operacionais, entretanto, a dotação orçamentária insuficiente constituiu um grande obstáculo para sua materialidade.

O alinhamento com o Consenso de Washington impôs cortes nas áreas sociais e fortaleceu o chamado terceiro setor, pois, no Brasil sempre foram fortes instituições filantrópicas. Colocou-se em risco a autodeterminação, antes assegurada pela participação do povo em detrimento do pagamento de dívidas, sendo que, segundo Carbonari (*online*)

O total da dívida externa saltou de U\$ 148,29 bilhões, em 1994, para U\$ 236,16 bilhões, em 2000. No mesmo período, o país pagou o montante de U\$ 75,89 bilhões em juros e U\$ 218,80 bilhões em amortizações, o que perfaz um total de U\$ 294,69 bilhões. Um exercício matemático elementar mostra que, no período, o País praticamente pagou em juros e amortizações quase o equivalente ao que continuava a dever em 2000. No mesmo período, a dívida cresceu U\$ 87,87 bilhões, em contraste com um pagamento que é mais do que três vezes este valor. A dívida interna passou de R\$ 59,4 bilhões, em 1994, para R\$ 555,90 bilhões, em 2000, um crescimento acumulado no período equivalente a 836%. O saldo da balança de pagamentos saltou, na última década, de 14,7 para 30,7 bilhões de dólares e o déficit de contas de transações correntes passou de 1,7 bilhões para 35,2 bilhões de dólares – nada menos do que 24 vezes mais. (Carbonari, *online*)

Colaboraram para este processo a “satanização” do Estado e a exaltação do mercado, que obliteravam tentativas de reverter esta situação estrutural. As ações ideoculturais, arraigadas na população, associavam o estatal ao mau e ineficiente, e os mercados ao bom e eficiente.

O senso comum se mostrou terreno fértil para a proliferação de duas vertentes no neoliberalismo nos anos 1990, início do século XXI: 1) o liberalismo quanto às relações de Gênero e 2) conservadorismo.

1- O liberalismo no feminismo surgiu na Revolução Francesa, ainda no século XIX, com Mary Wollstonecraft em *Reinvindicação dos Direitos das Mulheres*. Essa vertente tem como objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres por vias institucionais de forma gradativa. O foco não é destruir o patriarcado, ou o machismo estrutural, mas sim inserir as mulheres dentro das instituições econômicas, jurídicas e políticas. Ampliar a representatividade feminina das mulheres em espaços de poder, ainda que sejam espaços de exploração, dominação e subjugação de outrem.

Nesta esfera, não há implicações com as questões de Raça ou do próprio Gênero. Na década de 1990 era comum a disseminação da liberdade da mulher atrelada ao forte apelo sexual — inclusive, se utilizava da mercantilização do corpo da mulher para ascensão social e política.

No contexto em que o ex-presidente Fernando Collor de Mello sofreu um impeachment e a política de austeridade econômica foi implementada por Itamar Franco, os jornais à época noticiavam sua presença no carnaval ao lado de uma mulher⁵⁸ (Lilian Ramos, sem calcinha).

Quanto à prostituição infantil, parte constitutiva de uma sociedade patriarcal e racista. Na obra *Gênero, Patriarcado e Violência*, Heleieth Saffioti (2015), aponta que era dentro de casa que a maioria do estupro de vulneráveis acontecia. “O pai biológico é o adulto masculino no qual a criança (menor de 18 anos) mais confia. Este fato responde pela magnitude e pela profundidade do trauma”.

Dados parciais de 1988 revelam que a proporção de réus condenados era de 11%, tendo crescido para 12,5%, em 1992, para LCD; 7% para estupro e abuso sexual, nos dois momentos; tendo aumentado de 5% para 7%, para o crime de ameaça, muitas vezes de morte, que acaba se consumando. A solução não

⁵⁸ Ver anexo I

Uso do dispositivo de mercantilização do corpo feminino como cortina de fumaça para implementação do plano de austeridade econômica.

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/1994-o-ano-em-que-a-republica-perdeu-a-calcinha.shtml>. Acessado 14/09/2022.

consiste em agravamento de pena, mas na certeza da punição (SAFFIOTI, 2015, p 22).

A pesquisa apresentada por Heleieth Saffioti à Fundação Perseu Abramo se constituía num instrumento, sobretudo para as mulheres da classe trabalhadora, que, na década de 1990, sofriam duplamente com opressão de Gênero e de Raça. Os principais meios de comunicação públicos no Brasil “educavam” as filhas/os de trabalhadoras/es naquela época. O censo do IBGE de 1991 mostrou um país de 19,2 milhões de analfabetos com idade acima de 14 anos, que representavam 20% da população nessa faixa etária. O IBGE considerava como alfabetizada a pessoa capaz de “ler e escrever um bilhete”. Era um critério pouco rigoroso e pouco confiável quanto a sua aplicação. Mas essa era a realidade brasileira.

A escola só foi garantida como equipamento público pela CF 88. Ainda não existia o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além de os programas infantis fazerem parte do projeto ideológico de branqueamento da população, também incentivavam o consumo.

Nas mais de 4 horas diárias em que ficavam expostas ao aparelho de televisão, crianças assistiam aos programas de Xuxa, Eliana e Angélica, todas apresentadoras brancas, cercadas de outras criaturas brancas, com brincadeiras que instituíam espírito de rivalidade e competitividade entre os sexos, contribuindo para o binarismo dicotômico. Nos intervalos, via-se uma enxurrada de propagandas que incentivavam o consumo.

A indução ao consumo por uma população que estava abaixo da linha da pobreza, levou o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) a afirmar que, “direcionar publicidade para o público infantil é uma prática abusiva e ilegal”. Prevalendo essa premissa sobre qualquer tipo de produto ou serviço, em qualquer meio de comunicação ou espaço de convivência da criança. Entretanto, o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que determina a proteção da criança contra toda forma de violência e pressão consumista, só foi implementado em 2016.

Apesar disso, além do estímulo ao consumo, da identificação com a branquitude e com o estereótipo magro mas bem alimentado e alto, também era estimulada a sexualidade prematura. Além das roupas das apresentadoras, que faziam alusão a roupas íntimas, o pornográfico era a medida da erotização.

A capa de um dos discos de vinil da “rainha dos baixinhos⁵⁹” lançada em 1988, mesmo ano da constituição, evidencia a mercantilização dos corpos femininos. Mesmo

⁵⁹ Ver Anexo II

com crianças, havia forte apelo à erotização, ou à pornografia. Os veículos de comunicação, sobretudo os televisivos, eram e ainda são utilizados como terreno fértil para a propagação do novo ideário do sistema capitalista, reforçando os princípios e valores neoliberais no imaginário do senso comum. Tal tarefa é executada sem muitas dificuldades, dado o olipólio da informação composto por três grandes famílias de televisão: Marinho (Rede Globo), Saad (Rede Bandeirantes) e Abravanel (Sistema Brasileiro de Telecomunicação – SBT). Inclui-se neste grupo familiar-empresarial a TV Record, comandada pela Igreja Universal do Reino de Deus.

Hoje, como nunca antes visto, os meios de comunicação de massa servem como um dos pilares fundamentais da manutenção da ordem vigente. Verificamos um ataque deliberado aos movimentos populares organizados, com a perspectiva de desmoralizá-los. Reforça-se no capitalismo globalizado neoliberal o papel de controle ideológico exercido pelos meios de comunicação de massa, que monopolizam o fluxo de informações. Acompanhando a tendência de todo o capital, os meios de comunicação cada vez mais estão se concentrando na mão de um número menor de pessoas (XI Caderno de Resoluções do PCB).

Antes mesmo de entrarmos no século XXI, o Partido Comunista Brasileiro já denunciava o poder da mídia no Brasil e sua capilaridade para a disseminação das ideias da classe dominante, bem como para a fragmentação da classe trabalhadora, uma vez que sempre direcionou à “interpretação” dos leitores, espectadores e consumidores para a criminalização das formas de resistência. O movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST)⁶⁰ foi, assim como os comunistas, alvo privilegiado destes ataques.

Mesmo compreendendo que a mídia era um grande e poderoso instrumento da classe dominante para disseminar sua ideologia, pouco o partido foi capaz de fazer para agitar e propagandar a possibilidade de uma nova ordem societária. A construção do individualismo perpassou a naturalização da violência, sobretudo a violência praticada contra as mulheres e negros/as.

Por meio da erotização infantil e da disseminação da pornografia, na década de 1990, os Programa de Luciano Huck, na Band, com “Tiazinha e Feiticeira”; o Programa do Gugu, Viva a noite, com “as mulheres na banheira do Gugu” e concursos de mulheres com camiseta molhada”; no domingo o Domingão do Faustão e suas bailarinas, mas

⁶⁰ ADISSI, Paula Oliveira. Estado, mídia e criminalização do MST: um estudo a partir do Caso de Pocinhos- PB (2011), disponível in: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFCEG_b685e2aca07bbc3a7efc9929dc6a5ad6, acessado 08/11/2022

nenhum bailarino, portanto, não se tratando de arte-dança; posteriormente, surgiu ainda o programa Pânico da TV, com suas “paniquetes”. Houve muitos outros, cuja meta precípua era esvaziar análises críticas e expressões de dissenso, evitando atritos entre as interpretações dos fatos (notadamente os que afetam interesses econômicos, corporativos e políticos) e seu entendimento por parte de indivíduos, grupos e classes.

O uso e disposição do erótico, do sexual, atrelado à pornografia na televisão, visava reduzir ao mínimo o fluxo de ideias contestadoras – por mais que estas continuem existindo.

O controle ideológico sempre dificultou a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos, pois se procuravam e procura-se neutralizar perspectivas alternativas, principalmente as que se opõem à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais.

Ao mesmo tempo em que minimiza questionamentos, a mídia não quer submeter-se a freios de contenção, alegando que exerce uma função social específica (informar a coletividade). Deseja situar-se sempre fora do alcance da regulação pública (no caso dos meios sob concessão). A opinião pública é induzida a pensar que só tem relevância aquilo que os veículos divulgam (MORAIS, 2010, p. 68)

Em relação aos homens e mulheres negras, estes compareciam no lugar do subalterno, quando não de forma caricata. Marcolino Neto (2015) apresenta um estudo aprofundado sobre a representação das pessoas negras na cultura brasileira, partindo de obras do século XVIII, passando pelo XIX e segundo até o século XX. O autor demonstra como o estereótipo criado sobre os negros não data apenas dos processos eugenistas do século XX, mas que, desde sempre, tenta-se naturalizar a condição sub-humana e de maus tratos, que representava a violência e a hierarquia sobre a população negra.

Ele também evidencia como, na história oficial, os/as negros/as

“pareciam encontrar dificuldades em parecer ser humanas”, pois são representados como tendo “dificuldades em adotar uma posição ereta, têm pescoço curto, braços bastante alongados e, em muitas situações, suas roupas se resumem a pedaços de tecido amarrados ao redor da cintura” (NETO, 2015, p 66).

Quando não eram assim representados, compareciam como seres selvagens, o que “justificava”, mesmo após a abolição do sistema escravocrata, a manutenção “ilegal” da população negra em regime de escravidão.

Para o autor, na mesma medida em que as pessoas racializadas ganhavam algum espaço, também aumentavam as maneiras estereotipadas de representação de seus corpos,

sendo recorrente a produção de imagens em que apareciam subjugadas. “Sentadas ou deitadas no chão, conformadas com a situação de pobreza, exercendo funções consideradas de menor importância” (Neto, 2015). As mulheres negras eram apresentadas como lascivas, animais ou como elemento corruptor das famílias. Difundida e apoiada nestas ideias, a cultura brasileira passa a enxergar as mulheres negras a partir dos estereótipos, ora despertando “desejo”, ora despertando repulsa.

Os estereótipos, como explica Janaína Damasceno (2001, p. 3; grifos no original), têm o “caráter de reduzir, essencializar, naturalizar e fixar a diferença do Outro”, pois, conforme Hall (1997, p. 258), “dividem o normal e o aceitável do anormal e do inaceitável” ao mesmo tempo que procura manter a ordem social e simbólica da sociedade. No que se refere às formas de representação da mulher negra, os estereótipos contribuem para esquadrihar e classificar cada parte do seu corpo, para que não haja dúvidas do quanto é “diferente”. Para tanto, denominações específicas são usadas: *carapinha* em vez de cabelo, *beijo* em vez de lábios (GOUVÊA, 2005, p. 88, grifo nosso).

De acordo com Neto (2015), esta forma de apreender a mulher negra, foi difundida de diversas maneiras, através de livros e revistas, peças de teatro, músicas, anúncios publicitários, televisão, histórias em quadrinhos dentre outros. Se visitarmos o acervo das novelas de 1990 a 2020⁶¹, (mecanismo mais utilizado pela classe trabalhadora para se entreter), verificaremos que a difusão de desejo e repulsa estão ainda hoje presentes.

Neto, ao analisar os personagens “nega maluca”, “lamparina” e “Maria Fumaça”, nos quadrinhos para criança, estabelece uma relação com essa “visão” dual das mulheres negras. Também analisa Solange Martins Couceiro de Lima⁶², que amplia esta dualidade aos Homens Negros, afirmando que as identidades a eles atribuídas pelos meios de comunicação são sempre subalternas, como de motoristas e escravos, o que contribui para que crianças apreendam, desde muito cedo, que as identidades dos/as negras/os são algo indesejado.

Destarte, nos amparando em Almeida (2018), verificamos que o racismo pode ser apreendido nas suas três dimensões estruturais: na dimensão individualista, presente nas relações interpessoais; na relação institucional, estabelecida entre o Estado, economia e cultura. Na dimensão “individualista”, conforme Almeida (2018) é concebido como uma

⁶¹ Citaremos algumas referências midiáticas: *Novela Mandala* 1988, - *Da Cor do Pecado* 2004, - *A Próxima Vítima* 1995, - *A Globeza* (‘musa do carnaval da Globo’) – Campanha sexista da Cervejaria Devassa, cuja campanha era: “É pelo corpo que se conhece a verdadeira negra”, versava sobre uma cerveja escura. Análise e crítica ao uso do termo e da imagem. <https://www.geledes.org.br/e-pelo-corpo-que-se-reconhece-a-verdadeira-negra-devassa-negra-deve-alterar-conteudo-racista-e-sexista-de-propaganda/>. Acessado em 20/10/2022

⁶² <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-negro-na-telenovela/>, acessado em 20/10/2022

“patologia”. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo. Aqui cabe uma pequena discordância do autor, ainda que nas interações interpessoais, pessoais, ou coletivas, busque-se “razões patológicas” no Outro (no caso o/a Negro/a) para expressar sua negação do que é diferente.

Para nós esta negação “anormal” não se dá por um desvio de caráter ético individual, mas graças ao processo material/subjetivo sobre o qual se ergueu a noção de moral e patológico, bonito e feio, moral e imoral.

Neste sentido,

Numa cultura com racismo, o racista é, pois, normal. A adequação das relações econômicas e da ideologia é, nele, perfeita. Certamente que a ideia que fazemos do homem nunca está totalmente dependente das relações econômicas, isto é, não esqueçamos, das relações que existem histórica e geograficamente entre os homens e os grupos. (FANON, [1956] 2018, p.86).

De acordo com Rodrigues (2022), numa sociedade racista, o racismo é “normal”, pois ele é produto das relações econômicas e da ideologia. Para o autor, a ideologia é uma forma específica de dominação, e ao longo da história assumiu ela mesma diversas formas: religiosa, biológica, “científica”, bem como derivações e cruzamentos destas. Ainda que resguardadas suas peculiaridades, todas buscaram justificar, naturalizar, inverter ou ainda ocultar as reais motivações de determinadas decisões políticas e econômicas, que tinham (e ainda tem) por objetivo oprimir para melhor explorar a classe trabalhadora brasileira e, em especial, a sua parcela negra.

Por sua vez, o conservadorismo, segundo elemento do neoliberalismo, segundo Iasi (2015) não pode ser entendido como um fenômeno em si mesmo, mas como parte constitutiva da luta de classes. A renascença da democracia, ainda muito recente à época, a forma particular de capitalismo, periférico e dependente, as aparentes conquistas asseguradas pela carta Magna, o que caracterizava um salto qualitativo nos direitos dos/as trabalhadores/as e dos movimentos sociais populares como os movimentos de mulheres, negros/as, LGBT, dentre outros, fizeram com que a burguesia, receando por sua consolidação como classe hegemônica, passasse a diminuir, e não ampliar, o espaço para a política de “esquerda”.

Como vimos, a reificação da consciência da classe dominante patriarcal e racista, não deixou de estar presente na sociedade brasileira, o mito da democracia racial, da cordialidade, e da parcialidade da inserção das mulheres na vida pública, sempre esteve aportado num modo de produção que, por si só, se organiza pela exploração do Homem

pelo Homem. Assim, todas as imaturas conquistas da classe trabalhadora não significaram seu fortalecimento enquanto sociedade civil.

As melhorias residuais, focais e fragmentadas para os/as mais pobres tornaram inalteradas as condições para a burguesia se manter hegemônica, assim como também se mantiveram inalteradas as relações de produção e reprodução social e na vida cotidiana. Todos os exemplos citados acima, introduzidos, naturalizados e mantidos pelos meios de comunicação de massa, colaboraram para a consciência imediata⁶³. Mauro Iasi (2015, *online*) aludindo a Lukács, aponta os seguintes aspectos;

a) *imediatividade*, o que significa que é uma consciência que se forma nas relações imediatas do ser social com as coisas e pessoas próximas, nos contextos presenciais e que tem por horizonte de ação o tempo presente;

b) *heterogeneidade*, o que implica que as diferentes esferas de ação da pessoa no trabalho, na vida afetiva, nos vínculos com o sagrado (o que inclui o futebol, além da religião), na adesão a valores morais, ganham autonomia e coexistem lado a lado sem a exigência de coerência entre os elementos que conformam um determinado modo de vida e uma correspondente concepção ideal de mundo;

c) *superficialidade extensiva*, ou *ultrageralização*, mecanismo pelo qual a experiência imediata é estendida e universalizada de contextos particulares para generalizações carentes de mediações, o que leva ao preconceito como forma imediata do pensamento no cotidiano. (IASI, 2015, *on line*)

São elementos heterogêneos e díspares no imediato da vida cotidiana que produzem o senso comum sobre o que é “diferente”, sobre o Outro. No caso de nossa tese, defendemos que desde 1994, estes diferentes, estes “Outros” mulheres, negros/as e LGBT, que passaram a ser criminalizados, perseguidos e violentados, visto que pela primeira vez na história brasileira se erguiam como sujeitos sociais e coletivos, “iguais”, segundo a Constituição Federal, a todos.

Cabe salientar que este “senso comum” que alimenta o conservadorismo não é acrítico, mas derivado da imediatividade, pois, nas experiências e relações cotidianas, a experiência vivida passa atuar como mecanismo ultrageralizante. Carente de mediações, o senso comum é tomado por preconceitos e pela heterogeneidade que é determinada pelas relações de produção e reprodução, que, no caso da sociabilidade a que nos reportamos, é determinada pelo modo de produção fordista, taylorista. O senso

⁶³ “Nesse sentido inicialmente, a consciência seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção). Dito de outra maneira, uma realidade externa que se interioriza” (IASI, 2015, p 17)

comum conservador partiu não de uma abstração da realidade, mas do seu correspondente político econômico e social neoliberal, que por “natureza” é um senso comum alienado.

3.1.1.1 A Organização Política em Tempos de Neoliberalismo

O pacto burguês estabelecido logo após a redemocratização do Brasil, com a ofensiva neoliberal que mercantilizou os direitos e os transformou em bens e serviços a serem adquiridos no mercado apenas por aqueles que tinham “mérito”, transformou a desigualdade social em questões pessoais, diluindo as diferenças de classe, na ênfase ao colaborador.

“A estrutura sindical brasileira baseada no sindicato por categorias profissionais, se constitui num entrave ao desenvolvimento da luta dos trabalhadores, porque pulveriza os sindicatos e acentua o corporativismo” (XII caderno de resolução do PCB)

O declínio dos instrumentos tradicionais de proteção⁶⁴ ao trabalho e ao trabalhador, a necessária ampliação para atender as necessidades da classe trabalhadora em sua heterogeneidade, bem como a incisiva ideológica instituída pelas políticas de reconhecimento, ampliaram as diferenças entre os/as próprios/as trabalhadores/as. As relações sociais, interiorizadas na forma de valores que constituíam uma visão de mundo que representava os valores burgueses, eram apresentadas na forma do discurso ideológico, embora parecesse, não ser.

Ocorre que o discurso não é uma mera reapresentação do conteúdo mais substantivo das relações sociais internalizadas, ele o conforma de uma determinada maneira e com certa intencionalidade, produzindo um efeito político extremamente útil à dominação. Certas palavras chaves, “significantes mestres” nos termos de Lacan, ordenam a série de palavras que são veículos de valores dando consistência a uma determinada visão de mundo orientada ideologicamente (IASI, 2015, *online*)

A erupção de movimentos sociais (mulheres, negros/as, LGBT) que rapidamente eram cooptados, transformados em organizações não governamentais financiadas por fundos públicos, o flerte com a ideia nacionalista, patrimônio da ideologia burguesa, a deturpação da história e o preciosismo pelo presente, ancorados pelo irracionalismo, tal

⁶⁴ Nos governos de Fernando Henrique Cardoso foram criadas centrais sindicais alinhadas com o projeto da burguesia, que, ao invés de representar os interesses dos trabalhadores, tornam-se instrumento apaziguador dos conflitos centrais entre os trabalhadores e o Capital. Além da força sindical, também foram criadas nessa época a SDS, a CGT e a CAT. Para o PCB, assim pulverizava-se a luta dos/as trabalhadores/as fosse pela estrutura geográfica, municipal, intermunicipal, ou pela categorização profissional. Para o PCB era necessária a criação de sindicatos por ramo de atividades.

como a transformação das necessidades das mulheres por mais liberdade e dos/as negras por mais representatividade, alicerçaram o irracionalismo moral dos conservadores da burguesia nacional, que jamais imaginaram ter como identidade nacional mulheres e/ ou pessoas negras.

Embora as mulheres e negros/as fossem apresentados/as e representados/as pela mídia da década de 1990 como algo entre o risível e o grotesco, as pautas que eram reivindicadas à época eram contra a violência doméstica; por igualdade salarial; por creches e pelo acesso ao poder (candidaturas; democracia nos partidos e cota para candidatura femininas); pelo fim das revistas no corpo da mulher nas fábricas e comércio; e por saúde, como os direitos reprodutivos e descriminalização do aborto. Enquanto isso os/as negras/os, lutavam pela afirmação do o Artigo 68 da CF, das Disposições Constitucionais Transitórias, que obriga o Estado a emitir títulos de propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras; A “Lei Caó”, de 1989, tipificou o crime de racismo no Brasil. Hoje, esse crime é imprescritível e inafiançável no país. Além da “Lei Caó”, há a lei que versa sobre injúria racial (Art. 150, CP), utilizada nos casos de ofensa à honra pessoal valendo-se de elementos ligados à cor, Raça, etnia, religião ou origem. A Lei nº 7.716/89 e a Lei 10.639/03, por sua vez, são responsáveis por instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, privados ou públicos

3.2 O Mundo do Trabalho a Reestruturação Produtiva: Impactos Sobre Corpos Generificados e Racializados.

Antes da implementação do neoliberalismo no Brasil, a reestruturação do modo de produção e de gestão do trabalho em suas várias expressões de reestruturação produtiva na história, além de introduzir novas formas de exploração, tratou também de disseminar a destituição do trabalho como uma categoria central. As novas formas flexíveis, os círculos de qualidade, dentre outras modalidades, fizeram com que parte das instituições e entidades de representação dos trabalhadores aderissem às ideias da classe dominante, “para que as ideias da classe dominante tivessem condições de se manter hegemônicas,

era necessário construir condições objetivas e materiais para isso” (CRUZ, 2020, *online*⁶⁵)

A disseminação da perda do trabalho enquanto categoria central foi fundamental para o processo de “dominação” da classe trabalhadora, pois, desacreditada pelo fim do socialismo real, atacada pelo conjunto de reformas provenientes dos organismos multilaterais, pela implementação do neoliberalismo e da dissolução dos mecanismos tradicionais de proteção ao trabalho. Além disso, ela encontrou eco na disseminação da ideologia do empreendedorismo, da autoexploração e da servidão “voluntária”, embora saibamos que o debate sobre a categoria versava mais sobre o modelo de produção e gestão em sua metamorfose e que, contraditoriamente, enquanto nos países industrializados os/as trabalhadores/as exigiam diminuição da carga horária diária dedicada à produção, no Brasil esta era cada vez mais intensificada, sobretudo para as mulheres, e em especial para o grupo racializado.

As metamorfoses no mundo do trabalho, sobretudo nos países de capitalismo dependente, dotados de uma industrialização intermediária evidenciaram um processo múltiplo. De um lado, a desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países avançados; de outro, uma subproletarização do trabalho em decorrência das formas diversas do trabalho precário, parcial, terceirizados entre outros, significando por tanto, uma heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho (Antunes, 2020)

Não podemos confundir: “o aumento das contradições entre capital e trabalho tem forçado a estrutura ideológica a se remodelar de acordo com as necessidades de novas justificativas e novos patamares de dominação” (XII caderno de resoluções do PCB).

Ambivalente, o modo de produção capitalista na América Latina, sobretudo no Brasil, contribuía para a ampliação do proletariado, especialmente da indústria verticalizada desenvolvida pelo binômio taylorismo/fordismo, que impôs aos/as trabalhadores/as do mundo suas formas de organização, e às entidades a necessidade de se repensar e de se reorganizar.

As formas de regulação do trabalho instituídas pelo Toyotismo, com flexibilização e desconcentração no mundo e no Brasil, quase sempre junto ao processo de desterritorialização do espaço produtivo, também pelo processo de divisão racial e sexual

⁶⁵ CRUZ, C. O. S **As ideias da classe dominante são as ideias dominantes? Uma resposta marxista.** Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2020/11/03/as-ideias-da-classe-dominante-sao-as-ideias-dominantes-uma-resposta-marxista/>. Acessado em 19/09/2021

do trabalho, e menos pela instituição do maquinário e da industrialização, impeliu as populações de mulheres e negros/as para subcontratações, *part time*, terceirizações, dentre outros. A não experiência com o Estado de proteção social, estabeleceu o que Ricardo Antunes (2020) denominou “processo de desindustrialização e desproletarização”, inscrevendo à nossa concepção, aqui já apresentada, a sublevação dos subalternizados.

Categoria constante nas resoluções do partido, a *reestruturação produtiva* esteve presente desde o início do recorte temporal (1992), ou seja, do X ao XVI caderno de resolução do Partido. Mesmo quando o Partido atravessou um processo de dissolução e reorganização interna, com a saída dos dissidentes que deram origem ao PPS, o jornal A Tribuna Comunista⁶⁶ de 1992, que buscava ser um instrumento informativo e formativo para a base de militantes até o X Congresso em 1993, trazia as consequentes apreensões do que se passava no mundo do trabalho.

A primeira edição fazia um balanço sobre a mundialização do capital, o alargamento das desigualdades sociais e sua expressão severa que pauperizava a classe trabalhadora.

O documento apresentava as dificuldades para serem enfrentadas pelos comunistas com a queda do socialismo real e a crise do capitalismo, que já naquela época era considerada estrutural. A crise estrutural que emergiu na década de 1970, caracterizada por um conjunto de fenômenos sociais qualitativamente novos, demarcou, naquela temporalidade histórica, um “marco civilizatório”.

num ambiente com alto grau de automação, e com elementos de inteligência artificial, o operário da nova empresa, combinará qualificação, polivalência e especialização, o que reduzirá a distância hierárquica, no interior da fábrica, aproximando-se de maneira significativa o trabalhador manual do intelectual” (transcrição nossa do Tribuna Comunista, 1 edição. P 2, 1992)

Desde o final da década de 1970, a reestruturação capitalista refletiu na vida dos/as trabalhadores/as de diversas formas. A impulsão da inovação tecnológica, com espírito de polivalência, manipulada pela “flexibilização”, capturou a subjetividade do trabalhador, fazendo-o parte operacional do controle sociometabólico do capital. A luta

⁶⁶ A Tribuna Comunista: Disponível in https://pcb.org.br/portal2/3915https://drive.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZakhZOGR2WjdvOG8/view?resourcekey=0-w2bK6h2aart2jXMLwd0G3A; acessado em 02/02/21

de classes e as derrotas das forças políticas do trabalho na década de 1970 conduziram à reestruturação política do capital, constituindo o Estado neoliberal.

Impressiona a capacidade de interpretar essa reestruturação pela construção da hegemonia dos países industrializados, sobretudo os Estados Unidos, para a fase do capitalismo em estágio imperialista, mas parece um tanto frágil a interpretação das consequências para o que chamam abstratamente de classe operária, visto que é neste período que verificamos a maior desindustrialização e, assim como exposto na tribuna, uma reorganização do trabalho e do trabalhador. “na classe operária, a nova revolução industrial, talvez provoque uma diminuição do número de trabalhadores, envolvidos na produção” (TRIBUNA COMUNISTA, 1992, p. 2). Embora destaquem a possível absorção da força de trabalho pelo setor de serviços, alertam que a diminuição do trabalho fabril provocaria uma intensa luta social.

Ao apontar a possível luta social, a análise no equívoco de afirmar que, diferente do modelo fordista, baseado no trabalho programado e repetitivo, o novo espaço fabril Toyotista possibilitaria um “maior poder no interior das fábricas” (ibidem)

“Essa nova classe operária, terá melhores condições de organização nacional e internacional, pelo menos nos níveis de países centrais, e pode vir a ser o contraponto efetivo, da cosmopolitização da burguesia” (TRIBUNA COMUNISTA, 1992, p. 2). O texto não aponta, contudo, como será essa organização dos/as trabalhadores/as.

A precarização do trabalho que caracterizou e ainda caracteriza o capitalismo assumiu uma dimensão estrutural e fez emergir a classe-que-vive-do-trabalho. Trata-se de uma nova dimensão da precarização do trabalho que não se reduz à precarização salarial. A amplitude e intensidade do fenômeno do estranhamento hoje alterou o significado político da precarização da classe trabalhadora, impondo a necessidade de apreensão das particularidades dos sujeitos que a constituem. (Alves, 2012).

No caderno de resoluções de 1993⁶⁷, a posição apresentada pela Tribuna Comunista é a análise ostensiva da reestruturação produtiva. Nela, aparece o debate sobre o imperialismo e as formas de degradação ecológicas do modo de produção capitalista.

A organização do caderno se divide em blocos, assim distribuídos: 1) O Mundo de hoje: Capitalismo; 2) O mundo de hoje: Socialismo; 3) Sobre o Brasil; 4) Sobre o Partido; 5) Sobre o programa do partido; 6) Sobre Estratégia; e 7) Sobre tática. O caderno

⁶⁷ Já na mesa de instalação do X Congresso na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é notável o número de homens mencionados, como partícipes daquele processo.

de resoluções se constituiu como o instrumento que ao longo dos próximos 4 anos daquela década orientou as ações do partido e o centralismo democrático.

O processo que Rancière chama de democracia antitética é apresentado, especialmente, na resolução 1.6, onde é descrito como o capitalismo norte-americano tem incidido sobre os estados nacionais, sobretudo na América Latina, com a política de austeridade econômica, que, ao privatizar importantes estatais, abriu as portas para a transnacionalização do capital, sendo um marco importante no desenvolvimento do capitalismo em sua fase financeirista.

O modelo econômico, atinge em cheio os operários e trabalhadores, provoca a pauperização das camadas médias, leva à concentração maior de renda, e propicia a formação de pequenas camadas das classes dominantes, altamente privilegiadas. Formam-se quistos opulentos de primeiro mundo dentro de um organismo miserável de terceiro mundo (X Caderno de Resoluções do PCB, 1993, p. 3)

Não há que se titubear em relação à implementação do neoliberalismo na América Latina e suas terríveis refrações na classe trabalhadora, mas a análise, novamente em relação ao operariado e à classe trabalhadora demonstra-se ineficiente ou abstrata, pois não considera que, em 1993, as mulheres passaram a ser absorvidas pelo mercado de trabalho de forma massiva, expressando quase 40% da força de trabalho nos países de capitalismo industrial e ou avançado. Essa absorção se deu justamente porque as mulheres se submetiam ao trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado. À guisa de estudos como o de Helena Hirata, Ricardo Antunes, em 1999, na primeira impressão do livro *Os sentidos do trabalho*, já escancarava este cenário.

da perspectiva do debate da precarização social então, é preciso enfatizar que as mulheres vêm experimentando um investimento crescente de tempo no trabalho a rendimentos decrescentes e sobre posições pouco prestigiadas do ponto de vista sócio-ocupacional. Mesmo que se verifique que os homens estão proporcionalmente mais nas jornadas acima do padrão, é preciso lembrar que sobre eles não pesa uma "dupla jornada", questão quase que exclusivamente feminina. (ANDRADE, 2005, p 102)

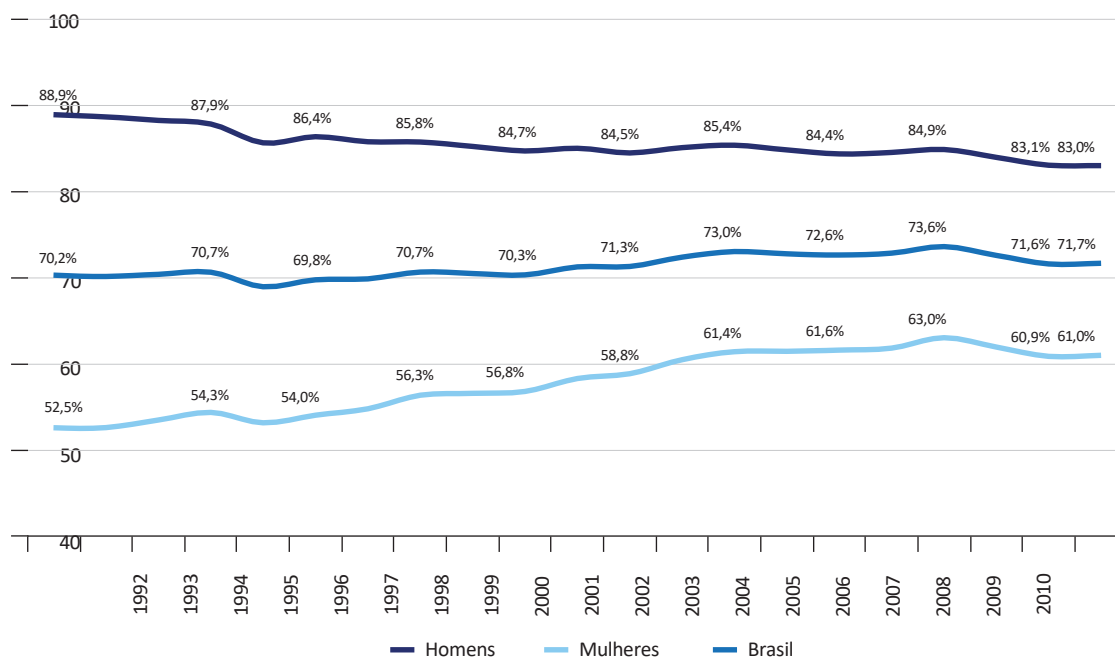
De acordo com Andrade (2005), para a reprodução social é uma necessidade o aumento de horas de trabalho, sobretudo para as mulheres, pois estas passam a atuar em diversas dimensões do trabalho produtivo e improdutivo. Através do emprego doméstico, são responsáveis pela reprodução fisiológica da força de trabalho e se tornam responsáveis pelos cuidados dos incapazes, sejam adultos, crianças e/ou idosos e enfermos, seja por trabalho assalariado ou ainda a partir da condição autônoma,

colocando problemas importantes para toda a sociedade e que precisam ser discutidos e resolvidos.

A escolha entre a carreira ou a maternidade, que aparecem cada vez mais como opções excludentes, o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres, o aumento da participação das esposas em função do bem estar das famílias, a oposição dos interesses entre as mulheres "brancas", executivas ou profissionais liberais bem sucedidas, aos das "afro-descendentes" empregadas domésticas, colocam conflitos novos muitas vezes negligenciados na compreensão do processo mais amplo de precarização social dos indivíduos. (ANDRADE, 2005, p. 102)

GRÁFICO 1

Brasil: taxa de participação agregada e por sexo (1992-2012)
(Em %)



Fonte:
PNAD/IBGE
Elaboração
Barbosa⁶⁸

Os dados evidenciam o crescimento das mulheres no mercado de trabalho, as alocando geralmente nas atividades concebidas como “femininas”, dotadas de “menor”

⁶⁸ BARBOSA. A.L.N H. PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO Disponível in: <file:///C:/Users/qelli/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/MATERIAIS%20NECESSARIOS%20ARA%20ANALISE%20DOS%20DADOS/PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20DA%20MULHER.pdf/> acessado em 17/11/21

qualificação, mas quantitativamente e qualitativamente mais intensivas. De acordo com Barbosa (*online*), entre 1992 e 2012 a taxa de participação do grupo de mulheres mais escolarizadas (com onze ou mais anos de estudo) manteve-se estável em relação ao acesso ao mercado de trabalho, mas em relação os grupos com menos escolaridade, elas apresentaram uma tendência de queda, que se acentuou a partir de 2009.

Em 1995, Helena Hirata já evidenciava, através de pesquisas comparativas entre o Brasil e a Europa, que as formas vigentes de trabalho cujas teses se baseavam em um modelo universal, como o da especialização flexível ou da emergência de um novo padrão produtivo alternativo ao modelo fordista de produção, eram questionáveis à luz de pesquisas empíricas que levavam em consideração as diferenças norte-sul ou as diferenças de Gênero. “a especialização flexível ou a organização do trabalho em pequenas ilhas ou módulos não se realiza de maneira indiferenciada quando se trata de ramo com mão de obra feminina ou masculina, de países altamente industrializados ou ditos subdesenvolvidos’ (HIRATA, 1995, p.86).

Além do corte geopolítico, a autora verificou como a divisão sexual do trabalho, assim como a divisão racial, estabeleciam para estes sujeitos os trabalhos minuciosos, repetitivos, cujo conhecimento técnico não era necessário, e, portanto, era atribuído aos homens, principalmente aos brancos.

Excluídas pela condição sexual e de Gênero, no modo de produção Toyotista, as mulheres também foram alijadas da participação dos círculos de controle de qualidade. Na análise de Hirata (1995) na comparação entre França, Japão e Brasil, mesmo sendo economias, sistemas políticos e culturais bastante distintos, foi possível verificar que

Finalmente, quanto aos sistemas de gestão participativa, o estudo de círculo de controle de qualidade, mostrou que havia diferenças no grau de participação, segundo seus países (muito alto no Japão, relativamente fraco no Brasil e intermediário da França) (Hirata, 1995, p. 88).

Ricardo Antunes (2020, p. 107) aponta que em decorrência da “divisão sexual do trabalho, frequentemente os sindicatos excluem do seu espaço as mulheres trabalhadoras”.

Em 1996, Partido Comunista Brasileiro, realiza seu o XI Congresso. Neste, também é mantida a perspectiva abstrata sobre os reflexos da reestruturação produtiva, o *imperialismo* e o *neoliberalismo* são tangenciados de forma bastante residual, exceto pelo enxerto de palavras de ordem, um tanto quanto inócuas, sem refletir o significado destes

processos para a classe trabalhadora. A estrutura do caderno é muito próxima da anterior, mas não há um sumário.

Segundo sua posição, o imperialismo está atrelado à análise conjuntural restrita à economia, e assim:

Na fase imperialista, os países do Primeiro Mundo atuam basicamente como defensores dos interesses dos grandes monopólios, usando para isso seu poderio político e militar. Estes países submetem o Terceiro Mundo à lógica do sistema, contando com o total apoio e submissão das classes dominantes e da burguesia destes países, que aceitam a posição de sócios minoritários do grande capital, para garantirem seus privilégios. (XI Caderno de resoluções do PCB)

E ainda desta forma

Combater a “nova ordem mundial” imperialista e seus instrumentos de regulação financeira, como o FMI e o Banco Mundial, é combater o capitalismo em sua fase neoliberal. Isto significa, necessariamente, combater a burguesia internacionalizada, comprometida com esta nova ordem. Assim, a luta contra o imperialismo não pode se valer de alianças com a burguesia nacional local. Pelo contrário, ela terá que, necessariamente, ter à sua frente os *trabalhadores em geral e a classe operária, em particular, colocando em novo patamar a contradição fundamental entre capital e trabalho, que hoje se expressa de forma clara e insofismável.* (XI Caderno de resoluções do PCB-grifo nosso)

Embora destaque a classe trabalhadora em geral e operária em particular, também este caderno não deixa claro quem ou como é composta esta “classe trabalhadora em geral”, tampouco o que fazer em relação ao novo patamar que deve-se alçar para enfrentar as contradições entre capital e trabalho, que, como sabemos em relação à formação sócio-histórica, “construiu dois modelos de sociedade: o escravista colonial, subordinado à economia colonialista e o capitalismo dependente subordinado ao imperialismo” (MOURA, 2020, p. 135). Portanto não se tratava de um país de terceiro mundo, cuja submissão não é uma condição imposta, mas constitui um modo próprio, particular de se colocar na divisão internacional do trabalho dentro do modo de produção capitalista.

Para que se desse, se imprimisse dinâmica à formação desses dois modelos houve necessidade de importação de etnias diversas, formando-se uma sociedade de população poli-étnica, altamente competitiva nas suas áreas dinâmicas, primeiro escravos, depois marginais que se encontravam comprimidos na franja do sistema, sem possibilidades de chegar ao seu centro. Entre o colonialismo e o imperialismo desenvolveu-se o processo de subordinação estrutural dos dois modelos que foram criados. Por tudo isto, podemos concluir que o modo de produção escravista entrou em decomposição, mas deixou fundos vestígios nas relações de produção da sociedade brasileira. Tais vestígios, tais traços não são, porém, elementos mortos. O modelo de capitalismo dependente que substituiu o modo de produção escravista e dele se aproveitou e faz deles uma parte dos seus mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida. *Desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de*

capitalismo dependente em função do imperialismo dominante (MOURA, 2020, p. 135, grifo nosso)

Na contramão do que se propõe Moura, segundo as apreensões do PCB, não é possível verificar qualquer menção ao racismo estrutural ou institucional, ao machismo ou à misoginia no Brasil, embora na mesma página do caderno sejam apontados o aumento da xenofobia, o ódio étnico, o fascismo e o neonazismo – que, por meio atribuído ao “discurso nacionalista levaria água para o moinho da direita, que desde aquela década se mobilizava contra as massas de imigrantes e os estrangeiros, debilitando a consciência de classe e fortalecendo o poder dos monopólios”.

A extrema-direita disputa hoje nos países desenvolvidos as mesmas classes e setores da sociedade que são alvos da atuação dos comunistas e revolucionários – o proletariado, o campesinato, as camadas médias, a juventude e a intelectualidade. Nos EUA, mesmo intelectuais conservadores advertem que a sociedade americana, a se manter o aprofundamento da exclusão social, a divisão racial, o individualismo exacerbado e a xenofobia contra os imigrantes, ruma celeremente para o fascismo (XI Caderno de resolução do PCB).

	Homens			Mulheres		
	Branços	Afro	Total	Branças	Afro	Total
Autônomo com C	6.6%	2.4%	4.7%	3.5%	1.3%	2.6%
Autônomo sem C	14.8%	18.0%	16.2%	13.8%	16.7%	15.0%
Total de ocupados	21.4%	20.5%	21%	17.3%	18,0%	17,8%
Total	19381841	15393966	4775807	12450500	8672865	17196712

Peculiar que se direcione o olhar À divisão racial nos Estados Unidos, sem nenhuma menção em relação à realidade brasileira. Pesquisa realizada pelo IPEA através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) lançadas pelo IBGE, evidenciou que, no Brasil, em 1996, 82,3% dos negros estavam matriculados em etapas do ensino fundamental adequadas à sua idade e apenas 13,4% no ensino médio. A renda média do trabalhador negro tinha crescido, embora o aumento não fosse superior a 3,93%. Mesmo com essa alta, a discrepância era e ainda é grande. Os brancos ainda vivem com quase o dobro da renda mensal per capita dos negros — pouco mais de um salário-mínimo a mais.

Analisando as resoluções do Partido Comunista Brasileiro em relação à política econômica brasileira no século XX, não verificamos qualquer orientação tática ou estratégica até o XI Congresso que considerasse a nossa própria realidade, tampouco a feminina, embora haja concordância com a crítica da herança de concentração fundiária

na mão de ricos produtores agrícolas que privaram a população negra de acesso a mecanismos democráticos de ascensão social, econômica e cultural.

No final da década de 1990, iniciando o século XXI, já era possível verificar que o desemprego aumentava, sobretudo em relação as mulheres negras. A ocupação destas no setor de serviços, com proteção social também era menor se comparada à das mulheres brancas. (IPEA, 2011)

Relacionando os dados da Pnad com os dados do Ipea, é possível afirmar que, a desigualdade racial e de Gênero, são fatores estruturante nas relações da constituição da classe em nosso país. Mesmo quando as mulheres, sobretudo as negras, têm mais escolaridade, isto não se reflete em conquista de direitos, pois os anos de dedicação ao estudo não se refletiam no mercado de trabalho. As mulheres continuavam tendo menor participação na população economicamente ativa.

Em relação às resoluções X, XI e XII do Partido Comunista Brasileiro, esta realidade sequer era apresentada ou mesmo considerada, as intersecções sequer eram apresentadas nestas análises. Embora haja um item sobre o movimento de massa⁶⁹, não são sugeridas ações táticas e estratégicas para a atuação dos movimentos negros e de mulheres. Mesmo nas análises internacionais, toda a década de 1990 foi tomada pelo partido para compreender o que significou a queda do Estado Soviético e da ex-URSS, para o Brasil, a apreensão da reestruturação produtiva, do neoliberalismo e do processo de redemocratização foi compreendida pela destituição central das entidades e órgãos tradicionais de organização da classe trabalhadora. Isso corroborou para o endosso de uma classe homogênea e abstrata, embora, aparentemente o partido enxergasse o movimentar de sujeitos sociais apartados do processo produtivo, jamais se dedicou a

⁶⁹Na interpretação restrita da individualidade presente nas interpretações economicistas, a subjetividade era negada e, embora na atualidade o termo tenha sido (re)desenhado pela perspectiva luckatiana como subjetivação, tal interpretação ainda não é consensual. Igaraci apresentou uma breve reflexão marxista sobre o Ser Social e as massas. Inferindo que a categoria tenha sido usada pelo PCB. Através desta tradição, o indivíduo é um ser particular, investido na busca pela satisfação de seus impulsos, mas tais impulsos não são restritos de interação, tampouco prescindem da relação com um outro para sua satisfação. Neste sentido, para a Igaraci (2019, p 2) “As massas que são formadas pelo ser social, encontram-se em uma conjuntura sociopolítica, histórica e cultural, alicerçada numa dialética materialista e subjetiva, em que se formam determinados grupos sociais e suas respectivas identidades”. Ainda segundo a autora, as massas são formadas e forjadas por uma determinada referência, isto é, um líder que exerce seu poder e constrói influências hegemônicas e persuasivas, no que concerne às práticas manipulatórias que se fundamentam em uma esmera ideologia dominante e subalternizam outros grupos pela segregação das classes e o alicerçamento do poder pelo grande capital. Neste sentido, as práticas sociais e sociabilidades humanas são reflexos de um dado coletivo, no qual essas massas são direcionadas por determinada ideologia e seus respectivos líderes. Ocorre que para o materialismo histórico, na sociabilidade capitalista, as relações sociais e, acrescentamos, interpessoais, são mediadas pela mercadoria. Essa mediação, acaba por determinar uma reprodução alienada crescente sobre o modo de reprodução social e dos próprios seres humanos.

analisar a fundo nossa realidade — ao menos não até o início do século XXI, como vimos até aqui.

É importante destacar que era imprescindível a análise da derrocada do leste-europeu; entretanto, este olhar jamais deveria tornar míope a compreensão de nossas particularidades. Se era necessário não tornar estanque a questão sindical, compreendendo que esta seria uma forma “tradicional” de organização da classe trabalhadora, e que era necessário “implementar uma ação contínua a mais ampla possível junto ao conjunto do *movimento de massas*, para forjar, no dia a dia, uma frente ampla com todos os setores populares, estabelecendo-se uma unidade de ação no enfrentamento ao projeto neoliberal”.(XI Caderno de Resoluções do PCB), quais organizações e entidades constituiriam esse movimento de massas? A categoria passa a ser utilizada no item na página 14 do XI Caderno de Resoluções, da seguinte forma: “O movimento de massas e o PCB”.

Na introdução deste item, há oito pontos, na seguinte ordem: “As transformações no sistema capitalista estão alterando profundamente a composição da classe operária”; “A influência da derrota internacional do movimento comunista nessas transformações que alteraram o processo de luta de classes em todo o mundo”; “O desenvolvimento e espraiamento da ideologia burguesa que decretava o fim da proposta socialista, passou a questionar a viabilidade do socialismo como alternativa para o capitalismo”; “O favorecimento de correntes mais vacilantes no interior do movimento comunista e revolucionário, e na esquerda em geral, dá pretexto para sua capitulação perante as classes dominantes, com o enfraquecimento e a divisão de várias organizações”; “Aumento do desemprego ocasionado pela nova organização do trabalho e migração para o trabalho informal no setor de serviços”; “desenvolvimento de uma ideologia despolitizada, com base no discurso da ‘parceria’ e da ‘integração’ entre capital e trabalho”; “O êxodo rural, a favelização e o inchamento das cidades são a face mais visível da miséria brasileira”; e “Diminui extraordinariamente o nível de vida das camadas médias; antigos profissionais liberais transformam-se em novos trabalhadores assalariados”.

Após esta introdução, o documento passa a uma análise do movimento sindical e depois à de *outros movimentos*, de modo que é provável que uso da categoria massas estava relacionado à saída do PCB da clandestinidade, dos anos de perseguição e ilegalidade do período de ditadura no Brasil, e que no logo após o período de redemocratização. Apenas no XIII Caderno de Resoluções, no início dos anos 2004 é

possível ponderar que a referência à categoria massa tratava da questão do liquidacionismo do partido, tentado por parte de alguns membros militantes.

Cabe aqui destacar este processo no interior no Partido comunista brasileiro (PCB), visto que o processo, que teve início em 1992, só foi superado no começo do século XX.

Aproveitando-se do auge da crise do socialismo na União Soviética, a maioria do Comitê Central convoca um Congresso Extraordinário do Partido, tendo como único ponto de deliberação a criação de “uma nova formação política”. Convocado o Congresso Extraordinário, foi deflagrado pela então minoria do Comitê Central, em todo o país, o *Movimento Nacional em Defesa do PCB*. Em janeiro de 1992, realiza-se, em São Paulo, o Congresso Extraordinário, convocado com o objetivo explícito de liquidar o PCB. Os militantes que defendiam a continuidade do Partido, não reconhecendo a legitimidade do Congresso - que teve não militantes como delegados eleitos em fóruns abertos - se retiraram do Congresso e realizam, em outro local (também em São Paulo), a Conferência Extraordinária de Reorganização do PCB, mantendo o nome e a sigla históricos e elegendo um novo Comitê Central, que teria como tarefa comandar a reconstrução do Partido. Paralelamente, o grupo liquidacionista cria o Partido Popular Socialista – PPS. (XII Caderno de Resoluções do PCB)

No processo reconstutivo é possível notar que, através da autocrítica, se abre a apreensão do materialismo histórico-dialético para além de Marx e se desvincula da perspectiva Stalinista, rompendo-se efetivamente com a mesma em 2005. Segundo os documentos analisados do partido, sua aproximação com stalinismo se justificava pela perspectiva que acreditava e defendia a necessidade de desenvolvimento da burguesia nacional. Quando finalmente o Partido Comunista Brasileiro superou a concepção etapista da revolução brasileira, ele pôde reafirmar o marxismo. “Reafirmando ser o marxismo o eixo teórico que dá sustentação teórico-prática às ações partárias, e reafirmado o papel central da obra de Lênin é feita uma dura crítica ao ‘engessamento’ do pensamento marxista ocorrido na URSS, a partir do período stalinista”. (XIII Caderno de Resolução do PCB)

Embora parte dos militantes do PCB sempre tenha aguerridamente se posicionado tática e estrategicamente a partir da perspectiva do Marxismo Leninista, com as dissoluções que deram origem ao PCdoB e o PPS fica evidente que até 2005 havia tendências internas no partido que não se pautavam pelo centralismo-democrático.

Em *O PCB, Marxismo e Revolução Proletária*, além do resgate histórico do partido, Ivan Pinheiro, evidencia que:

Não participamos de nenhuma revisão histórica que tenha como centralidade política e teórica recuperar o que se convencionou chamar de stalinismo. Estamos em desacordo com os métodos, desvios e comportamento autocrático na gestão do Estado, na liderança do Partido e da sociedade, do qual Stálin era a expressão pública desse processo. Contudo, não aceitamos que a crítica a este

período guarde qualquer relação e identidade com a narrativa anticomunista que hoje busca colocar o comunismo no mesmo patamar do nazismo, em termos de crimes de lesa humanidade, para justificar a proibição da existência de Partidos Comunistas, conforme já foi decretado em alguns países. (Site PCB⁷⁰)

Ao mesmo tempo, o autor tece críticas à perspectiva reducionista que infelizmente compreende o Stalinismo a partir do personalismo na figura de Stálin e não como um fenômeno que não tem base no marxismo. A partir desta afirmação, Ivan Pinheiro, do Comitê Central do Partido Comunista à época da publicação, afirma que;

Nós do PCB, com nossos erros e acertos, já fizemos autocríticas em muitos momentos da nossa história. Uma delas foi, sem dúvida, sobre a questão do stalinismo. Compreendemos a autocrítica como a superação do erro e a firme convicção de não mais incorrer nele, sem abrir mão da rica história de heroísmo e sacrifício do movimento comunista internacional que ao longo de quase todo o século XX se contrapôs ao imperialismo e esteve na linha de frente de todas as batalhas progressistas da humanidade. (site do PCB- ibidem)

O processo de derrubada dessa pesquisa no interior do partido foi lento e gradual, e por isso, no caderno de resolução XI do PCB, o partido passa a se direcionar para os conflitos externos do Partido. O crescimento dos movimentos sociais fazia com que o partido buscasse amparo nas massas, e foi neste congresso que a categoria “massa”, foi utilizada. Depreendemos disso que a aproximação com o comunista Antônio Gramsci tenha potencializado a autocrítica do PCB, pois o Partido Comunista Italiano, passava por um processo similar de autocrítica.

Gramsci, ao analisar o PCI nos períodos de ilegalidade e semi-ilegalidade, adverte sobre os problemas reais postos para a reaproximação com a classe trabalhadora, seja ela operária ou as grandes massas

Desta forma, surge um perigo muito grave. Durante o período de ilegalidade, a massa de membros do partido tende a cair em hábitos prejudiciais:

- i. Concentrar-se apenas nos expedientes necessários para evitar as armadilhas do inimigo;
- ii. Acreditar que só é possível organizar ações de curto prazo, realizadas por pequenos grupos; e
- iii. Observando como o inimigo parece ter conquistado o poder e se agarrado a ele, por meio do desdobramento de pequenos grupos armados, os camaradas podem recuar gradualmente da concepção marxista da atividade própria revolucionária do proletariado. Embora acreditando ser cada vez mais radicais, devido aos seus objetivos extremos frequentemente expressos e seus slogans sanguinários, na realidade eles se tornarão incapazes de derrotar o inimigo.

A advertência é relacional aos problemas brasileiros, visto que, até o início da década de 1990 a apreensão da formação sócio-histórica brasileira era inscrita pela

⁷⁰ <https://pcb.org.br/portal2/24385>. Acessado em 14/10/22

apreensão europeia, ou seja, acreditava-se necessário haver uma burguesia nacional capaz de revolucionar os traços do escravismo-colonial e fundar uma sociedade capitalista. A perspectiva etapista impelia a uma apreensão colonizada da nossa realidade e frágil em termos de táticas no processo de organização da classe trabalhadora.

As condições sócio-históricas que o partido atravessava naquele momento o redirecionavam organizacionalmente para uma ampliação do trabalho junto à classe trabalhadora, tal como fez o partido comunista Italiano.

Para Gramsci, a luta contra a burguesia não deveria ser feita apenas pelo proletariado, mas pelas massas e o partido capaz de liderá-las, representando todas as demandas da luta em geral.

A luta econômica tem três fases:

- i. De resistência contra o capitalismo – ou seja, a fase do sindicalismo elementar;
- ii. De uma ofensiva contra o capitalismo para ganhar o controle dos trabalhadores sobre a produção; e
- iii. Da luta pela eliminação do capitalismo por meio da socialização.

A luta política também tem três fases principais:

- i. A luta para reinar no poder da burguesia através de um estado parlamentar - para manter ou criar uma situação democrática, um período de relativo equilíbrio entre as classes, que permita ao proletariado se organizar;
- ii. A luta pela conquista do poder e pela criação de um estado operário - uma ação política complexa através da qual o proletariado mobiliza em torno de si todas as forças sociais anticapitalistas (sobretudo a classe camponesa) e as leva à vitória; e
- iii. A fase da ditadura do proletariado, organizada como classe dominante, para eliminar todos os obstáculos técnicos e sociais que se interpõem à realização do comunismo

No XI Caderno de Resoluções, o PCB apresenta um conjunto de ações que pode refletir no fortalecimento da classe trabalhadora, uma vez que passa a demonstrar uma compreensão mais ampla, ao considerar as mudanças no mundo do trabalho, percebe as limitações também das entidades de representação, além do esfacelamento do socialismo real.

Neste contexto em específico, inferimos que o partido perdia hegemonia dentro da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que enxergava suas limitações, porém ainda por dentro as disputava, como na figura do líder aglutinador.

A mudança da correlação de forças só se dará com a luta de milhões de modo que *“temos que romper com a apatia e o corporativismo sindical. Os comunistas devem erguer bandeiras de luta de aposentados, sub-empregados, empregados informais, terceirizados e criar associações da desempregados. Por outro lado, as organizações não sindicais devem apoiar as lutas dos sindicatos”* (XI caderno de resoluções do PCB)

Continua

“Uma Greve Geral hoje não pode ser apenas uma greve sindical, ou seja, dos trabalhadores do mercado formal, uma greve de braços cruzados. Ela deve ser uma greve participativa, com a ocupação de vias e meios de transporte, com manifestações massivas que envolvam o conjunto dos excluídos sociais, inclusive os desempregados e aposentados.” (XI caderno de resoluções do PCB)

A percepção de que o trabalho improdutivo crescia na medida em que o trabalho produtivo era substituído no chão de fábrica e que as refrações dessa substituição eram sentidas na forma tradicional como os/as trabalhadores/as se organizavam era nítida. A transferência do valor de troca previsto pelo trabalho produtivo era, na década de 1990 cada vez maior, substituída pelo trabalho improdutivo, que só gerava valor de uso. De acordo com Antunes (2020, p 196), “todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo,” mas o trabalho produtivo, trabalho social e coletivo gerador de valores de troca e de mais valia, continuava a ser central. Entretanto, as novas formas de extração da mais valia sobre o conjunto dos/as trabalhadores, que inclusive se tornavam cada vez mais improdutivo, era para o PCB um “problema”. A concepção do trabalhador fabril, o operário, proletariado, precisava ser ampliada.

A desregulamentação promovida pela contratação do trabalho de forma sazonal, temporária, terceirizada, desprovido de direitos mínimos do trabalho, previdência e assistência, dentre outros, ocasionava o descarte do/a trabalhador/a, a expansão do exército industrial de reserva e o aumento exponencial do desemprego estrutural. Os sindicatos, como organismos corporativos, não mais davam conta de circunscrever a necessidade dos/as subalternos.

Como evidenciamos, a concepção de proletariado, operariado e de classe trabalhadora era homogênea, baseada numa força de trabalho inexistente, ou seja, constituída por homens e brancos.

A abertura aos/as marxistas e ao leninismo permitiu ao partido abranger outros sujeitos sociais, de modo que no XI Caderno de Resoluções vemos a luta com os trabalhadores no campo e a luta com o movimento de mulheres. Como nosso objetivo é apreender as táticas e estratégias para o combate às opressões de Gênero e Raça, vamos nos ater a isso.

3.2.1 Um Passo para a Frente, Dois para Trás – (XI Caderno de Resoluções) - O Movimento Feminino.

A apreensão das mulheres como parte constitutiva da classe trabalhadora, assim como os/as negros/as, não foi facilmente assimilada pelo partido. Acreditamos que isso

só ocorreu após as explosões de junho de 2013. Pela primeira vez um movimento espontâneo e heterogêneo pautava direitos sociais para todos, respeitando as particularidades dos segmentos e sujeitos sociais ali presentes. As mulheres denunciavam a violência do Estado patriarcal, da violência estrutural e racista. Embora tenham sido cooptadas rapidamente pela mídia e pelos partidos de direita, as pautas passavam da estatização do transporte público à qualidade de políticas públicas, envolvendo até aquelas associadas à copa do mundo, que seria aqui.

A classe trabalhadora saiu do abstrato para os partidos de esquerda de modo geral, mas especialmente para o partido comunista.

Ainda que na sua história tenha havido grandes nomes representativos, como nesta tese já evidenciamos, tais como Minervino de Oliveira e Zuleika Alembert, as ideias propagandeadas, por exemplo, por estes dois grandes militantes, sequer foram lembradas para nomear os coletivos do partido. Mesmo que nossa intenção não seja aqui, relembrar a história destas duas pessoas, não incorreremos no memoricídio deles, pois em nossa pesquisa, eles foram duas pessoas que, na luta pela revolução comunista, apontaram desde sempre a necessidade de compreensão da heterogeneidade da classe trabalhadora.

Nascida em 23 de dezembro de 1992, Zuleika Alembert, foi candidata a deputada constituinte estadual pelo PCB, com o apoio dos estivadores e doqueiros do porto de Santos. Foi uma das primeiras mulheres a participar do Comitê Central do Partido comunista brasileiro e por disso, passou a ocupar um cargo legislativo na cidade de São Paulo⁷¹. Importante notar que não fazia mais de 8 anos que as mulheres passaram a poder votar e serem votadas. Ainda assim, sob a condição de serem alfabetizadas, casadas e com autorização do marido, ou economicamente independentes. Não eram reconhecidas como cidadãs e, quando passaram a ter relativa autonomia, estava condicionada à relação conjugal. O estatuto da mulher casada criado 27 de agosto, a Lei nº 4.212/1962, pareceu ser um salto.

Autora dos livros *Uma Jovem Brasileira na URSS*, *Estudantes Fazem História*, *Feminismo: o Ponto de Vista Marxista*, entre outros, Zuleika Alembert se consagrou como uma líder feminista que lutou pelos direitos sociais no Brasil, tendo projetos como

⁷¹ Soihet (2012) afirma que Zuleika substituiu Clóvis de Oliveira, que fora afastado por ter se envolvido com uma “menor”. O uso do termo está de acordo com a referência, naquele momento não havia a discussão da infância, que começou sobretudo a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é de 1993.

um abono de Natal que seria o precursor do 13º salário e lutando pela equidade salarial entre os sexos.

Filiada ao PCB, foi assídua na luta contra a Segunda Guerra Mundial. Com a ilegalidade imposta ao partido, foi exilada em 1948, tendo o mandato cassado. No exílio, passou a liderar a juventude comunista, passou pela união soviética, pelo Chile, França, Argentina, dentre outros. Com a anistia, voltou para o Brasil e se desfilou do PCB em 1983. Passou a atuar exclusivamente na construção do feminismo, tendo participado da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo, no qual foi conselheira e presidenta entre 1985 e 1986.

Dos quase 20 anos em que esteve filiada ao partido comunista brasileiro, e tendo sido a primeira mulher a ocupar um lugar no comitê central, afirmava; “Eu era o álibi. Usada pra dizer ‘tem uma mulher lá’ e tal” (SOIHET, 2012, p. 172-173)

O machismo imperava, e isto aparecia, nitidamente, na divisão dos trabalhos. As mulheres atuavam como datilógrafas, taquígrafas nas reuniões do Partido. Serviam cafés, cozinhavam, limpavam os chamados ‘aparelhos’. Nas comissões políticas de trabalho eram geralmente eleitas para as comissões gerais, ou seja, aquelas onde cabia de tudo. Para representar o Partido nos Congressos Internacionais jamais eram eleitas e assim por diante (SOIHET, 2012, p. 172-173)

O receio de que o movimento de mulheres fosse cooptado pelo movimento burguês, como já havia advertido Lenin à Zetkin, fazia com que o partido agisse de modo ambíguo. Por um lado tentava agregar as pautas das mulheres às reivindicações gerais, compelidos à apreensão economicista de que só a revolução socialista seria capaz de contemplar a luta das mulheres por relativa emancipação e autonomia.

É certo que entre mulheres e homens da burguesia há uma solidariedade de classe, pois aquelas se beneficiam da apropriação por estes da mais-valia criada pelos trabalhadores homens e mulheres. Porém, na classe trabalhadora, a solidariedade nem sempre é tão nítida. Tanto a mulher proletária, como a dos estratos médios disputam “com os homens de sua mesma posição social os postos que lhe possam garantir sustento” (SAFFIOTI, 2013, p. 133)

Infelizmente, para as mulheres da classe trabalhadora, a luta contra o capitalismo sempre esteve amalgamada pela luta contra o patriarcado, o machismo e o racismo. Sempre foi preciso ratificar exaustivamente que a dominação fazia parte do sistema de exploração, mas assim como várias entidades de esquerda, o partido comunista reservava às mulheres um papel subalterno, excluindo-as das funções politicamente mais relevantes, de maior poder decisório, como fica claro na colocação da própria Zuleika.

Cabe destacar que o “capitalismo não criou a inferiorização social das mulheres, mas se aproveita do imenso contingente feminino, acirrando a disputa e, portanto, aprofundando a desigualdade entre os sexos” (GONÇALVES, 2013, p. 19). Mesmo o partido comunista não sendo uma bolha, é importante salientar que as lutas sociais nas quais mulheres e negras se envolveram datam do século XVIII no Brasil (como apontamos nos capítulos anteriores). Portanto não parece haver justificativa plausível para que apenas no século XXI o partido comunista brasileiro tenha compreendido as mulheres, negros e homossexuais como sujeitos da classe trabalhadora. Para nós, as assimetrias ainda hoje existentes no interior do partido são traços de conservadorismo.

De acordo com Soihet (2013, p 176), essas posições da esquerda, não existiam apenas no Brasil, mas também na França e em outros países ocidentais, levando Christine Delphy à afirmação de que “a esquerda, e mais exatamente a extrema esquerda, foi o interlocutor privilegiado e o ‘principal inimigo’ dos feminismos” (DELPHY, 1994, p. 189). Zuleika Alembert teve importante papel na percepção da subalternidade das mulheres dentro na luta anticapitalista, contra o autoritarismo na América Latina, lutando também pelo avanço do feminismo liberal, contribuindo inclusive para a construção do comitê de mulheres no exílio.

A relação das pautas das mulheres na década de 1970 com as posições tomadas pelo partido na década de 1990 demonstra o atraso com o qual o partido concebia a questão de Gênero

A situação da mulher no Brasil registrou no campo da ampliação dos direitos, algumas conquistas, nos últimos 30 anos, especialmente para as mulheres das camadas médias. *Para as camadas exploradas, seja no que diz respeito a sua condição de Gênero, seja como força de trabalho economicamente ativa, a mulher continua vítima de preconceitos e tabus seculares que impedem ou dificultam sua plena realização como ser humano e social.* (XI Caderno de Resoluções – grifo nosso)

Apesar da consequente apreensão de que as mulheres trabalhadoras eram as que mais sofriam com a exploração, diante de um processo que articulava conhecimento tecnológico, qualificação e a nova flexibilidade da organização do trabalho, o partido não foi capaz de incorporar em seu programa político ações que prescindissem da incorporação da divisão sexual do trabalho nas análises realizadas, tampouco naquele momento apreendeu-se a real dimensão das consequências sociais para homens e mulheres.

Danièle Kergoat (1998), argumenta que o termo divisão sexual do trabalho é usual no discurso acadêmico das ciências humanas. Mas, na maior parte das

vezes, ele vem destituído de qualquer conotação conceitual e não faz nada além de remeter a uma análise sociográfica que descreve os fatos, constata as desigualdades, mas não organiza estas coisas dadas de modo coerente. O trabalho realizado pela mulher em âmbito privado/doméstico é raramente aprofundado, o uso dos termos dupla ou tripla jornada o torna apenas um apêndice do trabalho assalariado. Resulta disto um movimento de focalização somente sobre o trabalho assalariado (as desigualdades, o diferencial de salários, o trabalho em tempo parcial) e sobre o acesso ao político (cidadania, reivindicação de participação), o que permite adotar uma terminologia neutra (privado/público, cidadania) que possibilita se distanciar da discussão da centralidade do trabalho e das conquistas do feminismo (ANDRADE, 2005, p 20)

Mesmo considerando que a submissão das mulheres era intensiva e provocada pela exploração contínua, com a dupla e até tripla jornada de trabalho, que os salários eram menores do que o dos homens, mesmo quando realizam tarefas iguais e com igual desempenho; que havia insalubridade nos locais de trabalho; que na maioria das vezes as mulheres trabalhadoras sofriam assédio sexual e moral no ambiente de trabalho: “Quanto mais pobre, mais discriminada é a mulher. A mulher trabalhadora, por exemplo, é a maior vítima de assédio sexual em seus locais de trabalho, por parte de chefes, gerentes e patrões” (XI Caderno de Resoluções do PCB).

Não há, além das considerações teóricas, orientações táticas e estratégicas que possam instrumentalizar e desonerar os homens e mulheres da classe trabalhadora para melhor se dedicarem a luta pela emancipação de modo geral. A questão da divisão sexual do trabalho doméstico, apontada como responsabilidade do Estado por Zetkin, Kollontai e Rosa Luxemburgo, sequer é mencionada. Lavanderias, restaurantes, “creches” públicas disponíveis 24 horas diárias, todos os dias da semana, sequer compõem como ações previstas. Assim como no processo da revolução Russa, sem esta mínima infraestrutura não há como pensar qualquer forma de liberdade para as mulheres.

Wendy Goldman, em *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas (1917-1936)*, publicado no Brasil em 2014, apontou equipamentos como extremamente necessários para que as mulheres pudessem dispor de mais tempo para estudar, se dedicar à luta revolucionária e ocupar de modo igual postos importantes de decisões.

Defendemos a existência de uma política de assistência integral a saúde da mulher, com especial atenção para a questão dos métodos de controle da natalidade. *Somos a favor da legalização do aborto*, porque a atual proibição de sua prática só prejudica as mulheres de baixa renda, pois aquelas de classe média ou alta têm condições de se utilizar de clínicas especializadas, onde os riscos são menores. (XI Caderno de Resoluções do PCB)

Aqui vemos um apontamento de suma importância para as mulheres, o direito de poder viver de forma plena e livre sua sexualidade, na década de 1990, ainda estava sendo gestado os primeiros centros de atendimento integral a saúde das mulheres (CAISM), vinculados principalmente aos hospitais universitários. Fazia parte das pautas dos movimentos de mulheres, somente implementado no início deste século através do Sistema Único de Saúde - *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes* de 2004.

Cabe salientar que a questão do aborto na União Soviética tinha sido abordada através da lei de 27 de junho de 1936, partindo da compreensão de que a maternidade não era algo privado, ou seja, unicamente restrito ao espaço doméstico, buscando também possibilitar formação profissional para as mulheres, pois os índices de analfabetismo na Rússia eram muito altos, além de dar cuidado e proteção aos infantes e prever uma contribuição financeira para as famílias que tinham mais do que seis filhos⁷².

Desta luta concreta e efetiva, não se sabe qual a participação do partido comunista, pois não há documentos ou órgãos de organização das mulheres no partido que pautassem isso, visto que, Zuleika Alembert já tinha se desfilado do partido por compreender que este não estava “atento” e alinhado com as questões das mulheres.

A política nacional de atenção integral a saúde da mulher buscava e ainda hoje, busca refletir o compromisso com a implementação de ações de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e reduzam a morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis. Ao incorporar a perspectiva de Gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e buscava e ainda hoje busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, na atenção ao abortamento inseguro e no combate à violência doméstica e sexual.

Assim como na sociedade em geral no partido e entre as comunistas e socialistas o aborto é um tema bastante polêmico, mesmo tendo sido legalizado na Rússia em 1920, e apontado como um direito universal das mulheres pela internacional comunista, ainda hoje não é instituído como um direito sexual da mulher. No caso brasileiro foi descriminalizado apenas em três situações, estupro, risco de vida para parturiente ou em condições de sofrimento para o feto como nos casos de anencefalia. Tema polemico, que

⁷² Entrevista de Kollontai, traduzida por Klaus Scarmeloto. Disponível in <https://www.cienciasrevolucionarias.com/post/2016/05/03/interview-with-an-author-louis-louis>, acessado 14/10/22

voltaremos a discutir com maior profundidade na segunda parte das análises das resoluções do PCB para as mulheres, negros/as.

Por ora cabe-nos reforçar que a defesa da legalização do aborto deve ser vista como o direito mais básico: “poder controlar seu destino e escolher se queria ter filhos ou estudar, escolher se queria ter filhos ou trabalhar ou mesmo ter uma criança pequena e poder dispensar atenção a ela, em vez de ter dois filhos⁷³”

Tal como apontando por Goldman embora o divórcio tenha sido um grande avanço para as mulheres, para as mulheres da classe trabalhadora, sob as condições de precariedade do trabalho, da violência patriarcal, institucionalizada, através do desamparo nas relações interpessoais, institucionais e estruturais, também significou ter que arcar com o provimento e sustento da família.

Acresce que vem aumentando enormemente o número de mulheres que são obrigadas a arcar com a responsabilidade total dos filhos, já que, pela cultura milenar existente, a maioria dos homens se considera desobrigado da manutenção e dos cuidados com os filhos. (XI Cadernos de resoluções PCB)

Para Andrade (2005) as teorias feministas argumentaram que o trabalho doméstico não remunerado para a família é um aspecto chave da opressão das mulheres. as mulheres pobres tomaram conta deste trabalho como serviços e, em fazendo isto, foram frequentemente impedidas de cuidar adequadamente de suas próprias famílias.

Além disso, a par da violência institucionalizada que se manifesta através de todos os setores da sociedade, é comum a prática da violência por parte do marido ou companheiro, que descarrega na mulher e nos filhos toda a sua frustração pela impossibilidade de resolver os problemas do dia-a-dia. *A violência contra a mulher se amplia mais ainda pela falta de creches e escolas para seus filhos, que lhe permita assumir plenamente a condição de cidadã, de trabalhadora, sem sacrificar sua condição feminina.* (XI Cadernos de resoluções PCB – grifo nosso)

A subalternização da mulher, no modo de produção capitalista, é, portanto, uma operação de cunho patriarcal, porém, isso não significa que o processo e os resultados sejam semelhantes: no modo de produção capitalista, a força de trabalho do mercado, especialmente a feminina, é afastada ou assegurada, desde que se mantenha sempre numa condição subordinada.

Concluimos esta parte da análise das resoluções do Partido comunista Brasileiro do X ao início do XIII congresso, que se materializou em 4 cadernos de resoluções. Neles

⁷³ Entrevista de Emma Goldman à revista Carta Capital, disponível in: <https://www.cartacapital.com.br/politica/wendy-goldman-a-questao-do-amor-livre-ressurge-a-cada-revolucao/> acessado em 17/03/2022

foi possível verificar que, até o final do século XX, o partido ainda não compreendia a questão da mulher como uma questão de Gênero, pois a própria discussão da questão de Gênero era nova na sociedade brasileira.

As feministas se imbricavam com a questão do feminismo e do feminino. Ana Montenegro, ou melhor, Ana Lima Carmo, jornalista baiana que escreveu *Ser ou não Ser Feminista* em 1981, trazia para o centro do debate a questão da mulher. Embora tangenciasse a questão do matriarcado, afirmava que “*a evolução da mulheres suas aspirações, a exigência de uma justa igualdade, o desejo de libertar-se dos constrangimentos, que a oprimem, constituem um grande acontecimento da nossa época*”, portanto, voltando seu olhar para a divisão social do trabalho e sua capitulação pela divisão sexual, num “desvio” de rota.

Assertivamente, no terceiro capítulo da mesma obra, a autora apresenta o falseamento da história em erigir as lutas das sufragistas como as primeiras lutas das mulheres. Ana Montenegro (1981, p. 23), dizia que; “*Chamo atenção que a memória daqueles movimentos, sejam divulgados apenas no que se refere, ao sufrágio quando, por exemplo, as mulheres norte-americanas, desde 1828, participaram ativamente da luta antiescravista*”.

Ana Montenegro também aponta como, em 1825, as mulheres inglesas, impedidas de participarem dos sindicatos, criaram seus próprios sindicatos e aumentaram sua participação no trabalho produtivo, com a expansão da indústria no final do século XIX. Ao narrar em seu livro *Ser ou não ser feminista* vários acontecimentos em que a participação das mulheres fora expressiva na organização e na luta de classes, a jornalista, militante comunista, busca em primeiro lugar, resgatar a participação das mulheres na história da humanidade, pois no segundo capítulo do livro discute a cidadania da Grécia à Alemanha do século XIX.

Num movimento importante de romper com o memoricídio, e nesta direção, avança ao demonstrar que as orientações do movimento feminista liberal burguês, que se constituía apenas pelo reconhecimento da igualdade em termos formais e jurídicos, ou seja, com o sufrágio universal, era limitante. Ao destacar a luta de Zetkin e Kollontai no processo revolucionário soviético, evidencia que tal conquista, de modo universal, poderia, segundo Zetkin, significar um salto qualitativo para a organização do movimento popular, pois antes do congresso socialista de 1907 os delegados austríacos reivindicavam o sufrágio universal apenas para os homens.

Quanto a Alexandra Kollontai, destacamos sua relevância em relação à elaboração das *Resoluções Sobre o Papel das Trabalhadoras*. Preocupada com a apropriação capitalista sobre a luta das mulheres, adverte sobre “o feminismo”. Ao partir para a definição conceitual sobre o termo feminismo, destaca como Simone de Beauvoir, Juliet Mitchell, Helena Lange, dentre outras, colocam-no como mecanismo de ação para superação de hierarquias e assimetrias interpessoais, não considerando, portanto, a questão da classe e da Raça/etnia, dentre outras especificidades que caracterizam as mulheres.

O conflito com o campo da psicologia foi inevitável e, partindo da premissa de que “*o indivíduo não pode explicar-se por si mesmo, somente por razões biológicas. Viver, trabalhar, comunicar-se, pensar, não pode ocorrer, a não ser em comunidade com outros seres*” (MONTENEGRO, 1981, p. 34), Montenegro, tece duras críticas à teoria freudiana sobre os instintos.

Para a autora, (1981, p. 34) os marxistas-freudianos afirmam que os nossos instintos sexuais fundamentais têm sua satisfação freada sob a condição da família autoritária, e ante estas restrições o indivíduo reage com submissão ou agressividade, indo até a rebelião. Reich chega mesmo ao termo de deduzir o fascismo. Buscando uma porta de saída para empurrar os protestos, assimila e confunde toda família com a família burguesa, confunde o instinto biológico com o humano, que deve ser sempre uma necessidade determinada pela sociedade

Também Simone de Beauvoir considera em primeiro lugar a libertação da mulher, no domínio individual: a libertação da mulher, não pode ser produto derivado das novas instituições, e deve elaborar-se em sua própria individualidade, a liberdade da mulher começa no lar, antes de abarcar a sociedade em seu conjunto. Alice Schwarzer diz isso muito claramente [...] a definição das classes não convém as mulheres. _ a exploração primária da mulher _ o trabalho doméstico, _ a educação das crianças, a atenção ao homem e ao seu trabalho específico_ alcança as diferenças de classe, _ nem a Raça, nem a classe social determinam a vida humana tanto como o sexo. (MONTENEGRO, 1981, p 35 – 41)

Ana Montenegro elabora com isso uma importante análise sobre a submissão e a violência, trazendo para as relações de produção e reprodução social as questões que determinam a vida das mulheres. Ao fazer isso, evidenciou os limites das interpretações do feminismo psicanalítico e liberal burguês.

Reconciliando a questão das mulheres com o marxismo, a autora é certa na crítica à visão daqueles que a compreendiam somente do ponto de vista econômico, como ponto de partida para o desenvolvimento humano e, portanto, eleva a outra discussão a

questão da mulher. Estabelece relação entre a cultura e a economia, e neste sentido minimiza o poder de dominação e subjugo das mulheres mesmo pertencentes à classe trabalhadora.

“Nas classes dominantes ou nas classes médias e da pequena burguesia, o machismo em geral tem um efeito mais individual; pode não ter a consequência de transformar as mulheres em mão-de-obra, mais barata e marginal” (MONTENEGRO, 1981, p 59-60), contraditoriamente, ela pontua que ainda assim a mulher pode ser discriminada. Incorrendo voluntária ou involuntariamente numa apreensão econômico-determinista.

A autora acaba por transformar a questão da assimetria e hierarquia entre homens e mulheres num problema também de ordem psicológica entre os sexos e, talvez por isso, tenha confundido feminismo com feminino. Isso, para o partido comunista, era palatável, e talvez por isso tenha-se optado por nomear o coletivo de mulheres com o seu nome. Não podemos incorrer em elações, mas esta pesquisa não pode levantar a contradição por meio das militantes do partido, seja com entrevistas ou outras formas de análises.

Só nos cabe a indagação. Ana Montenegro em 1981 já apontava a necessidade de superação da exploração e opressão das mulheres. Assim como Zuleika Alembert, está em discordância com o “silenciamento do partido”, e sai dele em 1983, mas se torna um grande expoente nacional da luta das mulheres. Por que só em 1996 o partido tangencia a questão da opressão e exploração das mulheres? Por que mesmo diante de grandes contribuições teóricas, políticas e de militância ele se esquivou da heterogeneidade da classe trabalhadora?

Na parte seguinte, em que analisaremos as resoluções do século XXI, veremos se há algum avanço, por ora, o que verificamos até aqui foram avanços precários e insuficientes.

CAPÍTULO IV- “COMUNISMO ANTI-RACISTA E ANTI-MACHISTA: CASAMENTO INFELIZ?”

*Quando a noite parece eterna
e o frio nos quebra a alma.
Quando a vida se perde por nada
e o futuro não passa de uma promessa.
Nos perguntamos: vale a pena?
Quando a classe parece morta
e a luta é só uma lembrança.
Quando os amigos e as amigas se vão
e os abraços se fazem distância.
Nos perguntamos: Vale a pena?
Quando a história se torna farsa
e outubro não é mais que um mês.
Quando a memória já nos falta
e maio se transforma em festa.
Nos perguntamos: vale a pena?
Mas, quando entre camaradas nos encontramos
e ousamos sonhar futuros.
Quando a teoria nos aclara a vista
e com o povo, ombro a ombro, marchamos.
Respondemos: vale a pena viver,
quando se é comunista.
(Mauro Iasi).*

4.1 Entrando no Século XXI⁷⁴

O programa aprovado no X Congresso afirmava que o sistema capitalista, por sua natureza, não seria capaz de resolver os problemas da maioria da humanidade, e apontava para a construção da sociedade socialista através de movimentos que propiciassem a base material e social para a construção da sociedade socialista. A estratégia do Partido visava a conquista do poder político por meio de um amplo *movimento de massas*, com hegemonia da classe operária e dos trabalhadores do campo, a fim de provocar a ruptura do sistema social vigente e abrir caminho para implantação do modo de produção socialista.

A aliança proposta englobava os trabalhadores da cidade e do campo, os intelectuais comprometidos com os trabalhadores, os assalariados das camadas médias, os profissionais especializados e os artesãos. Do ponto de vista tático, as Resoluções apontavam para a ação nos sindicatos, nas organizações do campo, nas organizações populares e no movimento estudantil, e também para uma participação ativa na CUT e para uma aliança preferencial com partidos e organizações de esquerda.

O XI Congresso, realizado em 96, confirma o caráter socialista da Revolução brasileira e aprofunda a análise sobre a reestruturação produtiva, conclamando os comunistas a retomarem o internacionalismo proletário e a reconstrução da unidade na luta dos trabalhadores em nível mundial. No Brasil, a hegemonia liberal (iniciada no governo Collor) se fortalecia, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Uma série de reformas de cunho liberal é empreendida pelo governo, com destaque para o plano de estabilização, as privatizações de empresas estatais, a abertura internacional da economia brasileira e a desregulamentação de diversos setores da economia.

Do ponto de vista tático, além do trabalho nos movimentos organizados, dos trabalhadores urbanos e rurais, dos estudantes e das comunidades, as Resoluções mantinham o leque de alianças proposto no congresso anterior, apontando para a luta direta das massas como uma das formas de luta necessárias para viabilizar a participação dos desempregados, dos trabalhadores precarizados e dos marginalizados - os chamados “excluídos” - na construção do movimento revolucionário. Relevante proposta foi a construção da unidade dos comunistas e da frente de esquerda.

⁷⁴ Texto extraído do XIII Caderno de Resoluções do PCB

O XII Congresso do PCB, realizado em 2000, aprofundou a análise do novo padrão de acumulação do capital, fruto do extraordinário avanço técnico-científico que vem se realizando, gerando aumento da capacidade produtiva e redução dos mercados consumidores. O crescimento do desemprego estrutural e a busca de saídas para a manutenção dos lucros, por parte dos capitalistas na esfera financeira, a internacionalização crescente do capital e a consolidação do imperialismo, a partir da formação dos grandes grupos industriais e sua ligação com os aparelhos estatais, a formação de polos mundiais – dos quais os EUA seguem como o mais forte, principalmente do ponto de vista militar – e o enorme poder detido pela mídia, para reproduzir a ideologia burguesa, são outros pontos consolidados da análise feita no XII Congresso.

O XII Congresso também aprofundou a análise sobre Capitalismo brasileiro, identificando o seu caráter monopolista e integrado mundialmente, e manteve, assim, na formulação estratégica da revolução brasileira, e seu caráter socialista, com a superação da proposição da revolução nacional-libertadora para o Brasil.

A conjuntura brasileira foi analisada sob o segundo governo FHC, que aprofundou e ampliou o receituário neoliberal, registrando-se um certo avanço dos movimentos organizados, com destaque para o MST. Foi considerada correta a palavra de ordem “Fora FHC”, lançada pelo PCB, e *o partido participou da Frente Democrática Popular*, num movimento de natureza tática, defendendo o não pagamento da dívida externa, as reformas agrária e urbana, a estatização do sistema financeiro, entre outras bandeiras.

Defendendo uma intensa participação nos movimentos de massa, o XII Congresso apontou para a reunificação dos Comunistas. Reconhecendo as inúmeras dificuldades do processo, as Resoluções afinaram o debate sobre a construção da unidade na luta com as demais forças comunistas, com destaque para o PC do B e, paralelamente, reforçando a necessidade de seguir-se firmemente na reconstrução do PCB. No campo burocrático, foi aprovado um novo estatuto para o PCB.

Em relação à apreensão das mudanças no mundo do trabalho, o PCB compreendeu que houve *uma diminuição do operariado fabril*, acompanhada de um aumento substancial das variadas formas de precarização do trabalho, através do trabalho temporário, parcial, expansão dos assalariados médios em áreas de serviços, exclusão de jovens e “velhos” (cerca de 45 anos) do mercado de trabalho *e expansão do uso de mão-de-obra infantil e feminina*. Esse cenário heterogeneizou e fragmentou o perfil da classe trabalhadora. Essas transformações atingiram em cheio o operariado industrial

tradicional, fazendo com que alterações no nível de consciência e nas formas de representação, das quais os sindicatos são a principal expressão, venham ocorrendo em acelerado processo.

Sob a égide da lógica neoliberal, que teve em FHC seu principal expoente nos anos 90, com o sucateamento do Estado e a desnacionalização da economia através das privatizações de diversas estatais, houve aumento inédito da concentração de renda e do desemprego no país. A economia brasileira ficou ainda mais vulnerável, após a aplicação da chamada política da âncora cambial, que atrelava o real ao dólar. Esse processo estrangulou mais ainda a produção interna e fez com que a dependência do capital especulativo aumentasse.

A descapitalização do Estado, acelerada com as privatizações e as baixas reservas cambiais, foi responsável direta por esse processo, pois com a remessa de lucros para o exterior e a substituição de atividades produtivas no Brasil para as matrizes das empresas estrangeiras no exterior, acentuaram-se a deterioração do balanço de pagamentos do país e o aumento do desemprego.

A inserção ao mercado internacional da subordinada burguesia brasileira, que se deu na época, somada ao peso cada vez maior do capital estrangeiro na economia nacional e à própria natureza volátil dos investimentos no mercado financeiro — caracteristicamente investimentos de curto prazo, se fez de forma abrupta, sem qualquer preparação ou salvaguarda, fazendo com que a economia brasileira se tornasse vulnerável em meio aos padrões de competição vigentes no capitalismo globalizado. Dessa forma, a integração internacional da burguesia brasileira lesou algumas de suas parcelas, levando à extinção e à falência muitas empresas brasileiras.

Durante o segundo governo de FHC, o resultado da aplicação do receituário neoliberal aprofundou a miserabilidade e a violência social em todo o país. Seguiram-se o crescimento acentuado do desemprego e o sucateamento dos serviços públicos, o que precarizou mais ainda o nível de vida da classe trabalhadora.

O partido comunista brasileiro inicia o século XX com contundência em relação à política econômica, mas, mais uma vez, abstrai economia e política, estrutura e superestrutura. O movimento de massa comparece como uma categoria vazia, bem como a ideia de operariado, ainda que se considere sua diminuição fabril, parece atribuir a isto a fragmentação da classe trabalhadora e não ao processo de reestruturação produtiva, o neoliberalismo, ou seja, o modo de produção capitalista e suas crises orgânicas.

E para a perpetuação do sistema vigente, foi e é necessária a fragmentação a classe trabalhadora. Na afirmativa de Engels (2009), em que a primeira divisão de classe se deu com a divisão sexual do trabalho, encontramos pistas para apreendermos como a heterogeneidade humana fez a faz parte das relações que estabelecemos com a natureza e com os outros. Mas, a transformação dos “outros” em seres desiguais, foi e é, nesta sociabilidade, transformada em desigualdades sociais, políticas e econômicas.

A separação do Homem dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho inscreveu um modo de produção único, em que um ser passou a explorar um outro ser com a finalidade não mais de suprir necessidades ou carências vitais, mas para que a posse dos meios de produção e instrumentos de trabalho pudesse, através do subjugo, da dominação e exploração do outro, se enriquecer, acumular.

A acumulação no século XXI, ganhou novos contornos e, dada a participação do Brasil no capitalismo de forma dependente, a inserção das mulheres, negros, jovens e LGBT's no mundo do trabalho se deu através de um processo ainda mais predatório para estes segmentos sociais, pois, desprotegidos após o enfraquecimento das leis trabalhistas, puderam “marginalmente” acessar o mercado formal e, muito mais, o “informal” de trabalho. Ao combinar desenvolvimento desigual e combinado, o capitalismo em suas regularidades e contradições se amplia (MENDEL, 1982). Nesse sentido, o que mais caracteriza a desigualdade é a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, o que demarca as particularidades concretas dos desdobramentos do capitalismo em nosso território.

O processo de “desenvolvimento” da periferia é indissociável das leis tendenciais que buscam manter os lucros dos países industrializados de capitalismo avançado, fazendo com que os países com altas reservas de recursos minerais e naturais sejam, como necessidade do próprio metabolismo contraditório do capital, o alicerce vital de conformação das riquezas apropriadas na forma de transferência de valor pelos países hegemônicos.

Essa extração permanente, associada às condições cada vez mais duras de superexploração da força de trabalho, no campo e na cidade, estrutura a necessidade de entender o papel das mulheres e dos/as negros/as na matriz de desenvolvimento latino-americana ao longo do século XX, com resultados impactantes no século XXI em termos de controle, subalternização e exploração destes segmentos sociais.

O “novo imperialismo” (HARVEY, 2003) protagonizado na América Latina por capitais transnacionais com alta composição orgânica do capital, reforça a espoliação das

mulheres e dos/as negros/as, demarcando novas-velhas contradições tanto na ampliação das estruturas desiguais da produção material e social da riqueza capitalista, como no fato de que os resultados sociais e políticos desta própria situação, bem como a acumulação primitiva de capital, assumem nos países subordinados pela lógica dominante do capital financeiro um caráter de permanência histórica em vez de transitoriedade.

A globalização é uma etapa mais avançada da internacionalização do capital, tão bem definida por Lênin, em “Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo”. A intensificação da internacionalização da economia, com a prevalência do capital financeiro, ao determinar a drástica diminuição dos investimentos na esfera produtiva, no plano mundial, contribui ainda mais para agudizar a fome, a miséria, o desemprego, a indignação para bilhões de seres humanos. Superpõe-se ainda, neste quadro, uma crise de superprodução, típica do desenvolvimento do capitalismo, que atingiu, recentemente, o sistema como um todo. (XIII Caderno de Resoluções PCB)

O que implica em reforçar na estrutura de conformação do capitalismo dependente o papel da produção de valor do trabalho elaborado por mulheres e negros/as, na história da superexploração da força de trabalho como fundamento particular do capitalismo dependente. Em outras palavras, a estrutura desigual inerente ao sistema metabólico do capital (MÉSZAROS, 2004) é reforçada por outras dimensões da desigualdade no interior dos processos particulares de seu desenvolvimento no território e consolida, via permanente ampliação do exército industrial de reserva e da fração da classe que está fora dele.

Na totalidade da exploração do capital sobre o trabalho no mundo, os trabalhadores do Sul cumprem uma dupla função: 1) compor a produção de valor social médio mundial, medida pela produtividade média do trabalho; e 2) contra-arrestar, no interior das economias periféricas, a tendência à queda da taxa de lucro do capital financeiro transnacional em geral, e do capital financeiro nacional em particular. Os salários do Sul relatam, na discrepância entre os gêneros e entre a relação destes com o mundo, a substância estrutural do desenvolvimento desigual e combinado.

A superexploração da força de trabalho das mulheres e negros/as como fundamento da história de usura das riquezas socialmente produzidas, cuja apropriação se dá tanto no movimento interno (capital que opera no território) como no movimento externo (capital que remete parte dos seus lucros ou bens intermediários para os países sedes) via transferência de valor.

Nos governos de Lula, foi possível verificar que, enquanto o coeficiente de exportação da indústria passou de 12,9% em 2002 para 19,7% em 2007, o coeficiente de exportação da indústria extrativa foi de 42,3% em 2002 para 58,7% em 2007, e alcançou

o valor de 68,9% em 2010. Nos termos de Castelo (2013), era o “neodesenvolvimentismo” às avessas, pois ampliou a vulnerabilidade externa estrutural à custa de uma maior dependência tecnológica, financeira e política moldada pelos grandes capitais transnacionais.

Cabe salientar que o teor da superexploração da força de trabalho no Brasil e na América Latina se entrelaça em sua condição estrutural às mais drásticas situações de violência, resultantes dos conflitos entre o capital e o trabalho. No caso específico das mulheres e negros/as, a violência a que estão submetidos/as, nos remete à herança colonial, que marcou, a ferro e a fogo, os corpos dos povos africanos traficados e dos povos originários.

Além de tudo, o partido comunista brasileiro reconhece que as expropriações contemporâneas incidiram sobre tradições e costumes culturais das massas populares, afetando diferentes formas de solidariedade de classe e de resistência à exploração; sobre conquistas sociais tais como a saúde e a educação públicas, hoje cada vez mais mercantilizadas; sobre os movimentos sociais, que sofrem renovados processos de criminalização, com o uso ainda maior da violência física aberta (estatal e paraestatal) e a supressão de direitos civis, políticos e sociais; e sobre os direitos de cidadania.

A apreensão que se faz desta realidade é focal, pois reduz as conquistas democráticas a “um mero jogo eleitoral onde impera o mercado de votos e o marketing político, ficando de fora os grandes temas ideológicos, econômicos e sociais; sobre o meio ambiente, cujos elementos naturais, como a água, as sementes, os genes humanos, etc., viram produtos para o mercado”. A própria questão da mulher, do negro/a como partes constituintes da classe trabalhadora, como já apresentamos, foi escamoteada pelo PCB.

Considerando que as expropriações são realizadas sob a propaganda ideológica da “liberdade” de movimentos do trabalhador, que acaba por transformar conquistas coletivas em conquista da iniciativa individual, associando-se, na atualidade, à ideia difundida pelo “empreendedorismo”, de que cada um pode ser “patrão de si mesmo”, quando não “colaborador” e não mais empregado, não mais trabalhador.

A difusão do individualismo como única forma de expressão e vivência da cidadania foi abarcada pelo projeto democrático-popular, ou esquerda democrática, que intencionalmente fez com que as relações sociais de produção impostas pelo capitalismo, que promoveram a separação entre trabalhadores e condições sociais de trabalho, com vistas à permanente criação de grandes contingentes de “pobres laboriosos” livres, se

constituíssem uma força de trabalho a ser expropriada, propiciando permanente disponibilidade de força de trabalho para o capital.

De acordo com Santos (2005), esta realidade expressou duas vertentes que, ao longo da história da luta de classe, estão em disputa, “*uma de uma de caráter reformista e outra revolucionária*”. A primeira, segundo a autora, em nome do progresso, incorpora a perspectiva capitalista e se ratifica como ideário reformista; a segunda, ao se distanciar da socialdemocracia, reafirma o socialismo como único caminho para o progresso. Para a autora, as táticas e estratégias destas vertentes são heterogêneas, mas ainda assim, nenhuma delas coloca em “*xeque a constituição de um modelo que propõem a emancipação do proletariado do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do capitalismo*” (SANTOS, 2005, p. 112).

Ao elegerem o Estado como alvo, dadas as condições que tornam a classe hegemônica a classe dominante, não conseguiram, ambos “*escapar da setorialidade e parcialidade impostas pelo sistema do capital. As forças organizadas do trabalho foram aprisionadas pela pressão em torno da realização de demandas parciais e imediatas*” (*ibidem*). Não obstante, não se trata apenas de um equívoco tático, mas de objetivação das organizações e entidades da classe trabalhadora, que sempre se orientou pela organização parcializada, “egoístico-passional”, os sindicatos por exemplo, como organizações profissionais ou por ramo de produção, sempre atuaram de forma corporativa, incapazes na maioria das vezes de incorporar a perspectiva classista.

Também os partidos, de modo geral, foram incapazes de elaborar uma perspectiva de proletariado para além daquele que estava nos setores produtivos. Ao transplantarem as categorias, operários, proletários sem mediações que desvelassem nossa particularidade, “*tenderam às tendências autoritárias, identificadas neste modelo, referem-se, sobretudo, à relação entre as diferentes modalidades de sujeitos coletivos*”.

O partido político que, em tese, apresenta-se frente aos movimentos sociais e entidades de defesa de direitos, requer maior capacidade de universalizar os interesses das forças organizadas do trabalho, agregando demandas socioculturais, mas não efetivou esta tendência. *Ao contrário, enquanto outros sujeitos coletivos tiveram papel fundamental na identificação de formas de opressão e na formação política dos indivíduos, pressionando, inclusive os partidos para atualização de sua agenda e maior abrangência no seu processo de atuação, os partidos tenderam à burocratização; ao afastamento de sua base de militância e de seus princípios ideológicos.* (SANTOS, 2005, p 114)

De acordo com Santos (2005) a influência da II Internacional, sobretudo do stalinismo fez com que o centralismo democrático fosse substituído pelo centralismo autoritário, colocando a ação dominadora como princípio para a ação política. Isso, segundo ela, foi bem assimilado pelos partidos comunistas, o que, ainda hoje, provoca certo ressentimento por parte de alguns movimentos sociais.

[...]seguramente, a visão e a teorização da dinâmica da luta de classes, do desenvolvimento do capitalismo e da construção do socialismo surgidas ainda nos anos 1930, após a ascensão de Stálin ao poder, que se consolidariam nas décadas seguintes, através da codificação do marxismo produzida pelo PCUS no período, acompanhada de uma simplificação da teoria, materializada em manuais de marxismo-leninismo difundidos a todos os Partidos Comunistas do mundo que seguiam a linha soviética. (XIV Caderno de Resoluções PCB)

Conforme a autocrítica do partido neste caderno, a herança maldita deixada por Stalin, isto é, a construção de uma cultura que subordinava a ação política e respaldava os interesses pessoais dentro do partido, demorou a ser refutada pelos partidos comunistas. Para Santos (2005, p. 123) uma das consequências mais visíveis desta formulação é a propagação, de que os “*aspectos culturais, a sexualidade, os valores, tudo que se refere à individualidade é entendido como um epifenômeno da política*”. A subjetivação e a subjetividade foram, como já apontamos, conferidas ao campo psicológico, portanto restritamente individual. Neste contexto é que acreditamos que até metade da primeira do século XXI o Partido Comunista tenha desacreditado os movimentos de mulheres e negros/as, pois apenas no XV congresso do partido há maior compreensão e atenção aos movimentos sociais, em especial ao movimento de mulheres e de negros.

No XIII Caderno de Resoluções do PCB, além de não aparecer a questão da mulher e/ou de Gênero, assim aparece a questão do negro:

Movimento Negro

Para o PCB, a questão *étnica*, no Brasil, está intimamente ligada à exploração do homem pelo homem nas relações econômicas. No Brasil, a questão racial é marcada *significativamente pela posição em que a população negra foi inserida na sociedade*, ainda no período colonial, e relegada a segundo plano a partir do desenvolvimento das relações de produção capitalista no país.

Tal avaliação aponta, para os comunistas, o enfrentamento do *racismo* e seus desdobramentos *enquanto componente da luta de classes*. O PCB tem condições para generalizar seu envolvimento para além de seus organismos voltados para a questão étnica, devendo articular militantes das diversas áreas onde atua. (XIII Caderno de resoluções PCB – grifo nosso)

Esvaziada de sentido e de conteúdo, a resolução não aponta tática e ou estratégia para o movimento negro, interno ou externo ao partido. Tática e estrategicamente parecia não haver caminhos para a questão da mulher e dos/as negros/as no partido.

O racismo como elemento estruturante da sociedade brasileira tinha sido denunciado por Clóvis Moura⁷⁵ nos mais diversos capítulos, artigos e livros que escreveu.

O racismo estrutural se refere aos estudos das relações raciais, e transcende o âmbito pessoal. Tem a dimensão do poder como elemento aplicado por um grupo sobre outro e determina espaços e campos de atuação a partir de diferenças fenotípicas, a partir de imposições de regras e padrões racistas. Embora hoje não seja mais criado pelas instituições, são elas que estabelecem privilégios a grupos raciais. Se estabeleceu no Brasil, através de um conjunto de normas políticas econômicas, sociais, educacionais e jurídicas, que, não sendo uma patologia social, ganharam uma forma de arranjo social.

Segundo Silvio de Almeida (2018, p. 39), a visibilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas pode ser encontrada nas organizações políticas, econômicas e jurídicas. O racismo se expressa concretamente como desigualdade de pessoas negras do acesso e participação à estas instituições. Olhando para o racismo de forma estrutural é evidente a necessidade de se coadunar com Almeida, em “que as ações jurídicas são insuficientes para que a sociedade deixe de ser uma máquina de desigualdade”.

O movimento de luta pela superação do racismo, bem como a luta pela superação do modo de produção capitalista, não é imanente. A história e uma vasta literatura já evidenciaram que a questão racial, e não apenas quando relacionada à população negra, não é voluntariamente resolvida com os processos revolucionários.

Faria (2021), partindo das elaborações de Lukács (1968) sobre o darwinismo social, o racismo e o fascismo, demonstra como as análises do autor sobre o racismo ainda guardam validade analítica. Segundo Faria, as considerações de Lukács sobre a ciência moderna, bem como sua relação com o ciclo econômico do século XIX na Europa e a questão racial, demonstram como a revolução burguesa é antitética, visto que o humanismo que apregoava era conservador e de cariz racista, “ratificando assim suas análises de que o racismo é uma espécie de regressão das conquistas históricas da

⁷⁵ As obras do autor incluem *Dialética racial do Brasil negro*, *Do bom escravo ao mau cidadão?*, *História do negro brasileiro*, *Quilombos: resistência ao escravismo*, *Rebeliões da senzala*, entre outras. Em 1944, se aproximou do partido comunista Brasileiro, onde pode desenvolver sua perspectiva analítica através do jornal *O Momento*.

humanidade no sentido de um devir universal”. Assim, evidencia-se a decadência do pensamento liberal burguês.

O XIII Caderno de Resoluções do PCB afirma que “No Brasil, a questão racial é marcada *significativamente pela posição em que a população negra foi inserida na sociedade*, ainda no período colonial [...] *o enfrentamento do racismo e seus desdobramentos enquanto componente da luta de classes*”(Grifo). Assim, apontam-se os limites teóricos, políticos e ideológicos do partido comunista brasileiro.

Mais recentes, os posicionamentos de Celso Frederico também caminharam no sentido de pôr em dúvidas a questão racial com ênfase em particularidades. Frederico, quase logrou êxito quando astutamente recuperou o famoso ensaio Sobre as Artimanhas da Razão imperialista, escrito por Pierre Bourdieu e Loic Wacquant, amplamente veiculado nos tempos idos dos certames sobre cotas raciais, que, *ao tratar a questão da Raça como categoria identitária e, conseqüentemente, política, disseminou a compreensão de que a incorporação desse debate significaria a reprodução de importações exógenas e alheias às relações sociais brasileiras*. O problema é que Frederico não se deu ao trabalho de procurar os contrapontos a esta tese como as defendidas por Antônio Sérgio Guimarães, Kabenguele Munanga, Fúlvia Rosemberg, entre tantas outras pesquisadoras e pesquisadores que na ocasião já operavam a negação da negação para afirmar as relações raciais no Brasil como imanescentes à etnificação da modernidade brasileira. (Farias, 2021, p. 335).

Se para Santos (2005) eram necessárias revisões conceituais que adensassem o plano teórico e político para o projeto da “esquerda democrática”, o pensamento desta linha transitava num amplo movimento de revisão conceitual, direitos humanos, democracia e sociedade civil — termos esvaziados ao ponto de se tornarem “palavras mágicas” que revelavam, a um só tempo, a força mobilizadora imediata e a fragilidade teórico-política do pensamento de esquerda-democrática. Sendo assim, o que podemos dizer da proposta da esquerda-socialista, no Brasil?

Baseado num leninismo sem Lênin, o Partido Comunista Brasileiro voltou o olhar para nossa formação sócio-histórica, transpondo a realidade europeia para o Brasil, vacilou e vacila na compreensão de que a heterogeneidade da classe trabalhadora não é determinada pelos grupos subalternos que se lançam nas filas de ossos para matar a fome! Esta heterogeneidade se revela no quão descartáveis tornaram-se mulheres, sobretudo negras, sob a sanha do Capital. Tão desamparadas pelo Estado e pelas entidades de representação trabalhista, elas tiveram que se “aquilombar” para superar sua situação e, na luta anticapitalista, lutar pelo direito de existirem como mulher, sobretudo quando negras.

Lênin, mesmo antes do processo revolucionário na Rússia, advertia para a compreensão desta heterogeneidade, não apenas naquele país, mas no mundo, e por isso

sempre este atento à preparação dos trabalhadores de forma disciplinada para a revolução. Em *Esquerdismo, doença infantil*, de 1920, apontava os anos que antecederam a revolução de 1917, envolta por três perspectivas diferentes; “a liberal-burguesa, a democrático-pequeno-burguesa (encoberta pelos rótulos de ‘social-democrática’ e ‘social-revolucionária’) e a proletária revolucionária”.

Naturalmente, entre essas três tendências principais existem todas as formações intermediárias, transitórias, híbridas que se queira. Em termos mais exatos: na luta entre os órgãos da imprensa, os partidos, as frações e os grupos vão se cristalizando as tendências ideológicas e políticas com caráter realmente de classe; cada uma das classes forja para si uma arma ideológica e política para as batalhas futuras. (LÊNIN, 1920, p. 5)

Para ele, todas três concepções programáticas tinham táticas e estratégias distintas, mas todas inscreviam as massas, conforme compreendidas por ele, para além do operariado, do proletariado. Neste sentido, até os métodos grevistas ganhavam amplitude. Greves corporativas (econômicas) eram transformadas em greves políticas e greves políticas transformavam-se em insurreições. A compreensão de Lênin (1920) sobre as práticas existentes para a organização da classe trabalhadora contemplava um conjunto de ações, do processo espontâneo de luta à discussão dos *soviets*, nas formas de lutas parlamentares e não parlamentares — da tática de boicote do parlamento e de participação no mesmo às formas legais e ilegais de luta, assim como suas relações recíprocas e as ligações existentes entre elas, distinguindo-se o autor por uma assombrosa riqueza de conteúdo.

A concepção de revolução socialista do PCB, em relação ao processo revolucionário, não foi igual ao que aconteceu concretamente, conforme o próprio Lênin

Contrariamente às opiniões que não raro se expendem agora na Europa e na América, os bolcheviques começaram com muita prudência e não prepararam de modo algum com facilidade a sua vitoriosa luta contra a república burguesa parlamentar (de fato) e contra os mencheviques. No início do período citado, não conclamamos à derrubada do governo, e sim explicamos a impossibilidade de fazê-lo sem modificar previamente a composição e o estado de espírito dos Soviets. Não declaramos o boicote ao parlamento burguês, mas, pelo contrário, dissemos - e a partir da Conferência de nosso Partido, celebrada em abril de 1917, passamos a dizê-lo oficialmente em nome do Partido - que uma república burguesa com uma Constituinte era preferível à mesma república sem Constituinte, mas que a república "operária-camponesa" soviética é melhor que qualquer república democrático-burguesa, parlamentar. Sem essa preparação prudente, minuciosa, sensata e prolongada não teríamos podido alcançar nem manter a vitória; de outubro de 1917. (LÊNIN, 1920, p. 5)

Foi organizando duas táticas que o projeto comunista possibilitou o socialismo real, no Brasil. Esta organização não passou de palavras de ordem, como “ampla frente socialista” e “ampla frente democrática”. Impossível, a própria concepção de classe e massa do partido é esvaziada.

4.1.1 Táticas e Estratégias do PCB para as Questões de Gênero e Raça

Cardoso (2008) afirma que a construção do movimento feminista se dá a partir de uma agenda política e de um legado histórico que pouco representa e se identifica as mulheres negras, pois é a mulher branca, classe média, urbana, heterossexual e acadêmica, que é tida como referência dentro deste movimento. Dessa forma, é necessário revisar a dicotomia existente entre o movimento feminista e a história das mulheres para que seja situada a discussão de Gênero em contextos locais, históricos, culturais e sociais específicos a partir da experiência das mulheres na sua diversidade. Desse modo, Cardoso (2008) ressalta que as produções feministas, de modo geral, são evasivas no que diz respeito ao trato teórico da relação entre Gênero e Raça no Brasil, e à importância das diferenças raciais na constituição de Gênero e das identidades das mulheres.

Na história das mulheres, até o próprio movimento ressalta que as mulheres estão sujeitas a qualquer forma de opressão, independente do grupo social a qual pertence. Já na situação das mulheres negras, podemos perceber que temos a Raça como característica de exclusão e dominação, e que o racismo marca profundamente suas vidas.

Carneiro (2002, p.182) tratando sobre o Feminismo Negro e o Movimento de Mulheres Negras, ressalta que “esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto a tradição de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, possibilita uma nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher e negra”.

No XIV caderno de resoluções do partido comunista brasileiro, a estratégia é definida como;

A estratégia do partido revolucionário condensa em suas formulações os objetivos de longo prazo da revolução brasileira, os caminhos que deverão ser percorridos, a caracterização do Estado, da estrutura de classe da sociedade e de sua formação socioeconômica, de forma a identificar quem são os inimigos fundamentais e os aliados estratégicos, bem como as vias do processo de transformação social e as formas de luta que serão desenvolvidas pelas massas ao longo do período estratégico. Portanto, a estratégia revolucionária define o rumo principal que o proletariado deve adotar para derrotar o bloco hegemônico da burguesia e do imperialismo, o caráter da revolução, as tarefas fundamentais do bloco revolucionário do proletariado e a orientação, o

controle e a supervisão das ações práticas ao longo deste processo histórico (XIV Caderno de Resoluções do PCB – grifo nosso).

Interessante notar que ao longo da última década do século XX, não houve nenhuma ação do partido em relação a uma leitura mais abrangente da estrutura de classe em nossa formação econômica. Os cadernos de resolução anteriormente analisados evidenciam isso, compreendendo que, para que o alcance do poder popular se desenvolvesse, o partido comunista brasileiro, afirmou a partir destas resoluções que;

Para os comunistas, a conquista do poder político envolve dois aspectos fundamentais: a) *o envolvimento das massas populares como sujeitos da ação histórica para as transformações sociais e políticas*; b) a organização e fortalecimento do instrumento político revolucionário capaz de dirigir a disputa pela hegemonia na sociedade, baseado nos princípios do marxismo-leninismo. *O Partido Comunista Brasileiro deverá ser consolidado no terreno da luta de classes, com uma plataforma capaz de construir uma alternativa real de poder para os trabalhadores.* (XIV Caderno de Resoluções – grifo nosso)

Cisne (2015) elucida que o conflito de classes advém da polarização na ordem monopólica, cujo objetivo se centra na busca incessante por superlucros que prejudicam os interesses da classe trabalhadora, tornando imprescindível analisar a divisão sexual do trabalho para desvelar o antagonismo de classe e a opressão e exploração das *mulheres negras*, bem como o entendimento de que a feminização⁷⁶ do trabalho implica em determinações que envolvem a produção e reprodução do capital ao desenvolver uma superexploração sobre o trabalho e atividades das mulheres tanto na esfera pública, quanto na privada.

Para Saffioti (2013), com o advento do sistema capitalista, o modo de produção tem sua contradição presente nas formações econômico-sociais, principalmente, naquelas sustentadas pela apropriação privada dos meios de produção e da força do trabalho humano e na marginalização do trabalho da *mulher negra, que* ocorre no âmbito da burguesia ascendente. Assim, a reprodução das relações desiguais, a partir da hierarquização dos gêneros masculino e feminino, se faz presente, portanto, em uma sociedade patriarcal.

Defendemos que as categorias Gênero e Raça estejam intimamente relacionadas à categoria patriarcado. Neste sentido, a articulação destas duas possibilita maior

⁷⁶ Utilizamos a categoria feminização do trabalho a partir das apreensões de Yannoulas. *Trabalho e Relações de Gênero: Análise da Feminização das Profissões e ocupações*. Disponível in: http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_1893_a9ca2f634417ba92457cf6bc8351d1a3.pdf/ acesso 10/09/2017.

YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Abaré, 2013. 302p. Disponível in: [file:///C:/Users/PC/Downloads/87-302-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/87-302-1-PB%20(1).pdf). Acesso em 10/09/2017.

apreensão dos complexos sociais que transformam diferenças biológicas em desigualdades sociais (entende-se por desigualdades sociais as expressões oriundas da relação capital x trabalho), constituindo a Questão Social.

E partindo destas importantes considerações sobre a necessidade de envolver essas questões nas lutas reais, concretas e efetivas para a transformação social, bem como a necessidade de construir uma plataforma capaz de construir realmente esta alternativa, o partido faz autocrítica.

A construção de uma formulação estratégica para a Revolução Socialista Brasileira exige o esforço de caracterizar a formação social brasileira. Um dos grandes problemas da esquerda brasileira, principalmente do PCB, como partido mais antigo e que vivenciou os principais momentos de nossa história, tem sido a busca de “modelos” estratégicos fundados nas grandes experiências revolucionárias vitoriosas do século XX. Assim, ora o Partido buscou uma estratégia insurrecional inspirada no modelo soviético, centrada na organização proletária nos grandes centros industriais [...] No entanto, toda verdadeira estratégia só pode ser construída a partir de uma correta leitura das características de uma formação social concreta, suas relações sociais de produção, sua estrutura de classes, suas formas políticas e a dinâmica histórica da luta de classes, que resultam em determinadas formas de Estado[...] Afirmamos, portanto, que os equívocos das estratégias até então formuladas encontram-se, em grande medida, na inadequada leitura de nossa sociedade. Uma formulação pode estar correta e fracassar pela correlação de forças, pela dinâmica da luta de classes ou por erros em sua condução[...] (XIV Caderno de Resoluções do PCB).

O abandono da leitura de que o capitalismo no Brasil ainda não tinha se desenvolvido por completo foi um avanço, pois, a partir disso, pôde-se voltar a uma apreensão mais profunda e complexa das classes sociais, distanciando-nos da ortodoxia que lhe impunha uma apreensão da realidade europeia, transformando o próprio método materialista histórico em um mero mecanismo de transposição.

A compreensão de que o proletariado constitui mais de 80% da população brasileira ratificou sua defesa em relação a centralidade do trabalho, entretanto, ainda mantendo uma visão restrita sobre o proletariado. “*Caracterizamos o proletariado brasileiro como o conjunto dos trabalhadores que só podem viver mediante a venda de sua força de trabalho, tendo em seu núcleo a parte dos assalariados que vendem sua força de trabalho ao capital e são considerados trabalhadores produtivos*” (XIV Caderno de Resoluções). Agora, também há o grupo caracterizado como “precarizado”, que, segundo a resolução é o contingente formado pela superpopulação relativa nas grandes cidades, composta pelo exército industrial de reserva, ou alocada em trabalhos desprotegidos e em condições incertas.

Não são “excluídos” como outrora foram caracterizados ⁷⁷, tampouco lumpemproletariado, são trabalhadores/as informais que necessitam de acesso a bens e serviços ofertados através de políticas públicas para proverem seu sustento.

Não são os “excluídos”, ou mesmo o lupemproletariado, pois acabam por se inserir nas condições gerais da *orgia* da acumulação de capitais, como força de trabalho abundante e barata, como operadores da economia “informal”, como consumidores e agentes de uma economia *política da criminalidade ou base de massa e objeto de ação de uma rede de assistencialismo filantropizado pelo chamado terceiro setor* (XIV Caderno de Resoluções-grifo nosso)

O cunho moral com que é descrita nossa realidade complexa, conflituosa e contraditória não pode passar despercebido, pois, para nós se distancia da leitura radical e comprometida com a classe trabalhadora e com as análises anteriores do PCB, que, aparentemente, compreendera como o neoliberalismo e a reestruturação produtiva impuseram formas de regulação e gestão do trabalho que acentuavam sua exploração, ao mesmo tempo em que o Estado se reduzia em relação ao investimento em políticas públicas, a refração desta conjuntura na vida dos/as trabalhadores/as não seria outra que não a diminuição do valor de compra do salário, bem como, o acesso privado a educação, saúde, lazer, transporte para aqueles/as que pudessem pagar, restando as políticas de assistência e ou até mesmo a filantropia para aqueles e aquelas que estavam abaixo da linha da pobreza.

Parte desta superpopulação relativa mantém vínculos políticos e culturais com o proletariado, *uma vez que se forma constantemente expropriados, jogados fora do mercado de trabalho, adoecidos e sequelados pela brutalidade da produção capitalista, acabando por constituir parte de movimentos sociais e populares em luta por emprego, terra, moradia, melhoria das condições de vida em bairros periféricos, resistindo à opressão de Gênero, ao preconceito étnico e outros (como o de regionalidade ou opção sexual), funcionalmente utilizados pelo capital como forma de manter o valor da força de trabalho em níveis aceitáveis para a acumulação de capitais.* (XIV Caderno de Resoluções- grifo nosso)

Ao contrário do projeto democrático-popular que se baseia na rejeição ao marxismo, da crítica “superficial” à modernidade que se distancia da elaboração tática e estratégica de um projeto transformador que leve a cunho à emancipação humana (Santos, 2005), o projeto socialista-comunista, apresentado pelo PCB, é ortodoxo e lhe faltam mediações para a apreensão da realidade. Se para a autora

⁷⁷ Nos cadernos de resoluções XI e XII havia, sem muito detalhe, o uso da categoria “excluído”, sem que fosse demarcada a condição salarial, geração, racial ou de Gênero, sendo assim um termo muito genérico.

O efeito político de todo este processo tem sido a indeterminação das diferenças entre esquerda e direita e, no limite, entre os projetos societários. Com o ideário de aperfeiçoamento da ordem burguesa, a “esquerda democrática” constitui e é constituída por vários sujeitos coletivos que emergiram no cenário político, sobretudo, a partir de 1960 e, desse modo, materializa-se, num universo multifacetado e diluído, em proposições e postulados como: a defesa do “socialismo democrático”; a condição política pós-moderna e o multiculturalismo crítico (SANTOS, 2005, p.107)

Para o projeto comunista, o sentido de uma suposta “etapa” democrática só se justificou no passado, no interior da concepção marxista, considerando uma situação muito particular de desenvolvimento histórico no qual a burguesia representava politicamente a necessidade de avanço de forças produtivas que se encontravam obstaculizadas por relações de tipo feudal, mantidas política, jurídica e ideologicamente por estratos e camadas nobres comprometidas com a manutenção de seus privilégios. Neste sentido, para o Partido Comunista Brasileiro, Marx e Engels apontavam para a necessidade da estratégia revolucionária se dar na forma de uma Revolução Permanente, ou seja, ainda que em aliança com a burguesia contra os setores feudais, o proletariado deveria manter sua independência e autonomia histórica, transformando a luta democrática em luta socialista através da formação de um duplo poder.

Ocorre que, de nossa perspectiva, este “proletariado” tão bem exaltado pelo partido comunista, é rígido, estanque e irreal ante a nossa formação sócio-histórica. Embora se julgue compatível com as demandas imediatas da classe trabalhadora, tem atuado sempre numa direção enviesada, como o próprio partido apontou na abertura do XIV Congresso. Mesmo afirmando não ser contrário à luta por empregos, salários, contra a perda de direitos e precarização de condições de trabalho, abstêm-se do devido cuidado em relação à heterogeneidade da classe trabalhadora, esvaziando teórica, política e concretamente a luta contra as opressões devido a Gênero, etnia e opção sexual.

Ao alocar tais questões no conjunto de manifestações das expressões da Questão Social que atravessam a vida dos/as trabalhadores/as, o Partido desconsidera a questão de Gênero e Raça como estruturantes do modo de produção capitalista em nossa particularidade.

Diferente da esquerda democrática, que buscou por meio do multiculturalismo sintonizar os diversos sujeitos sociais e coletivos, para defender o socialismo democrático, o socialismo revolucionário brasileiro supõe e aprova alianças que tenham caráter prático e que se formem no sentido dos projetos históricos em disputa. Para nós, por isso, em alguns momentos ele perdeu o entendimento de como as diferentes forças

políticas concretas que agiam no cenário imediato das lutas se posicionavam no quadro dos cenários estratégicos.

Conforme Santos (2005, p. 109), o estado social influenciou amplos segmentos da esquerda, em nível mundial, que passaram a defender, de modo aberto, a capacidade democrática do Estado de intervir na dinâmica social, através das reformas sociopolíticas, como horizonte máximo das suas reivindicações. Segundo a autora, tratava-se de uma consagração da “perspectiva reformista”. Para ela, esse processo é premido por múltiplas mediações, a derrocada do socialismo real, a ascensão do stalinismo, o processo ditatorial dos regimes autoritários na América Latina, dentre outros.

Se para compreender a ascensão da ideologia do consumo como um correspondente do processo de mercantilização dos direitos sociais, culturais, econômicos, políticos sobretudo da vida para ascensão da esquerda-democrática. O mesmo, foi feito em relação retração do socialismo revolucionário.

O ápice deste processo só se deu com a abertura política e a incorporação das massas urbanas, setores amplos do proletariado e do operariado no jogo político do Estado burguês, que alcança sua maturidade com a Constituição de 1988. Estamos diante de um Estado fundado em um ordenamento jurídico estabelecido, reconhecido e legitimado, com instituições igualmente consolidadas nos diferentes campos de ação do Estado: Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, várias instituições, como o Ministério Público, fazem a mediação entre a sociedade e suas demandas e os órgãos do Estado como expressão institucional e política. Formou-se, assim, uma sociedade civil-burguesa com um conjunto de instituições enraizadas e, em parte, legitimadas no corpo da sociedade, tendo se consolidado uma hegemonia liberal burguesa e um regime formalmente democrático, num processo que se completa com o estabelecimento de poderoso monopólio capitalista nas telecomunicações, na informação e na organização da cultura, responsável por aprimorar e fortalecer a dominação ideológica burguesa em nosso país. (XIV caderno de resoluções do PCB).

Para o Partido Comunista Brasileiro, a institucionalidade burguesa deslocou o eixo da luta para a representação política e a judicialização das demandas políticas, de maneira que estas demandas passaram a ser necessárias e alcançadas apenas dentro do processo político instituído por meio de ações de governo, iniciativas legislativas ou resoluções judiciais. Os movimentos sindicais e sociais “perderam autonomia” e capturaram a militância política, convertendo-a em um exército de *cidadãos consumidores*.

Neste contexto, o surgimento dos movimentos sociais relacionados às questões de Gênero, Raça e sexualidade, ganha lastro não a partir da centralidade do trabalho, mas de sua negação. Em parte graças ao multiculturalismo, o mundo e as relações sociais de

produção e reprodução social são “interpretados” a partir das experiências dos países industrializados, ou seja, Europa e Estados Unidos.

Assim, é preciso primeiro pontuar que a América Latina, especialmente o Brasil, não vivencia o estado de bem estar social. Conforme Boschetti, (2018), somente a partir do início do século XXI, com o “governo de conciliação de classes”, surge a possibilidade de uma relativa aproximação com uma incipiência de Estado Social. Portanto, a apreensão evolucionista, etapista que justificou as leituras e apreensões dos movimentos de mulheres, negros/as e LGBTs a partir do estruturalismo e pós-estruturalismo ou seja, “em ondas”, não corresponde às experiências de tais movimentos no cone sul.

As demandas passaram a ser inscritas pelo combate às opressões desatreladas da exploração. A auto-organização e a autogestão passaram a ser uma característica deste momento das organizações feministas no Brasil. As feministas apreendidas como radicais associavam o combate às opressões à luta contra o patriarcado. Participantes de organizações, associações e partidos sentiam na pele a reprodução machista e patriarcal nestes espaços que, influenciados pelo socialismo real, reproduziam “seus privilégios” sobre as mulheres.

Se cada momento histórico produz sua forma de exploração e opressão, cada momento histórico também produz formas estratégicas próprias de enfrentamento a estes. De acordo com D’Atri (2008, p. 116):

Enquanto as feministas liberais optariam pela inserção no aparato do Estado, em cargos de poder e instituições de regimes e governos, com o propósito de instalar reformas tendentes a igualdade, as feministas socialistas defenderiam, estrategicamente e por diversos matizes, a necessidade de uma revolução anticapitalista. Um fio condutor certamente enlaça as distintas vertentes: por vias reformistas ou revolucionárias todas estão de acordo em querer desterrar as diferenças entre os sexos para chegar à igualdade.

Assim, ao invés da luta pela igualdade, cuja base era a contestação do sistema de opressão, o foco passou a se estabelecer nas diferenças. Os dados morfológicos das diferenças entre os sexos destacaram e revalorizaram aspectos que diferenciam profundamente homens e mulheres.

A realidade é tomada como uma prática discursiva, onde basta reeditar as narrativas, agora igualando as mulheres aos homens para que o patriarcado *desmanchasse no ar*. Ao assimilarem a consigna *Black is Beautiful* (negro é bonito) dos movimentos antirracistas norte-americanos ou a do orgulho gay, a revalorização positiva da feminilidade instauraria uma essência feminina “subversiva” capaz de romper com a

psicanálise lacaniana, por meio da resignificação da linguagem. Numa relação mecânica, embaralhou-se filogênese e ontogênese⁷⁸.

O feminismo da diferença coloca essencialmente uma idealizada louvável feminilidade intrínseca ao ser mulher. Destacando a maternidade como próprio das mulheres – e, por conseguinte, supostas qualidades positivas associadas, como a não violência -, ressaltando a relação da mulher com a natureza por oposição ao mundo da cultura masculina e chegando a defender a necessidade de um mundo de mulheres não contaminado pelo masculino – inclusive o separatismo como opção político-sexual, as feministas das diferenças levantam em conjunto que a libertação das mulheres dependeria da criação e do desenvolvimento de uma contracultura feminina. (D’ATRI, 2008, p. 125)

Esse pensamento ainda hoje encontra respaldo entre as mulheres e em alguns homens. Sua reapropriação, na atualidade de forma oportunista na articulação da democracia representativa burguesa, fez com que no Brasil fosse criado o Partido Nacional das Mulheres (PNM), cuja orientação é patriarcal, machista e heterossexista.

Portanto, as apreensões do feminismo das diferenças, além de partirem de relações binárias — diferenças e identidades, desigualdades e igualdades — não “delimitam” os horizontes históricos e sociais em que se insere atualmente a opressão sobre as mulheres. Nesta perspectiva, o Estado se neutraliza para o desenvolvimento da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Entretanto, as conquistas no âmbito político e jurídico não podem ter sua importância reduzida, tal como a Lei Maria da Penha, a respeito da qual a apreensão do PCB é de que

A violência contra a mulher se resolve pela Lei Maria da Penha; a demarcação das terras indígenas, pelo Supremo Tribunal Federal; a garantia de direitos, pela boa vontade do Legislativo em adiar a Reforma Trabalhista; a violação renitente dos direitos humanos, pela ação fiscalizadora de entidades internacionais ou secretarias especiais do governo. (XIV Caderno de Resoluções PCB – grifo nosso)

As resoluções do PCB são conflituosas e contraditórias. Ao mesmo tempo em que aponta não haver vinculação mecânica entre a estratégia e a via revolucionária, reluta em considerar os mecanismos mínimos de manutenção ou proteção da vida daqueles mais desprotegidos ou duplamente atingidos pelo sistema de opressão, racial e de Gênero, como no caso da violência contra a mulher. Anteriormente, já apontamos como o patriarcado e o racismo se estruturam, se manifestando em condições de subemprego, violência, falta de assistência e acesso a bens e serviços.

⁷⁸ Heleith Saffioti. *Ontogênese e filogênese do Gênero: ordem patriarcal de Gênero e a violência masculina contra mulheres*. FLASCO, Jun. 2009.

Segundo o atlas da violência de 2021, no Brasil o homem negro tem 2,6 vezes mais chance de ser assassinado; 77% das pessoas assassinadas no Brasil eram pessoas negras; entre 2009 e 2019, 50.056 mulheres foram assassinadas; e 67% das vítimas de assassinato em 2019 eram mulheres negras. Não se trata, portanto, de uma questão jurídica, mas de um posicionamento político que exclui pessoas racializadas e mulheres. De acordo com Sílvia Almeida (2018), a compreensão de que o patriarcado e o racismo são estruturais foge às análises reducionistas e superficiais, pois se a estrutura é “viabilizadora”, também é “restritora”.

Heleieth Saffioti (2001), apontava que a violência de Gênero contra a mulher é um conceito amplo que abrange a função patriarcal, uma vez que homens em posição de poder determinam a conduta das categorias sociais, mulheres, crianças e adolescentes, recebendo “autorização” ou tolerância da sociedade para punir àqueles/as que lhes parecem desviantes. Ainda que, por parte das vítimas, não haja caminhos diversos dos prescritos pelas normas sociais para execução do projeto dominação-exploração. O uso da violência, do poder coercitivo do Homem é, pois, insuficiente para garantir a subordinação e obediências das vítimas, ou subalternos.

A ordem patriarcal de Gênero, rigorosamente, prescinde mesmo de sua presença física para funcionar. Agentes sociais subalternos, como os criados, asseguram a perfeita operação da bem azeitada máquina patriarcal. Até mesmo a eliminação física de quem comete uma transgressão de Gênero pode ser levada a cabo na ausência do patriarca por aqueles que desempenham suas funções (SAFFIOTI, 2001, p. 116)

Apesar disso, toda luta por emancipação que se oriente pela inclusão, nesta forma de organização e produção social, tende ao reformismo, ou seja, a inclusão da mulher e do negro/a, neste sistema, não é o suficiente.

O multiculturalismo, independente da vertente, embora tenha dado certa visibilidade às necessidades das mulheres negras, lésbicas e “latino-americanas, despojou identidades de sua ancoragem em determinadas relações necessárias de colaboração social” (D’ATRI, 2008, p. 131), se mostrou incapaz de se efetivar como alternativa, pois, em vez de produzir culturas e identidades, passou a consumi-las a partir da produção das identidades discursivas e textuais, mas mantendo as estruturas que

Reinando Arenas⁷⁹ e Spivak⁸⁰ denunciaram: “Pode o subalterno falar?” – Até pode! Mas quem o ouvirá?!

A Lei Maria da Penha, neste sentido, em nenhuma dimensão é compreendida, seja por qualquer perspectiva dos movimentos de mulheres, como um mecanismo em si ou para si, eficiente e eficaz para erradicação da violência de Gênero contra a mulher. A perspectiva jurídica dessa lei, em primeiro lugar, retira a mulher do lugar assujeitado no qual anteriormente estava colocada. Ao elevar a condição da violência de Gênero contra a mulher ao patamar de fenômeno estrutural, a coloca como partícipe do processo, e neste sentido, objetiva, antes de buscar a responsabilização penal do agressor, criar instrumentos que possibilitem e assegurem medidas protetivas em relação à vítima. Estas medidas, em primeiro lugar, objetivam *manter viva a mulher*, e concomitantemente, atuar por meio de uma rede de proteção social, para desnaturalizar violência como “potência histórica patriarcal”.

O Art. 8 da Lei Maria da Penha versa sobre a integração operacional entre poderes executivo e judiciário, defensoria pública e ministério público com as áreas de segurança, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação, na atuação da prevenção da violência contra a mulher.

Aparentemente, o partido, em seu XIV Caderno de Resoluções, desconhece a luta das mulheres em relação à violência doméstica, bem como as mediações que ao longo da história fizeram e ainda hoje fazem parte de um processo que dá visibilidade à violência doméstica de Gênero contra a mulher, para que a questão não seja tratada no âmbito doméstico. A maioria das pesquisas apresentam movimentos a partir daqueles iniciados em 1960 e impulsionados em 1980, exemplificados pelas campanhas “Quem Ama Não Mata!”, “Em briga de marido e mulher, se mete a colher!” “O pessoal é político!”, mostrando que este é um fenômeno do sistema patriarcal “refinado” pelo sistema patriarcal, como elucida Saffioti.

⁷⁹ Na autobiografia *Antes que Anoiteça* - Arenas, faz uma brilhante análise sobre a diferença entre o “comunismo e o capitalismo, num sistema, você não pode falar, noutra você grita mas ninguém te escuta”. É significativa a escrita deste autor, pois vivenciou sua experiência pessoal como homossexual e literato no regime socialista em Cuba e nos Estados Unidos. Em ambos, sua condição de existência foi condicionada ao silêncio.

⁸⁰ Spivak, em *Pode o Subalterno Falar?*, assim como Arenas, apresenta um panorama da situação da mulher na Índia, a partir da lógica capitalista. Segundo ela, o sistema capitalista até reconhece a existência do subalterno, mas como sua base é a exploração do homem pelo homem, a particularização desta categoria é interessante ao capital, pois através dela, ele promove um “grito surdo” – ou seja, por meio da individualização dos problemas sociais que fazem emergir os/as subalternos/as, estes se tornam responsáveis pela sua própria condição de manutenção e/ou de superação desta condição.

Cabe chamar a atenção para o fato de que esta violência de Gênero praticada diretamente pelo patriarca ou por seus prepostos pode recair sobre outro homem. Nada impede também que uma mulher perpetre este tipo de violência contra um homem ou contra outra mulher. *A ordem das bicadas na sociedade humana é muito complexa, uma vez que resulta de três hierarquias/contradições – de Gênero, de etnia e de classe.* O importante a reter consiste no fato de o patriarca, exatamente por ser todo poderoso, contar com numerosos asseclas para a implementação e a defesa diuturna da ordem de Gênero garantidora de seus privilégios. (SAFFIOTI, 2001, p. 117, grifo nosso)

A compreensão do enovelamento das relações sociais de Gênero e Raça nos ajuda a compreender e ampliar o que entendemos por dominação-exploração ou exploração-dominação. Assim, podemos conceber os processos de sujeição de uma categoria social em duas dimensões: a da dominação e a da exploração. É importante notar que o enovelamento das dimensões de Raça e de Gênero não pode prescindir da cisão entre as dimensões políticas da dominação econômica e da exploração. Se assim for apreendida, será através da perspectiva weberiana, cuja concepção divide uma realidade em duas. Cabe destacar que exploração e dominação não são, cada um processo diferentes e separados *per se*. Para Saffioti, a questão do abuso sexual é um exemplo radical, mas didático para entender a exploração e a dominação como único processo, com duas dimensões complementares. “*No fenômeno do abuso sexual, por exemplo, pode haver exploração econômica, quando o abuso visa à prostituição de outrem, como pode haver exclusivamente a obtenção de benefícios próprios, como o prazer, sem vantagens financeiras.* (SAFFIOTI, 2001, p. 117).

Destarte, a análise articulada das relações de Gênero, Raça e classe tem nos revelado novos paradigmas para a teoria social e para a prática política, influenciando cada vez mais os estudos na área de Gênero e Raça, e as propostas de políticas públicas articuladas. Compreender as imbricações nas relações sociais e nos processos de diferenciação que levaram a desigualdades sociais estruturantes traz luz para o entendimento das diversas reivindicações hoje em pauta nos diferentes movimentos sociais. Além disso, nos auxilia a entender o surgimento de políticas de combate às violências e discriminações, possibilitando a diversidade humana, bem como a heterogeneidade da classe trabalhadora.

Ainda assim, as análises sempre muito duras do partido em relação ao projeto democrático-popular e sua “apatia” em construir instrumentos para inserção junto aos movimentos sociais, o levaram a defender a posição de que todas as possibilidades abertas para os/as subalternos/as advinham apenas de um processo de consenso e de coerção, que contribuía para a reprodução do domínio burguês. É óbvio que, em seu projeto de

sociedade, o Partido dos Trabalhadores se colocou e se manteve sob os limites da ordem burguesa, mas tamanho é o conservadorismo e reacionarismo burguês em nossa sociedade, que nem o projeto de conciliação de classes, associado a avanços jurídicos sobre classe trabalhadora subalternizada, pôde se manter.

Mesmo compreendendo que qualquer luta específica tende a se chocar com a lógica do capital: “a luta pela terra, a luta ecológica, a luta sindical, a luta política, as lutas por demandas populares, as lutas de Gênero, a luta por identidade étnica e, especialmente, a luta dos trabalhadores”, no XV Congresso do partido comunista as tensões do partido em relação aos movimentos de mulheres e negros passaram a ser dirimidas, e deu-se início a uma relação que ainda merece cuidado.

No XV Caderno de Resoluções do PCB, volta a aparecer a característica de capitalismo tardio e também da formação burguesa tardia, mas devido ao processo colonial, não mais como uma forma particular e integral do capitalismo. No documento táticas e estratégias, a compreensão é de que a consolidação burguesa não se deu sem conflitos. Sobretudo no processo autoritário, parte da burguesia, das classes médias e dos proletariados se juntaram para derrubar a ditadura.

Fruto deste processo, o partido sinaliza o surgimento do Partido dos Trabalhadores que, em conjunto com diversos setores e movimentos sociais, faria eclodir inúmeras greves e manifestações populares durante a chamada abertura. O resultado deste embate se deu em meio a um contexto internacional de crise do movimento socialista e de ofensiva neoliberal.

Conforme aponta Santos (2005), embora o Partido dos Trabalhadores, nunca tenha declarado sua opção pela esquerda-democrática, suas práticas reformistas e engajadas na permanência a todo custo no parlamento, nos faz assim acreditar. Amoldado à ordem liberal burguesa das instituições forjadas na luta contra a ditadura, logo após a primeira eleição, as principais organizações de esquerda do período – com destaque para o PT e a CUT – passam por um transformismo, que os conduz a uma postura de abandono das propostas radicalizadas de sua origem e de limitação da luta dos trabalhadores aos marcos impostos pela ordem hegemônica burguesa.

Isto representou, na esfera política, a sanção das principais organizações representativas dos trabalhadores ao poder instituído, culminando, na primeira década do século XXI, na afirmação de uma democracia reduzida às estratégias ditadas pelo capital.

A esquerda, da qual o Partido dos Trabalhadores faz parte, cuja orientação se processa por meio do pensamento da “esquerda democrática” aglutina variados sujeitos

coletivos que apresentam diferentes posições teóricas e políticas, despossuídos de condições mínimas de participação da sociedade de modo geral. Estes sujeitos se unificam em torno da perspectiva de construção da democracia como horizonte estratégico. Neste sentido, a sociedade civil passa a ser “valorizada”, e é entendida como espaço do consenso, da participação política e da luta por direitos. (SANTOS, 2005)

Esta situação se explica em parte pela burocratização e acomodação das direções partidárias e sindicais e das principais organizações representativas dos trabalhadores e da juventude (vide CUT e UNE) e, por outra, pelo equívoco de acreditar na viabilidade da disputa no interior do capitalismo e de seu Estado burguês, pressupondo um aperfeiçoamento lento, gradual e progressivo desse Estado, o que levou à prática de considerar, como um fim em si mesmo, a participação em espaços institucionais e em cargos nas esferas de governo e do parlamento (XV Caderno de Resoluções PCB).

Para o Partido Comunista Brasileiro, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo fez avançar a realização de um “pacto nacional” de submissão consentida do conjunto da sociedade à hegemonia burguesa. O programa de transferência de renda, “Fome Zero”, que mobilizou ONGs, empresas, instituições religiosas, sindicatos e escolas, instituiu a parceria da “sociedade civil organizada” com o Estado. “O apelo ao tratamento compensatório à fome e à miséria de parte da população integra a estratégia de construção do consenso em torno do projeto de transformação do Brasil em um país de capitalismo avançado com ‘face humana’”. (XV Caderno de Resoluções do PCB).

A filantropização da questão social encobre o avanço das privatizações dos serviços públicos e de transferência da responsabilidade do Estado para a esfera privada (através de contratos com Organizações Sociais – OSs, Organizações Sociais Civis de Interesse Público - OSCIPs, e Organizações Privadas de Interesse Público - OPPs), que acompanham a retirada dos direitos sociais. Na tentativa de evitar o acirramento da luta de classes, foram criados espaços institucionais de participação dos indivíduos e entidades associativas para o encaminhamento de reivindicações e a resolução de problemas de forma pragmática, além de conselhos, conferências, dentre outros instrumentos mecânicos.

4.2 Fomos e Somos Comunistas.

O XV Congresso do PCB possibilitou ao partido comunista fazer um balanço contundente e com base sólida na realidade concreta, apresentando oposição às perspectivas reformistas que até 2005 tentaram mudar de rumo o partido “Mesmo depois

de mantido o PCB, travou-se intensa luta política e ideológica com uma corrente interna reformista e oportunista, até a consolidação da estratégia socialista, no XIII Congresso Nacional do Partido, em 2005, culminando em um processo que já vinha se impondo gradualmente, desde o X Congresso Nacional” (XV caderno de resolução do PCB).

A partir de 2005, foram significativas as mudanças positivas na vida do PCB. O Partido se instituiu estatutariamente como único partido comunista brasileiro, se consolidando internamente e internacionalmente, se desvinculando da perspectiva adotada do processo de reabertura política até sua quase dissolução na década de 1990.

Em 2008, com a conferência nacional de organização, a opção pela estratégia da revolução socialista levou o Partido à nova orientação política e a subsidiar a mudança dos Estatutos. Essa Conferência, sob a palavra de ordem “Organizar, Estudar e Lutar”, entre outras decisões, substituiu o conceito de filiação pelo de recrutamento, o de diretório pelo de comitê, e acabou com o presidencialismo, definindo as bases partidárias como um espaço comum de atuação e luta, conceituando o Partido nos seguintes termos:

O PCB é um partido revolucionário que visa à conquista do poder político pelo proletariado e os trabalhadores em geral, em aliança com parte das camadas médias, a intelectualidade e a juventude comprometidas com a luta revolucionária, para a construção de uma sociedade socialista, através da ruptura do capitalismo, na perspectiva do comunismo. Sua base teórica para a ação é o Marxismo-Leninismo, em toda a sua atualidade, riqueza e diversidade. A visão de mundo do PCB e sua forma de organização têm por base as referências teóricas de Marx, Engels, Lênin e outros pensadores revolucionários. Essas referências, no entanto, não são dogmas nem manuais, sobretudo no que se refere às formas de luta e de organização, que devem subordinar-se à política e às condições reais em que se dá a luta de classes, em cada momento histórico, em cada país e em cada contexto. A teoria revolucionária do PCB, portanto, não é cópia mecânica de qualquer modelo transposto para nosso país (XV Caderno de resolução PCB).

Era preciso em nossa opinião que o partido se distanciasse da perspectiva da esquerda-democrática, mas ao mesmo tempo se alinhasse às demandas das ruas, dos movimentos sociais e populares que eclodiam por todos os cantos do Brasil. A pluralidade, diversidade e multiculturalismo que atravessavam estes movimentos, fazia parte da própria realidade na qual se assentavam subempregos, precarização, terceirização, privatizações e mercantilização dos direitos sociais, dentre outros complexos e mediações que exigiam do PCB a crítica e autocrítica.

não basta ter uma estratégia revolucionária e se declarar um partido revolucionário para sê-lo. Essa reconstrução é um processo árduo, de longa duração, que exige um intenso processo de crítica e autocrítica, pessoal e coletiva, sem conciliação e com a franqueza indispensável ao convívio entre os comunistas, no enfrentamento dos desvios de natureza pequeno-burguesa em nosso meio e a batalha cotidiana para inserir o partido entre as massas, sobretudo entre os trabalhadores e os jovens (XV Caderno de Resoluções PCB)

Se os movimentos sociais, de mulheres e negros/as tardiamente foram apreendidos como parte constitutiva do movimento de massas e, portanto, também dos trabalhadores, parte desta responsabilidade se deve à crítica dirigida à esquerda tradicional, que por muito tempo apreendeu tais movimentos como individualistas/subjetivistas, rebaixando a compreensão da vida social à perspectiva economicista, donde as opressões foram rebaixadas ao individualismo.

A autocrítica se fez necessária, pois o Partido, atravessado pela perspectiva da esquerda democrática, poderia cair no equívoco de se contentar com as reformas. Por outro lado, não reconhecendo que algumas delas fazem parte do processo antagônico de luta de classes e que a classe trabalhadora não é homogênea, são as reformas na maioria das vezes parte de conquistas da própria classe trabalhadora, pois não há capitalismo humanizado. Desta feita, não há concessão de qualquer espécie pelo capital, ao contrário, a realidade evidenciada pela reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo, imperialismo norte-americanos, em suma, sobre o conjunto de ataques que a classe trabalhadora passou a sofrer desde os anos de 1980, só comprova a rapinagem do capital sobre as conquistas dos/as trabalhadores/as.

Neste processo de guinada do próprio partido, o reconhecimento da falta de inserção nas “massas” como partido o fez afirmar a necessidade de que as táticas e estratégias do partido saíssem do papel e transbordassem para a vida real da luta de classes. Portanto foi necessário ao PCB reconhecer que havia imbuído em sua prática uma teoria revolucionária, mas que não subscrevia a prática do partido, ou seja, era um partido de pouca práxis, “temos que deixar de ser apenas um partido de boas opiniões, para nos transformarmos realmente em um partido com uma prática revolucionária individual e coletiva” (XV Caderno de Resoluções do PCB). A posição era de que a estratégia estava correta, mas faltava mediação para a consecução das táticas.

Mas há ainda muitas deficiências a serem superadas, entre as quais a falta de iniciativa própria, autônoma e direta do conjunto do Partido, a falta de inserção entre os trabalhadores e proletários em geral, a frágil organicidade das células partidárias e o desequilíbrio entre o discurso e a prática do centralismo democrático. (XV caderno de resoluções do PCB)

O processo de reorientação do partido fez parte do processo de reorientação de toda a esquerda no Brasil, parte dela mais pendente para a socialdemocracia, outra parte para o liberalismo, e o partido comunista para o socialismo.

O entendimento do centralismo democrático se faz real com as etapas municipais, estaduais e regionais para o XIV Congresso, isto porque a forma de organização proposta por Lênin era pouco conhecida. Até mesmo pelo partido comunista brasileiro, as contribuições Vladimir Ilitch Uliánov, embora sejam vasta e atravessem diversos terrenos, como as ciências sociais, a filosofia e a economia política – sua experiência e organização como líder bolchevique foi reduzida a seu papel prático na construção do partido revolucionário do proletariado russo.

Nada obstante, também nesse terreno, Lênin seguiu como desconhecido para a ampla maioria da militância proletária brasileira. Embora, sua obra mais sistemática sobre o tema da organização revolucionária *Que fazer?*, de 1902, seja mais conhecida, é insuficientemente lida e estudada. Contudo, só neste ano, a editora Boitempo Lançou dois livros aqui já citados da obra de Lênin, e o site Lavrapalavra⁸¹, uma coletânea dos escritos do líder e organizador do centralismo democrático.

No caso do partido revolucionário da classe operária, são princípios básicos da sua organização: uma sólida unidade ideológica, política e orgânica; uma disciplina consciente e voluntária, caracterizada pelo cumprimento de três deveres essenciais (pertencer a um de seus coletivos, aceitar sua linha política e contribuir materialmente para o mesmo); a prática consequente e permanente da democracia interna, manifestada principalmente no direito de criticar e ser criticado, de eleger e ser eleito para qualquer função, na direção coletiva e na prevalência da opinião da maioria sobre a minoria. E estes princípios se concretizam na fiel execução das decisões tomadas pelos coletivos dirigentes [...] exercer corretamente o centralismo democrático significa observar criteriosamente tanto a democracia interna quanto o centralismo – mas sem absolutizar um ou outro termo. A absolutização do centralismo conduz ao mandonismo e ao arbítrio, manifesta o sectarismo e constitui o fermento para o culto à personalidade e para o elitismo. (Artigo publicado no jornal *Voz da Unidade* em 27 de outubro de 1983. Digitado por Dinarco Reis Filho em agosto de 2020.)

⁸¹ Isso produz o fantástico quadro em que, apesar de Lênin ser amplamente conhecido como teórico do centralismo democrático, pouquíssimos de seus textos a respeito deste tema estão traduzidos para o português. Sem acesso direto à concepção *viva* de Lênin, não é de surpreender, então, que para muitos marxistas essa concepção organizativa apareça desfigurada em burocratismo, perdendo de vista a luta ideológica democrática preconizada por Lênin no interior do partido marxista – e seus limites lícitos, conquanto não viole a mais firme unidade de ação exigida dos revolucionários.

Para sanar essa injustiça histórica e auxiliar o público leitor brasileiro a navegar no oceano de produção textual leninista em matéria de organização, a LavraPalavra Editorial organiza a coletânea *O Centralismo Democrático de Lênin: a luta pela organização revolucionária*. Cobrindo todo o período de formulação e elaboração de Vladimir Ilitch (1893-1924), a coletânea destaca em especial a época anterior à revolução de 1917 e os duros embates de Lênin em meio ao Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR).

Uma leitura imprescindível para quem deseje conhecer intimamente a concepção dialética do centralismo democrático leninista, forjado no fogo da luta contra o oportunismo e o esquerdismo.

“O bolchevismo existe como corrente de pensamento político e como partido político desde 1903. Somente a história do bolchevismo durante *todo* o período de sua existência pode explicar satisfatoriamente por que ele pôde desenvolver e manter nas condições mais difíceis a disciplina de ferro necessária para a vitória do proletariado. Site: <https://lavrapalavra.com/produto/o-centralismo-democratico-de-lenin/>. Acessado em 05/09/22

Voltando a este princípio, o partido comunista brasileiro buscou a partir de seu XV Congresso a reorganizar coletivamente suas funções, agindo de forma consistente e vigorosa, funcionando como um sistema de organizações regido pelo verdadeiro centralismo democrático, que ainda vigora plenamente entre os/as comunistas. Assim, o partido começou a elaborar uma forma de funcionamento dos coletivos, que são órgãos relativamente autônomos que incidem sobre os movimentos sociais (massas). Eles são os coletivos de Negros e Negras Minervino de Oliveira, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, Coletivo de Saúde Nice da Silveira, Coletivo de Movimento Rural Gregório Bezerra de Menezes, a Unidade Classista de Atuação Junto aos Sindicatos, a União da Juventude Comunista, e o LGBT Comunista. Os militantes dos coletivos, ainda que não sejam recrutados pelo partido, ou seja, ainda não são orgânicos à militância partidária, seguem as orientações táticas e estratégicas do PCB.

Os militantes do partido atuam através das células e nelas estão submetidos ao centralismo do partido, enquanto as células se organizam por local de trabalho, estudo ou moradia.

Não podemos confundir as organizações de base do Partido com as frentes de massas que ele impulsiona, abertas a não militantes. Os trabalhadores que militam no PCB devem ser organizados em células pela relação de trabalho e não por participarem da Unidade Classista, por exemplo. As células são do Partido, não da Unidade Classista, um instrumento de militância dos comunistas para o movimento sindical e operário. Da mesma forma, não se trata de as camaradas se organizarem na “célula” do Coletivo Ana Montenegro e dos(as) camaradas negros(as) na “célula” do Coletivo Minervino de Oliveira. Esses e essas camaradas devem estar organizados em células do Partido e atuarem nessas frentes de massa, que devem ser dirigidas pelas Secretarias respectivas dos Comitês e postas em movimento por Frações (XV Caderno de Resoluções do PCB).

Ainda há os comitês regionais, municipais e estaduais, instâncias intermediárias de decisão, espaços em que os/as militantes podem dirigir, bem como ser dirigidos, visto que podem ser secretários de organização estadual e mediar a política do partido num comitê regional, mas em sua célula, atuando como militante de um coletivo, frente, ou em outras funções a que deve se submeter a decisão do comitê, bem como do secretário de organização da célula ou do comitê.

O horizontalismo é evitado para assegurar que as decisões sejam tomadas de forma consciente e realmente participativa. O partido estabelece como âmbito de discussão as células e os comitês, pois são espaços deliberativos em que cada militante pode individualmente se expor e defender sua posição. Os comunistas acreditam e

defendem que desta forma as decisões podem melhor ser tomadas a partir das bases, sendo os ativos do partido, espaços para planejar, avaliar e monitor ações excepcionais. Com a perspectiva de ter superado os entraves por mais de trinta anos, no XV Caderno de Resoluções, o Partido apresenta a proposta de “*crecer com ousadia*”

No XV Caderno de Resoluções o partido elucidou como se daria sua intervenção junto às massas: “ligar o PCB às massas populares nas mais diversas áreas de atuação, buscando sempre contribuir com a unificação das lutas na perspectiva classista e anticapitalista; atrair para a política do PCB a vanguarda socialista e revolucionária dos movimentos populares; promover uma política de recrutamento no interior destes movimentos”.

4.2.1 O Feminismo Classista – O Movimento Negro

Reconhecer a diferença entre os gêneros/raças e sexualidades é buscar as raízes que conformam as desigualdades sociais, portanto, não pode ser uma busca por explicações, compressões e análises a partir das diferenças biológicas. Dito isto, é preciso considerar que todo o processo de reconhecimento das identidades “masculinas e femininas” das relações sociais de raças e da sexualidade tem, desde o final da década de 1970, sido reapropriado pelo capitalismo que busca, por meio da teoria da diferença, fortalecer política, econômica e socialmente as políticas sociais de representação de modo focal, residual e fragmentado, quase estabelecendo a “égide da guerra dos sexos”; “das raças”.

A compreensão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), era de que o movimento feminista era composto por muitas entidades e vertentes que, na maioria dos casos, adotavam a pauta liberal sexista e policlassista, e o feminismo classista era muito tímido, fazia parte naquele momento da eclosão de vários movimentos sociais, sobretudo de negros/as e mulheres, pautando a questão do direito de existir, pois depois de 13 anos de governabilidade do projeto “Conciliador de classes”, estas categorias sociais continuavam subalternizadas, e o pouco que tinham conseguido no âmbito político com o I e II planos de políticas para as mulheres não tinha efetivamente saído do papel.

O Estatuto da Igualdade Racial e a Lei 10.639/03, que obrigavam as escolas de ensino fundamental e médio a ensinarem sobre história e cultura afro-brasileira, não evoluíam; as transformações no mundo do trabalho precarizavam as condições de

existência de mulheres negras; aumento do transporte público e dos preços dos alimentos, entre outros, forjava o conteúdo para estas eclosões.

Aliado a este cenário, iniciava-se um discurso conservador, reacionário de ódio aos negros, mulheres e LGBTs, que disseminava mentiras em relação às políticas residuais e muito celetistas para estas populações.

A esquerda democrática, ou o projeto democrático-popular do qual o PT fez parte ao instituir “políticas de representação, e de ações reparatórias” — ainda muito problemáticas e não consensuais nos partidos, movimentos sociais e populares, pois partia da perspectiva da diferença e não da igualdade — imbuiu tais políticas “da ação comunicativa” em que as questões de dominação e exploração de Gênero foram deslocadas para a questão da visibilidade e do “combate” às injustiças da social-democracia.

O entendimento de que as relações de dominação-exploração seriam superadas por meio da instauração destas categorias apenas como modelos de explicação capazes de revelar as relações de dominação masculina/branca e subordinação feminina/negra, deslocou o campo de batalha real e concreto que é a vida das/os trabalhadoras/es para o campo cultural e político.

Neste sentido, compreender essas relações como históricas e determinadas, apreendidas a partir da categoria Gênero e Raça, ajuda a vislumbrar uma nova perspectiva sobre a realidade social, e também a compreender o confinamento da pessoa (mulher/sobretudo a mulher negra) ao espaço privado, acarretando sua invisibilidade, visto não ser percebida pelos outros, sendo também compelidas à carência de relevância social, e apagamento da história. Desta forma, as diferenciações biológicas justificaram a naturalização da distinção dos papéis sociais representados por homens e mulheres, brancos e negros, levando à segregação do espaço privado e provocando a sua invisibilidade perante os outros, tornando os assuntos femininos carentes de relevância social e os de negros/as como assuntos marginais, exacerbando as desigualdades sociais entre homens e mulheres, brancos e negros.

Os sistemas patriarcal e racista, por sua vez, potencializaram as relações de subjugação e de poder desempenhado pelo homem em relação à mulher e do branco em relação ao negro/a, fomentando os estereótipos em relação aos mesmos, recalcando e salientando a sua inferioridade intelectual e cognitiva, a sua dependência emocional, social e econômica em relação ao homem branco, o seu aprisionamento ao espaço privado e o seu desígnio biológico reprodutivo, e a sua agorafobia política.

O movimento negro também se apresenta dividido em diferentes tendências, permeadas por questões e lutas policlassistas que apontam para o enfrentamento ao preconceito e à discriminação racial descolado da questão de classe. O PCB deve buscar atuar nesse segmento pela vertente classista, estruturando o Coletivo Minervino de Oliveira como uma frente orgânica de massa, para ampliar a intervenção da militância comunista nestes espaços de luta. Devemos intensificar as tentativas de construção do Coletivo Minervino de Oliveira nos estados e municípios onde esta frente de massas ainda não está constituída. (XV Caderno de resoluções do PCB)

Na atualidade, no Brasil, a substituição do racismo pelo discurso meritocrático, apropriado pelo discurso de representação política em detrimento da redistribuição econômica, tem escamoteado a questão racial, assim como a de Gênero e a de orientação sexual, ao campo da cultura. Prova disso são os movimentos identitários negros/as, emergentes no final da década de 2010 que, após longo processo de “intoxicação” com a teoria do branqueamento ao qual estiveram submetidos desde o final da década de 1980 (por meio da disseminação da estética e cultura branqueadora, cotidiana e naturalizada através dos meios de comunicação de massa, tais como a TV, “empestada” por programas infantis apresentados por seres “sublimes”, “extraterrestres brancos”, como Xuxa, Angélica, Eliana, entre outros) encontraram sua “re-humanização” nas teorias de descolonização, sobretudo, na ressignificação identitária, orientada pelos organismos internacionais multilaterais, por meio da promoção de políticas de empoderamento e empreendedorismo.

Destarte, ao final da década de 2010, pudemos presenciar a “desintoxicação cultural” que tratou de elevar a autoestima da população feminina, especialmente das mulheres negras, principalmente por meio da expansão da indústria cosmética que, num grande “pulo do gato”, não tardou a apresentar o “poder” feminino/negro no cabelo, nos esmaltes, no batom e nas indumentárias têxteis, dada a estilização acessória dos turbantes, brincos e todo o tipo de ordenamento que lembrasse nossos antepassados e nosso passado escravocrata, agora ainda mais travestido pela pseudodemocracia racial e cordialidade. Ainda assim, em que pese essa parte pesada, triste e vergonhosa de nossa história, o “empoderamento” das mulheres negras fora escamoteado no fetichismo da mercadoria, e o que desfilou nas passarelas para além da pseudovalorização do corpo da mulher negra, foram as “máscaras” que serviram para silenciar mais uma vez as necessidades reais e concretas das mulheres negras no Brasil.

O PCB deve denunciar o caráter classista da superexploração dos trabalhadores negros, lutando pela superação da desigualdade social causada pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que deve manter a luta por conquistas específicas e pelo fim de todo e qualquer preconceito racial. Devemos apoiar,

como momentos integrantes de tais lutas, a conquista da titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos, o acesso das famílias de trabalhadores negros aos serviços de saúde (com ênfase na prevenção e tratamento das enfermidades que incidem mais especificamente sobre estas populações), o direito à educação, incluído o ingresso e a permanência nas instituições públicas de ensino superior, a ampla liberdade para a prática das religiões de matriz africana, a valorização do estudo da história e cultura afro-brasileiras, o reconhecimento da contribuição dos negros e negras à história brasileira e a interrupção do verdadeiro genocídio que se pratica atualmente contra os jovens negros dos bairros proletários da periferia das grandes cidades brasileiras (XV Caderno de resoluções PCB- grifo nosso)

Conforme nos aponta Maranhão (2010), o processo de financeirização e mundialização do capital, na fase da política do neoliberalismo, gerou consequências nefastas para a vida do/a trabalhador/a ao intensificar as contradições típicas do capitalismo e reunir novas formas de expropriação, fazendo ilusoriamente transitar a questão da redistribuição de renda para a “distribuição cultural”. Essa nova fase do capitalismo, estabelece o “egoísmo possessivo” como novo *ethos* social e econômico, donde o “autointeresse” – correspondente à autossatisfação. Neste contexto, a liberdade do mercado é a liberdade do pensamento, da realização individual e esta é medida pelo “desfrute” das escolhas das mercadorias que serão compradas e o tipo de vida que estas possibilitarão ao indivíduo viver (Maranhão, 2010, p. 93).

Com a pecha de empoderar, a substituição das “políticas disciplinares” por “políticas de empoderamento” objetivam ampliar a produtividade e superar os limites dos imperativos que hoje estagnam o crescimento da produção. Nesta nova forma de reorganização do mundo do trabalho, verifica-se o processo de autoexploração, visto que explorar o outro torna-se um empecilho à extração de mais valia, dados os custos de formação e manutenção da força de trabalho e do acesso aos meios de realização deste.

Com a terceirização irrestrita abriram-se as portas para a “wallmartização” do trabalho, que tem aumentado consideravelmente nas grandes cidades do país, por meio dos/as entregadores/as de comida via aplicativos, bem como o serviço de transportes via uberização. Esse aglomerado de trabalhadoras/es está completamente desprotegido pelo Estado, submetendo-se a uma rotina de trabalho diária de em média de 10 horas sem descanso, sem férias, sem décimo terceiro salário, sem licença maternidade (mulheres), entre outros, o que os/as caracteriza como “semiescravidados/as” modernos/as (XVI Caderno de Resoluções do PCB, 2021)

Destarte, torna-se muito mais eficaz a autoexploração, que é inclusive supervalorizada, pois é acompanhada por um sentimento de liberdade, o que pode ser observado na atual “uberização” (prestação de serviço) do emprego. Nesta modalidade, o explorador é, ao mesmo tempo, o explorado, o que se evidencia no apelo ao produtivismo efetuado pelos/as próprios/as trabalhadores/as, como acontece, por exemplo, no caso das

manicures, das vendedoras de cosméticos de porta a porta, dentre outros. Acompanha essa reorganização do trabalho a reorganização da formação da consciência, agora, orientada pela religião, por meio das teologias da prosperidade.

Nancy Fraser, uma das disseminadoras deste pensamento, tomou como referência Habermas. Ao estudá-lo, tentou por meio de sua perspectiva demonstrar as bases da dominação masculina e, ampliando seu mirante da análise, expôs como o tipo de família nuclear burguesa e funcional à ordem capitalista se constituía como espaço privilegiado para a manutenção desta dominação. Entretanto, a resposta para a questão da divisão sexual do trabalho em âmbito doméstico e público, recaía em ações individuais, ou seja, seriam resolvidos no campo das relações interpessoais. Para Pamplona (2013, p. 3) a única saída, segundo Nancy Fraser, era imaginar uma realidade social em que todos atuam de forma remunerada e também são cuidadores, bem como envolvidos na vida comunitária, social e política.

As mulheres estão sujeitas a uma clara divisão sexual nas relações de trabalho, ocupam os empregos mais precarizados e ainda são vítimas de assédio moral no ambiente de trabalho, em função das relações assimétricas de poder postas pelo capitalismo. Além da violência de classe, há a de Gênero e a de etnia, juntamente com a sobrecarga de responsabilidades não socializadas em casa e na família. Não há perspectivas favoráveis às mulheres nos marcos do capitalismo, porque o modo de produção não se limita à atividade econômica imediata, atingindo o conjunto da vida social, o modo de existência, o cotidiano das mulheres. São *pilares da conformação da sociedade capitalista o machismo, o racismo, a homofobia e o patriarcado*, muitos dos quais estruturados através da violência de Estado e retransmitidos às esferas mais nucleares desta sociedade, como as famílias (XV Caderno de Resoluções PCB, grifo nosso)

Na sociedade capitalista burguesa patriarcal, a construção das identidades das mulheres, bem como dos homens, tem partido das diferenças biológicas. Estas fornecem subsídios para justificar a naturalização das distinções dos papéis sociais masculinos e femininos que têm imposto às mulheres seu aprisionamento num espaço (doméstico) privado das relações sociais. Estas relações sociais comparecem no cotidiano de forma imediata como relações naturais, mascarando a ação da cultura sobre os grupos sociais, promovendo a transmutação de machos e fêmeas em homens e mulheres, bem como a construção dos “valores” do feminino e do masculino em cada momento histórico, o que inscreve mudanças estruturais nos ordenamentos sociais. São essas determinações culturais que orientam e definem os papéis e os significados do que seja masculino e feminino, e não o seu destino biológico.

Conforme nos assegura Saffioti, e partindo da perspectiva do feminismo classista, as políticas de redistribuição ou de afirmação do Gênero e da Raça devem ser pensadas, implementadas, avaliadas e monitoradas, dentro da estrutura capitalista, patriarcal e machista em que suas aparências fenomênicas se expressam nas relações individuais ou interpessoais.

Para Saffioti (2013) o patriarcado não é apenas um sistema cultural, tampouco se vê comportado apenas pela desigualdade salarial, ocupacional e na marginalização dos importantes papéis econômicos e políticos de homens e mulher, brancos e negros, mas inclui o controle da sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres, sobretudo as negras. Por isso, o abandono do uso do patriarcado é inconcebível para nós — ele é o que amalgama as dimensões da dominação-exploração.

Destarte, coadunamos com a perspectiva da autora, que defendia haver uma funcionalidade da família patriarcal para a ordem social escravocrata, em que o patriarca como chefe de família, pai, era quem e para quem se mantinham as relações de poder durante a colonização. Desde a invasão portuguesa e a organização escravista-colonial as mulheres eram mantidas em uma situação social de subordinação, cumprindo papéis sociais a depender da posição que ocupavam na sociedade. A família patriarcal é um dos aspectos da história brasileira mais importantes para a reflexão dos lugares que mulheres brancas e negras ainda ocupam na sociedade.

A posição afirmada pelo partido, portanto, é a de que “São pilares da conformação da sociedade capitalista o machismo, o racismo, a homofobia e o patriarcado” (XV Caderno de Resoluções PCB), muitos dos quais estruturados através da violência de Estado e retransmitidos às esferas mais nucleares desta sociedade, como as famílias. Apresentar no movimento feminista classista esta apreensão foi um grande salto qualitativo para as feministas classistas, pois o patriarcado, compreendido como parte constitutiva da realidade sócio-histórica brasileira, nos auxilia na compreensão de como o modo de produção capitalista aqui se desenvolveu e nele a situação de desigualdade e opressão de Gênero e Raça.

Considerando tais relações como enoveladas (nó), o patriarcado se manifesta como a relação de dominação anterior à organização da sociedade em classes, ainda que tenha sofrido transformações que potencializaram a exploração do sistema capitalista.

Neste sentido, o racismo é determinante para entender as consequências do patriarcado para as mulheres, pois às mulheres brancas das classes dominantes cabia a função de esposa e de mãe dos filhos legítimos, casavam-se bem cedo, saindo do poder

do pai para o poder do marido, sendo que raramente era permitido que saíssem de casa. (SAFFIOTI, 2013). Por outro lado, para as mulheres negras a família patriarcal teve outro caráter. As mulheres escravizadas tinham dois papéis importantes: no sistema produtivo e nos serviços sexuais que eram obrigadas a prestar, sendo responsáveis pela satisfação sexual do senhor (SAFFIOTI, 2013). Essa é uma questão importante, pois é a partir da violência sexual, do estupro das mulheres negras, que surgem muitos filhos não reconhecido pelos Escravocratas e a miscigenação.

Até recentemente, a apreensão da história oficial do partido comunista brasileiro (PCB) apreendia o movimento de mulheres em ondas, como se as histórias das mulheres fossem homogêneas, estanques e balizadas pela pseudoliberalidade sexual. Esta apreensão, além de rebaixar a luta das mulheres trabalhadoras como anteriormente já afirmamos, também contribuiu para que o Estado também ele dividisse a classe, também subtraísse dela qualquer perspectiva que levasse em conta sua heterogeneidade pelo conjunto de organizações e entidades representativas da classe trabalhadora.

Como todo campo político, este também foi e é um campo de disputa, o vazio deixado pelas entidades de esquerda, sobretudo as socialistas e comunistas, fez com o movimento de mulheres no Brasil entrasse no século XXI envolto como o Barão de Münchhausen⁸². A mudança de conjuntura é realizada pela introdução no movimento de mulheres da temática da justiça de Gênero, mais especificamente, do enfoque nas diferenças, ou seja, há uma virada de enfoque dentro do movimento feminista, da redistribuição para o reconhecimento.

Neste âmbito, alguns movimentos de mulheres assumiram compromisso e atenção em políticas de reconhecimento, sendo que tal enfoque dado pelos movimentos era simultâneo à ascensão do neoliberalismo e à sua guerra à equidade social, permeada pela perspectiva de “neodesenvolvimentismo” afirmada durante os governos de conciliação de classe.

Para Paulani (2008, p. 06), ao contrário do que afirmavam os defensores do novo ou neodesenvolvimentismo, o que se verifica no Brasil é um tipo específico de estado de exceção, dado pela implementação das políticas neoliberais. Ao tomar como referência Agamben, Paulani considera a teoria do estado de exceção, aquele que transcende o

⁸² Um personagem que se equilibra entre a realidade e a fantasia em seu mundo próprio, onde enfrenta os mais diversos perigos, perpetra fugas impossíveis (sendo a mais famosa delas: a fuga do pântano do qual afundara junto com seu cavalo, tendo conseguido escapar ao puxar a própria peruca), testemunha fatos extraordinários e faz viagens fantásticas — sem jamais perder a fleuma.

estado de direito e cujo princípio norteador é a soberania da necessidade em detrimento do estado da Lei. Noutras palavras é a “necessidade que faz a lei”. Entretanto, para a autora, embora este estado tenha validade em contextos efetivos de exceção como nos casos de guerra, foi implementado de forma instrumental e técnica por países e regiões de capitalismo periférico – dependentes, constituindo-se como meios de “erodir os poderes legislativos e ratificar posições promulgadas pelo executivo sob as formas de decretos com força de lei” (2004, p. 19).

Neste cenário, com a eleição do primeiro candidato de esquerda assumir a presidência, advindo da classe trabalhadora e com a luta sindical inscrita em sua história política, muitos movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, artistas e alas vanguardistas da sociedade brasileira acreditavam que, finalmente, haveria chegado momento em que a classe operária iria “ao paraíso” no Brasil. No entanto, o que se viu e se sentiu foi a decretação definitiva de um Estado de emergência econômica.

Para Paulani (2008, p. 16), a política econômica a partir deste governo passa a ser mais austera e ortodoxa. A elevação do superávit primário, para além do exigido pelo FMI, a elevação da taxa de pagamento dos juros da dívida pública em detrimento para recuperação da Educação, do SUS e da Reforma Agrária, a privatização da previdência social, dentre outras políticas de desmonte do Estado a fim de conseguir a manutenção da credibilidade frente aos organismos internacionais (FMI- OMC- BIRD, etc.) demarcaram a “intensificação da liturgia do sacrifício da “sociedade” para salvação do bem maior” (PAULANI, 2008). Neste sentido, o que há de novo?

A extrema concentração social de riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a consequente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com os altos níveis de aspirações ou pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política, produzem isoladamente e em conjunto, consequências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa. (FLORESTAN, 2006, p. 341)

Nada! Os efeitos deletérios da criação e recriação dos requisitos sociais e políticos da sociabilidade capitalista, da classe burguesa enquanto classe dominante e hegemônica, sob o aspecto do capitalismo dependente e subdesenvolvido, expressam sua face mais cruel, perversa e selvagem. Neste sentido, os governos de “conciliação de classe”, o lulopetismo, nos anos em que estes estiveram à frente do governo no Brasil, cumpriram sua função integradora junto a uma classe reinante e também se transformou em parte da classe dominante.

Nos governos de Dilma Rousseff⁸³, as concessões à burguesia foram ainda maiores, e na medida em que estas cresciam em quantidade e qualidade se desenvolvia o conservadorismo frente às migalhas de redistribuição e representação. Ao que pese o capitalismo em sua manifestação dependente, este inscreve as relações sociais de sexo no Brasil, com grande viés conservador.

A constituição de políticas públicas no Brasil foi e é atravessada pelos interesses políticos burgueses, que quase nunca expressam as vontades e reivindicações sociais, pois o direcionamento orçamentário, “força motriz” das políticas sociais, por intermédios dos fundos são inscritos pela disputados, na maioria das vezes se constituindo como formas de negociados frente aos interesses políticos e reivindicações sociais (SALVADOR, 2014, p. 18). De acordo com Oliveira (apud SALVADOR, 2014) a decisão sobre as fontes de recursos do Estado reflete a correlação de forças sociais e políticas atuantes e que tem a hegemonia na sociedade. São, portanto, formas de espelhamento da própria realidade de uma determinada sociedade. Assim, da nossa perspectiva, cabe ressaltar o descompasso entre os direitos sociais conquistados pelas populações do capitalismo central/desenvolvido e os direitos sociais incipientes adquiridos pela classe trabalhadora/subalterna no capitalismo dependente/periférico.

No início do século XXI, passamos então a verificar, nos movimentos de mulheres, a interferência das ONGs e dos organismos internacionais multilaterais que, por meio da promoção das políticas de empoderamento e empreendedorismo feminino, escamotearam a dimensão concreta da opressão substancializada pela exploração nos ritos identitários e de representação. Como dito, para seguir o receituário dos organismos internacionais, o Brasil passou a, “legalmente”, seguir acordos internacionais e estabelecer uma agenda “política” para as mulheres. Entretanto, sem destinação orçamentária específica, tal atuação não saiu do campo retórico.

Assim, seguindo e surfando “a onda” ufanista do feminismo de representação empoderado, o Brasil passou a exemplo da ONU que, desde o ano de 1975, realizou quatro Conferências Mundiais sobre a Mulher (as três primeiras foram: México, 1975;

⁸³ A própria presidenta sofrerá com o patriarcado a campanha golpista em torno de seu governo, que fez com que fosse destituída do cargo em 2016. Felipe Damier, na obra *Depois do Golpe* nos ajuda a compreender o funcionamento da burguesia conservadora e reacionária. A violência em que foi tratada pelos parlamentares e nas ruas é assombrosa, e ratifica a posição machista e misógina que coloca o Brasil como o 4º lugar mais perigoso para mulheres viverem. Importante acessar o link, sobre a violência a que fora exposta a presidenta à época <https://www.infomoney.com.br/columnistas/blog-da-redacao/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-a-questao-isso-e-protesto/>. Acessado em 07/08/22.

Copenhague, 1980; e Nairobi, 1985). Uma virada importante aconteceu na quarta e última *Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, realizada no ano de 1995 em Pequim, China, onde foi aprovada a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. Nesta conferência foi consagrado o conceito de Gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. O Brasil, como é sabido, utilizou essas mesmas ferramentas (conferências municipais, estaduais e nacionais para as mulheres) como instrumento estratégico para elaboração do I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Entretanto, por não terem destinação orçamentária própria, os programas e projetos sociais que impulsionariam maior equidade e justiça social entre homens e mulheres não saíram do papel.

Velado sob o manto da defesa da intersecção entre diversas políticas e diversas áreas, o que se viu foi desenvolvimentismo com “ismo” (Bonete e Correia, 2015), a superexploração a que estão subordinadas e subjugadas as mulheres, bem como os/as negros/as. Os dados da ONG Oxfam Brasil, divulgados no dia 26 de novembro, evidenciam que estruturalmente o sexismo/machismo e racismo se afirmam como bases sólidas, permanentes e estacionárias, em que pese a estratificação social, impossibilitando efetivamente que tais grupos sociais (mulheres, negros e negras) se constituam enquanto cidadãos, ratificando, assim, as premissas de Santos, em que pese a cidadania regulada.

Neste sentido e, conforme Santos, “por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em códigos de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal” (1987, p. 68). Considerando a discussão de SANTOS (1987), é possível verificar que a constituição da cidadania moderna, tal como já apontada por Marshall é redesenhada pela industrialização e pela demarcação de acesso a bens e políticas sociais, restritos ao âmbito do mundo do trabalho. Foi este tipo de exercício de cidadania que contribuiu para o surgimento dos/as subalternos/as.

Abrindo as portas para a disseminação da prescrição pós-moderna, surgiu a dinâmica que colocou em foco as políticas de reconhecimento que permitiram a emergência de diversas questões dentro do movimento feminista. Nancy Fraser pode demonstrar como a mudança na realidade dos movimentos de mulheres, feministas passava pela perspectiva pós-moderna, pela teoria discursiva feminista. Para tanto, era proposta uma concepção de discurso capaz de entender os principais aspectos interrelacionados nas dinâmicas de lutas sociais.

Malgrado o entendimento de que as identidades sociais seriam pautadas pelas interpretações possíveis disponíveis aos agentes em uma específica sociedade, buscou-se compreender como as pessoas se organizavam em agentes coletivos a partir de eixos pré-existentes de identidades.

Neste contexto, o partido comunista, através do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, em seu XV Caderno de Resoluções, apontou que

Nós, comunistas, compreendemos que a concepção de Gênero e sexualidade é construída socialmente, inserindo-se no campo da cultura e da sociopolítica.

A identidade de Gênero masculina ou feminina (e o espectro de possibilidades entre este binarismo) não é de natureza imutável, mas constrói-se e reconstrói-se socialmente, de forma constante. Portanto, devemos lutar contra toda e qualquer fobia de Gênero e orientação sexual [...]

Esta defesa do partido, em nada se parece com a perspectiva do movimento identitário, que tem cada vez mais instituído espaços vazios dentro da política, uma vez que dentro e para a classe trabalhadora estabelece a guerra de todos contra todas.

A posição do PCB é a de que a luta por libertação e a diversidade, na perspectiva comunista, são atos históricos, materialmente efetivos, que só podem ser desenvolvidos na práxis, ou seja, naquele tipo de ação que é conscientemente transformadora. Portanto, na dialética e na teoria marxista-leninista, só podem se converter em força material libertadora e diversa aqueles e aquelas que coletivamente se apoderem das forças produtivas e dos meios de produção. É, pois, a classe trabalhadora em sua heterogeneidade a arma teórica do sujeito revolucionário do nosso tempo histórico. Mas esta dialética não pode prescindir da ação política das massas, que só se tornam revolucionárias se forem teoricamente orientadas pela ciência revolucionária do proletariado.

A realidade que o partido pretende atravessar, era e ainda é uma sociedade marcada por reformismos, mas a importante constatação de que a identidade de Gênero masculina ou feminina (e o espectro de possibilidades entre este binarismo) não é de natureza imutável é um avanço para uma organização que outrora responsabilizava a vítima pela situação de opressão.

A compreensão do Gênero, na maioria das vezes determinada pela perspectiva binarista que dicotomiza e automatiza homens e mulheres, é um grande avanço para aqueles e aquelas que dentro e fora do partido buscam uma organização que simbioticamente lute como um duplo sistema contra opressão-exploração.

Fraser direciona uma crítica ao foco nas políticas reconhecimento que objetivam revisitar o conceito de Gênero, demonstrando como ele é fundamental dentro do feminismo ao incorporar dois conjuntos de conceitos: i) a problemática do trabalho, associada ao feminismo-socialista; e ii) a problemática cultural associada ao pós-marxismo. Incorre a nossa perspectiva na dicotomização que resulta na teorização de duas dimensões analíticas distintas do sexismo, uma centrada na distribuição e a outra no reconhecimento, o que para ela resultaria em um enfoque bidimensional do conceito de Gênero que lhe permitiu olhar para o Gênero com duas lentes diferentes. Em uma, o Gênero tem relação com a classe, e na outra, com o status. Ambas tratam da subordinação feminina, mas nenhuma é suficiente por si só. “Para o movimento feminista classista, pelo contrário, a questão central deve ser, para além da luta por direitos, organizar a ruptura com o capitalismo”.

Os aparelhos ideológicos, baseados na construção de Gênero e reforçados pelo patriarcalismo, legitimam a subjugação das mulheres, pois as consideram seres inferiores; legitimam, assim, a violência doméstica, familiar, institucional, urbana, coletiva ou individual. Lutamos, portanto, contra a naturalização das relações de opressão e pela desconstrução da condição de subordinação das mulheres, pelo fim da exploração de classe, em defesa da autonomia das mulheres sobre suas vidas e seus corpos e pela legalização do aborto. Defendemos um Estado laico, com a recusa absoluta dos modelos e formas de reprodução, produção e consumo impostos pelo capitalismo, que promovem o desequilíbrio nas relações afetivas humanas. A luta do Coletivo Ana Montenegro deve se pautar pela igualdade de mulheres e homens, por uma sociedade socialista, construindo, assim, um feminismo comunista, que lute contra a exploração do capitalismo e pela superação da sociedade de classes, para que as relações humanas e amorosas sejam constituídas por decisões livres e emancipadas. (XV Caderno de Resoluções PCB – grifo nosso)

Qualquer movimento feminista que se pretenda crítico deve trazer à tona a perspectiva de Gênero atrelada à questão dos aparelhos ideológicos. A assunção da categoria Gênero como práxis social, muito mais do que um conceito teórico, é uma articulação para apreender o patriarcado, primeiro porque este acompanha a humanidade desde sua existência, enquanto o Gênero é um fenômeno recente, particularmente articulado à industrialização do capitalismo. Segundo porque o Gênero diz respeito necessariamente à desigualdade e à opressão, sendo uma possibilidade dentro das relações patriarcais, mas não a única, sobretudo se lutarmos por mudanças.

Para Saffioti (2004, p. 136), “o Gênero está longe de ser um conceito neutro. Pelo contrário, ele *carrega uma dose apreciável de ideologia*, justamente a ideologia patriarcal, que cobre uma estrutura de poder desigual entre mulheres e homens”. Talvez por isso, e mesmo diante de todas as controversas dos movimentos feministas, a questão

de Gênero tenha se tornado insuportável para a sociedade machista, racista, patriarcal e misógina.

4.2.1.1 Conservadorismo e Ideologia, antes e Depois do Golpe: Precisamos Falar de Gênero e Raça.

O processo da ideologia patriarcal fez com que as poucas conquistas alcançadas pelo movimento de mulheres e negros/as nos governos de “conciliação de classe” não fossem toleradas, pois “o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais, os padrões culturais e de socialização que constroem o político como espaço masculino e inibem o surgimento da ambição política entre as mulheres, elaboram e instituem constrangimentos estruturais à participação política das mulheres, fazendo com que elas tenham, via de regra, menos acesso aos recursos econômicos e muito menos tempo livre que os homens.” (BUROLI, 2010)

A violência motivada pela opressão e a exploração tem raízes históricas e se dá de forma combinada com o patriarcado e o racismo, que estão estruturados no conflito capital-trabalho, sendo perpassados pela perspectiva de classe. A discriminação por orientação sexual e identidade de Gênero, no entanto, não se restringe à violência física, mas também legitima a superexploração da população LGBT, deixando explícita a relação entre a opressão de Gênero e a lógica da organização capitalista do trabalho. O fortalecimento da direita conservadora no mundo e, em particular, o avanço reacionário no Brasil colocam ainda mais em risco a vida das LGBTs brasileiras, que já enfrentam diariamente a violência, a superexploração do trabalho e a negação aos seus direitos básicos, como educação, saúde e moradia.

É possível verificar uma mudança nos rumos do Partido Comunista Brasileiro, (PCB), conseqüente da situação da realidade brasileira. A análise de que o conservadorismo avança sobre as populações subalternizadas o coloca na condição de intervir, como veremos abaixo, através dos coletivos. A compreensão de que as opressões legitimam a superexploração, se constituindo como parte da estrutura capitalista enovelada ao racismo e ao patriarcado, refletindo na violência estrutural, supera a visão reducionista e conservadora de outrora, em que a violência contra a mulher e as ferramentas de combate a esta eram descaracterizados pelo PCB.

Ainda no mesmo sentido a resolução do XVI Congresso aponta:

É preciso organizar a luta contra a política de extermínio da população negra e periférica, a maioria da classe trabalhadora brasileira. Trata-se de um projeto de Estado, terrorista e criminoso, que impõe pela violência um nível de exploração e opressão que de outra forma pareceria insuportável. Na sociedade capitalista, a cor negra da pele está associada à pobreza, inferiorização e risco de morte. Por isso a luta da classe trabalhadora no Brasil é também e a cada

momento a luta pela vida de negras e negros, pelo direito de existir e exercer o poder político sobre suas vidas. Lutamos pelo fim da violência contra as mulheres negras, que sentem na pele o que há de pior no capitalismo, ao ocupar os piores empregos, com os salários mais baixos, mesmo realizando trabalhos iguais. Devemos participar da organização da luta quilombola, que permanece atual como memória, consciência e estratégia de luta e organização popular. Colocamo-nos juntos com os/as quilombolas em prol da titulação das suas terras, pelo reconhecimento da sua cultura, sua luta e seu trabalho. (Caderno de resoluções)

A compreensão de que só por meio desta unidade é que podemos resistir a essa reação conservadora nos impõe a tarefa de estabelecer mediações entre as particularidades que inscrevem/circunscrevem os sujeitos sociais e coletivos constitutivos e constituintes da classe trabalhadora, sem, no entanto, perdermos de vista a totalidade unitária. O reconhecimento dos movimentos de resistência do passado, bem como do presente, coloca o Partido Comunista Brasileiro (PCB) frente aos movimentos sociais e populares, pois estes passaram a analisar a violência sobre as pessoas negras, mulheres e LGBT como um tipo de terrorismo de Estado.

No governo de Dilma foram implementadas políticas públicas desenvolvidas para a garantia de direitos de profissionais que exercem o trabalho doméstico (Lei Complementar nº150, de 1º de junho de 2015, popularmente conhecida como “PEC das Domésticas”) e para o combate e erradicação da violência contra a mulher, em especial a lei sancionada por Rousseff, conhecida como Feminicídio (Lei nº 13.104/2015). Ainda que não fossem políticas que elevassem a condição das mulheres, sobretudo as negras, ao patamar de emancipação humana, as ações do governo da presidenta incomodaram grande parcela dos homens, não só os parlamentares, mas da sociedade patriarcal em geral.

Não abordaremos os aspectos econômicos que “possibilitaram” a construção do impeachment da presidente Dilma, mas julgamos necessário olhar, sob a perspectiva de Gênero, ao golpe.

A política de conciliação de classes operada pelos governos petistas levou ao apassivamento dos/as trabalhadores/as e da juventude, por meio da coerção e do consenso, provocando a despolitização de grande parte dos movimentos sociais. Os principais grupos econômicos que o PT ajudou a fortalecer com financiamento a praticamente custo zero foram exatamente os que conspiraram pelo impeachment do presidente Dilma, quando identificaram que o PT, em função do aprofundamento da crise sistêmica global, não poderia realizar o choque neoliberal de que necessitavam e não conseguia mais conter as massas. Com o golpe jurídico-parlamentar, as classes dominantes aliadas ao imperialismo afastaram o PT e implantaram um governo puro sangue do grande capital, que impôs aos/as trabalhadores/as, à juventude e às camadas pobres da cidade e do campo um programa de contrarreformas antissocial e uma ordem fiscal predatória. (XVI Caderno de Resoluções PCB 2021)

Para o PCB, as Jornadas de Junho de 2013 foram uma explosão social politicamente difusa e com níveis diversos de radicalidade nas críticas apresentadas. O “desconhecimento” de Dilma Rousseff sobre as demandas do chão da realidade sobre a qual governava a fez ignorar grande parte das demandas sociais ali impostas pelo conjunto da classe trabalhadora em sua heterogeneidade. Por outro lado, a sociedade brasileira, fortemente conservadora, patriarcal e racista procurou mascarar o ressentimento das parcas conquistas auferidas aos/as subalternos e contribuiu com a política de pão e circo, como a copa e as olimpíadas, para a manutenção do que já era evidentemente fonte de desgaste social.

O descontentamento com eleição de uma mulher, outrora de origem comunista, ao mais alto cargo de poder do país, já era sentido desde sua posse. A tradição de se ter sempre um homem subindo a rampa do planalto foi rompida por uma mulher, em companhia de sua filha Paula Rouseff. Mesmo antes de ascender à presidência, os atributos dirigidos a ela eram pejorativos como “sargentona”. De acordo com Linda e Argolini (2018,p. 13),

A magnitude simbólica daquele double de mulheres à frente do desfile presidencial, sem dúvida estabelecia um fato jornalístico de primeira ordem. No entanto, isso não foi considerado. Como bem o demonstra a manchete do jornal O Globo: “A beleza da vice-primeira dama rouba a cena na posse da Dilma” (SETTI, 2011). O fato jornalístico é suprimido e a atenção se desloca para a enigmática esposa do então vice-presidente Michel Temer. O texto do jornal enfatiza essa opção com a morna e burlesca observação que a presidenta Dilma Rousseff “até se esforçou”, mas que foi Marcela Temer quem capturou o olhar dos homens.

Sueli carneiro já apontou como a questão estética sempre atuou como um componente de separação e distinção entre as próprias mulheres a objetificação, que ora funciona com o estereótipo que coloca as mulheres próximas à passividade (como as princesas Bela Adormecida, Branca de Neve, Rapunzel, dentre outras), sempre exaltando-as, ora as recrimina por se colocarem em situação de igualdade física e intelectual aos homens. Na verdade, cremos que por isso as mulheres tenham sempre que buscar artifícios nestas condições sociais construídas para serem consideradas como mulheres e, uma vez assim reconhecidas, seu *status* de reconhecimento é sempre subalternizado. No caso de Dilma Rouseff, seu distanciamento destes artifícios passivos construía ainda mais obstáculos para sua relação com o parlamento, colocando-a como “alguém fora do lugar”.

Para o partido comunista brasileiro “com os grandes eventos de 2014, a saber a Copa do Mundo, e toda sua volumosa soma de investimento público, gerou-se ainda mais

substrato para que a direita reacionária e a conservadora, já expressas nos partidos tradicionais da ordem” (XVI caderno de resoluções do PCB, 2021).

A questão colocada pela bancada BBB sobre o “deslocamento” da presidente Dilma instituiu um clima de desconfiança sobre sua capacidade de governança, sua competência, eficiência e eficácia. A falta de capacidade de Dilma em conceder barganhas políticas, quer dizer, em fazer a baixa política, fazia aumentar a sanha conservadora. Para nós, a demonização criada em torno da presidenta faz parte, portanto, da perspectiva que demoniza a questão de Gênero e Raça no nosso país.

[...] o Congresso Nacional organizou uma ofensiva contra as políticas de Gênero, em especial com a criação do conceito de ideologia de Gênero. Os discursos de orientação machista e homofóbicos se multiplicaram nas casas parlamentares. A partir do apelo à religiosidade do povo, ressalta a autora, estimulou-se o medo e o ódio ao diferente. (LINDA; ARGOLO, 2018, p. 15)

Além da mídia que jogava água no moinho dos conservadores da noite para o dia, surgiram novos grupos como o MBL (Movimento Brasil Livre) e o “Vem pra Rua”, que, ao investirem na temática da corrupção endêmica do Estado e no PT, os erigia como único agente beneficiário, o que, para o partido comunista brasileiro (PCB), “fez desembocar em um braço jurídico, que também é político, a Operação Lava Jato, encabeçada pelo então Juiz Federal (posteriormente, ministro e pré-candidato a presidente) Sérgio Moro”. A violência política a que foi exposta Dilma Rousseff evidenciava fortes e profundos traços misóginos e sexistas.

Infelizmente, ao não vetar a retrógrada Lei Antiterrorismo, ela acabou sendo “vítima” da estrutura patriarcal que passou a sustentar os movimentos contra a presidência. A rejeição ao modelo de mulher representada pela presidenta não se deu apenas pelo aspecto econômico. De acordo com o PCB:

Todo este conjunto de eventos históricos serviu de base para desarticular ainda mais o campo econômico do Brasil e foi fator de muito desgaste, mesmo com ajuste fiscal rigoroso, também chamado de “austericídio”, já muito característico por conta de ser o carro-chefe das recomendações do FMI aos países em recessão, como a Grécia e demais países da periferia europeia. Toda esta inflexão mais radical do governo petista em favor do capital financeiro não foi suficiente para assegurar sua continuidade. (XVI Caderno de Resoluções PCB, 2021).

Muito pelo contrário após a primeira votação pela abertura do processo, de impeachment na Câmara dos Deputados, a revista *Veja* trouxe ao leitor a antítese de Rousseff.

O que poderia ser considerado um exemplo de mulher, devidamente enquadrada em seu devido lugar de feminilidade, representada pela figura de Marcela Temer, no amplamente criticado artigo “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”. (LINHARES, 2016) A edição da referida revista não poupa seus adjetivos ao perfil do que considera ser uma “mulher perfeita”: silenciosa, bonita, vaidosa e dona de casa. Em contraposição, em edição posterior a revista descreve a presidenta Dilma Rousseff como uma mulher solitária, de personalidade irascível, politicamente inábil, abandonada pelos aliados e temida pelos funcionários. Uma mulher que não desperta sentimentos afetivos, e que, na leitura induzida pela revista, pagou caro pela ambição e teimosia de fugir do lugar social que lhe era devido. (OYAMA, 2016; LINDA; ARGOLLO, 2018, p 16)

Para o PCB, o governo Temer e seus aliados, tendo como pano de fundo e pretexto a crise econômica iniciada em 2008, implantaram a contrarreforma trabalhista, que fez regredir os direitos ao período anterior à República Velha, impôs um ajuste fiscal draconiano de 20 anos que sufoca as finanças públicas e corta as verbas para as áreas sociais, especialmente para saúde e educação, e intensificou as terceirizações, além de reformar o ensino médio.

As mulheres hoje ocupam os piores postos de trabalho: são maioria nos empregos terceirizados e na economia informal. A massa salarial das mulheres representa 70% da massa salarial dos homens, e o índice de desemprego é maior entre as mulheres, principalmente entre as mulheres negras. As famílias mais pobres do Brasil, segundo o IBGE, são as famílias mantidas por mulheres. Considerando isso, propomos: organizar a luta em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras, pela ampliação da licença maternidade e da estabilidade pós-retorno ao trabalho, multa e readmissão das trabalhadoras grávidas demitidas; lutar pela igualdade salarial entre mulheres e homens, sem rebaixar mais os salários; aumentar e regulamentar a licença paternidade, para que haja o devido compartilhamento do cuidado com a criança; defender a ampliação das creches públicas em locais de trabalho, moradia e estudo e a criação de locais de acolhimento e cuidado de crianças no horário noturno; lutar por políticas públicas que possibilitem a emancipação da mulher dos trabalhos domésticos; incentivar a participação em departamentos femininos e instâncias congêneres das entidades, com destaque para os sindicatos. (XVI Caderno de Resolução do PCB)

As mulheres foram excluídas da participação política no governo Temer e não foi apenas na lista ministerial. O processo de exclusão e retomada da subalternidade feminina se deu através do decréscimo na representação descritiva das mulheres. Conforme dados do Ministério do Planejamento à época, 12,13% dos cargos comissionados cortados do Executivo eram ocupados por mulheres. Paralelamente a isso, o governo extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, passando suas atribuições ao Ministério Justiça (MJ). De 2016 para 2017, o corte no orçamento da Secretaria chegou a 61%, e a maioria das políticas iniciadas nas gestões anteriores, foram descontinuadas.

As propostas para as mulheres no governo de Michel Temer e no governo de Jair Bolsonaro, a reforma da previdência e a reforma trabalhista passaram a exigir mais sacrifício das mulheres que dos homens, especialmente das mulheres negras.

No caso da aposentadoria no RGPS, por exemplo, mesmo que ambos os sexos percam o direito à aposentadoria por tempo de contribuição e passem a ter a exigência de idade mínima, as mulheres terão que trabalhar dois anos a mais (dos 60 aos 62 anos), se forem do setor urbano, e cinco anos a mais (dos 55 aos 60 anos), se forem do setor rural. Os homens, ao contrário, permanecerão com as mesmas referências etárias da atual modalidade de aposentadoria por idade (65 anos, no setor urbano, e 60, no rural). (Nota técnica 202/2019, do DIEESE).

A nota ainda advertia que as mulheres seriam as mais afetadas pelo projeto desta reforma, tanto pela elevação da idade mínima, quanto pelo aumento do tempo mínimo de contribuição e, mais ainda, pela combinação desses requisitos. Para piorar o cenário, ela ainda penalizaria, sem distinção, com perdas significativas nos valores dos benefícios, em função de alterações nas regras de cálculo:

E isso não é tudo. Além das mudanças previstas na aposentadoria, a PEC 06/2019 também propõe restringir os valores e as atuais regras de acesso às pensões por morte, ao acúmulo de benefícios e ao BPC. Em todas essas situações, as mulheres são o público majoritário e serão, por isso, mais atingidas do que os homens. Mas a grande diferença da PEC 06/2019 em relação à PEC 287/2016 é que a primeira propõe uma mudança estrutural na Previdência e na Seguridade Social inscritas em nossa Constituição Federal, que são baseadas em princípios de solidariedade e universalidade. Entre outras alterações, a proposta torna obrigatória a criação de um regime de capitalização que funcionará como alternativa aos regimes que asseguram atualmente os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos (Nota técnica 202/2019, do DIEESE).

Esse é um sistema que ameaça a vida e a luta por equidade das mulheres e negros/as, pois amplia as diferenças existentes entre os sexos e raças na condição de acesso ao direito à previdência. Conforme apresentamos no início desta tese, as mulheres recebem 1/3 do salário dos homens no exercício do mesmo cargo e função; ocupamos os postos de trabalho mais precarizados e informais; dedicamos 73% a mais do nosso tempo aos cuidados e afazeres domésticos. Mesmo entre as mulheres, há grandes desigualdades em torno dos rendimentos recebidos em razão da dupla discriminação no mercado de trabalho sofrida pelas mulheres negras.

O rendimento médio das mulheres brancas é 70,5% maior do que o das mulheres negras, e 67,3% maior do que o recebido pelas mulheres pardas: “Do total de mulheres ocupadas, 23,3% trabalhavam sem carteira de trabalho e 23,9% estavam em atividades por conta própria ou auxiliares da família, ou

seja: quase metade (47%) das mulheres inseridas no mercado de trabalho não possuía registro em carteira, o que dificulta a contribuição previdenciária” (Nota técnica 202/2019, do DIEESE).

A burguesia e o imperialismo na busca desenfreada pelo lucro, mesmo com a regressão social e o ajuste predatório, as propostas de emendas constitucionais como a EC 95, ou as reformas trabalhistas da previdência e a tentativa da reforma administrativa, não pararam. Diante de uma conjuntura eleitoral específica, os grandes setores da burguesia monopolista foram impelidos a apostar suas fichas no governo Bolsonaro para garantir sua agenda de saída da crise do ponto de vista capitalista, ampliando ainda mais a ofensiva contra os direitos e garantias dos/as trabalhadores/as, com a contrarreforma da previdência e a liquidação de grande parte das conquistas realizadas pela classe trabalhadora desde os anos 30.

Para o Partido Comunista Brasileiro essa conjuntura é uma séria advertência de que os/as trabalhadores/as somente devem confiar em suas próprias forças, manter sua independência e nunca ter ilusões de alianças com a burguesia. Todos os setores que fizeram esse tipo de aliança foram absorvidos ou derrotados pela própria burguesia.

Sobre a questão das mulheres e dos/as negros/as, o que podemos considerar com os processos desencadeados desde o início do período dos governos de conciliação de classe é que estas categorias sociais, apreendidas em seu aspecto individual, como pessoas sexuadas e generificadas, são coletivamente apreendidas como ameaça, pois se constituem como representantes de um projeto político que foi construído e, ao mesmo tempo, desconstruído, corporificado e descorporificado, ultrapassando a barreira da subalternidade extrema e, como seres “fora do lugar”, apreendidos de forma ambígua.

O conservadorismo reacionário da sociedade patriarcal e racista brasileira não tolerou o “mito da democracia racial” quanto este foi tensionado pelos/as negros/as com a Lei de Cotas, com acesso as universidades públicas, ao transporte privado aéreo, ou na aquisição de mercadoria suntuosas.

Ainda assim, neste contexto, a questão da identidade tornou-se um problema para todos na medida em que encontra seu limite em si mesma no sofisma da democracia representativa, na exacerbação dos direitos individuais, na negação do Estado Nação, cuja substituição é dada pelo “pseudo” sentimento de pertencimento a um grupo que, segundo Hobsbawm (1996), encontra, por sua vez, limite nas convicções pessoais, numa escolha limitada, às vezes única.

Para a esquerda, o universalismo impossibilitou por muito tempo que os partidos socialistas, trabalhistas e comunistas compreendessem os movimentos de massas como partes constitutivas da luta de classe (HOBSBAWM, 1996). Segundo Bensaid (2017), após a década de 1980, a esquerda fora incapaz de apreender que as “contradições econômicas e sociais não se exprimem diretamente, mas sob a forma específica, deformada e transformada, da política”.

Destarte, incapaz de decifrar no campo político a maneira frequentemente inesperada pela qual se manifestam estas contradições, agora expressas na luta por ampliação de direitos das mulheres e negras/os o movimento operário tradicional fora incapaz de se preparar para a crise global iniciada pelo capitalismo nos anos de ouro (1970), expandida na década de 1990 e ampliada de forma irreversível e orgânica desde 2008.

Em 2016, 51% da população adulta no Brasil tinha, no máximo, o ensino fundamental completo e, apenas 8,8% dos pretos ou pardos tinha ensino superior, embora sejamos 57,4% da população segundo dados do IBGE (2017). Concomitante a estes dados, o Atlas da Violência 2018 aponta que, ainda como “alvos”, somos 71,5% das vítimas de assassinato no Brasil. No que tange a nossa condição de Gênero, segundo o UNODC (Escritório das Nações Unidas para Crime e Drogas), a taxa de feminicídios global foi de 2,3 mortes para cada 100 mil mulheres em 2017. No Brasil, em 2018, a taxa era de 4 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil mulheres, ou seja, 74% superior à média mundial. Quando articulamos os dados à sexualidade, verificamos que, embora sejam recentes os dados sobre feminicídio gerado por lesbofobia, de 2014 a 2017 o aumento de assassinatos de mulheres lésbicas foi de 150%. Quando a mulher é travesti, transexual, negra e pobre, a exposição à violência é ainda maior. Enquanto a expectativa de vida do brasileiro é de 75,5 anos, segundo dados do IBGE, entre os transgêneros, transexuais e travestis a expectativa é de 35 anos.

No mundo do trabalho, embora as mulheres tenham ganhado espaço, são o contingente de 28,2% em ocupações por tempo parcial, e mesmo sendo maioria com ensino superior, nosso rendimento equivale cerca de $\frac{3}{4}$ dos salários dos homens. Mesmo entre nós mulheres, a exploração da classe se racializa, evidenciando que a desigualdade sobre as mulheres negras se intersecciona e que apenas 10,4% de nós completamos o ensino superior, quando 23,5% das mulheres brancas completam este nível de ensino.

As mulheres não usufruem das mesmas condições que os homens em diversos aspectos, como rendimento, formalização e disponibilização de horas para trabalhar. As mulheres superam os homens em algumas profissões – aquelas

identificadas como femininas – associadas aos menores salários. Quanto maior a qualificação da força de trabalho, maior é a disparidade salarial entre homens e mulheres. A maior disparidade é encontrada na categoria dos empregados domésticos, na qual 92.3% são mulheres. As mulheres são maioria no magistério na educação infantil e no ensino fundamental, nas enfermarias, no serviço social, no telemarketing. É baixa a participação das mulheres na área de construção civil, armazenagem e mesmo na indústria. Numa sociedade patriarcal como a brasileira, as trabalhadoras ainda acumulam as tarefas domésticas, incluindo o cuidado de crianças e idosos, sem ter creches e outros equipamentos públicos que lhe permitam trabalhar. É preciso ainda destacar a condição da população negra ocupada, cujo rendimento corresponde, em média, a 60% do recebido pelos trabalhadores brancos. A mulher trabalhadora negra está submetida a condições ainda mais precárias de trabalho, menores salários e mais desemprego (XVI Caderno de Resoluções do PCB, 2021)

Se considerarmos o trabalho remunerado e o não remunerado, ou seja, o trabalho doméstico, dadas nossas raízes patriarcais, verificamos que dedicamos 73% mais horas aos afazeres domésticos e/ ou cuidados dos filhos do que os homens (IBGE, 2018).

Velada sob o manto da defesa da intersecção entre diversas políticas e diversas áreas, o que vimos desde a implementação do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres, do Estatuto de Igualdade Racial e do Programa Brasil sem Homofobia foi uma total desarticulação entre as políticas para mulheres, negras e homossexuais. Sem relação com qualquer fundo de financiamento, tais políticas representam, à nossa perspectiva, parte constitutiva do desenvolvimentismo com “ismo⁸⁴” (Bonete e Correia, 2015).

Justamente por ter sido invertida a questão de Gênero e Raça, quando estas explodiram nas ruas em 2013, foram pela direita, esquerda, social-democracia e comunismo, apreendidas como uma “máscara” que deslocava a questão central “econômica” para o campo cultural, ou multicultural, pós-moderno, identitário.

Já afirmamos que o capitalismo apreende a heterogeneidade da classe trabalhado e a captura com o individualismo. Deste processo decorrem as construções das identidades, como questões psicológicas ou autônomas, mas este processo de autonomização aparente fez e faz parte da transformação do ser social, no ser alienado, estranhado de si, das relações de produção e de reprodução social, em que se desenvolvem as relações interpessoais, institucionais e estruturais.

Ainda assim, embora as mulheres tenham sido relativamente contempladas com a secretaria especial de políticas para as mulheres, e os LGBTs (assegurados, ainda que

⁸⁴ No neoliberalismo, o Brasil experimenta uma nova fase do desenvolvimento capitalista que se inicia nos governos FHC e se aprofunda sob a direção dos governos Lula e Dilma. Na esteira das transformações estruturais, constata-se o surgimento de uma ideologia que se propõe como guia dos rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro, o novo desenvolvimentismo. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 20/01/2019. Autores das ciências sociais, economia e do serviço social, se debruçam sobre o tema e apresentam os limites desta perspectiva, bem com denunciam a decadência dos seus pressupostos.

teoricamente, pelo programa *Brasil sem Homofobia*) e os negros tenham conquistado acesso ao ensino e serviços públicos (com o estatuto de igualdade racial), programaticamente o PT foi incapaz de “apresentar, frente aos movimentos sociais e entidades de defesa de direitos, maior capacidade de universalizar os interesses das forças organizadas do trabalho, agregando demandas socioculturais” (SANTOS, 2005, p. 114).

Para Cisne (2018, p. 15)

A formação da consciência de classe na sociedade capitalista é dificultada pelas relações de alienação que a permeiam, bem como pela ideologia dominante a ela associada, que levam muitos indivíduos sociais a naturalizarem e até mesmo a reproduzirem relações de dominação. Assim, ao contrário de se rebelarem contra uma ordem que os domina, adequam-se e, muitas vezes, modelam-se sob essa dominação. Felizmente, alguns, também, no processo de formação da consciência e da luta de classes, rebelam-se contra essa ordem, ainda que esse não seja um processo hegemônico.

Com o movimento de mulheres e negros/as não foi diferente. Só quando estes passaram a ter acesso aos “mínimos sociais” é que puderam se organizar, ainda que não sob a batuta de organizações emancipatórias, pois como já dissemos, as entidades e organizações tradicionais pouco dialogavam com as necessidades das mulheres e negros/as, contribuindo para sua subalternidade.

Ocorre que, se houve ou ainda há “cortina de fumaça”, não são as relações de Gênero e Raça que obscurecem a decomposição da realidade brasileira, muito pelo contrário, foram sempre os argumentos ideológicos e econômicos que rebaixaram e invisibilizaram a participação central dos/as negros/as e mulheres no Brasil, e foi a retomada da consciência, ainda que no aspecto revoltoso, que os colocou no centro das manifestações de junho de 2013.

Como apresentamos, a cultura do branqueamento, as políticas residuais e focais, o processo de criminalização, perseguição e marginalização das mulheres, negros e negras é o que os/as fizeram ir para as ruas.

Toda forma de exploração encontra uma forma de opressão correspondente. Neste momento de crise orgânica do sistema capitalista, os planos de austeridade se somam a uma ofensiva ideológica conservadora. A aprovação em primeiro turno da reforma da previdência na câmara dos deputados evidencia o acordo feito entre os parlamentares e o executivo que, mesmo tendo passado por enormes tensões nos primeiros meses de mandato, evidencia a ânsia pela implementação da barbárie.

Portanto, as questões que atravessam a classe trabalhadora em sua particularidade, não “esfumaçam” a luta de classe, mas a luta de classe, tomada de modo abstrato pode se

constituir efetivamente numa cortina de fumaça para organização tática e estratégica da classe trabalhadora. Segundo Bensaid (2017⁸⁵), através da distinção do partido e da classe, do político e do social, torna-se possível pensar a relação de um com o outro, *a representação do social na política*. Segundo Marx.

As ideias dominantes são sempre a visão de mundo da classe dominante. As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espirituais. (MARX, 1976, p. 55-56)

Para o autor, (ibidem) apreendemos a realidade de forma invertida como numa “câmera fotográfica” – enxergamos o mundo de maneira e de acordo com o que nos é passado pela classe dominante. Uma cortina de fumaça se coloca sobre nossos olhos, e diante disso, a realidade fica encoberta, mascarada. Esta cortina de fumaça, sobre apreensões e análises das relações de Raça e Gênero que estruturaram e ainda hoje estruturam a sociedade brasileira, sempre compareceram como invertidas. Nos capítulos I e II desta tese já tentamos evidenciar que isso não se trata de uma particularidade em nossa formação sócio-histórica, mas de uma questão central que, amalgamada pelo modo de produção capitalista, ergueu uma forma particular do capitalismo a uma das dimensões de sua dependência.

Do silêncio e da invisibilidade do final da década de 1990, em que as mulheres almejavam terem reconhecidas suas diferenças e/ou particularidades (ainda que Avelar 1989 já apontasse para a necessidade de articulação com a classe), sobrou o “grito mudo”, a aparência imediata que, rapidamente, se “desmanchou no ar” fazendo os espectros de uma vontade não realizada, qual seja, a de nosso reconhecimento em “Ser” Mulher, Negro/a!

Da cidadania e do reconhecimento que solapavam a existência sob o consumo, a luta pelo reconhecimento jurídico que abalava a fragilizada luta pela emancipação humana, dentre outros processos, o que se verificou foi a cooptação dos canais corporativos de representação política, para a dificuldade do ingresso das mulheres e negros/as na “elite política”. No tempo em que escrevemos esta tese, as categorias de Gênero e Raça deixaram de estar em “perigo” para se tornarem categorias “perigosas”,

⁸⁵ BENSÁID, Daniel. LENIN, OU A POLÍTICA DO TEMPO PARTID, 6 OUT 2017 IN: <https://movimentorevista.com.br/2017/10/lenin-ou-a-politica-do-tempo-partido-daniel-bensaid/> acessado em 29/06/2019.

visto que denunciam a manutenção e perpetuação do “*status quo*” regido pela vontade individual, pelo patrimonialismo tão presente e arraigado em nossa história, constitutivo dos sustentáculos do poder patriarcal, do racismo e do sexismo que o sustentam.

A eleição presidencial de 2018 nos evidenciou o “ralo” em que se transformou o regime de cotas para mulheres na política partidária. “Laranjadas”, subscrevemos a eleição e o fortalecimento da bancada BBB (boi, bala e bíblia), ainda que as mulheres em tais bancadas tenham sido, de maneira bastante ostensiva, denunciadas pelos meios de comunicação oficial como “laranjas” — foram à época usadas e descartadas como autênticos “bagaços”. Ficou patente também como o reacionarismo agiu através da teologia da prosperidade.

No Brasil, ganhou lastro com a ausência do Estado o desmantelo das políticas públicas de proteção social universal em detrimento de políticas focais, residuais e fragmentárias, um “poço sem fundo” da reorganização filantrópica e do assistencialismo, um “prato cheio” para as políticas clientelistas e paternalistas. Desta forma, desviadas dos interesses da classe trabalhadora, apanhadas pelo reformismo gradualista, não sendo suficientes para legitimar a hegemonia burguesa⁸⁶, subsidiaram e reforçaram nossa herança conservadora que, naquele momento, culminou na eleição do presidente da república Jair Messias Bolsonaro, um candidato de extrema direita cujo projeto político tem ganhado força e fôlego desde a década de 1990 por meio do neoliberalismo e da expansão da bancada neopentecostal, expressos na vontade de manutenção das propriedades privadas agroexportadoras (boi), na destituição da laicidade do Estado (bíblia) e no aumento de militares no parlamento (bala), constituindo, portanto, o fortalecimento da Democracia Blindada, conforme nos mostra Demier (2018).

O salto da autocrítica diante realidade brasileira, sobretudo com a implementação dos coletivos, atuando junto aos movimentos sociais e populares, fez com que o partido comunista brasileiro, no XVI Congresso realizado no Rio de Janeiro — apenas em 2021, por causa das barreiras sanitárias impostas pela pandemia mundial do Sars-CoV-2, a covid-19 — destaca-se no programa de lutas para a implementação da estratégia socialista no Brasil a seguinte posição:

O governo Bolsonaro é de extrema direita, numa composição de forças heterogêneas, com hegemonia das frações burguesas ligadas ao capital financeiro e ao agronegócio. O núcleo do governo foi inicialmente

⁸⁶ Mesmo o documento “Carta ao povo Brasileiro”- lançado em 2002 pelo então candidato à presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, com o projeto de “Conciliação de classes” – não foi suficiente para acalmar o mercado e a burguesia, mesmo tendo sido “reeditado” em 2016, pela então presidente Dilma Russéf

estabelecido nos Ministérios da Economia e da Justiça, com Paulo Guedes determinado a aplicar com mais radicalidade a política neoliberal, por meio das contrarreformas, que interessam ao conjunto das frações burguesas, e Moro incumbido de *tentar controlar a reação popular a este projeto, com a criminalização dos movimentos sociais, imposição de mais dificuldades para o funcionamento dos sindicatos e ampliação da repressão, a exemplo do pacote anticrime, proposto para ampliar o encarceramento em massa de trabalhadores, mulheres, LGBTs e a população negra, principalmente. As pautas conservadoras são funcionais ao capital, pois servem para desqualificar as lutas contra as opressões, com vistas a justificar a mais intensa exploração capitalista sobre os pobres, as mulheres, negros e negras, comunidades ciganas, nômades e LGBTs.* (XVI Caderno de Resoluções PCB, 2021)

Segundo Demier (2018), este projeto tem sua gênese, no Brasil, no período militar (o bonapartismo da década de 1960), mas só foi institucionalizado no governo tucano de Fernando Henrique Cardoso, sendo lapidado, posteriormente, pela governança petista. É característica destas democracias a restrição e/ou fechamento às demandas populares de cariz reformista, tal como podemos perceber nas pautas das mulheres, dos negros e dos LGBTs.

Concomitante a este processo foi que, ainda em campanha em 2018, a bancada evangélica entregara ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro um documento em que reafirmava a tese de que o problema da baixa qualidade da educação não tinha relação com o aspecto financeiro, mas com a gestão e modelo de educação existente que, supostamente, faz “doutrinação ideológica”, e que a resolução para tal problema seria a defesa do projeto “Escola sem Partido”, para “*libertar a educação pública do autoritarismo da ideologia de Gênero, da ideologia da pornografia, e devolver às famílias o direito da educação sexual das suas crianças e adolescentes*”.

É certo que, no campo dos direitos humanos, a retirada da população LGBT das diretrizes da promoção dos Direitos Humanos (pela Medida Provisória de nº 870/19), se constituiu, efetivamente, em retrocesso, na medida em que obscureceu a responsabilidade do Estado frente a promoção da cidadania desta população, segregando os “modelos de família” heterossexuais e homossexuais, e privilegiando o primeiro em detrimento do segundo. Também, a transformação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (com *status* de Ministério) em Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), cuja ministra foi a pastora Damares Alves, além de significar grande retrocesso em relação às políticas de sexualidade e reprodução sexual, reabsorveu o binarismo essencialista biologizante que dicotomiza as relações sociais entre os gêneros.

Ao preconizar que “*Meninos vestem azul e Meninas vestem rosa*”⁸⁷, a pastora naturalizou, retrogradamente, o patriarcado. Contudo, para além das polêmicas provocadas por suas falas oficiais, o que não podemos perder de vista é a relação intrínseca entre as propostas de contrarreformas (previdência e educação) e os objetivos auferidos neste momento pelo governo em voga.

Como o conservadorismo se utiliza de mecanismos de concessão, a disseminação ideológica perpetrada pelos grupos hegemônicos sobre os subalternos, através do discurso de meritocracia e da guerra de sexo, que segundo eles objetivava a destruição dos valores familiares, envolveu um conjunto de complexos sociais que fez emergir concepções de mundo presentes em todos os campos da vida individual e coletiva. A economia, a ciência, as artes e o direito em diferentes ramos, aparentavam certa interdependência, mas na realidade propagavam ideologias dominantes através de seus respectivos intelectuais. Ao mesmo tempo, foi retardada a captura desta realidade pelo partido comunista, e só no XV Congresso, as resoluções do partido começam a apontar:

A conjuntura recente é de intensos ataques ao movimento feminista. O Estado vem pautando dois projetos de lei que significam um claro retrocesso às conquistas históricas do feminismo: o Estatuto do Nascituro e a chamada “Cura Gay”. O primeiro representa um impedimento e uma punição à prática do aborto, mesmo nos casos espontâneos e de estupro, tratando-se de um exemplo de que o machismo está institucionalizado. O segundo projeto faz retroceder a compreensão sobre a relação homoafetiva, pois, alicerçado no fundamentalismo religioso, concebe a homossexualidade como patológica e necessitando de cura. [...] O racismo, como expressão ideológica burguesa, faz com que a dominação da população negra não seja superada, pelo contrário, seja reproduzida e intensificada até os dias atuais. O Brasil hoje conta com uma população de maioria de autodeclarados pretos e pardos. Mantém os piores indicadores em praticamente todos os campos: maior número de analfabetos, maior taxa de mortes por violência urbana, menor renda se comparada ao trabalhador branco, menor expectativa de vida, dentre outros. Sofre com a reprodução de estereótipos negativos na grande mídia ou com a erotização como forma de vender seu corpo. Ainda hoje as religiões de matriz africana são estigmatizadas em espaços públicos e vêm sendo alvo crescente de perseguições causadas pelo preconceito. (XV Caderno de resoluções do PCB, grifo nosso)

Carentes de pensamento a consciência pós-moderna, esta “confusão movimentada” nega absolutos afirmando-os, mas mantendo-se presa aos particularismos fragmentários de onde se origina e, portanto, ficando vazia de substância. O pensamento socialista não é mais que um discurso que se contrapõe ao discurso burguês liberal, uma mera ideologia contra outra ideologia. O que existe de fato, para além dos discursos, é o aqui e agora das relações pontuais, particulares e fragmentárias entre indivíduos, suas

⁸⁷ Fala oficial da ministra logo após a posse.

representações e valores que os conduzem por um mundo sem sentido e sem direção. O que se oculta na construção discursiva que pretende desconstruir discursos é que ela supõe universais absolutos, mais absolutos e abstratos do que aqueles que a razão dialética supõe. O fragmentário, o disparate, o sem sentido, é uma essência mais imutável do que a sociabilidade humana suposta pelo mito liberal da sociedade civil ou a livre associação dos produtores da meta comunista. Por desprezar o universal como síntese de múltiplas particularidades, porque isso os levaria a ideia de movimento, processo e, portanto, sentido, os pós-modernos naufragam em singularidades e universalidades vazias de conteúdo.

Em sua discussão com Rosa Luxemburgo a propósito de *Um passo à frente, dois passos para atrás*, Lenin distingue explicitamente os princípios de organização ligados às condições gerais de luta sob o reino do Capital, do sistema de organização variável segundo as condições concretas da legalidade da repressão do desenvolvimento. À luz da experiência de 1905, Lenin insiste, em sua coletânea *Doze anos*, no fato de o partido, por mais delimitado que seja, viver em intercâmbio e diálogo permanentes com as experiências da classe (principalmente a inovação imprevista que foram os soviets). “O que permanece, para além destas nuances e variações, é que o partido não é uma forma de organização entre outras, sindicais ou associativas, mas a forma específica sob a qual a luta de classes se inscreve no campo político.” (Bensaïd, 2017).

Neste sentido, quando apontamos a relação consubstancial entre Gênero, Raça, sexualidade e classe, a partir das ações programáticas do PCB, buscamos contribuir para a luta política concreta.

O conhecimento que a classe operária pode ter dela mesma está indissolavelmente ligado a um conhecimento preciso das relações recíprocas de todas as classes da sociedade contemporânea, conhecimento não somente teórico, digamos menos teórico do que baseado na experiência da vida política (LENIN; CEUVRES, p. 119, e XV, p. 298/ apud BENSAÏD, 2017).

Na práxis do partido, o mesmo passou a se inserir nos movimentos sociais e populares por meio dos seus coletivos – Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM), Coletivo Negro/a Minervino de Oliveira e Coletivo LGBT Comunista, que efetivaram-se como vetores privilegiados que, através da experiência da vida política adquirida por meio do conhecimento e das relações recíprocas entre todos os sujeitos constitutivos da classe trabalhadora, podem mediar a relação entre o partido e as massas e estabelecer a ligação entre a estratégia e a tática.

A militância do PCB deve fortalecer o trabalho do Coletivo Ana Montenegro e transformá-lo em uma frente orgânica de massa, visando ocupar os espaços onde há luta das mulheres trabalhadoras e tomando iniciativas como um balanço crítico da legislação civil e trabalhista e dos direitos conquistados pelas mulheres. É preciso denunciar as condições absolutamente desiguais a que estão submetidas as mulheres pobres, negras, camponesas e componentes do proletariado precarizado, sem acesso a sistemas de saúde e educação públicos, estatais e universais. O feminismo classista deve buscar incorporar as lutas indígenas, quilombolas, ciganas, dos povos da floresta, enfim, de todos os que lutam por sua autodeterminação.

O Coletivo Ana Montenegro deve promover espaços de formação sobre a temática de Gênero, a fim de orientar a militância contra possíveis práticas machistas e qualquer tipo de fobia no interior do Partido.

O feminismo classista atua na luta de classes levando em consideração as demandas específicas das mulheres: uma vida sem violência, com políticas públicas efetivas, buscando superar as limitações da Lei Maria da Penha; moradia digna e reforma agrária; fim da mercantilização do corpo da mulher; um SUS público estatal, universal, de qualidade sob controle popular, para garantir a atenção integral à saúde das mulheres, com a legalização do aborto; garantia de trabalho igual entre homens e mulheres; socialização do trabalho doméstico com a criação de espaços públicos como restaurantes, lavanderias, creches, escolas de tempo integral; ensino público, laico, de qualidade, não sexista, não racista e contrário a todo tipo de fobia.

No plano organizativo do PCB, é preciso enfatizar a importância de uma maior participação feminina na direção do Partido, em todas as instâncias. Deve-se incentivar as militantes rumo a essas funções, até mesmo para não diferenciar homens e mulheres dentro da nossa organização. Somos todos camaradas que lutam pelo comunismo, e fortalecer o vínculo entre nós é tarefa constante e essencial.

Nesse sentido, é necessário firmar uma direção nacional da Secretaria de Mulheres, com a constituição de núcleos de direção nos estados e municípios, para atuar, além das frentes de lutas classistas, nas frentes nacionais e estaduais relativas ao Movimento Feminista, tais como as Frentes Nacionais em Defesa da Legalização do Aborto, pela Democratização/Socialização da Mídia e nas Internacionalistas. O Coletivo Ana Montenegro deverá manter sua participação crítica na FDIM, lutando, ao lado das forças revolucionárias, para torná-la uma entidade de caráter classista.

A história do PCB é de luta pela emancipação do homem e negação da sua exploração de qualquer forma. Foi assim que o partido elegeu Claudino José da Silva, o primeiro parlamentar negro, que conquistou a liberdade de práticas religiosas através da atuação de seus deputados na Constituinte de 1945, produziu importante defesa na cultura por intermédio de Francisco Solano Trindade, além de trabalhos fundamentais para o entendimento da questão do negro, como é o caso de Clóvis Moura, Edson Carneiro e Aydano do Couto Ferraz. A inserção do debate classista e a busca pela superação do capitalismo como caminho para o fim do racismo devem ser o guia para a militância do PCB e do Coletivo Minervino de Oliveira.

Na contramão das entidades que atuam no Movimento Negro e deixando de apontar que a raiz do racismo está na divisão da sociedade em classes, devemos, para além das soluções paliativas e insuficientes como as cotas raciais nas universidades, contribuir para a elevação da consciência de classe dos trabalhadores negros nas lutas conjuntas de toda a classe trabalhadora contra o capitalismo. Devemos ainda organizar eventos culturais que resgatem a história da luta dos negros em nosso país, denunciando toda forma de opressão e pautando, como programa político, a luta imediata por melhores condições de moradia, estudo e trabalho.

CONCLUSÕES

Só o pensar em escrever qualquer coisa que pareça concluir algo, já me faz estremecer. Sou dada à poesia e sempre que vai chegando ao cabo alguma coisa em minha vida, sinto a necessidade de querer mais... Alguns livros de literatura por mim iniciados, nunca são findados, até que eu inicie outra obra do/a mesmo/a autor/a e possa ir construindo em mim, uma síntese de cada pedacinho que vai ficando. Às vezes tenho que deixar ir... mas aí, já tenho um luto preparado.

Tenho tatuadas em minhas costas duas mulheres em xilogravura, um ramo de folhas de oliveira no antebraço esquerdo e um beija flor geométrico no ombro, com os dizeres sinuosos “*Vida é sorte perigosa, o que ela quer da gente é coragem!*”

Coragem, foi algo que muitas vezes me faltou neste processo. Quando “elegi” a busca, não pensei nos obstáculos pessoais, políticos, conjunturais e econômicos que me fariam querer, por algumas vezes, recusar a travessia. Para concluir este trabalho, li em todo a tese da professora Silvana Mara, que é parte da banca de qualificação deste processo. Na poética de suas conclusões, percebi que nessa travessia o real já estava posto, ele não estava na saída, tampouco aqui nestas considerações provisórias, mas como diz a professora Silvana Mara Santos, estará para sempre presente em minha vida, pois pesquisa é uma coisa para a vida toda.

“Investigar é tarefa para muito tempo, cientificamente falando, então, é tarefa para uma vida inteira. Elaborar uma tese é apenas um fragmento deste processo, tarefa de tempo limitado, por isso sua natureza de incompletude e de aproximação é abertamente permeável às lacunas” (MARA, 2005, p. 306).

Sobre os achados desta pesquisa, o *Partido Comunista Brasileiro* (PCB) é um grande e potente instrumento da classe trabalhadora no Brasil, capaz de organizar e direcionar as massas para uma revolução socialista; mas premido pelo “utopismo” do socialismo real, incorreu e ainda incorre em grandes equívocos sobre o proletariado brasileiro e seu perfil.

Da década de 1990 para cá, o partido, envolto em tensões internas, impôs uma visão endógena sobre a realidade, o impossibilitando de crescer em quantidade e qualidade. A visão conservadora, desenvolvida sob o binarismo (concessão x conquista) sobre a aquisição de direitos sociais, políticos e econômicos para o conjunto da classe que vive do trabalho e para as categorias subalternizadas (Mulheres, Negros e Negras, Indígenas, LGBTs), o isolaram dos movimentos sociais e populares.

A negligência com que tratou a participação destes setores no processo de formação sócio-histórica demarcou uma visão etapista, o flerte com o stalinismo e com o afastamento do marxismo enquanto filosofia e práxis política. Isso, para nós, obliterou qualquer análise comprometida com a transformação da sociedade brasileira, marcada pelo patriarcado e pelo racismo, ao menos até o início deste século, quando, acreditamos que as mulheres e homens negros pautaram a heterogeneidade da classe trabalhadora desde a invasão do Brasil e, isto, dentro e fora do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Não é possível precisar certos dados a respeito do surgimento dos coletivos Feminista Classista Ana Montenegro e Minervino de Oliveira, pois não há registros oficiais sobre o surgimento destes — por exemplo, não se sabe o ano, local, e perspectiva que orientaram seu surgimento. A delimitação temporal considerou, por esse motivo, as análises das resoluções do PCB. Ainda assim, mesmo agora, em novembro de 2022, não conseguimos ter acesso a esta documentação, se é que existe.

Fomos muitas vezes orientadas a procurar figuras que estiveram presente no processo de implementação, mas mesmo acessando estas pessoas, não eram precisas as informações e muitas vezes eram até mesmo controversas. Uma vez que não pudemos realizar a metodologia da história oral, justificamos aqui esta lacuna e a apontamos como possibilidade para pesquisas futuras.

A ausência de acesso aos documentos, fosse porque “não existiam” ou porque existiam, mas estavam sob a “tutela” de um determinado militante, nos fez refletir sobre o processo de organização do partido, seu registro e memória. Visto que as ideias socialistas surgem no Brasil junto ao nascimento do PCB, nos perguntamos como, no seu centenário, o partido sequer consegue guardar sua memória?

Como poderá sobreviver sem memória ou cometer o memoricídio, em pleno século XXI, um século que teve início sob a luz da “cegueira branca”, do plasma das telas de celulares, *smartphones* e *smart TVs*, do isolamento social, do individualismo exacerbado, da cultura do cancelamento, e do linchamento virtual, político e pessoal como prática política? Memória seletiva, esclerose política ou conservadorismo machista e racista?

O fato de que o Partido só esteve na legalidade por 13 anos do século XX talvez possa explicar esse apagamento. Também por isso, poderíamos inferir as ausências em relação às táticas e estratégias no combate interno e externo à subordinação-opressão de Gênero e Raça, mas segundo os poucos registros de que pudemos nos apropriar, como a dissertação de Adelaide e o livro recente de Jefferson Garcia, não havia justificativa em

termos de orientação tática e estratégica para que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) marginalizasse este tema em seu programa político. Afinal, desde a II Internacional comunista, havia orientações para intervir sobre as questões que afetavam e ainda hoje afetam mulheres e pessoas negros/as.

No Brasil, os escritos de Clóvis Moura e de Zuleika Alembert desde a década de 1970, faziam emergir no partido o tema e, pela ausência de cuidado e de proposta do PCB para a questão, os fizeram sair do Partido. O mesmo valeu para Coutinho, Sodré, entre outros, “acusados” de flertar com o reformismo.

No século XXI, mesmo diante do reconhecimento da destituição das entidades tradicionais de “proteção e representação” dos/as trabalhadores (operários/as e proletários/as) como o sindicato, partidos políticos entre outros, o Partido Comunista Brasileiro, se manteve fiel à apreensão desgenerificada e desracializada destas categorias (operários/as e proletários/as), mantendo até o XV caderno de resolução uma leitura abstrata, quando não eurocentrada.

A decomposição do projeto “democrático-popular” — representado vulgarmente pelo Partido dos Trabalhadores — e a serialização e fragmentação da classe trabalhadora são parte dos processos que mudaram as relações de produção e reprodução com a reestruturação produtiva. O neoliberalismo, com adoção das medidas orientadas pelos organismos multilaterais como FMI, Banco Mundial, entre outros, que alteravam o quê, como e porque se produz, modificaram a subjetividade do/a próprio/a trabalhador/a, que estranho/a a si próprio/a, não mais se compreendeu como “trabalhador/a livre assalariado/a”, mas como empreendedor/a, colaborador/a.

O deslocamento desta subjetividade impôs o individualismo e a meritocracia, a criminalização da pobreza e a marginalização do/a subalterno/a, pessoas sem emprego, com emprego sem proteção, desalentados/as constituídos/as em sua maioria por mulheres e pessoas negras.

A sublevação dos subalternizados nas manifestações espontâneas e pontuais em 2013 deu visibilidade ao Gênero, à Raça e às gerações, sobretudo aos jovens, que não mais aguentavam pagar o preço da austeridade econômica, ao mesmo tempo vimos também emergir o movimento reacionário e conservador que capturou as pautas e as transformou em pautas reacionárias, como a defesa de “Deus”, da propriedade privada e da família

O discurso conservador alardeado pelas falsas notícias, relacionadas a questões de Gênero e Raça, mas também sobre a sexualidade, como o Kit Gay, a ideologia de Gênero,

os banheiros não binários, dentre outros, eram o prelúdio do fascismo crescente com a ampliação no congresso da bancada Boi, Bala e Bíblia, com o impeachment da presidenta Dilma Roussef e com a eleição de Jair Bolsonaro.

Embora fosse apreendido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde o XIII Congresso, não o fez implementar ações concretas nas bases da classe trabalhadora que se opusesse ou estranhasse a ideologia conservadora disseminada pelas igrejas evangélicas neopentecostais e as católicas carismáticas.

As análises dos Cadernos de Resolução do PCB não deixam dúvidas sobre a necessidade de espaços de formação internos e externos ao partido, como o Instituto Caio Prado (ICP) ou a fundação Dinarco Reis, que dialogam profundamente sobre a nossa formação sócio-histórica ontem e hoje. Só o reconhecimento da heterogeneidade da classe trabalhadora o possibilitará saltar qualitativamente rumo a revolução socialista, compreendendo a diversidade humana.

O fortalecimento, organização, enraizamento e espraiamento dos coletivos Ana Montenegro e Minervino Oliveira são táticos, mas é estratégico que o partido internamente reconheça o machismo, o racismo e o personalismo. A “eleição” no último Congresso do PCB, não deixa dúvidas sobre estes aspectos. Lá estive presente e pude empiricamente comprovar que os argumentos para a candidatura e defesa dos homens em detrimento das mulheres eram feitos sobretudo por militantes que “ocupavam” o comitê central, “figuras” conhecidas e “importantes” que, quando havia destaque para substituição por nome de mulheres e negros, bastava que os militantes afirmassem sua posição pessoal, mesmo quando a regra era a militância orgânica e centralizada do/a militante.

Das 66 pessoas eleitas entre titulares e suplentes 13 eram mulheres e 4 eram pessoas negras. Não se trata de uma defesa abstrata de nossa parte, mas de questionamento feito no pleno: Ali, entre os mais de 300 delegados/as eleitos/as não havia pessoas negras e mulheres capazes de assumir tarefas de implementação das resoluções pelos próximos quatro anos?

Não se trata de mera representação fisiológica ou reparação, mas do reconhecimento de que desde o início deste século, pensando no recorte temporal desta pesquisa, são as mulheres e pessoas negras militantes ou não do Partido Comunista que tem sido vanguarda na luta de classes. O #ELENÃO, é prova disso, o #VidasNegrasImportam! também, Quem matou Cláudio!, Dignidade para Cláudia, Dandara, entre outros tantos movimentos que aparentemente sem direção tem

evidenciado as contradições do sistema patriarcal-racista que sustenta o capitalismo. Para que estes não sejam perenes ou espontâneos, o Partido Comunista deve, tal como no Manifesto do Partido Comunista, se pôr na organização proletária real.

Há uma notável relação entre os acontecimentos após a revolução de outubro de 1917 e o momento presente, em que as mulheres, negros/as, LGBTs são desacreditados, deslocados ou expulsos dos fronts e dos papéis de combate; há dualismo binarista na definição da bela recatada e do lar; na atribuição do papel da família; da reprodução social, em detrimento da atuação política, mais uma vez sobre a “rampa”, agora na tragédia da mulher que caminha lado a lado, ombro a ombro, de mão dadas com os compromissos da manutenção da sociabilidade burguesa.

A mulher de outrora, contestadora, fincada em “pau de arara”, “feia”, subversiva, não atinente aos padrões estéticos, é escamoteada, tais como as possibilidades relativas de emancipação e autonomia política. A máxima de que quando uma mulher se movimenta toda a sociedade se movimenta não é impropria para as considerações aqui tecidas. A questão é, o movimento é de avanço ou retrocesso?

Como toda conclusão é sempre provisória, apontamos aqui a necessidade de continuar a perquirir o objeto, com levantamento do surgimento dos coletivos, através de entrevistas e história oral, e também das análises de conteúdo do jornal *Poder Popular*, para verificamos as ações do partido além das resoluções congressuais. Fizemos o levantamento dos temas racismo, negro/a, mulher e feminismo neste instrumento de agitação e propaganda do PCB, mas como o tempo não nos possibilitou análise qualitativa, apenas demonstramos quem, quando e de que forma tem sido produzidas publicações sobre o tema.

Esta pesquisa se desdobrará na análise do contexto e dos/as sujeitos/as (“levantados/as do chão”) que contribuem para implementação do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, do Coletivo de Negros/as Minervino de Oliveira, e do LGBT Comunista. Como apontamos, “parece não haver” documentação, registro e memória, sendo, portanto, uma tarefa necessária e urgente. A entrevista semiestruturada com membros destes coletivos, que hoje estão no comitê central, poderá possibilitar melhor desvelamento do cotidiano do partido sobre as tensões e relações com as relações sociais de Gênero e Raça.

Outra dimensão da pesquisa, já em andamento, é o projeto de extensão *A mulher na Sociedade de Classes*, que envolve militantes dos coletivos Ana Montenegro e Minervino de Oliveira, pesquisadoras da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),

Universidade Federal do Rio (UFRJ), Universidade Federal de Jataí (UFJ) e Universidade Estadual da Bahia (UESB), em torno de cursos de formação sobre a formação sócio-histórica brasileira, Capital e as relações sociais de Gênero e Raça.

Destarte, consideramos que na posterior a defesa desta tese, ainda teremos muito trabalho pela frente, o compromisso com a teoria revolucionária e com a práxis política transformadora, por ser cotidiano, exige uma intervenção crítica, comprometida e qualificada, o processo de elaboração e síntese de conhecimento faz parte daqueles/as que se colocam como instrumento da classe trabalhadora. Portanto, toda ação orgânica deve ir além da aparência fenomênica.

Desta forma, esperamos que com esta tese possamos contribuir com as e os lutadores sociais organizados, que não se orienta pelas ações egóico-passionais dos “ativismos” espontâneos em voga. Finalizo este processo sintético com a certeza de que as Lutas são simbióticas, e, por isso, uma existe dentro da outra, sem hierarquia, pois é uma unidade-diversa. Militar é arte perigosa, o que o mundo quer da gente é coragem!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **O PCB e a questão feminina (1970-1979)**. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST45/Maira_Luisa_Goncalves_de_Abreu_45.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.
- ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.
- ALVES. Iracélli da Cruz. **Feministas e comunistas: considerações sobre a história da militância comunofeminista entre 1949 e 1975**. VII Encontro Estadual de História. BA, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1477858067_ARQUIVO_AnpuhBA2016IRACELLIALVES.FEMINISTASECOMUNISTAS.pdf. Acesso em: 03 mar. 2018.
- _____. **O “não lugar” das mulheres na memória e na história do PCB**. XXIX Simpósio nacional de história. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501761317_ARQUIVO_ArtigoanpuhIracelli-2017.pdf. Acesso em: 03 mar. 2019.
- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte Letramento/Justificando, 2018.
- AMARAL. M. **Ainda A Categoria Superexploração Da Força De Trabalho: Mais Reflexões Sobre Novas E Velhas Controvérsias**. Disponível em <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/Amaral?projector=1>. Acessado em 20/10/22
- ANDRADE. Adriana S. Camargo. **Mulher e trabalho no Brasil dos anos 1990**. Tese 2004- Unicamp-SP. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296837218.pdf>. Acessado 02/10/2021,
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- _____.; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em: 24 maio 2012.

ARAÚJO, Alison Cleiton de; TAVARES, Maria Augusta. **A centralidade do trabalho nos marcos da sociabilidade capitalista contemporânea.** In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13.; ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 9., São José dos Campos. Anais.... São José dos Campos: Univap, 2009. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0899_0463_01.pdf>. Acesso em: 28 set. 2010

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e igualdade territorial:** uma contradição em termos? Dados, Rio de Janeiro 2010, v. 53, n. 3, pp. 587-620.

ARRUZZA. C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99% um Manifesto. São Paulo:** Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. **Considerações sobre Gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo.** Outubro Revista, n. 23, pp. 33-58, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

AVELAR, Lucia. O Segundo Eleitorado. **Tendências do Voto Feminino no Brasil.** 2 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.

BARBOSA. W. S. **A Luta Contra o Racismo e a Nova Agressão fascista.** Revista Germinal. V 14. Nº 2. Agosto - 2022

BARROSO, Milena F. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, pp. 446-462, set./dez. 2018.

BENSAÏD, Daniel. *Marx, manual de instruções.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

BILLIARD, I. (1997). **Le "Grand Integrateur" selon Yves Balei:** crise du travaU, crise du sons et crise du lian social. In: Pnlcarisation sociale, trava1 et santé.IRESCO, Pans, 1997.

BONENTE, Bianca; CORRÊA, Hugo. **Desenvolvimento sem “ismos”:** uma crítica ao novo desenvolvimentismo a partir dos Grundrisse de Marx. Revista outubro, n. 23, 1º semestre de 2015, pp. 110-129.

BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Expropriação e Direitos no Capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2018.

BRAZ, Marcelo. **Partido Proletário e Revolução: sua problemática no século XX.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BORGES, Rosane. **Feminismos negros e marxismo.** *Margem Esquerda, n.27*, p.44-51, 2016.

BUARQUE, Cristina. **Introdução ao Feminismo**. In: GONÇALVES, Terezinha; VANIN, Iole Macedo (Orgs.). Caderno de textos Gênero e trabalho. Salvador: REDOR, 2006.

BUONICORE. Augusto Cezar. **Reflexões Sobre O Marxismo E A Questão Racial**. Disponível em https://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/85_REFLEXOES SOBRE O MARXISMO E A QUESTAO RACIAL.pdf. Acessado 20/03/22.

CAMBIASO. Mariela. **Marx, las clases sociales y la necesidad de volver a la teoria**. Disponível em: <https://www.laizquierdadiario.com/Marx-las-clases-sociales-y-la-necesidad-de-volver-a-la-teoria>, acessado em 09/10/2022

CARCANHOLO, Marcelo D. Dialética do desenvolvimento periférico: **dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica**. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, pp. 247-272, maio/ago. 2008.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx**. Maia, 2017

CARDOSO, Cláudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: **algumas reflexões**. Fazendo Gênero 8, Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008.

CARNEIRO, S. **Gênero, Raça e ascensão social**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero e Raça**. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero (Orgs.). Democracia e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002, pp. 167-193.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de Gênero**. Geledés, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Entrevista**. [Margem Esquerda, n.27](#), p.11-21, 2016.

CARONE, Edgard. **O PCB – vols. 1, 2 e 3**. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO. Henri. **Categoria simples na crítica de Marx**. Revista USP _ São Paulo, n. 95 p. 160-163 Setembro/Outubro/Novembro 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/qelli/Downloads/52248-Texto%20do%20artigo-65200-1-10-20130306.pdf>. Acessado em 23/08/22

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2012.

_____. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil. Tese de Doutorado**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2013.

_____. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo:** Cortez, 2018.

CHAGAS, Rodrigo P. Florestan, “a revolução burguesa” e a transformação capitalista no Brasil. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.30/rodrigo_pereira_chagas.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha (Org.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina. São Paulo:** Ed. Fundação Carlos Chagas; Vértice, 1989.

COSTA, Claudia de Lima. O leito de pro custo: **Gênero, linguagem e as teorias femininas.** Cadernos PAGU, Campinas, v. 2, pp. 141-174, 1994.

COUTINHO, Carlos N. **A democracia como valor universal.** São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci e a sociedade civil.** 2000. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=209&page=visualizar>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

_____. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CUEVA, Agustín. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina.** São Paulo: Global Editora, 1983.

CUNHAL, Álvaro. **O partido com paredes de vidro.** 6. ed. Lisboa: ED Avante, 2002.

_____. **O partido, as classes e as massas. Teoria da organização Política.** Ademar Bogo (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CRUZ, Paula L. Alexandra Kollontai. **Feminismo e Socialismo uma abordagem crítica do direito.** São Paulo: ED. Alfa-omega, 2012.

D'ATRI, Andrea. **Pão e rosas: identidade de Gênero e antagonismos de classe no capitalismo.** São Paulo: Iskra, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Mulheres, Cultura e Política.** São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **A Liberdade é uma Constante.** São Paulo: Boitempo, 2018.

DEMIER, Felipe. **Depois do Golpe. A Dialética da Democracia Blindada no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X Ed., 2017.

DE PAULA, P. W. T. **A trajetória do PCB entre a anistia e a legalidade através do jornal Voz da Unidade (1980-1985)** (Dissertação). Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

EURICO, M. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n° 114, p. 290-310, abril./jun., 2013.

FANON, F. **Em defesa da Revolução Africana**. Editora Livraria Sá da Costa, Portugal, 1980.

_____. **Peles negras, máscaras brancas**. Editora UFBA, Salvador, 2008.

_____. **Condenados da Terra**. Editora UFJF, Juiz de Fora, 3ª reimpressão, 2015.

GIACOMINI, S.M. **Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Editora Vozes, Petrópolis, 1988.

FARIAS, Marcio. **Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico**. São Paulo: Editora Dandara, 2019.

FARIAS, Marcio. **Lukács: apontamentos críticos acerca do racismo**. Disponível em [file:///C:/Users/gelli/Downloads/fabiocastro,+RFM4.s2+-+Marcio%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gelli/Downloads/fabiocastro,+RFM4.s2+-+Marcio%20(1).pdf), acessado 20/09/2022.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. Apresentação de Lilia Mortiz Schwarcz. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. Volume 2. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **O que é Revolução. Teoria da organização Política**. Ademar Bogo (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Os Dilemas da Organização. Teoria da organização Política**. Ademar Bogo (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Luta de raças e de classes**. In: FERNANDES, Florestan.

Significado do protesto negro. São Paulo: Expressão Popular; coedição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FRANKLIN, Ricardo Franklin. **Afro-descendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

GONZALES, L. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, p. 223-244, 198. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

- GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.
- _____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. O partido político. **Teoria da organização Política**. Ademar Bogo (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. O Partido Comunista. **Teoria da organização Política**. Ademar Bogo (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Ed. Hedra, 2011.
- GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução 1q '1'**. São Paulo. Ed Boitempo, 2021.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- HILL COLLINS, Patricia. SANTANA, Bianca. **Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro**. São Paulo: Companhia da Letras, 2021.
- HIRATA, Helena. **Gênero, classe e Raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, São Paulo, v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702014000100005. Acesso em: 30 out. 2018.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. São Paulo: CIA das Letras, 1998
- HOOKS. Bell. **E eu não sou uma mulher: Mulheres negras e feminismo**. Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 2019.
- IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo, Civilização Brasileira, 1972.
- _____. **Escravidão e racismo**. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- _____. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2. ed. revista e aumentada. São Paulo, Civilização Brasileira, 1972.
- _____. **Dialética das relações raciais**. Revista Estudos Avançados, 18 (50), 2004.
- _____. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- IANNI, Octavio. **A construção da categoria**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, pp. 397-416, abril 2011.
- IASI, Mauro. **O conceito e o “não conceito” de classes em Marx**. In: Ensaio sobre consciência e emancipação. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. **As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência. 1. Reimp. São Paulo: Viramundo, 2014.**

_____. **Olhar o mundo com olhos de mulher?** (a respeito dos homens e a luta feminista). *In*: As ruas: poemas e reflexões pedestres. São Paulo: ICP, 2014.

_____. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural.** São Paulo: ICP, 2017.

_____. **Alienação e Ideologia: a carne real das abstrações ideais.** *In*: Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural. São Paulo: ICP, 2017.

IPEA. **Atlas da Violência 2019.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Trabalho e indivíduo social.** São Paul: Cortez, 2001.

IZQUERDO, Maria José. **Bases materiais del sistema sexo/Gênero.** São Paulo: SOF, [1999]. (mimeo).

_____. **La desigualdad de las mujeres en el uso del tiempo.** Madrid: Instituto de La Mujer, 1988.

JAMES. C.L.R. **A Revolução e o Negro em:** A Revolução e o Negro – textos do trotskismo sobre a questão negra. Iskra, 2015. LIMA, Aruã Silva de. **Comunismo contra o racismo: autodeterminação e vieses de integração de classe no Brasil e nos Estado Unidos (1919-1939).** 2015. Dissertação (doutorado em história social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.** *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 86, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KOLLONTAI, A. M. **A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea.** Schneider. G. (Org.) **A Revolução das Mulheres.** São Paulo: Boitempo, 2017.

KOLLONTAI, A. M. **V.I Lenin e o Congresso de trabalhadoras.** Schneider. G. (Org.) **A Revolução das Mulheres.** São Paulo: Boitempo, 2017.

KOLLONTAI, A. M. **A III Internacional e a trabalhadora.** Schneider. G. (Org.) **A Revolução das Mulheres.** São Paulo: Boitempo, 2017.

KOLLONTAI, A. M. **I Internacional de mulheres comunistas.** Schneider. G. (Org.) **A Revolução das Mulheres.** São Paulo: Boitempo, 2017.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Editora Coboró, Rio de Janeiro, 2019.

KONDER. Leandro. **As Ideias Socialistas no Brasil.** São Paulo: Ed. Moderna, 1995.

LEÃO, T.M.; IANNI, A.M.Z.; GOTO, C. S. **Sufrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural**. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, 2o Semestre, n. 44, v. 17, p. 50 – 64, 2019

LÉNINE. **El Partido: problemas de organización**. Buenos Aires: Editorial Anteo, 1967.

_____. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 1971.

_____. **Acerca del movimiento comunista y obrero internacional**. Moscú: Editorial Progreso, 1976.

_____. **Um passo em frente, dois passos atrás**. Lisboa: Avante, 1978.

_____. **Dois táticas da social-democracia na revolução democrática**. Boitempo, 2022

_____. **O trabalho do partido entre as massas**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **“I Congresso da Internacional Comunista”**. In: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa Ômega, 1980, v. 3.

_____. **“Que fazer?”** In: Obras escolhidas. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982, v. 1.

_____. **“Karl Marx”**. In: Obras escolhidas. 2. ed. São Paulo, Alfa Ômega, 1982, v. 1.

_____. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. 4. ed. São Paulo: Global, 1983.

LÉNINE. **Biografia**. Lisboa: Editorial Avante, 1984.

LÉNINE. **“Sobre as tarefas dos sindicatos”**. In: Obras escolhidas. Vol. IV. Lisboa: Avante, 1986.

LESSA, Sérgio. **A centralidade ontológica do trabalho de Lukács**. 1996. Disponível em: http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/centralidadetrab_1996.pdf. Acesso em: 29 nov. 2011.

_____. **A emancipação humana e a defesa dos direitos**. 2008. Disponível em: http://www.sergiolessa.com/artigos07_08/emancipacao_dirt_2008.PDF. Acesso em: 21 jun. 2010.

_____. **Abaixo o casamento monogâmico**. 2010. Disponível em: <http://rederelacoeslivres.wordpress.com/2010/09/17/3455>. Acesso em: 29 nov. 2011.

_____. **Contra-revolução, trabalho e classes sociais**. 2006. Disponível em: http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/contrarevol_trab_classes_2001.pdf. Acesso em: 21 jun. 2010.

_____. **Identidade e individuação**. 2004. Disponível em: http://www.sergiolessa.com/artigos_02_07/identid_individuacao_2004.pdf. Acesso em: 11 jun. 2011.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3. ed. São Paulo: Ed. Instituto Lukács, 2012.

_____. **Praticismo, alienação e individuação**. 1997. Disponível em: http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/Praticismo_Individuacao_1997.pdf. Acesso em: 21 jun. 2010.

- _____. **Reprodução e Ontologia em Lúkács**. 1994. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/reproducao_ontologia_1994.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2010.
- _____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho, objetivação e alienação**. 1992. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/trabalho_objetivacao_alienacao_1992.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2010.
- _____. **Trabalho, sociabilidade e individuação**. 2006. Disponível em: <http://sergiolessa.com/artigos_02_07/trab_indivi_fiocruz_2006.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2010.
- LÔBO, Daniella Ataíde. **Militância feminina no PCB: memória, história e historiografia (Dissertação)**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, 2017. Disponível in: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2018/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Daniella-Ata%C3%ADde-L%C3%B4bo.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.
- LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- LUKÁCS, Georg. **Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967**. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009a.
- _____. Georg : **sociólogo**. Organização de José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981b.
- _____. **Ideologia**. Disponível em: <http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapIdeologia/IdeologiaII.doc>. Acesso em: 21 jun. 2010a.
- _____. **Marx y el problema de la decadencia ideologica**. México: Siglo XXI, 1981a.
- _____. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009b.
- _____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.
- _____. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.
- _____. **Reprodução**. Disponível em: <http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapReproducao/NovaTraduc/NovaTradu cReprod.doc>. Acesso em: 21 jun. 2010b.
- _____. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009c.
- LUKÁCS, Georg. **Trabalho**. Disponível em: <http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapTrabalho/Trabalh_ivo.doc>. Acesso em: 21 jun. 2010a.
- LUPATINI, M. **Acumulação e reprodução do capital na fase de mundialização do capital: alguns elementos de sua gênese e de suas contradições**. ENCONTRO

NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA: América Latina e Brasil na nova configuração do capitalismo, n. 15, 2010, São Luís - MA. São Paulo: SEP, 2010.

LUPATINI, M. **O capital em sua plenitude**: alguns dos traços principais do período contemporâneo. Tese (doutorado). Escola de Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. 466f.

MAGALHÃES, E.K.C.; GIACOMINI, S.M. **A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio?** In: BARROSO, C.; COSTA, A.O. (orgs.) *Mulher, Mulheres*. Editora Cortez, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1983.

MALINA, Salomão. **Problemas Histórico-Políticos do PCB**. Temas de Ciências Humanas, São Paulo, v. 10, pp. 35-69, 1981. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Machado, Fátima Murad e Luis Arturo Obojes e editada por José Paulo Netto.

MALHEIROS, A. M. P. **A escravidão no Brasil**. São Paulo, Edições Cultura. (1994)
 _____ **Anais da Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro, Câmara dos Deputados. (1871)

MARANHÃO, Cezar. **Desenvolvimento social como liberdade de mercado**: Armarthya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, Ana (Org.). *As ideologias da contrarreforma e o serviço social*. Recife: Editora da UFPE, 2010, pp. 69-104.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: SADER, Emir S. (Org.). *Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 105-165.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.
 _____ **Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.
 _____ **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Globo, 1987.
 _____ **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
 _____ **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
 _____ **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. t. 1. v. 1.
 _____ **O método da economia política**. São Paulo: Abril, 1978. (Os pensadores.)
 _____ **O capital**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
 _____ **Para a crítica da economia política**. In: MARX, Karl. *Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os pensadores).
 _____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir. **Sobre a mulher**. São Paulo:

MARX, Karl. **Grundrisse – Manuscritos Econômicos de 1857-1858** – Esboços da Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sindicatos**. São Paulo: CHED Editorial, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “**Mensagem do Comitê Central à lida dos comunistas**”. *In*: Obras escolhidas. São Paulo, Alfa Ômega, v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “**Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores**”. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa Ômega, v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “**As lutas de classe na França de 1848 a 1850**”. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa Ômega, v. 1.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual**. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, n. 20, p. 23-55, 2007.

_____. **O que temos a ver com isso: o trabalho docente em meio à reestruturação produtiva do capital**. Cadernos ANDES, Brasília, DF, v. 21, p. 17-24, 2005.

_____. **Trabalhadores e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-21, jan./mar. 1994.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAIS, Dênis. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. Revista Debates, Porto Alegre, vol. 4, n.1, p. 54-77, 2010.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1988

MOURA, Clóvis. **Escravidão, imperialismo, colonialismo e racismo**. Revista Afro-Ásia, n. 14. São Paulo: Instituto Brasileiro de Estudos Africanos, 1983.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, [1959] 1988**.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988b.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios, Edição 34, AGO/SET/OUT, pp. 28-38, 1994.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994b.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, coedição com Anita Garibaldi, 2014.

MUSTO, Marcello. **A redescoberta de Karl Marx**. Disponível in: <https://marcellomusto.org/a-redescoberta-de-karl-marx/>. Acessado em 28/07/2022
 _____ **Revisitando a concepção de alienação em Marx**. Disponível: <https://marcellomusto.org/revisitando-a-concepcao-de-alienacao-em-marx/>. Acessado em 28/07/2022
 _____ **O fascínio da teoria da alienação**. Disponível: <https://marcellomusto.org/o-fascinio-da-teoria-da-alienacao/> acessado em 28/07/2022

NOGUEIRA, Cláudia M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PRESTES, Luiz C. **Manifesto de 5 de julho da Aliança Nacional Libertadora**. Teoria da Organização Política. Ademar Bogo (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PRESTES, Luiz C. **Carta aos Comunistas**. Teoria da Organização Política. Ademar Bogo (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Para a crítica da vida cotidiana**. In: PAULO NETTO, José; FALCÃO, Maria do Carmo (Org.). Cotidiano: conhecimento e crítica. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1989.

_____.; BEHRING, E. **A emancipação política e a defesa de direitos**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 28, n. 90, p. 35-57, jun. 2007.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PINHEIRO, Jair. **As Classes Trabalhadoras em Movimento: alguns aspectos teóricos**. Disponível em http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_jair.pdf. Acessado 20/11/2021

QUIJANO, A. **A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais**. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

RENSHAW, Kimberlé. **“Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao Gênero”**. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

RIBEIRO, Maria R. D. **Relações de Poder do feminismo paulista 1975-1981. (Tese)**. Universidade de São Paulo, 2011.

- RIBEIRO, Maria R. D. **As Comunistas e o Feminismo**. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/59-Texto%20do%20artigo-75-1-10-20180416%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/59-Texto%20do%20artigo-75-1-10-20180416%20(1).pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.
- RODRIGUES. Rian. F. **Uma crítica da Ideologia do Racismo**. Revista Germinal. V 14. Nº 2. agosto – 2022
- ROCHA. Qelli. V. D. **Levantadas do Chão: Políticas públicas Agrárias para Mulheres Assentadas**. Dissertação. Franca-SP 2012.
- ROCHA. Qelli. V. D **Contribuições do método marxista para compreensão do enovelamento, consubstancia Opressão/ Exploração**. Ver. Praia Vermelha. RJ. (2020) Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/43934>
- RUY, José Carlos. Apresentação. em: MOURA, Clóvis. **Particularidades do racismo brasileiro**, Revista Princípios, São Paulo, n.32, p. 62-64, 1994 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/032.pdf>. Acesso em: 01 agosto 2019.
- SARAMAGO.J. **O Conto da Ilha desconhecida**. Companhia das Letras. 2009
- SCHAFF. Adam. **O Marxismo e o Indivíduo**. Disponível em [SCHAFF_A_O_individuo_e_suas_obras.pdf](#). acessado em 20/03/2022
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004 (Expressão Popular, São Paulo, 2015).
- _____ **O poder do macho**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1987.
- SANTOS, Silvana M. M. **O Pensamento da Esquerda e a Política de Identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2005
- SILVA, Ivone P. M. F. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**. Fundamentos sócio-históricos. Cuiabá: ED. UFMT, 2008.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed Unesp, 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SILVEIRA, Marcos Paulo de Lucca. **Intelectuais comunistas e a questão da democracia no Brasil**. Revista Lua Nova, São Paulo, 101: 53-87, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n101/1807-0175-ln-101-00053.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **A questão da mulher na reprodução da força de trabalho.** Perspectiva, São Paulo, v. 4, p. 43-47, 1981.

_____. **O trabalho como linguagem: o Gênero do trabalho.** In: BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; COSTA, Albertina de Oliveira. (Org.). Uma questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos : Ed. Fundação Carlos Chagas, 1990.

SOUZA, C.SL. **Racismo e Superexploração: Apontamentos Sobre A História Do Trabalho E Da Classe Trabalhadora No Brasil** Revista Germinal. V 14. Nº 2. agosto – 2022

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STABILE, Carol A. **Pós-modernismo, feminismo e Marx: notas do Abismo.** In: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. Em Defesa da História, Marxismo e Pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar editor, 1999.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Jogo de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no Governo Lula.** Pegada, Presidente Prudente, v. 4, n. 1, p. 127-139, jun. 2003. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/819/841>>. Acesso em: 2 mar. 2012

_____.; VALENCIANO, Renata Cristiane. **O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de Gênero e/ou classe?** Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, 2002. v. 6, n. 119(26), ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-26.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____.; SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **O MST e a mídia: o fato e a notícia.** Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 6, n. 119(45), p. 28, ago. 2002.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o Gênero nos une, a classe nos divide.** São Paulo: Xamã, 2001.

TONET, Ivo. **Democracia ou Liberdade. UFMG: ED Práxis.** Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Democracia_ou_Liberdade.pdf. Acesso em: 13 out. 2019.

VARELLA, Paula **La Nueva Ola Feminista y las luchas de las mujeres trabajadoras ¿Por qué luchamos?.** Disponível in: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Artigos&secao=11&FASC=50909&nrSeqCon=51125. Acessado em 08/11/22

VARELA, Paula: “**La clase obrera en debate**”, en Revista Ideas de Izquierda, Nº15,

noviembre. Buenos Aires, 2015. Disponível em <https://www.laizquierdadiario.com/Ideas-de-Izquierda-y-armas-de-la-critica>. Acessado 28/08/22

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35**: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIANNA, Marly. **O PCB: 1929-43**. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO, Daniel. As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

WAACK, William. **Camaradas**: nos arquivos de Moscou, a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WOOD, E. M. **O que é a agenda pós-moderna**. In: WOOD, E. M; FOSTER, J. B. Em Defesa da História, Marxismo e pós-modernismo. Zahar editor. Rio de Janeiro, 1999.

ZAIDAN FILHO, Michel. **PCB (1922-1929)**: na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

ZAIDAN FILHO, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)**. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Comunistas em céu aberto (1922-1930)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

Anexo I



Anexo II

BANDEIRAS FEMINISTAS VÃO SER LEVADAS PARA A CHINA

As militantes piauienses participarão de um congresso mundial

Cinco militantes do movimento feminista piauiense vão representar o Estado na próxima Conferência Mundial da Mulher, a quarta a ser realizada, em Beijing, na China. Os organizadores estimam a participação de 59 mil mulheres de várias nacionalidades, entre elas, 574 do Brasil. Silvana Oliveira, professora da Universidade Federal do Piauí, a feminista jornalista Glória Sandes, a presidente do Conselho dos Direitos da Mulher no Piauí, Silvana Oliveira, a representante da Organização Nacional de Trabalhadoras em Educação, Lujan Miranda, a trabalhadora rural de Piripiri, e a jornalista Glória Sandes, a representante do Conselho dos Direitos da Mulher no Piauí, vão como representantes do Piauí. Cada uma delas desembolsar cerca de 2 mil reais para ir ao congresso. Mas a prática. As militantes já estão obtendo as autoridades locais e pedindo a concessão dos recursos para a viagem. O congresso será no dia 30 de agosto e deverá encerrar-se dia 15 de setembro.

Encerrando um ciclo de debates sobre os direitos da mulher, as cidades da Quarta Conferência Mundial da Mulher terá um momento recapitulatório. A agenda de debates e atividades de referência a várias temáticas discutidas nas três últimas conferências e a políticas desenvolvidas nas Nações Unidas, especialmente as que ganharam espaço na década de 90. Promovidas pelas várias conferências ajudaram a discutir várias questões ligadas ao movimento feminista.



referência em 1975, no México, a terceira, em Nairobi, no Quênia, muita coisa mudou. Mas não o suficiente. Nos anos 90, a intenção é reforçar a necessidade de participação da sociedade civil nos movimentos feministas.

te missão na China: realizar três oficinas durante o evento sobre a situação da mulher nordestina, tomando como referência, a mulher piauiense no mercado de tra-

fiar sobre o assunto. "Vamos fazer também um instante cultural mostrando nosso artesanato, como ocorre a produção, e sobre Teresina, sua cultura, sua gente", esclarece Silvana Oliveira, 39, organizadora do Fórum de Mulheres Piauienses, responsável pela convocação de militantes e simpatizantes recentemente para empreender uma avaliação das conquistas do movimento no Estado após 20 anos de feminismo no mundo. O vídeo deverá abordar o trabalho das mulheres nas hortas, holerias, teares, que absorvem grande parte da mão-de-obra feminina na periferia urbana.

Para Silvana, muitas pessoas questionam a eficácia de eventos como esses que saem do campo teórico e do hermetismo acadêmico para o prático, através das próprias mulheres que enfrentam, cotidianamente uma série de problemas. "Mas as três últimas conferências mundiais provaram na prática que quando há a participação popular existe um grande poder de transformação", assegura. No estilo gente como a gente, pessoas comuns com uma pequena grande missão, as feministas presentes a conferência deverão não só assumir a causa, mas internalizá-la nas entranhas das estruturas sociais. "Teremos a competência de discutir uma coisa que efetivamente vivemos. Para nós fica muito mais claro, mais evidente, o que nós queremos", diz Silvana. Segundo ela, nesse capítulo, o desejo é um